

Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós graduação em História Social da Amazônia

ANDRÉ DA SILVA LIMA

A GUERRA PELAS ALMAS: ALIANÇAS,
RECRUTAMENTOS E ESCRAVIDÃO INDÍGENA (DO
MARANHÃO AO CABO DO NORTE, 1615-1647).

Belém
2006

ANDRÉ DA SILVA LIMA

A GUERRA PELAS ALMAS: ALIANÇAS,
RECRUTAMENTOS E ESCRAVIDÃO INDÍGENA, (DO
MARANHÃO AO CABO DO NORTE, 1615-1647).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Profa. Dra. Magda Ricci e Co-orientador Prof. Ms. Décio Guzmán (DEHIS/UFPA).

Belém
2006

Dados internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

Lima, André da Silva

“A Guerra pelas Almas: Alianças, Recrutamentos e Escravidão indígena, (do Maranhão ao Cabo do Norte, 1615-1647)” / André da Silva Lima; orientadora, Magda Maria de Oliveira Ricci. – 2006.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

1. Amazônia - Colonização- séc. XVII. 2. Índios - Colonização - Séc. XVII.
3. Amazônia - História - Séc.XVII. 4. Ecologia humana - Amazônia - Séc.XVII. I.
Título.

CDD - 21. ed. 981.1

ANDRÉ DA SILVA LIMA

A GUERRA PELAS ALMAS: ALIANÇAS,
RECRUTAMENTOS E ESCRAVIDÃO INDÍGENA (DO
MARANHÃO AO CABO DO NORTE, 1615-1647).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professora Doutora Magda Ricci (DEHIS/UFPA). Co-orientador: Professor Mestre Décio Guzmán.

Data de aprovação ____/____/2006

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Magda Ricci
(Orientadora – Departamento de História/UFPA)

Prof. Ms. Décio Guzmán
(Co-Orientador - Departamento de História /UFPA)

Profa. Dra. Denise Schaan
(Departamento de Antropologia / UFPA)

Prof. Dr. Rafael Chambouleyron
(Departamento de História /UFPA)

Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Júnior (suplente)
(Departamento de História /UFPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente todas as pessoas que contribuíram diretamente para o desenvolvimento desta dissertação. Gostaria de agradecer, em particular, ao meu orientador e amigo Décio Gúzman pela sua atenção, dedicação e paciência que nesses anos teve comigo. Sem a sua atenção e estímulo desde o início dos trabalhos a pesquisa seria mais difícil e penosa.

Aqui também vai o meu carinho especial aos professores da Linha de História e Natureza: Magda Ricci, Leila Mourão, Aldrin Figueiredo, Rafael Chambouleyron e Antonio Otaviano Vieira Júnior, pelos comentários, dicas, sugestões de leituras, que enriqueceram o meu conhecimento e favoreceram o surgimento de idéias e elementos novos referentes ao meu tema.

Não deixaria de aqui agradecer o meu irmão Alam, que me acompanha, desde a graduação, dentro dessa maravilhosa ciência que é a História. Minha irmã Ana Lúcia pela revisão ortográfica do texto. O meu amigo Rogério Correia pela ajuda técnica na conclusão dos mapas. Além das bibliotecárias: Graça Santana, Edna Pinheiro e Fátima Teles pela paciência em atender os meus pedidos na biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Por fim agradeço a minha família e amigos, pelo incentivo e apoio em concluir esta dissertação.

SUMÁRIO

Resumo.....	7
Abstract	8
Lista de ilustrações.....	9
Lista de quadros	11
Introdução	12
Capítulo I	
Da Colônia francesa à Conquista portuguesa do Maranhão:	
As formas de tratamento dispensadas aos Tupis	19
Capítulo II	
A Conquista Ibérica do Grão-Pará (1616-1620).	61
Capítulo III	
Os “Homens do Norte” mudam a paisagem do	
Rio das Amazonas.....	113
Capítulo IV	
A Conquista portuguesa do Amazonas ao Cabo do Norte	173
Conclusão.....	256
Bibliografia	262
Anexo	
Glossário de palavras Tupi.....	268
Glossário de termos militares.....	271

RESUMO

Esta dissertação discute a conquista e colonização da Amazônia do século XVII partindo dos diferentes planos de ocupação da região feitos por franceses, ingleses, irlandeses, holandeses e ibéricos (espanhóis e portugueses). O encontro desses projetos colonizadores na foz do Amazonas transformou o antigo modo de vida dos indígenas, por meio de práticas diferenciadas de tratamento, dentre elas destaco às alianças e o recrutamento para fins militares. O estudo é baseado em documentação manuscrita, algumas de *publicações inglesas*, outras do acervo do *Arquivo Histórico Ultramarino*; documentos impressos dos *Anais da Biblioteca Nacional* e dos *Anais do Arquivo Público do Pará*. A dissertação procura explicar as razões pelas quais os grupos indígenas participaram das guerras de conquista e as consequências dessa participação para o extermínio, escravidão e migração de alguns grupos ou assimilação de outros no processo de colonização da região.

Palavras-chaves:

Conquista, formas de tratamento, Indígenas, Amazônia, século XVII, Amazônia, Brasil Colônia.

ABSTRACT

This dissertation discusses the conquest and settling of the Amazon of XVII century leaving of the different plans of occupation of the region made by Frenchs, English, Irishs, Dutches and Iberians (Spanishs and Portugueses). The meeting of these projects settlers in the estuary of “Amazonas” transformed the old way of life of the aboriginals, by means of practical differentiated of treatment, amongst them I detach to the alliances and the conscription for military ends. The work is based on written by hand documentation, *some of english publications*, others of the collection of the “*Arquivo Histórico Ultramarino*”; documents printed matters of “*Anais da Biblioteca Nacional*” and “*Anais do Arquivo Público do Pará*”. The dissertation looks for to explain the reasons for which the aboriginal groups had participated of the wars of conquest and the consequences of this participations for the extermination, slavery and migration of some groups or assimilation of others in the process of settling of the region.

Word-keys: Conquest, treatment forms, Aboriginal, Amazon, XVII century, Amazon, Brazil Colony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	
Execução de prisioneiro no ritual Tupinambá	23
Figura 2	
Bordunas ou Clavas Tupis	25
Figura 3	
Flauta de osso humano.....	26
Figura 4	
Mapa Mundi de Pierre Desceliers de 1546.....	29
Figura 5	
Mapa da expedição de Ravardière contra os Caramapins	47
Figura 6	
Mapa do Maranhão de João Texeira Albornas de 1615.....	55
Figura 7	
Mapa do Atlas de “Le Testu” de 1556.....	73
Figura 8	
Mapa de Pierre des Vaux de 1613	74
Figura 9	
Gravura de Aldeia Tupinambá	84
Figura 10	
Combate Indígena com armas de fogo	93
Figura 11	
Mapa da região entre o Maranhão e o Pará feito por Cochado	100
Figura 12	
Mapa dos Grupos indígenas do século XVII.....	116
Figura 13	
Tipos de Bordunas das Guianas.....	119
Figura 14	
Arcos e flechas das Guianas	120

Figura 15	
Mapa de Cantino de 1502	127
Figura 16	
Mapa de Walter Raleigh	130
Figura 17	
Tupinambás com “croissants de ouro”	133
Figura 18	
Mapa de Levinus Hulsius de 1599.....	134
Figura 19	
A mais bela paisagem do Mundo.....	137
Figura 20	
Raleigh no Orenoco	138
Figura 21	
Mapa de Bartolomeu Velho de 1561	181
Figura 22	
Mapa “Taboa Terceira” de Antonio Cochado de 1623.....	196
Figura 23	
Mapa das batalhas e povoações entre 1612-1623	201
Figura 24	
Mapas sobrepostos de Antonio Cochado de 1624	213
Figura 25	
Mapas das colônias e aldeias atacadas entre 1624-25	233
Figura 26	
Mapa das colônias e aldeias atacadas entre 1625-46.....	243
Figura 27	
Mapa chamado: “Marítima Brasiliae Universae”, de 1643.....	250
Figura 28	
Mapa do “Atlas Major” de Guilherme Blaeus de 1662.....	255

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	
Aldeias do Maranhão com seus chefes principais e descrição da aldeia, segundo as impressões dos padres D'Abbeville e D'Evreux	26
Quadro 2	
Adeias do Cumã com seus chefes principais e descrição do local	87
Quadro 3	
Povoações Inglesas e Holandesas no Amazonas em 1623	200
Quadro 4	
Comparação dos dados de Luiz Figueira e Bernardo Del Carpio	222

Introdução

Esta dissertação é fruto de uma grande transformação do meu pensamento sobre o passado regional, em especial sobre os grupos humanos que habitavam as terras amazônicas antes do primeiro europeu aqui chegar. Os povos indígenas estavam longe de minha vida quando imaginei fazer os primeiros esboços de um projeto de pós-graduação. Pensava em escrever um estudo dentro de uma linha, considerada hoje, por mim, tradicional, estudando as fortificações estrangeiras entre o Amapá e o Amazonas.

A virada deste meu modo de ver o mundo colonial e os indígenas veio com os trabalhos arqueológicos na Alça rodoviária do Estado do Pará¹, realizados entre 2000 e 2002, junto aos pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi. O contato direto com os vestígios do passado, escondido sob raízes e camadas de solo, e o desconhecimento das populações que encontravam ou que pisavam diariamente naqueles materiais cerâmicos e líticos me levou a refletir como a conquista e colonização mudaram tudo que existia até então, ao ponto de muitas comunidades não reconhecerem e negarem o seu passado indígena.

Durante a pesquisa bibliográfica e documental encontrei várias divergências, principalmente entre os autores mais antigos. Poucos citavam os indígenas no processo de colonização, e acho que isso acabou sendo passado aos estudantes que, de uma forma geral, vêem os indígenas muito distanciados do seu cotidiano, da sua ancestralidade, e não percebem a grande contribuição que eles deram para a sociedade brasileira.

A marginalização do indígena na sociedade atual interliga-se a seu desconhecimento no passado. Não se reconhecendo como descendentes de indígenas, não cobram o direito às terras em que vivem, ficando a mercê da pressão latifundiária e de grileiros. Esta postura vem sendo alterada em relação a outros segmentos nacionais também discriminados, como o negro, cujo engajamento político é mais evidente e cujas lutas têm levado a um debate nacional sobre os seus direitos na sociedade.

O tratamento dispensado aos indígenas atuais, contudo, vem de longe e pode ser identificado na forma como nós historiadores e outros pesquisadores em ciências humanas elaboramos sua história. Alguns autores, que se dedicaram aos estudos indígenas, destacavam

¹ A alça rodoviária é uma rodovia que interliga e diminui a distância entre Belém e as regiões do Acará e do Mojú. Dentro do seu percurso foram catalogados inúmeros sítios arqueológicos que foram investigados pelos pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi. MARQUES, Luiz Fernando Tavares. *Pesquisa Arqueológica na área da Alça Rodoviária do Estado do Pará (Relatório Final)*. Belém: MPEG, 2004.

a escravidão e servidão, como formas de tratamento aos chamados “gentios”². Evidentemente, todos esses estudos históricos eram fruto de diferentes correntes de pensamento historiográfico, inseridos no seu tempo, e aqui não caberia uma discussão mais profunda sobre os mesmos. Outras formas de tratamento, entretanto, ainda carecem de um aprofundamento. O “recrutamento”, por exemplo, aparece em alguns artigos e livros sem uma definição clara do que significa, sendo substituído de outras palavras como “aliança”³. Percebi então, que com o estudo do contato dos indígenas com os europeus, essas outras formas de tratamento, principalmente as alianças e o recrutamento, ficariam bem mais definidas e contribuiriam para uma melhor discussão da temática.

Associá-los era uma idéia, contudo faltavam as fontes. Esse problema foi resolvido utilizando fontes documentais inglesas, de um livro editado por Joyce Lorimer sobre as colônias inglesas, holandesas e irlandesas no Amazonas. Juntando essas fontes escritas com outras, do *Projeto Resgate Barão do Rio Branco*, que contém o acervo do *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*, e outras avulsas, publicadas pela *Biblioteca Nacional*, *Biblioteca do Senado Federal*, pude montar esta dissertação que discute um tema central para a história indígena, mutifacetando a história da colonização na região.

O projeto, antes restrito ao Cabo do Norte, passou depois a abranger também o Pará e Maranhão. Isso porque entendi que um estudo que não visualizasse as formas de tratamento dos franceses não explicaria satisfatoriamente uma das principais motivações presentes nas chamadas revoltas indígenas Tupinambás contra os portugueses nos anos imediatamente posteriores à conquista lusitana da Amazônia.

Como falar sobre as formas de tratamento dadas aos indígenas durante a conquista do Norte do Brasil? Esta foi a pergunta chave que me inquietou, por algum tempo, antes de fazer as primeiras linhas desta dissertação. Dentre aquilo que considero formas de tratamento, que podemos encontrar tanto nas fontes quanto na bibliografia sobre mão-de-obra indígena,

² Um exemplo desse tipo de pesquisa a qual me refiro foi feita por Beatriz Perone-Moisés, que irei abordar mais adiante, no segundo capítulo. PERONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

³ Neste caso refiro-me aos trabalhos de Ricardo Roque “*Poder e ação, coisas e sujeitos na prática científica: um caso de antropologia colonial do século XIX*”, e de Maria de Nazaré Ângelo-Menezes “*Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins Colonial*”, onde a palavra “recrutamento” também é utilizada no tratamento aos grupos indígenas ou nativos. ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins Colonial*. In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Vol.17, n.1, Janeiro-Abril, Brasília, 2000, pp.91-122. Também em: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Guarani: índios do Sul – religião, resistência e adaptação. In: estudos Avançados, vol.4, n.10, Setembro-Dezembro. São Paulo, 1990, pp.53-90.

algumas são bastante explícitas e conhecidas, tais como a escravidão. Outras nem tanto, como as alianças e o recrutamento.

Para entender, todavia, como era esse tratamento diferenciado nas terras do Norte, tanto por parte dos franceses no Maranhão, quanto por outros europeus, (tais como ingleses e holandeses, além do dispensado pelos portugueses no Grão-Pará), preferi fazer uma análise quando possível anterior à chegada dos mesmos na dita região. Tendo como referencial as pesquisas em antropologia e arqueologia, busco mostrar, no estudo das fontes documentais, como funcionaram, na prática, os tipos de relacionamentos característicos em cada sociedade nos seus momentos iniciais⁴.

Neste sentido, o estudo de Patrícia Seed serviu-me de inspiração no que se refere ao tipo de abordagem. As cerimônias de posse do novo mundo levaram-na a um diferenciamento das formas cerimoniais praticadas por franceses, ingleses, espanhóis, portugueses e holandeses ao aportarem em terras americanas⁵. No caso de minha dissertação não são as cerimônias de posse o objetivo primeiro, mas as formas de tratamento dadas pelos europeus aos grupos indígenas com o objetivo de enquadrá-los no processo de ocupação e conquista da região amazônica. A meu ver, estas formas são variantes, em maior ou menor grau, dependendo da região submetida e das culturas em contato.

No capítulo inicial pretendo ater-me às formas de tratamento dos grupos indígenas presentes na conquista do Maranhão, primeiro com os franceses. Estes se relacionavam com os Tupinambás (principal grupo contactado), por meio de alianças inconstantes e depois permanentes com os chefes das aldeias; seguido em paralelo a um recrutamento voluntário e, ao mesmo tempo, praticando uma escravidão dos grupos indígenas inimigos como nos atestam os missionários Yves D'Evreux e Claude D'Abbeville, além de outros documentos.

Ainda neste capítulo trato da conquista do Maranhão pelos portugueses e seus aliados Tupis, originados do Nordeste; no interior deste assunto, viso também o tratamento dispensado pelos portugueses a esses grupos recrutados oficialmente e a sua postura com relação às aldeias do Maranhão, as alianças inconstantes e permanentes dos portugueses e indígenas, mas com diferenciais no recrutamento por eles praticados. A exposição e análise

⁴ Como comentei na introdução da dissertação as dificuldades de interpretação por conta das barreiras lingüísticas impediram um aprofundamento maior da origem das formas de tratamento empregadas por alguns europeus tais como os Irlandeses e holandeses. Para suprir esta deficiência utilizei as bibliografias disponíveis em inglês ou já traduzidas para o português.

⁵ SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

desses temas serão importantes para entender as causas da derrota militar da França Equinocial por meio de sua estrutura e funcionamento.

Ao final deste capítulo, tratarei das assimilações e resistências dos indígenas a outra forma de tratamento a eles dispensado, agora mostrando que ela foi uma estratégia em parte espanhola e em grande parte portuguesa, já que ambos viviam a fase da União das Coroas. Tentarei mostrar que também houve contatos importantes entre colonos portugueses e indígenas, dentre estes especialmente os Tupinambás, antigos aliados dos franceses. Tais grupos tomaram ora posições conciliadoras, como na reconstrução da fortaleza de São Felipe (antes São Luis), ora posições de extrema violência, em particular, contra a prática da escravidão efetuada por colonos portugueses.

No segundo capítulo irei destacar os preparativos da viagem ao Grão-Pará pelos capitães portugueses encarregados de lutar contra os franceses no Maranhão, desde a escolha do capitão mor e a sua tripulação, até a forma como deveria ser feita a conquista do território, e de seus habitantes.

A chegada de Castelo Branco em 1616 e as primeiras alianças e recrutamentos dos grupos Tupinambás da região do Grão-Pará serão mostrados através da construção da fortaleza do Pará - conhecida depois como forte do presépio - onde houve grande participação de indígenas locais. Depois, apresento o uso de recrutas nas companhias militares, onde destaco os Línguas indígenas, usados para estabelecer os contatos com as tribos do tronco lingüístico Tupi e das quais eles conheciam o dialeto.

Na segunda parte deste capítulo analiso a escravidão indígena e as primeiras revoltas Tupinambás, na Conquista do Maranhão ao Grão-Pará, tendo como causas a forma de tratamento dispensada aos indígenas dentro e fora das companhias militares, destacando a escravidão dos grupos hostis a presença portuguesa.

As conseqüências dessas revoltas, que puseram em risco a própria conquista do Pará, até a chegada da companhia militar de Bento Maciel Parente, serão os assuntos finais desse capítulo. Encarregada de acabar com as lideranças da rebelião no Pará, esta Companhia utilizará elementos indígenas de dentro e de fora da região nos seus recrutamentos. Neste conjunto, ainda destaco as revoltas de Jaguará baior e Jaquitingua, antigos aliados dos capitães portugueses que, partindo de dentro da companhia de Bento Maciel, provocaram o pavor nas matas e aldeias do Grão-Pará.

Em seguida, faremos uma jornada ao outro lado da foz do Amazonas. Vamos analisar a relação dos colonos irlandeses, ingleses e holandeses e seus vizinhos indígenas. Estes estrangeiros colonizaram a Guiana, passando depois para o Cabo do Norte, bem antes

da efetiva presença da colonização portuguesa, ocorrida a partir de 1616. Além das barreiras lingüísticas e da carência de bibliografia complementar disponível, tivemos que trabalhar com fontes de informações muitas vezes divergentes, confusas e pouco precisas.

Primeiramente, temos que entender que neste período o rio Amazonas ainda era um mistério a ser desbravado. Para alguns navegadores, como Sir Walter Raleigh, o rio das Amazonas, no início também chamado “Orelhana”, compreendia a região limítrofe da Guiana - um vasto território que cobria toda a extensão, do Cabo do Norte (hoje Amapá), até o rio Orenoco (atual território da Venezuela). Alguns cartógrafos confundiam sua foz com a do Maranhão, ou ligavam os dois rios. Portanto, as fontes localizavam o rio em áreas que hoje em dia não estamos acostumados a chamá-lo ou identificá-lo⁶.

Neste sentido, procuro descrever o modo como cartógrafos e geógrafos pensavam o Amazonas nos séculos XVI, XVII, para oferecer ao leitor a chance de descobrir o modo da lenta transformação desse pensamento sobre o rio e seus moradores, de acordo com as explorações e a colonização, bem como as implicações que isso terá na efetiva conquista da região.

Diversos documentos dos chamados “homens do norte” relatam viagens de embarcações para o Maranhão com a intenção de explorar o que havia aí e negociar produtos com as sociedades indígenas, embora muitos deles identificassem a região da Guiana como pertencente ao rio Amazonas ou ligada a ele por meio de canais. Nestes termos, foram as viagens exploratórias de Sebastian Cabot em 1553, e depois outras viagens com a mesma finalidade, realizadas por John Legat em 1604 e 1606, e outros exploradores, até a conclusão de um projeto de ocupação permanente e a construção de colônias defendidas por fortificações sólidas, construídas pelas coroas de novas potências comerciais e marítimas européias como Inglaterra, Holanda e França. Além dos projetos de ocupação oficiais, havia os projetos particulares, como veremos a seguir.

Para estudar as formas de tratamento desses “estrangeiros” e sua relação comercial com os grupos indígenas da região, busquei os estudos etnográficos dos grupos existentes, naquele momento específico, entre o Cabo do Norte e a confluência dos rios

⁶ Para maiores detalhes destas formas de visualizar o Amazonas e a Guiana: OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. *Cartografia da Amazônia Colonial*. Belém: UFPA, 2000. WHITEHEAD, Neil. Introduction. In: *The Discoverie of the Large, Rich and Bewtiful Empyre of Guiana by Sir Walter Raleigh*. Manchester: Manchester University Press, 1997, pp.1-117. E do mesmo autor: “The Patamuna Trees: Landscape and History in the Guyana Highlands”. In: IDEM (ed.). *Histories and Historicities in Amazônia*. Licoln: University of Nebraska Press, 2003, pp.59-77.

Xingu, Amazonas e Tapajós. Parti primeiramente dos trabalhos de Curt Nimuendajú⁷, que fez um mapeamento ainda incontornável dos grupos indígenas da região.

A seguir, fiz uma comparação das informações de Nimuendajú com o que haviam descrito as fontes de informação etnohistóricas. Muitos nomes eram generalizantes, tais como “Tapuizos, Tapuios, Tupinambás”. Outros estavam como os ingleses os reconheciam e identificavam, tais como “Guiana”, “Tisnados”, “Supanes”, etc. Por fim passei a identificar alguns desses grupos com base nas pesquisas dos etnólogos e antropólogos contemporâneos, na cartografia comparada de ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses e da documentação existente nos arquivos das nações envolvidas⁸.

O tratamento que dispensaram aos grupos indígenas será o objetivo do capítulo, ainda que a dificuldade com as fontes seja grande. O ponto de partida, retomando o que foi abordado no primeiro capítulo, acerca da ocupação francesa no Maranhão, são as alianças, os recrutamentos e a escravidão praticados por esses colonos franceses, ingleses, holandeses e irlandeses com aval das lideranças indígenas com os quais comercializavam, muitas vezes agindo contra outros grupos indígenas hostis a eles por serem aliados de portugueses e espanhóis.

Termino essa parte da dissertação estudando os preparativos para a campanha de expulsão desses “homens do Norte” (europeus do norte), pelos ibéricos, notadamente pelos espanhóis sob o regime de Felipe IV, mas executados pelos colonos portugueses. Estudo também os tratamentos dispensados por eles aos indígenas seus aliados e recrutados, assim como seus inimigos. Será mantido, no entanto, a tentativa de fazer essa uma história pensando nos colonizados e não nos colonos, com a certeza de que não se pode fazer uma sem se desatrelar da outra, ou seja, podemos fazer uma história indígena partindo de fontes coloniais, mesmo com todas as restrições que ela oferece.

Dentro desse aspecto, as fontes sobre o primeiro contato dos grupos, as trocas de mercadorias, a construção das casas e fortificações desses colonos, com ou sem, participação indígena, as formas de controle, treinamento e organização militar descritas, tudo isso foi de grande valia para analisar as diferentes colonizações e suas implicações no mundo dos ameríndios.

⁷ NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. IBGE, Rio de Janeiro, 1981.

⁸ Neste aspecto, devido a impossibilidade de consultar pessoalmente tais arquivos espalhados em muitos países como Holanda, Inglaterra e Espanha, utilizei principalmente as fontes publicadas pela pesquisadora Joyce Lorimer num trabalho sobre as colônias européias na Amazônia. LORIMER, Joyce (Ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.

No capítulo final analiso o fim das colônias inglesas, irlandesas e holandesas, tendo como perspectiva as nações indígenas que apoiavam cada colônia, e a interação desses povos até a conquista portuguesa definitiva desse território, constituído das ilhas do arquipélago marajoara, cabo do Norte e rio Amazonas.

Os primeiros ingleses que chegaram à região mostraram-se aventureiros experientes, indo a lugares desconhecidos e contatando com a participação de vários povos diferentes, viventes às margens do Amazonas e afluentes, desde o cabo do Norte (Amapá) até o Xingu. Suas alianças com os povos Palikur e Karipuna eram pautadas no escambo de mercadorias, como espelhos e contas que trocavam por animais, tabaco e gêneros da terra. Eram alianças intermitentes ou temporárias onde os ingleses não exerciam papel preponderante sobre o outro.

Deixavam as aldeias mais livres e as suas culturas bem pouco alteradas pela ameaça que uma interferência direta poderia resultar na própria colônia e equilíbrio das relações. Isso não quer dizer que ingleses eram melhores colonizadores que outras nações como os portugueses, por exemplo. Na verdade, essa liberdade significava justamente o contrário, uma aversão completa da outra cultura tida como inferior, selvagem, que serviam apenas para servir a uma estratégica fixação no território e comercialização de seus produtos.

Contudo, a partir da fixação de colonos e da criação da “Amazon Company” essas alianças tornaram-se permanentes e a interferência inglesa e irlandesa passou a ser constante nos assuntos indígenas. Prova disso foi a propagação do cristianismo pelos irlandeses, e do recrutamento de guerreiros contra os inimigos ibéricos (e outros possíveis inimigos como os holandeses). Desse momento surgiram as primeiras fortificações para proteção das *plantations*, dos colonos e como uma forma de pressão sobre os nativos como veremos nos últimos capítulos mais detalhadamente.

Os principais rivais dos holandeses eram os católicos irlandeses, que se opunham à criação das colônias holandesas nas suas proximidades. Contudo, após o fim da “Amazon Company” pelo rei James I, os colonos ingleses e irlandeses que ficaram na região tiveram que pactuar com os capitães holandeses a venda de suas produções de tabaco e outros gêneros na Europa. Depois dessa companhia outras surgem com a mesma finalidade exploratória.

Os holandeses foram, por sua vez, os últimos a se estabelecer fixamente na região, mas, quando o fizeram, logo montaram uma grande estrutura logística que incluía viagens contínuas de grandes navios armados. Além disso, construíram fortalezas bem aparelhadas e utilizaram muitas aldeias, notadamente dos grupos Aruã, para o trabalho nas suas plantações. As mudanças provocadas com a introdução da WIC (Companhia das Índias Ocidentais

Holandesas) e as campanhas de ocupação e fixação no nordeste brasileiro também serão exploradas neste capítulo.

Procuro explicar ao leitor, no último capítulo, mais detalhadamente, o funcionamento das alianças e dos recrutamentos desses grupos indígenas frente à atuação de novos elementos na região, com as campanhas militares dos portugueses, identificando as divergências e as crises existentes entre os ingleses, holandeses, irlandeses e os seus aliados indígenas, e como isso foi importante para a saída desses colonos do rio Amazonas, no final da primeira metade do século XVII. Por outro lado, procuro mostrar que as campanhas portuguesas seguiram lógicas diferentes em três momentos distintos, até conseguirem, na última fase da guerra, montar uma estratégia de luta que envolvia primordialmente os indígenas, não mais como “buchas de canhão”, mas como povoadores e defensores de suas terras, tendo ao seu lado os missionários para libertá-los dos “pagãos” e “hereges”.

Esta dissertação, portanto, busca enfatizar como as disputas entre os colonos ingleses, franceses, holandeses, irlandeses e os conquistadores ibéricos, acirraram e influenciaram as lutas intertribais, contribuindo para a extinção e aculturação de vários grupos indígenas, obrigando migrações de grupos para regiões distantes de sua origem. Portanto esta dissertação foge ao senso preponderante nos estudos coloniais que chamaríamos de mais “nacionalistas” (que estudam os portugueses como antecedentes dos brasileiros e da pátria, formada apenas séculos depois). A dissertação é relevante para se entender que para os povos indígenas o processo de conquista não foi visto de forma homogênea e suas formas de exploração do trabalho, embora sempre exploratória utilizavam-se de técnicas muitas vezes ímpares.

CAPÍTULO I

Da Colônia Francesa à Conquista Portuguesa do Maranhão: as formas de tratamento dispensadas aos Tupis:

Atualmente alguns autores, entre os quais Carlos Fausto, discutem a possibilidade dos Tupinambás citados nas fontes ethnohistóricas serem “sinônimos do tronco lingüístico Tupi”. Para esses autores as grandes semelhanças culturais e religiosas seriam as causas dessa generalização. Entretanto, Carlos Fausto admite que, dentre os Tupis, havia tribos que podiam ser caracterizadas como legítimas tribos Tupinambás⁹.

Os Tupinambás “ditos legítimos”, para esses autores, viviam margeando o litoral brasileiro e muito pouco se sabe de seu modo de vida anterior à conquista européia, posto que são raros os vestígios arqueológicos que podem ser atribuídos a esses grupos. Sabemos, contudo, que foram identificados na região do Rio de Janeiro e Santos, onde ficaram em contato com os franceses na época de sua ocupação. No nordeste, foram inimigos de outros grupos (Potiguar, Caeté, entre outros), e por isso acabaram migrando por causa das guerras para o norte até a região que compreende o Piauí, Maranhão e Pará. No Maranhão, teriam estabelecido novamente contato com os franceses que fundaram a França Equinocial na ilha de São Luis¹⁰.

⁹ Sobre a terminologia Tupinambá, Carlos Fausto a utiliza como forma genérica para designar o conjunto do tronco lingüístico Tupi da costa brasileira. No entanto, para um estudo da distribuição espacial dos grupos acaba separando os Tupinambás dos outros grupos Tupis. De sul para norte identifica os Carijós (Guarani), Tupiniquins, Tupinambás (Tamoios, do norte de São Paulo até Cabo Frio e Vale do Paraíba), Termomino, Tupiniquins, Tupinambás (recôncavo baiano até o São Francisco), Tupinaié, Kaeté, Potiguar, Tupinambás (Maranhão, Pará e Médio Amazonas). O por quê dos colonizadores discriminarem os tupis da costa ainda parece ser uma pergunta difícil de responder. Para Fausto isso acontece por vários fatores citados: as informações contraditórias dos cronistas, desconhecimento da etimologia dos seus nomes (tipo Tabajara), e por fim a propensão dos cronistas em enfatizar as semelhanças e não as diferenças. Contudo, essa discriminação em castas, nações, bandos e gerações, acabou facilitando a dominação européia, que explorou suas rivalidades para obter o seu auxílio contra outros grupos, inimigos comuns. Para Carlos Fausto, isso para os portugueses servia a dois propósitos importantes: a compra de escravos das “nações” amigas e as expedições militares conjuntas. FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp.383-85.

¹⁰ Existe uma controvérsia sobre as migrações dos grupos Tupis. Para alguns autores, os Tupinambás do Rio de Janeiro não eram os mesmos grupos que ocuparam o nordeste e depois o norte, apesar de terem chefes com idade avançada que afirmavam ter estado naquela região. Sobre esse processo de expansão Tupi existem dois modelos explicativos citados pelo autor Carlos Fausto e que seriam os mais aceitos. O primeiro, proposto inicialmente por Alfred Métraux em 1927, sugere que a migração desses povos aconteceu do sul para o norte acompanhando a bacia Paraná-Paraguai, onde Tupinambás e guaranis se separaram. O segundo, proposto inicialmente por Brochado em 1984, segue a interpretação dos dados arqueológicos e inverte o sentido da ocupação tupinambá. Nessa hipótese os dois teriam se originado de um nicho comum amazônico, depois rumado por caminhos diferentes: os proto-guaranis rumado pelo sul via Madeira-Guaporé e chegado ao rio Paraguai; e os proto-

Na época da chegada da missão dos capuchinhos (1613-1615), entre os quais vieram Yves D'Evreux e Claude D'Abbeville, existiam 27 grupos indígenas em toda a ilha de São Luis, contando algumas com 200 e outras com 600 habitantes aproximadamente. No total existiam na época dos franceses morando na ilha entre 10.000 e 10.200 Tupinambás¹¹.

Viviam da pesca no mar aberto e nos rios, onde obtinham pescados e mariscos diversos. Com a sua penetração para o interior a caça de animais pequenos e médios (pacas, tatus, veados, capivaras), passou a fazer parte da sua dieta. Sua base alimentar, no entanto, eram os tubérculos como a mandioca, da qual faziam a farinha (uí), mingau (migan), e beijus (ionquer), além das bebidas fermentadas (cauim-eté ou Caracu). Das frutas, o caju era apreciado para fazer outra bebida fermentada (caju-cauim).

Com a chegada dos europeus em 1500 aumentou a variedade de fontes de informação mostrando os traços de sua cultura, embora salientem os mais sinistros, como a antropofagia. Uma dessas fontes, Hans Staden artilheiro alemão, esteve como escravo dos Tupinambás por volta de 1550, no litoral do Rio de Janeiro e descreveu muito das práticas culturais adotadas, entre as quais, o sacrifício ritual e a antropofagia.

Do ponto de vista etno-histórico, os estudos que melhor definem a sociedade Tupinambá foram feitos por Alfred Métraux e Florestan Fernandes. Eles agruparam fontes de informação quinhentistas e seiscentistas que possibilitaram ver alguns de seus traços ainda não influenciados pela cultura ocidental.

A sociedade Tupinambá era vista por muitos autores, entre os quais Alfred Métraux, como uma sociedade de guerreiros caçadores que tinham na chamada “vendetta”, as guerras de vingança, o motivo para as suas vidas e suas mortes¹². No entanto, para Florestan Fernandes, a guerra era muito mais que simples vingança, era uma forma de alcançar o equilíbrio social quando o seu complexo conjunto de articulações sociais era perturbado¹³. Isso geralmente ocorria quando alguém morria pelas mãos dos inimigos. Então a guerra

tupinambá teriam descido o Amazonas até a sua foz e expandindo-se pelo litoral no sentido oeste-leste e depois norte-sul até serem barrados no sul pelos Guarani (p.382). Contudo afirma o autor que não há nenhum sítio datado atribuído aos tupinambás entre a foz do Amazonas e o Rio Grande do Norte, apesar de terem relatos de cronistas como D'Abbeville, D'Evreux e outros, o que segundo Fausto “acaba servindo para tornar ainda complicado e movediço esse aspecto migratório” (p.382). Para maiores detalhes sobre a migração dos Tupis ver Carlos Fausto. FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp.381-96.

¹¹ D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.188.

¹² MÉTRAUX, Alfred. *A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais Tribus Tupi-Guaranis*. Coleção Brasileira, série 5ª, vol. 267. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

¹³ FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambás*. Instituto Progresso Editorial S.A.: São Paulo, 1948, p.103.

(chamada por ele de “reinvitada”), era a única forma de restabelecer “o estado de euforia social e a normalidade da vida tribal”, ainda que o grupo tivesse que fazer uma série de arranjos depois para alcançar essa normalidade¹⁴.

Sua organização social pedia a preparação dos homens para a guerra e das mulheres para o casamento e procriação. No caso dos homens estes somente passavam a ser *úas* e tinham o direito a se casar quando passavam pelo ritual de sacrifício de um inimigo capturado, que podia ser preso pelo mesmo ou por um parente próximo como o pai.

O ritual começava com a captura do inimigo e sua escravidão na aldeia. Essa escravidão permitia a livre circulação do cativo e até permitia que tivesse uma companheira na tribo até o dia do seu sacrifício, que era marcado pelos mais velhos da aldeia, com base na germinação de alguma planta ou fruto.

No dia estipulado, o iniciado (sacrificante) vestia o traje ritual: cocar de penas de araras e diadema também ornamentado de penas, colar, braceleira e perneira também com penas e cinta ornamentada com penas de emas nas ancas, além de um tacape. Ao chegar no centro da aldeia, o capturado estava amarrado pelo quadril e seguro por dois outros guerreiros. Ao contar seus feitos e virtudes, ele dizia que comera em sacrifício muitos daquela aldeia no passado e prometia que os seus se vingariam também. Ao final, o sacrificante expunha que vingaria os seus parentes mortos e daí lançava duas ou três pancadas na cabeça da vítima até quebrar o crânio. Retirava-se para sua maloca e ficava em abstinência total até terminar os ritos fúnebres. Os outros repartiam o corpo e o moqueavam, exceto a cabeça, que cortavam e levavam ao sacrificante para extrair os nervos dos olhos e o lábio para usar como adereço. Os dentes também eram usados em colares. Nesse dia ele escolhia um nome a ser adotado e também era tatuado com uma figura que identificava quantas vezes fizera esse ritual. Com o tempo, essas tatuagens serviriam para indicar o número de pessoas que o guerreiro sacrificou, sendo isso muito importante para o seu prestígio enquanto caçador e guerreiro, para conseguir novas mulheres jovens e para participar do conselho da aldeia.

¹⁴ Dentro dessa lógica de Florestan Fernandes os Tupinambás deviam redefinir suas relações com o morto atribuindo-lhe um novo status nas cerimônias fúnebres. Deviam substituir o morto ou compensar a perda do morto com um escravo para sacrifício compensatório. Restabelecer os laços intragrúpicos e intratribais de compromissos e solidariedade recíprocos. In: FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambás*. Instituto Progresso Editorial S.A.: São Paulo, 1948, p.104-107.

Figura 1



Execução de prisioneiro no ritual Tupinambá. In: ANDRÄ, Helmut & FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *AMERICAЕ PRAETERITA EVENTA*, São Paulo, 1966.

Esse ritual geralmente acontecia quando se capturava um escravo, ou quando, por ventura, esse escravo tinha um filho com uma das mulheres da aldeia, que era igualmente sacrificado. Contudo, apenas depois do primeiro rito é que o jovem guerreiro podia casar e constituir família.

Os Tupinambás eram poligâmicos, podendo ter muitas mulheres, conforme o seu prestígio na aldeia. Geralmente os tios casavam com as sobrinhas, pois consideravam o tipo de casamento ideal. Quanto mais filhos tivessem as esposas, mais eram prestigiadas. E quando mais velhas as mulheres eram substituídas por outras mais novas.

A liderança do grupo cabia aos mais velhos (Gerontocracia), no entanto era uma liderança apenas nos assuntos mais importantes, como a guerra com outros grupos ou para definir os rituais. Os pajés normalmente eram idosos que detinham poderes especiais de cura, vidência e conversavam com os antepassados. Se tivessem êxito, eram bem vistos e respeitados. Contudo, se erravam, caíam em descrédito perante os outros mais velhos da aldeia.

Sendo a guerra a principal atividade de conquista de escravos para o sacrifício dos ritos de passagem dos jovens guerreiros, as aldeias próximas tenderiam a ser alvo de conflitos. No entanto, elas aparecem às vezes como aliadas. Um aspecto não explicado da vida Tupinambá por Florestan é o canibalismo com os grupos não-Tupinambá, pois sendo de uma outra cultura o escravo não aceitaria ser sacrificado. Poderia nem haver ritual sendo apenas a guerra uma forma de disputa por territórios¹⁵.

Para Florestan, quando havia uma divergência séria entre as famílias, havia a guerra e os capturados, igualmente sacrificados. Sendo assim, toda aldeia era uma inimiga em potencial da outra e, portanto, poderia ser atacada¹⁶.

Suas armas também foram estudadas por Florestan, bem como a função social da guerra para os Tupinambás. Na sua tese, as armas foram classificadas dentro das seguintes categorias: as armas de tiro; armas de choque; armas de proteção, além dos acessórios do equipamento do guerreiro¹⁷.

As armas de tiro: são basicamente os arcos e flechas. Os arcos eram de madeira negra, de difícil distensão, ornamentados com palmas trançadas em mosaico de palha e plumas nas pontas. A corda era de algodão ou fibra de tucum pintada de vermelho ou verde. As flechas tinham 1,60 m e o cabo era de cana sem nós.

As flechas eram perfurantes, incendiárias, lacrimogêneas e envenenadas: as flechas perfurantes variavam em sua forma, mas no geral eram feitas para furar camadas espessas de pele como a dos jacarés e queixadas; as flechas incendiárias tinham na ponta um maço de palha ou algodão, onde ateavam fogo antes de lançarem com a finalidade de expulsar os inimigos das suas proteções ou casas; as flechas de pimenta, também eram incendiárias, contudo tinham na ponta folhas de pimenteira que quando queimadas sua fumaça provocava efeito lacrimogêneo no inimigo fazendo-o deixar sua posição. Por fim, as flechas consideradas envenenadas, na verdade não tinham bem esse objetivo, posto que se aproveitavam os esporões de arraias e dentes de tubarão para a feitura de suas pontas. O ferimento dessas flechas infeccionava gerando o efeito de veneno.

¹⁵ Carlos Fausto não concorda com Florestan Fernandes sobre a necessidade da “revindita” como forma de restaurar a unidade espiritual da tribo abalada com a morte de um parente pela tribo inimiga. Para o autor o sacrifício acontece para conseguir “mais valia” que era o prestígio, as mulheres e demais vantagens dadas tanto ao matador quanto aos seus mais próximos. FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp. 392-96.

¹⁶ FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. Instituto Progresso Editorial S.A.: São Paulo, 1948, pp.59-74.

¹⁷ FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. In: Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. VI. São Paulo, 1952, pp.21-39.

As armas de choque: eram os porretes ou clavas, designação dada por Fernandes, que eram usadas para esmagar o crânio do adversário. Estavam presentes na tradição ritualística do canibalismo, pois eram as armas usadas para matar o prisioneiro.¹⁸

Nas armas de choque não aparecem os machados de pedra dentre os descritos por Florestan. Há apenas uma menção deles numa nota de pé de página, apesar de aparecerem muitas vezes na documentação do *Arquivo Histórico Ultramarino* e do *Arquivo Público do Pará*. As lâminas em pedra também aparecem muito nos sítios arqueológicos, mas seu uso na guerra até então é pouco conhecido, podendo estar mais associado aos trabalhos com madeira e de uso cotidiano, do que militar.

Figura 2



EHb23, EHb24.

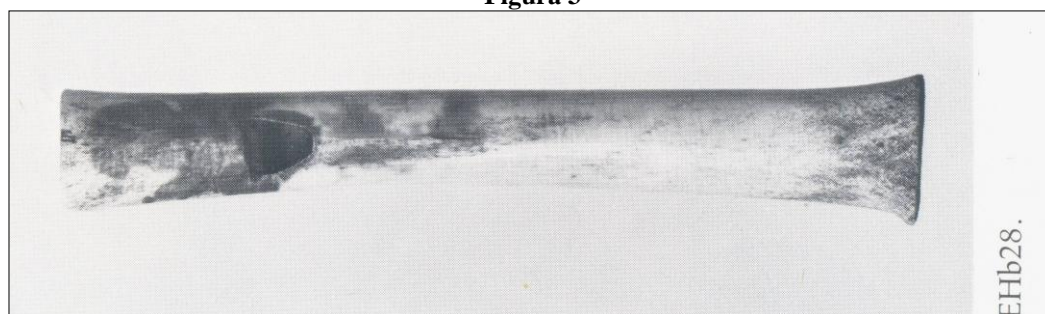
Bordunas ou Clavas Tupis. In: DAM-MIKKELSEN, Bente & LUNDBAEK, Torben. *Ethnographic Objects in The Royal Danish Kunstkammer 1650-1800*, nationalmuseet: Copenhagen, 1980, p. 32.

Dentre as armas de proteção: cita Florestan Fernandes, o uso de escudos feitos de casco de tartaruga e outros materiais, sendo identificados nas gravuras de Hans Staden.

Dos acessórios, temos as plumas de emas e as pinturas corporais, adornos de dentes dos adversários e de animais como a onça, além de flautas feitas de ossos humanos e tambores usados nas incursões guerreiras para acompanhar os cânticos de guerra.

¹⁸ Segundo Fernandes existem dois exemplares dessas armas em museus da Europa. um no Museu Etnográfico de Berlim e outro no Museu do Trocadero, em Paris. In: FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. In: Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. VI. São Paulo, 1952, p.31. Os exemplares mostrados na figura 2 são provenientes do Royal Danish Kunstkammer, que funcionou de 1650 à 1800. In: DAM-MIKKELSEN, Bente & LUNDBAEK, Torben. *Ethnographic Objects in The Royal Danish Kunstkammer 1650-1800*, nationalmuseet: Copenhagen, 1980, p32.

Figura 3



Flauta de osso humano. In: DAM-MIKKELSEN, Bente & LUNDBAEK, Torben. *Ethnographic Objects in The Royal Danish Kunstkammer 1650-1800*, nationalmuseet: Copenhagen, 1980, p. 20.

Na ilha de São Luis, na época da visita de D'Evreux e D'Abbeville (1613-1615), existiam as seguintes aldeias e seus respectivos chefes:

Quadro 1

Aldeia	Localização/ Descrição	Chefes
<u>Timbouí</u>	Localizava-se na ponta de terra da ilha de São Luis, próximo ao local do desembarque dos missionários D'Evreux e D'Abbeville.	Tinha dois chefes ou principais: Uaruma-Uaçu (nome da árvore e dos ramos com que fazem peneiras para farinha) e Sauçuacã “cabeça de corça”.
<u>Itapari</u>	Local de currais de peixe.	Tinha dois chefes: Metarapua “pedra branca” ou “caranguejo” e Auati “milho negro”.
<u>Carnaupió</u>	Local de árvores Carnau.	Seus dois chefes eram Marcoia-Pero (nome derivado de um fruto amargo: morgoiaue) e Araruçai “cauda de arara”.
<u>Euaíne</u>	Local de água velha e turva.	Seus dois principais eram Uíra-Uassupinim (pássaro grande e caçador colorido) e Jereuuacu (nome de uma ave).
<u>Itaendaue</u>	Local cheio de pedras.	Seu único principal era Uaignon-Mondeuue, que significa “lugar onde se apanham pedras azuis”.
<u>Araçuí-Ieuue</u>	Tem o nome de um pássaro.	Seu principal chamava-se Tamano “pedra morta”.
<u>Pindotuue</u>		Seu principal chefe era Margoia-Pero, pois durante a época de D'Evreux e D'Abbeville teriam se juntado a aldeia Carnapió por isso tem o mesmo chefe.

<u>Uatimbup</u>	Local de raiz de Timbó.	Seu principal era Uirapouitan “Brasil”.
<u>Juniparã</u>	Local do fruto Jenipapo.	Seu principal era Japi-Uaçú ou Japiaçu “pássaro bonito de várias cores”, importante boruuichaue da ilha grande de São Luis na época dos franceses. Além dele havia outros quatro chefes: Jacupém “faisão”, Tatu-açu “fogo grande”, Tecuare-Ubuí “maré de sangue” e Paquarrabeu “barriga de uma paca cheia de água”.
<u>Toroiepeep</u>		Tinha dois chefes esta aldeia: Peraiuuá “abraço de peixe” e Auapaã “homem que não sabe atravessar”.
<u>Januarém</u>	Na tradução de D’Abbeville: “cão fedorento”.	Tinha dois principais: Urubuanpã “corvo inchado” e Taicuiú (nome de pássaro).
<u>Uruarapirã</u>	Na tradução “cova vermelha”.	Seu principal era Itapucusã “grilheta ou ferro com que se prende os pés”.
<u>Coieup</u>	Literalmente significa “uma cabaça que serve de prato”.	Tinha dois principais na época dos franceses: Mutim “miçanga branca” e Ouíra-uaçú “olho de pássaro grande”, que eram irmãos.
<u>Eussauap</u>	“Local onde se come caranguejo”, na tradução de D’Abbeville. Uma das maiores aldeias da ilha.	Tinha quatro principais: Tatu-açu “tatu grande”, Corassaçu “pescoço comprido”, Mauariaçu (pássaro branco), Taiaçú “javali” e Tapireuíra “coxa de vaca”.
<u>Maracanã-pisip</u>	Nome derivado de “ave grande”.	Tinha três principais: Terere, Aiuru-açu “papagaio grande” e Uara-aubuí “pássaro azul”.
<u>Taperuçú</u>	Aldeia grande e velha.	Tinha como principal Quatiare-Uçu “carta ou letra grande”.
<u>Torupé</u>	Seu nome significava segundo D’Abbeville “a beberagem”.	Tinha dois principais: Uirapapeup “arco chato” e Carautá-uare “comedor de carautá”.
<u>Aqueteuue</u>	Local ou praça de peixe.	Tinha como chefe Tupiaçu (derivado de nome de cinta onde carregam os filhos).
<u>Caranavue</u>	Que significa “palmeira” para D’Abbeville.	Tinha como chefe ou principal Boi, que significa “cobrazinha”.
<u>Ieuireé</u>	Os franceses a chamavam “Iuiret”, que segundo D’Abbeville significa pernas finas.	Tinha um principal chamado Canuaçu “tintura”.
<u>Eucatu</u>	Significa “água boa”.	Seu único principal era Januare-auaeté “onça feroz”.

<u>Jeurieé</u>	Pequena aldeia	Aldeia com dois chefes: Canuamiri “tintura pequena” e Euuaiuantim “fruto picante”.
<u>Uri-Uaçu</u>	Local onde existem peixes chamados macorãs.	Seu principal chamava-se Ambuá-açu (nome derivado de uma espécie de baga que tem um pé de comprimento).
<u>Maiue</u> ou <u>Maioba</u>	Aldeia que tem nome de certas folhas largas e compridas.	Tinha dois chefes principais Jacuparim “faisão adunco” e Jauantim “cachorro branco”.
<u>Pacuri-euue</u>	Significa local de árvore de bacuri.	Tinha um principal de nome Taiapuã “raiz grossa”.
<u>Euapar</u>	Local de água torcida.	Seu principal era Tocaiaçu “galinheiro grande”.
<u>Meuroti-euue</u>	Aldeia cujo nome significa “cacete ou árvore da palmeira”.	Seu principal era Conronron-açu “grande roncador”.

Fonte: D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, pp.184-188.

O interessante em verificarmos esta lista de aldeias é sua relação com os recursos naturais encontrados no lugar onde elas estavam. Um exemplo disso é a aldeia itaendaue, que significa local cheio de pedras, provavelmente uma mina de onde se retiravam as pedras que os adornavam. O seu chefe principal era Uaignon-Mondeuue, que significa “lugar onde se apanham pedras azuis”, corroborando ainda mais esta hipótese.

Alguns nomes de aldeias Tupinambás foram designações feitas pejorativamente pelos franceses, como “pernas finas”, sendo, com o tempo, assimiladas pelos Tupinambás.

O nome dos chefes, que variam de aldeia para aldeia em quantidade de um podendo chegar até quatro “principais” numa mesma aldeia. Eram provavelmente os seus nomes de guerra, obtidos depois de sacrifícios de inimigos capturados. Contudo podemos pensar que a influência francesa pode ter contribuído em alguns desses nomes. Como exemplo disso temos: Itapucusã, na tradução de D’Abbeville: “grilheta ou ferro com que se prende os pés”; Mutim: “miçanga branca”; Tapireuíra: “coxa de vaca”; Quatiare-Uçu: “carta ou letra grande”; Jauantim: “cachorro branco”; Tocaiaçu: “galinheiro grande”, todos esses nomes, variações e traduções de designações dadas pelos franceses não eram muito habituais aos indígenas e de objetos e animais também não comuns a sua cultura, como vaca, cachorro, carta, galinha, etc.

Os franceses no Maranhão: Das alianças inconstantes às alianças permanentes com os Tupinambás:

Desde muito tempo os franceses comercializavam produtos, ou melhor, trocavam com os moradores do litoral e das ilhas do Brasil. Desse contato, considerado ainda uma aliança inconstante posto serem apenas comerciais e rápidas, surgiu uma estreita aliança permanente que resultou na fundação de duas importantes colônias: a França Antártica, no litoral do Rio de Janeiro, e a França Equinocial, na região do Maranhão. O mapa francês, datado de 1546 e feito por Pierre Desceliers, mostra desenhada a costa entre o litoral do Maranhão e Pará (exceto o rio Amazonas), onde lê-se: “Canibales”. Teria sido uma cópia construída a partir de vários mapas portugueses, encomendados por Henrique II. Por isso percebemos as mesmas legendas de cartas lusas. Nele, já estão registrados cerca de 42 acidentes geográficos do litoral.

Figura 4



Mapa Mundi de Pierre Desceliers de 1546. Fax-símile do Ministério das Relações Exteriores - RJ. In: Mapas Históricos Brasileiros.

Segundo depoimento do Tupinambá chamado Migan, na época da fundação de São Luis do Maranhão, fazia já cinquenta anos o comércio e convívio entre indígenas e franceses¹⁹. Desse comércio surgiu o interesse por parte dos capitães franceses Charles Riffault e Des Vaux numa empresa mais efetiva e que gerassem maiores lucros para eles e para a Coroa francesa. Conseguiram o apoio do Senhor de La Ravardière que negociou junto a pessoas importantes o financiamento da empresa. Conseguiu por fim, o apoio da Rainha.

Nessa empreitada, conhecida como França equinocial (devido à proximidade com esta linha imaginária geográfica), foram confiados cinco padres capuchinhos para a conversão dos indígenas, dentre eles Claude D'Abbeville e Yves D'Evreux que são as principais fontes de informação francesas sobre os acontecimentos²⁰. Eles foram selecionados pelos Superiores da Ordem dos capuchinhos em 1611 atendendo a um chamado da Rainha Maria de Médicis:

“Padre Leonardo – escrito pela Rainha - O senhor de Razily o Lugar-tenente geral do Rei, senhor meu filho, para as Índias Ocidentais me fez ouvir a esperança que há de introduzir a fé Cristã naquelas terras, e julgando para isso mui a propósito ele deverá enviar para lá alguns Religiosos de sua Ordem para lá ficar e os assistir que eles serão muito capazes ao estabelecimento da dita fé Cristã. E porque você manda aquele rezar você mandará quatro distintos religiosos que você estima mais dignos e capazes. Os quais você ordenará se encaminhar com aquele que você enviará para os receber e dirigir. Assegurando-me que, como eles são pessoas de grande capacidade, piedade e devoção, que eles farão muitas frutos, e que aumentarão que em mais alto grau à glória de Deus e a reputação de sua dita Ordem. E no instante sem um outro assunto, rogo a Deus padre Leonardo, que ele vos mantenha em santa guarda. Escrito em Fontainebleau, no vigésimo dia de abril de mil seiscentos e onze. Marie Phelypeaux”²¹.

Segundo D'Abbeville, eles avistaram as terras americanas em 11 de julho de 1612, mas somente em 24 de julho conseguiram desembarcar numa ilha pequena e desabitada

¹⁹ D'ABBEVILLE, Cláudio. *História dos Padres capuchinhos na ilha do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.159.

²⁰ Os Padres selecionados foram: Yves D'Evreux, Claude D'Abbeville, Ambroise d'Amiens, Padre Arsène de Paris. Segundo Andrea Daher o Superior da Missão ao Brasil era o Padre Yves D'Evrex e não Claude D'Abbeville como afirmou Berredo no Annaes Históricos do Estado do Maranhão. In: DAHER, Andréa. *Les singularités de la France Équinoxiale: Histoire de la mission des peres capucins au Brésil (1612-1615)*. Paris : Honoré Champion Éditeur, 2002, p. 48.

²¹ DAHER, Andréa. *Les singularités de la France Équinoxiale: Histoire de la mission des peres capucins au Brésil (1612-1615)*. Paris : Honoré Champion Éditeur, 2002, pp. 41-48.

que os indígenas chamavam de Paonmiri e que depois passou a ser chamada pelos franceses de Santa Anna²².

Dos fatos seguintes à chegada francesa nas terras do futuro Estado do Maranhão o que me chama a atenção na narrativa de D'Abbeville é o envio de um mensageiro aos indígenas, no caso o capitão Des Vaux, para verificar “se ainda eram amigos”, e caso o fossem, tratar de “persuadi-los” a convocarem os principais chefes das aldeias para uma reunião. Esse francês, portanto, era o principal interlocutor com os indígenas e um profundo conhecedor de sua língua²³.

Destes diálogos transcritos por D'Abbeville, o primeiro mostra o que foi dito pelo Sr. Des Vaux aos principais na grande ilha de São Luis no intuito de verificar se ainda estavam em paz com os franceses e pedir permissão para que os demais aportassem na ilha com os missionários. Teria ele argumentado que, desde muito tempo eles eram amigos e comercializavam gêneros que necessitavam e que gostariam agora de ficar, ensinar a religião cristã e defendê-los dos seus inimigos:

“Se pensais como dantes’ (como aliados), continuou ele (Des Vaux), ‘irei buscá-los e traze-los imediatamente aqui (os missionários e demais franceses), e no caso contrário não há necessidade que tenham tal trabalho, pois temos resolvido eu e eles regressar a França’”²⁴.

Ardilosamente Des Vaux procurou atizar a curiosidade dos indígenas, além de garantir que com os outros haveria mais comércio, como antes era realizado. A resposta dos principais das aldeias, segundo D'Abbeville foi a seguinte:

“Admiramo-nos muito que, vivendo tanto tempo conosco, não conheças ainda o nosso gênio e o modo de proceder, e venha nos fazer tais discursos, como se costumássemos faltar a nossa palavra. Alegramo-nos muito com a vossa vinda, já por nos muito esperada conforme fossa promessa, e por isso te pedimos, que nos

²² A obra do padre Claude D'Abbeville foi primeiramente publicada em Paris no ano de 1614. Utilizo a tradução do Dr. César Augusto Marques de 1875 e reimpressa em 2002. In: D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. Coleção Maranhão Sempre. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 75.

²³ Confesso que fiquei impressionado com os relatos e diálogos transcritos por D'Abbeville, e acho que eles poderiam ter mais estudos, tendo em vista as falas dos indígenas, raramente passadas ao papel pelos portugueses. Contudo, também admito que isso foi um mérito dos missionários habituados nesse tipo de registro e não dos franceses em geral.

²⁴ D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002. p.76.

tragas os padres e os buruichaué, que nos os receberemos com toda bondade, visto ser de grande desejo que temos de vê-los, e de obedecer as suas ordens”²⁵.

Como soube D’Abbeville dessas palavras se não estava presente durante o fato? Como ele soube que foi discutida a presença dos padres nas aldeias? Talvez tenha conseguido do próprio Des Vaux, na sua volta aos navios.

No entanto, mesmo que esse discurso tenha sido idealizado pelo capuchinho, como artifício lingüístico da época empregado pelos religiosos, ele tem uma lógica que confere alguma legitimidade as suas palavras. O modo feito por Des Vaux de discursar aos chefes indica sua preocupação com a segurança da missão e dos religiosos. Na fala dos chefes percebemos que eles não estavam preocupados com a chegada dos franceses, pois já estavam acostumados com eles e já os esperavam, mas o discurso dado por Des Vaux os fez desconfiar do que realmente queriam os padres, mesmo assim a curiosidade foi maior e eles os recebem sem percalços.

Nestes termos, a aliança entre as aldeias Tupinambás do Maranhão e os franceses passava por uma reformulação - de uma aliança inconstante, onde havia apenas comércio e um curto período de convívio (antes passavam apenas cinco dias), passava-se à aliança permanente, com maior aproximação entre as partes e convívio contínuo.

A forma de tratamento francês partia, portanto, do princípio da amizade que era inicialmente conquistada por meio de trocas de mercadorias com as lideranças. No texto dos padres não há esse registro em sua chegada no Maranhão, pois, aconteceu em viagens bem anteriores à presença dos capuchinhos, contudo, ao descreverem sua chegada à ilha de São Luis percebemos que esse início foi suficiente para conquistar a simpatia dos Tupinambás, principais habitantes da ilha e vizinhanças.

Não sejamos ingênuos, contudo, quanto às intenções dos colonos franceses. Mesmo mudando os termos de sua aliança, agora permanente com as tribos, não existe um consenso de todos os franceses e Tupinambás acerca dessa aliança, sendo as coisas organizadas ao sabor do tempo. Na sua primeira ceia na ilha, na casa de um homem identificado como “Senhor de Manoir”, percebemos que esse contato não era somente troca de flores. Somente os principais chefes das aldeias puderam adentrar na casa e participar do banquete indicando uma hierarquia estipulada entre os capitães franceses, os chefes e os demais das aldeias:

²⁵ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002. p.76.

“Não podendo os índios fartarem-se de nos ver, vinham os principais e velhos (únicos a quem se permitiu entrada) cumprimentar-nos a seu modo e com toda a bondade que podiam. Os índios, que não tiveram permissão de entrar, olhavam-nos com atenção através das tabuas de que era construída a casa, sem se admirarem de nós, (...)”²⁶.

Até esse momento não podemos dizer que estava constituído um recrutamento francês dos Tupinambás para trabalharem para eles. Apesar de haver uma hierarquia entre os franceses e os indígenas, não havia ainda um pacto firme com relação aos inimigos comuns nem qualquer tipo de aliança específica no campo militar, a não ser o ódio comum aos pêros, tal como os Tupinambás chamavam os portugueses.

O “recrutamento”, tipo de tratamento específico do meio militar, aparece progressivamente e subentendido nos discursos dos capuchinhos. E o primeiro grande passo ao recrutamento é a construção do forte idealizado, segundo D’Abbeville, para “segurança dos franceses e conservação do país”²⁷.

Por que considero um passo importante à construção do forte? Porque nele estarão presentes os indígenas não somente como mão-de-obra, mas também como aprendizes de técnicas de construção de caráter eminentemente militar, por eles até então desconhecidas. Do mesmo modo, os franceses habituados com o conhecimento tecnológico das tradições de construção européias puderam interagir com o modo indígena habituado aos rigores do clima tropical e da natureza do terreno. Segundo os escritos do capuchinho Yves D’Evreux²⁸ ela foi feita da seguinte maneira:

“(…) fincada a madeira segundo o plano dado para servir de cercadura do forte e de sustentar as terras, mandou-se então avisar por todas as aldeias da ilha e da província de Tapuitapera que viessem índios uns após o outro conduzir a terra tirada dos fossos para os terraços das cortinas, esporões e plataformas, depois cobertas por grandes e grossas aparituries, mangues, árvores duras como ferro e incorruptíveis,

²⁶ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.81.

²⁷ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.83.

²⁸ A versão original quase foi totalmente destruída ainda na tipografia em 1615 por motivos políticos e religiosos, sobrando apenas dois exemplares mutilados. A versão comumente utilizada deste livro existe graças ao empenho de Ferdinand Denis que conseguiu os manuscritos e os publicou com suas notas pela primeira vez em 1864.

de forma que seria quase inútil o tiro de canhão, e mui difícil a escalada: assim se fez (...)”²⁹.

O forte francês, apesar de construído com os poucos recursos que a terra tinha, não deixava a desejar no seu objetivo básico, que era a defesa daquela ilha. As madeiras nobres cobertas pelo barro e em ângulos inferiores a 90 graus nas suas muralhas, impediam o estrago que poderiam causar as artilharias inimigas. A terra do fosso ainda completava as plataformas onde os canhões foram colocados.

O capuchinho ficou impressionado com a tenacidade com que os Tupinambás serviam na construção sem beber ou comer senão por ordem do seu buruuichaué, levando mulheres e crianças para trabalhar também, o que faz o padre interpelar um dos chefes a esse respeito, obtendo a seguinte resposta:

“(...) Temos muito prazer vendo nossos filhos conosco trabalhando neste forte, para que um dia à seus filhos e estes a seus descendentes: ‘eis a fortaleza, que nós e nossos pais fizemos para os franceses, que trouxeram padres, que levantaram casa a Deus, e que vieram defender-nos de nossos inimigos’ (...)”³⁰.

A fala deste chefe indígena local indica que não havendo uma escrita que registrasse os momentos mais importantes da vida do grupo, estes se valiam do que chamamos de uma tradição oral, onde o testemunho era valiosa ferramenta. Daí explica-se a presença dos curumins no trabalho da fortaleza para que estes repassassem para a geração seguinte sua experiência. Isso é algo comum ainda em alguns grupos como, por exemplo, os Bororos. Segundo o trabalho etnográfico de Sylvia Cauby Novais, utilizando-se dos ritos de pescaria e cantos de caçada dos Bororos, que falam da paisagem, ela faz um confronto com a noção de território e demonstra como esse grupo cita os acidentes geográficos e enumera os recursos desse espaço, indicando como eram formadas as unidades sociais num artifício de transmissão de conhecimento via oralidade³¹. Há também aqui a idéia do próprio forte como um lugar da memória. Olhar para ele era lembrar a aliança entre os indígenas e os franceses.

²⁹ D’EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. Coleção Maranhão sempre. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 73.

³⁰ D’EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. Coleção Maranhão sempre. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 74.

³¹ NOVAIS, Sylvia Cauby. *Paisagem Bororo - De terra a território*. In: ANA MARIA NIEMEYER, EMILIA PIETRAFESA DE GODOI (ORG). *Além dos territórios: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado das letras, 1998, p.243. Essa oralidade também servia para perpetuar as rivalidades entre os grupos, e no caso dos Tupinambá perpetuar a sua Revendita contra as demais

Assim o recrutamento para a construção da fortaleza francesa não somente significou o momento de interação das tecnologias, mas também a mentalização e propagação disso para novas gerações dos grupos Tupinambás envolvidos na construção.

No discurso proferido por Japiáçu, Buruuichaue da ilha do Maranhão, tem-se confirmado uma aliança permanente entre os capitães franceses e a liderança Tupinambá. Diz ele num trecho inicial de seu discurso:

“Já começávamos a entristecer-nos vendo que não chegavam franceses guerreiros, sob o comando de um grande buruuichaue, para habitarem esta terra, e já tínhamos resolvido deixar esta costa e abandonar este país com receio dos peros (portugueses), nossos mortais inimigos, e irmos embrenhar-nos pelos matos longínquos, onde nunca nos visse cristãos algum, passando o resto dos nossos dias longe dos franceses, nossos bons amigos, sem foices, machados, facas e outras mercadorias, e reduzidos à vida primitiva e bem triste de nossos antepassados, que cultivavam a terra e derrubavam as árvores com machados de pedras duras”³².

O discurso desse chefe indígena aponta o comércio como ponto inicial da aliança até então praticada entre os Tupinambás e os franceses e nos aponta para a diferença entre ele e as formas de comércio até então praticadas pelos portugueses em outras áreas do Brasil.

No discurso de Japiáçu percebemos que, na sua aliança permanente com os franceses buscava-se fazer crescer e ampliar os territórios Tupinambás tomados por seus inimigos, numa volta aos grandes momentos de sua história. Para ele, o apoio francês era fundamental no desenvolvimento da tribo, mesmo que isso significasse abrir mão de certas práticas, permitindo inclusive que os missionários ensinassem sua religião. Digna de ser mencionada em seu discurso é a diferença que ele diz haver no tratamento dado à religião por portugueses e franceses. Diz ele:

“Quanto ao mais, estamos bem contentes de nos haveres trazido padres e profetas, porque os malditos peros (portugueses), tão cruéis para nós, só nos lançavam em rosto que não adorávamos a Deus.”

nações. In: FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. In: *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. VI. São Paulo, 1952, pp.50-51.

³² D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.86.

“Desgraçados! Ah! Como havíamos de adorá-lo, se não nos ensinavam antes a conhecê-lo e a invocá-lo?”³³.

Ainda que tenhamos dúvidas sobre esse depoimento, não podemos negar que nos domínios portugueses havia uma insuficiência grave de missionários para trabalhar na evangelização dos “gentios” dessas áreas, além de uma frouxidão das autoridades lusas na colônia para controlar os excessos quanto à escravidão indígena.

Portanto a aliança referida mais acima por Japiáçu com os franceses era pautada nos seguintes pontos:

Menor interferência nos traços culturais básicos da tradição Tupinambá percebida no modo de vestir e usar cabelos compridos e adornos, e também nas danças. Quanto às danças, a meu ver e também na opinião de D’Abbeville, os franceses pareciam mais “liberais” que os portugueses. Exemplo disso está no diálogo do buruuichaue Japiáçu e o Senhor de Razilly transcrita por D’Abbeville:

“Os peros (portugueses) antigamente nos maltratavam, praticando em nós muitas crueldades, só porque trazíamos os beiços furados, e os cabelos compridos, e mandavam raspar nossas cabeças como sinal de infâmia. A esse respeito, dize-nos qual é a tua vontade, nós a ouviremos, e depois nos resolveremos a obedecer-te.”³⁴.

Notemos que os costumes tradicionais eram motivos de preocupação para Japiáçu. Havia certo temor de que os franceses proibissem tais costumes, como haviam feito os portugueses. A resposta de Razilly não podia ser mais diplomática, ratificando a maior liberdade das tradições Tupinambás, ainda que somente em determinados costumes, como as danças e os cabelos compridos:

“(…) Não me desagrade e, pelo contrário, quero que conserveis os cabelos compridos: a respeito de vossos beiços furados, desejo que por vos mesmos seja abandonado este costume tolo; por isso não vos farei mal algum, embora eu aprecie mais aqueles que os desprezarem por amor de minhas reflexões: finalmente, quanto a vossas danças eu as aprovo quando feitas como as nossas, para distração”³⁵.

³³ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.86.

³⁴ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.88.

³⁵ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.89.

A resposta de Razilly deixa claro que apesar de não simpatizantes de determinados costumes dos Tupinambás (caso dos beijos furados), eles deixariam que os praticassem, para que os próprios indígenas o abandonassem com o tempo e o convívio com os franceses. No entanto, outros costumes foram expressamente proibidos, entre os quais a execução de escravos e a antropofagia:

“(…) e relativamente aos costumes antigos que praticais por loucura da ignorância, como sejam o de matar e comer escravos, bens sabeis o que prometeste antes de nossa vinda, e por aqui não ficarei se não abandonardes este costume diabólico(…)”³⁶.

Notemos que a escravidão era legalmente permitida, só o sacrifício ou assassinato do escravo era proibido. Isso, no entanto foi algo que pela necessidade e combatividade foi deixada de lado por alguns dos próprios militares franceses. Há casos registrados pelos capuchinhos da continuidade dessas práticas, apesar de proibidas pelos franceses. Um desses casos foi de uma escrava de Japiáçu encontrada em adultério e por isso executada por um dos filhos desse chefe. Segundo D’Abbeville: “*muitos índios, e particularmente muitas velhas, esquartejaram o seu corpo, e dizem até ter mandado às escondidas um pedaço para a aldeia de Carnaupió*”³⁷.

Na viagem exploratória do capitão português Martin Soares Moreno em 1613, para avaliar as defesas francesas no Maranhão, ele encontra um gentio de nome Mucura que lhe informa sobre a povoação francesa e o seu forte, diz ele também:

“(…)y que el yndio que se bino á ellos que trahen consigo les dixo como em el enemigo franzes em la punta de la dicha Isla tenia hecha la poblacion da mas de trezientos vecinos y un forte muy grande con mucha artilleria y que alli hazian nabes y que el año passado abian hecho seis y que ansi mesmo les dijo que el enemigo andaba por aquel Rio Robando los que pasaban y cautivandolos para servirse de ellos y entregarlos á los yndios de aquella comarca para que los comiesen.”³⁸.

³⁶ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.89.

³⁷ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.177.

³⁸ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.162-63.

Não descarto a possibilidade desse relato ser invenção dos portugueses para terem como justificar a expulsão dos franceses do Maranhão. Contudo, também poderia ser uma prática real exercida para dar mais autoridade aos Tupinambás e controlar as informações que saíam da região, evitando assim alertar as autoridades portuguesas de sua presença.

Outro ponto de aproximação com os franceses: As trocas amistosas de mercadorias, genericamente conhecidas por escambo. Muitas delas cobiçadas pelos indígenas como, por exemplo, as ferramentas de metal. As trocas, pelo que indicam as fontes, também eram mais vantajosas com os franceses do que com os portugueses, como podemos perceber num debate entre dois proeminentes Tupinambás: Migan e Mamboré-Uaçau:

“Há cinqüenta anos que conheces os franceses e que com eles convives diariamente, já os vistes praticar o que fizeram os pêros (portugueses)?
Obrigaram eles a tua nação a fazer alguma coisa? Não te pagam os teus gêneros? Se os tem sustentado ou se lhes fazes alguma coisa, não recebes logo recompensa?
Pensas porventura que há no mundo nação que em bondade se iguale à francesa?
Não e não, porque são os franceses os primeiros que nasceram na Igreja, os verdadeiros filhos de Tupã, escolhidos para lhes dar sua fé, e ensiná-la aos outros.
Com tais palavras, mostrou-se o dito velho convencido e satisfeito, e declarou nunca mais falar nisto, visto não ter o que responder a seu compadre Migan”³⁹.

Não pretendo aqui discutir a noção de troca e compra na sociedade Tupinambá, mas dentro do que foi observado nas crônicas do capuchinho francês D’Abbeville, percebemos que a relação comercial desses indígenas e os portugueses eram desiguais e exploratórias. Como vimos subentendidos nos discursos dos chefes Tupinambás, os “peros” portugueses, às vezes, não pagavam pelo trabalho dos índios e os tratavam com brutalidade nas regiões conquistadas, como Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A introdução da metalurgia a meu ver é algo muito importante neste processo de formação de uma aliança permanente. No discurso de Japiáçu citado a seguir, isso aparece sintetizado, pois mostra um sentido de avanço, de evolução nessa sociedade onde no passado “primitivo” eles tinham a “vida bem triste”, onde “cultivavam a terra e derrubavam as árvores com machados de pedras duras”.

A vida material surge também como um elemento modificador dos costumes tradicionais. Num sincretismo que alia tecnologia e religião o discurso faz alusão ao dilúvio

³⁹ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, pp. 159-60.

bíblico e justifica-se através de um mito explicativo o por quê dos indígenas não usarem o ferro:

“Acreditamos que por maldade dos homens, Deus espalhou o Dilúvio por toda parte para castigá-los, e reservou deste castigo apenas um bom pai e uma boa mãe, de quem descendemos, ficando apenas vós e nós.

Depois do dilúvio, Deus enviou seus profetas, que tinham barbas, para instruir-nos na Lei de Deus.

Apresentaram estes profetas, ao pai de quem descendemos duas espadas uma de pau e outra de ferro, e lhe pediu que escolhesse.

Ele achou muito pesada a espada de ferro, e por isso escolheu a de pau, e o pai de quem descendeis tomou a de ferro. Fomos depois disso bem infelizes, porque vendo os profetas que a nossa gente não acreditava neles, subiram para o céu, deixando vestígios de sua pessoa e de seus pés gravados em cruz na rocha próxima a Potiiú, que viste tão bem como eu (dirigindo-se a Migan).

Apareceu depois disto a diversidade de línguas entre nós, que apenas falávamos uma só”⁴⁰.

Na leitura deste mito salto no tempo e volto ao presente, lembro-me das “pedras de raio”, “pedras de corisco”, como são chamadas pelos caboclos e ribeirinhos as lâminas de machado de pedra polida, comumente encontradas nos sítios arqueológicos. Às vezes não nos damos conta de que esses machados são vestígios de uma tecnologia muito eficiente no passado pré-histórico, embora tivesse algumas desvantagens, como a durabilidade pequena, a feitura difícil e a matéria prima não encontrada facilmente na região. Ainda assim, foi ela conhecida e largamente utilizada por centenas de anos⁴¹.

Durante este primeiro contato dos Tupinambás com os franceses, a “pedra polida” passa gradativamente a ser substituída por outro tipo de material, mais eficiente por ser mais resistente, mais variado nas formas dos utensílios e atraente aos olhares curiosos dos indígenas. Importante dizer que isso não significou o fim das sociedades indígenas, mas um grande reformulador da vida material dos Tupinambás, permitindo novos usos e adaptações àquela novidade trazida pelos europeus.

Nesse momento, com os franceses como aliados, eles tinham um futuro promissor como leais súditos do Rei da França, pois retomariam sua condição de grande nação,

⁴⁰ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.87.

⁴¹ PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, DF, Editora UNB, 1992, pp.35-84.

subordinando os outros povos que eram seus inimigos, como afirma Japiiaçu ao final de seu discurso aos franceses:

“Depois de tantas misérias, para completarem nossas desgraças, esta maldita raça de peros tomou nossas terras, destruiu esta grande e antiga nação, e reduziu-a a pequeno número, como podes saber que é atualmente.

Agora porém, nada tememos, porque tu chegaste, e com tua gente hás de restituir a nossa nação à sua grandeza primitiva”⁴².

A introdução do ferro foi útil nesse momento da colonização para todas as partes, principalmente no corte de toras de madeira bruta. O método antigo demorava mais pela quebra das lâminas e desgaste do gume, que era ruim para o escambo com novas mercadorias. No entanto, implicitamente a metalurgia acabou por facilitar uma dependência dos grupos Tupinambás perante os franceses. No uso dessa tecnologia, os aborígenes acabam por ter que fazer a opção: ou escolhiam ficar com as formas tradicionais líticas, cuja produção era por eles controlada, ou sujeitar-se às exigências das trocas com os franceses para conseguir os artigos que eles não tinham o controle de produção. O controle das ferramentas de trabalho passava então para as mãos dos franceses, sendo importadas da Europa.

Isto fica evidente em determinados momentos dos diálogos transcritos por D’Abbeville como o debate do principal de 180 anos chamado Mamboré-Uaçau e Des Vaux. O idoso Mamboré que já havia lutado contra os portugueses em Pernambuco, mostra-se duvidoso da aliança com os franceses e faz uma comparação das ações destes com os portugueses, chamados de pêros, pelos Tupinambás:

“Vi o estabelecimento dos peros em Pernambuco e Potiú, e o seu principio foi como o vosso agora.

No princípio, os peros só queriam negociar, e não morar aí; dormiam então à vontade com as raparigas, o que os nossos companheiros de Pernambuco e de Potiú reputavam grande honra.

Depois disseram ser-lhes preciso aí morar, que necessitavam construir fortalezas para guardá-las, edificar cidades para morarem juntos, parecendo assim que só desejavam ser uma grande nação.

Depois fizeram entender que não podiam ter assim as filhas deles, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento, e que não podiam casar-se com elas, senão batizadas, e que para isso era necessário um padre.

⁴² D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.87.

Vieram os padres, plantaram uma cruz, começaram a instruí-los, e depois foram batizados.

Depois fizeram ver que tanto eles como os padres precisavam de escravos para servi-los e trabalhar para eles, e assim eram obrigados a dar-lhes.

Não satisfeitos com os escravos aprisionados na guerra, quiseram também seus filhos, e finalmente cativaram toda a nação, e com tal tirania e crueldade e trataram sempre, que a maior dos que escaparam viram-se obrigados, como nós, a deixar o país.

Assim aconteceu com os franceses.

Quando viestes aqui pela primeira vez, foi simplesmente para negociar conosco, como os peros não achastes dificuldade de tomardes nossas filhas, e nós nos julgávamos felizes quando elas tinham um filho vosso.

Nesse tempo não falastes em vir morar aqui, e apenas vos contentáveis de vir aqui uma vez por ano, e demorar-vos somente quatro ou cinco luas, regressando ao vosso país com os nossos gêneros para em troca trazerdes o que necessitávamos.

Agora para morardes aqui nos aconselhais fazer fortaleza, dizendo ser para defendermos-nos de nossos inimigos, para isso trouxestes-nos um buruuichau e padres.

É verdade que estamos contentes, porém os peros fizeram o mesmo.

Depois da chegada dos padres, plantastes a cruz, como os peros, como eles começastes a instruí-los e batiza-los, e como eles ainda dizeis não poderdes possuir nossas filhas senão em casamento, e depois de batizadas.

A princípio, como os peros, não quisestes escravos, agora pedis e quereis possuí-los como eles.

Não creio que tenhais os mesmos projetos dos peros e nem receio isto, porque já sou velho e nada mais temo, porém conto ingenuamente o que vi”⁴³.

Deste belo discurso de Mamboré-Uaçau nos vem à certeza de que havia críticos da presença francesa no Maranhão. Sua comparação aos (pêros) portugueses indica a semelhança nas formas de tratamento dado a pêros e franceses, onde nos primeiros tempos do contato e início da colonização, trocavam-se mercadorias em contatos esporádicos e formava-se uma aliança inconstante pautada neste comércio. Depois, aos poucos se fixavam moradias e eram construídas fortificações, já com adesão das tribos em alianças permanentes, com recrutamento militar e por fim a escravidão dos inimigos indígenas.

No caso dos portugueses a guerra e escravidão avançaram contra os seus próprios aliados tupinambás, daí o ódio aos “pêros traidores” e o alerta desse chefe indígena a todos os

⁴³ D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.156-57.

demais chefes e membros das tribos, como um questionamento junto aos franceses das suas intenções⁴⁴.

Na resposta de Des Vaux a Mamboré-Uaçau percebemos sua irritação com a comparação aos portugueses, que abalou a reunião que os franceses faziam com os gerontes (conselho de anciãos) em Eussauap, possibilitando uma reflexão por parte dos grupos indígenas divididos quanto ao apoio ou não às idéias de Mamboré-Uaçau.

Des Vaux, por outro lado, não conseguiu responder as acusações e indiretamente apontou para a submissão dos indígenas ao apoio francês, o que nos sugere uma sutil ameaça:

“Admira-me muito que tu, que bem conheces os franceses há muito tempo, ouses compara-los aos peros, como se não conhecesses a diferença entre uns e outros. Recorda-te bem como os peros se estabeleceram em Pernambuco e Potiú, e como trataram seus semelhantes desde que aí entraram. Viste porventura os franceses fazerem o mesmo? Vai por quarenta ou cinqüenta anos que negociamos convosco. Tendes alguma queixa de nós? Ao contrário, não sabes quanto seria mais infeliz tua nação sem o auxilio dos franceses? Constrangida a deixar sua pátria e suas comodidades para abrigar-se neste lugar onde agora estais, o que seria dela sem o auxilio dos franceses, que vieram procurar-vos para trazer-vos machados, foices e outros gêneros que vos são necessários, pois sem eles não podereis preparar vossas roças, e nem viver?

O que fazíeis se anualmente eles não passassem o mar para vir não só ver-vos, mas também para trazer-vos novos gêneros para substituir os já velhos e gastos? Onde procurareis outros?”⁴⁵.

A dependência aos materiais em metal trazidos pelos franceses foi a principal alegação de Des Vaux em seu discurso de defesa da política dos franceses com os Tupinambás de São Luis. Contudo, não conseguiu convencer todos sobre as diferenças entre as formas de tratamento deles e a dos portugueses e muito menos convencê-los que no futuro não haveria uma escravização generalizada dos Tupinambás como o fizeram os portugueses em Pernambuco e Potiú (Rio Grande do Norte).

⁴⁴ No discurso de Mamboré-Uaçau percebemos que não há temor de sua pessoa sobre o futuro da tribo, posto que na mentalidade indígena Tupinambá o futuro pertence somente aos seus descendentes. Isto aparece muito nas obras de D’Evreux e D’Abbeville, daí entendemos a razão para não acumularem riqueza para os seus descendentes. Para eles tinha maior importância a lembrança dos seus feitos em vida do que o legado deixado para os seus descendentes após a morte. Contudo, não podemos negar que a influência européia veio alterar esse pensamento conforme o processo de colonização.

⁴⁵ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.157-58.

Além disso, as relações pessoais mudam conforme a adoção demasiada dos artigos dos brancos, os fabricantes de machados e ferramentas de pedra ficaram com o tempo, livres desse trabalho e tiveram que fazer outras atividades. Segundo Serge Gruzinski, isso aconteceu também no México colonial num período anterior ao ocorrido nas colônias da América do sul⁴⁶. A partir de 1540, vinte anos depois da Conquista por Cortez, os ofícios europeus foram incorporados pelos indígenas que passaram a fazer todos os tipos de objetos, substituindo suas ferramentas tradicionais por ferramentas européias, de ferro, que não conheciam antes da conquista. Ainda segundo Gruzinski o uso de novas técnicas modificou a antiga repartição de tarefas entre homens e mulheres nas sociedades indígenas. A tecelagem passou a ser uma atividade também masculina, contudo, isso acontecia na vida comunitária, pois dentro das casas ainda prevaleciam as formas tradicionais.

No Maranhão isso também acontece. Na medida em que não faziam mais suas ferramentas em pedra alguns homens passam a fazer objetos em cerâmica, coisa que antes era uma tarefa eminentemente feminina. Outros vão preferir se dedicar exclusivamente à guerra.

Os grupos conhecidos como Miarinenses, originários de um lugar chamado Miari, eram grupos bem familiarizados com as técnicas e tecnologias francesas. Na descrição de Yves D'Evreux eles já aparecem portando espadas de ferro que sempre guardam junto de si:

“Gostam de trazer as espadas tão limpas como cristal, e para isso as esfregam com areia fina e azeite de mamona, amolam-nas repetidas vezes para estarem sempre cortantes, aguçam as pontas quando estão gastas pela ferrugem, muito comum na zona tórrida”⁴⁷.

Religião e tecnologia estão completamente imbricadas no processo de mestiçagem. Os portugueses eram bons comerciantes com os árabes, indianos e africanos em suas viagens para comerciais. Por isso, tratavam as trocas com os indígenas Tupinambás ou aliados de modo semelhante ao que faziam com os outros povos⁴⁸. Talvez daí tenha surgido à

⁴⁶ GRUZINSKI, Serge. *Índios construtores de Catedrais: Mestiçagens, Trabalho e Produção na Cidade do México, 1550-1600*. In: PAIVA & ANASTASIA (ORGS.). *O trabalho Mestiço: Maneiras de pensar e formas de viver-séculos XVII a XIX*. São Paulo: ANNABLUME: PPGH/ UFMG, 2002, p.325.

⁴⁷ D'EVREUX, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p. 94.

⁴⁸ Segundo o historiador Charles Boxer, os portugueses na Costa africana da Guiné, fizeram dois fortes (o da Mina em 1482 e o de Axim em 1503) e trocavam tigelas de latão, pulseiras, contas, tecido e outras mercadorias por ouro, marfim e escravos do interior, trazidos por mercadores itinerantes. Ou seja, numa relação de troca desigual semelhante a praticada no Brasil. In: BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 46.

falsa impressão de que os indígenas não sabiam o valor das coisas e eram facilmente enganados por quinquilharias e contas de vidro.

Além do mais, tais “quinquilharias” eram grandemente valorizadas, principalmente entre os Tupinambás que eram vaidosos de uma forma geral, segundo os dois frades: D’Abbeville e D’Evreux. Valorizavam os adornos de orelhas que faziam ou trocavam com franceses. Também tinham apreço por pedras verdes ou brancas que colocavam no lábio inferior. Tais objetos em pedra, como os enfeites labiais, continuaram sendo feitos e tendo grande importância aos Tupinambás, conforme relatos de D’Evreux:

“Os Tupinambás e os Tapuias dão muito apreço a estas pedras: vi por uma pedra para o beijo dar o valor de mais de vinte escudos de mercadorias um Tupinambá a um Miarinense, em nossa casa de São Francisco, no Maranhão”⁴⁹.

Outro exemplo, dado por D’Evreux, nos revela a importância dada aos objetos, principalmente os enfeites corporais:

“Um certo Cabelo Comprido veio ter conosco, ornado com seus enfeites mais lindos, que consistiam em dois chifres de bodes e quatro dentes de corça, muito compridos, em vez de brincos, de que muito se orgulhava por havê-los alcançado com indústria (...) A maior, porém, de suas ostentações era uma destas pedras verdes, de comprimento, pelo menos de quatro dedos, bem redonda, o que me agradou tanto a ponto de desejar trazê-la para a França. Perguntei-lhe o que queria que lhe desse por esta pedra, respondeu-me: “dê-me um navio de França carregado de machados, de foices, de vestidos, de espadas e de arcabuzes”⁵⁰.

Aqui trabalho com a hipótese de que eram advindas de comércios com outros grupos, devido à carência desses minerais na região onde habitavam, e com certeza foram rapidamente incorporadas nas trocas com os franceses ao perceberem o valor que eles as davam.

Do lado Tupinambá um produto atraía a atenção dos marujos franceses: as mulheres mais novas. Sabiam os franceses que, na cultura Tupinambá as mulheres faziam os trabalhos mais pesados na roça e domésticos. Por isso valorizavam as mulheres Tupinambás e as requeriam nas trocas com os chefes das aldeias. Daí haver um comércio delas, para

⁴⁹ D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p. 94.

⁵⁰ D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p. 94.

servirem de concubinas aos franceses, e ao mesmo tempo trabalharem para eles. Essa prática de comércio das mulheres foi proibida pelos Capitães Ravardière e Rasilly, em 1612.

“Ordenamos que não se cometa adultério por amor ou violentamente com as mulheres dos índios sob pena de morte, visto a ruína da alma do criminoso, e desta colônia, infringindo o mesmo castigo a quem violentar as moças solteiras.

Ordenamos e proibimos a todos que não pratiquem qualquer ato de desonestidade com as filhas dos índios, sob pena, pela primeira vez, de servir o delinqüente como escravo na colônia por espaço de um mês, pela segunda, de trazer ferros aos pés por dois meses, e pela terceira vez, trazidos a nossa presença, mandaremos infringir o castigo que for justo”⁵¹.

Segundo os capuchinhos, esse negócio das mulheres foi continuado de maneira clandestina por muitos indígenas e franceses, mas, conforme os aprendizados adquiridos pelos indígenas do catolicismo e do sentido da monogamia, os Tupinambás passaram a denunciar os transgressores e a diminuir este comércio. O interessante neste aspecto relatado pelo padre Yves D’Evreux é os Tupinambás chamarem as concubinas dos franceses de “Marie” seguida do nome do francês a quem estavam unidas:

“Esta hospitalidade ou compadresco é entre eles muito intimada porque estimam seus hóspedes como se fossem seus próprios filhos, vão caçar e pescar para eles, e, conforme o seu costume, entregam-lhe as filhas, que desde então se chamam Maria, e tem por sobrenome o do francês a quem se ligam, de sorte que dizendo-se Maria de tal, sabe-se logo de quem é concubina.”⁵².

Depois que foi proibida a concubinação entre índias e franceses, outras formas de se conseguir mulheres para o trabalho foram desenvolvidas pelos franceses. Uma delas, descrita pelo capuchinho D’Evreux, era o casamento de um escravo dos franceses com uma índia ou índio da aldeia. Dentro dessa prática de compromissos e matrimônio os franceses ocultavam a escravidão. Os franceses sabiam que os Tupinambás tomavam as mulheres para o trabalho na casa e cozinha e, às vezes, cediam suas filhas para escravos com esse intento.

⁵¹ D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.171-72.

⁵² Nem o capuchinho D’Evreux soube explicar porque eles dão este nome as índias concubinas dos franceses. Uma explicação plausível seria a mistura de fonemas franceses de duas ou três palavras diferentes Marie (Maria) e mariée ou mari (que seria aproximadamente esposa de fulano). In: D’EVREUX, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, pp.70-71.

Tendo esse conhecimento, formularam um meio de obterem vantagens. D'Evreux cita explicitamente como funcionava essa prática num de seus capítulos:

“Praticam o contrário os franceses porque compram homens e mulheres escravas para casá-los, ficando a mulher com o dever de cuidar no arranjo da casa, e o marido com o de ir pescar e caçar.

Se acontece um francês comprar alguma rapariga escrava, mostra-a a algum jovem Tupinambá,(...), depois promete-lhe que será seu genro pois ama sua escrava como se fosse sua filha, para assim vir o Tupinambá morar com ele, casar com a rapariga e por esta forma ter por uma escrava dois escravos, a quem trata por filho e genro, e eles o chamam seu cheru, isto é seu pai.”⁵³.

Geralmente eram escolhidas as mais jovens entre 15 e 25 anos chamadas “cunhamuçú”, que estavam na fase de casar:

“Cedo são pedidas em casamento, se seus pais não as destinam para algum francês a fim de terem muitos gêneros, e no caso contrário são concedidas, e então se chamam cunhamuçupoare, mulher casada, ou no vigor da idade”⁵⁴.

Dos produtos comercializados com os Tupinambás a farinha de mandioca talvez seja a que mais interessava, visto ser a principal fonte de alimentação na Colônia. Yves D'Evreux comenta isso numa parte de seu testemunho, onde afirma que durante três anos ficaram sem produzir nada nas terras próximos à fortaleza de São Luiz por culpa dos Tupis que às “esterilizaram” por uso contínuo⁵⁵. Da farinha faziam mingau “ionquer” com sal, água e pimenta, ou apenas usavam farinha seca com água.

Outro produto comestível era o peixe boi apreciado pela sua carne e gordura. Também havia o sal encontrado em forma de “gelo duro e reluzente” nas praias 40 léguas do forte e, segundo o missionário, “de melhor qualidade que o de França e Espanha”⁵⁶.

Outro ponto de aproximação com os franceses era o apoio desses a guerra praticada pelos Tupinambás contra os seus inimigos. Este talvez seja o elo que faltava para o

⁵³ D'EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.105.

⁵⁴ D'EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, pp.134-35.

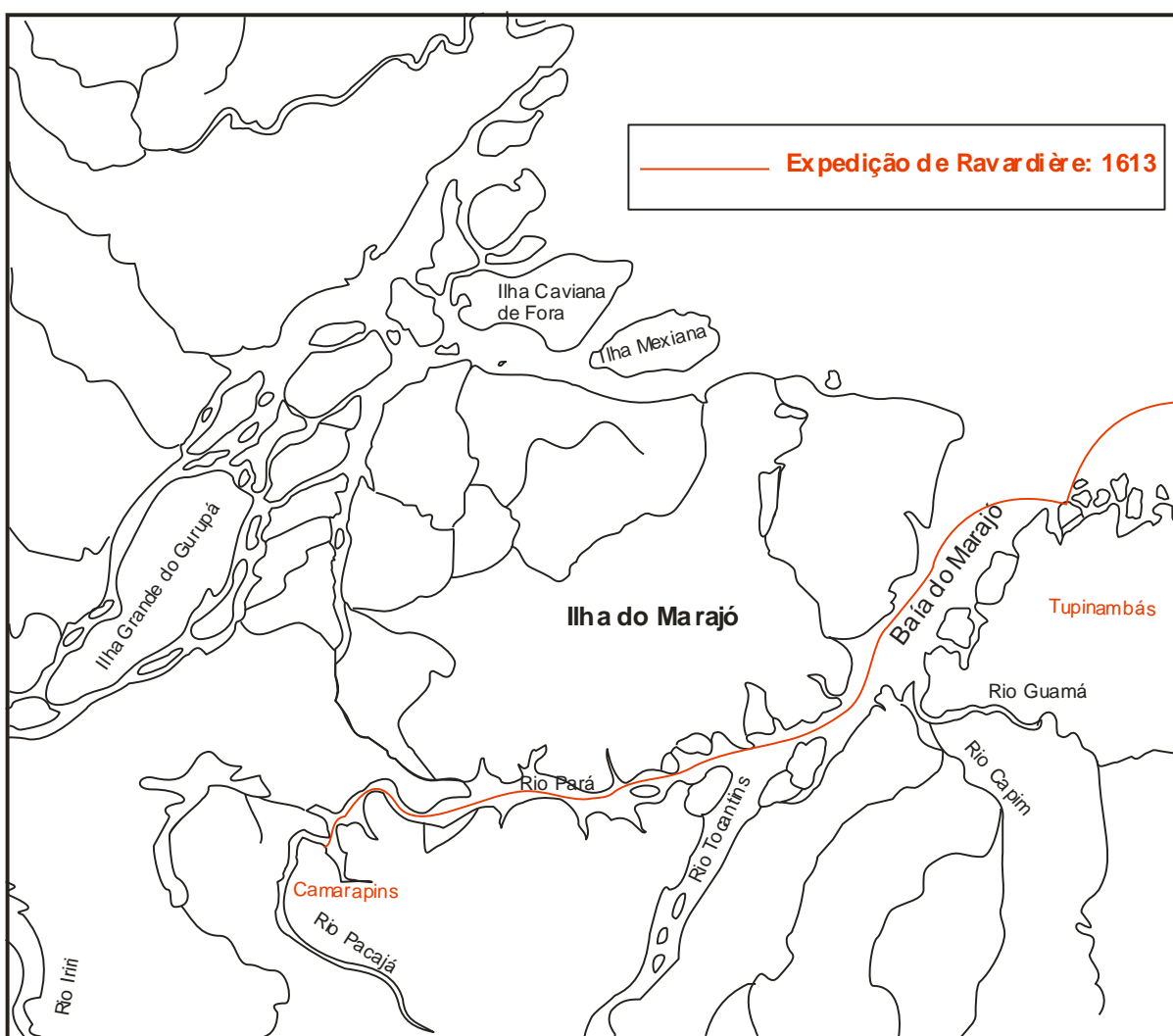
⁵⁵ D'EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.69.

⁵⁶ D'EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.70.

recrutamento dos indígenas iniciado como vimos mais adiante com a construção da fortaleza de São Luis, posto existir uma cumplicidade de ações contra os inimigos portugueses⁵⁷.

As primeiras ações conjuntas de franceses e Tupinambás, numa demonstração de aliança e recrutamento, ainda que voluntário, onde as forças militares indígenas e francesas vão cada qual a seu modo guerrear, acontece na rápida viagem ao Grão-Pará numa expedição punitiva contra uns inimigos dos Tupinambá chamados Camarapins, que viviam no rio Pacajá.

Figura 5



Mapa da Expedição de Ravardière ao Pará, em 1613, para combater os Caramapins inimigos dos Tupinambás:

⁵⁷ Numa cerimônia no dia de todos os santos (1 de novembro), fixou-se os termos de um pacto militar entre franceses e Tupinambás, com a presença dos principais da ilha de São Luiz e dos Capitães franceses Ravardière e Rasily. Foram erguidas as armas da França e suas bandeiras. In: D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.165-68. Essa aliança militar também foi estudada pela historiadora Patrícia Seed, como um marco francês dentro das cerimônias de posse por eles praticadas. In: SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na Conquista Européia do novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Unesp, 1999, pp.68-71.

Percebo aí um interesse dos Capitães franceses na viagem para um conhecimento prévio da região, mas não podemos negar que esse conflito está mais para um auxílio do que para uma exploração dado ser muito mais vantajoso aos franceses fazer explorações sozinhos, onde podiam conseguir pacificar as nações ali existentes por meio de trocas simples, do que com guerras. Nesta missão foram 1.200 homens entre Tupinambás e franceses. Já na região do Pará encontraram mais aldeias aliadas que enviaram reforços ao grupo até chegarem todos à aldeia inimiga.

Os Camarapins viviam em “iuras”, casas nas árvores ou feitas sobre estacas de madeira na água. De suas casas lançaram uma saraivada de flechas sobre os atacantes que revidaram com fogo de mosquetes por três horas, segundo D’Evreux. Em determinado tempo da luta dispararam tiros de morteiros e canhão nas “iuras” sem que conseguissem fazê-los descer e desistir de lutar. Os franceses retiram-se da luta, ou por medo de serem cercados ou por horror, visto a tenacidade com que os Camarapins lutavam. Segundo D’Evreux os franceses retiraram-se da luta “com intenção de ver se noutra ocasião, tratados com doçura, podiam ser domesticados”⁵⁸.

Do relato do capuchinho podemos obter algumas informações. Em nenhum momento fala-se de flechas sendo lançadas pelos Tupinambás, apenas menciona-se tiros de mosquetaria, que pode indicar a adoção das armas de fogo pelos mesmos em boa quantidade e principalmente com a técnica correta. Mas isso pode também significar que toda a ação fora planejada e executada pelos franceses para demonstrar o seu poder de fogo aos seus aliados Tupinambás, incapazes de vencer os inimigos sem ajuda dos europeus. Por outro lado, para os Tupinambás, tal demonstração de força também era importante para intimidar os seus inimigos. Demonstração e intimidação foram os objetivos desta missão conjunta.

Enquanto estavam nessa missão, no Grão-Pará os portugueses faziam suas primeiras investidas nas proximidades de São Luis a fim de investigar a presença francesa na região, que era conhecida na corte de Madrid já algum tempo. Para o seu comando foi nomeado Jerônimo de Albuquerque⁵⁹.

⁵⁸ D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.82-3.

⁵⁹ Foram nessa expedição três caravelões fortemente armados até o rio Camocim, onde ficaram instalados como porto base por ser mais próximo do Maranhão do que o Ceará. GUEDES, Max Justo. *A Expulsão dos Invasores*. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. p.557.

Os militares portugueses vão ao Maranhão: os aliados e recrutados inconstantes dos portugueses:

O Capitão Martim Soares Moreno foi designado pelo Governador Geral Gaspar de Sousa para fazer o reconhecimento do Maranhão a bordo da Barca Santa Catarina. Foi ao Camocim e lá combinou com Jerônimo de Albuquerque o prazo de um mês para a sua volta, rumando ao Maranhão em agosto de 1613. Segundo o seu depoimento, ratificado por seus companheiros de viagem, ele saiu do Ceará, por ordem do Governador Geral do Brasil, para fazer a carta de navegação necessária à entrada segura de navios da esquadra, verificando a localização dos baixios e vendo qual o melhor tipo de embarcação era necessária para tal viagem. Tinha também a missão de conhecer a população da área e ver se eram pacíficos⁶⁰.

No seu depoimento e na descrição de Yves D'Evreux, verificamos o quanto pode ser diferente as informações dadas para um mesmo fato: segundo Soares Moreno, ele e seus soldados encontraram um armazém francês e o destruíram:

“(…) fueron fondeando el dicho Rio y tomando el fondo del hasta que llegaron á la ysla donde el enemigo franzes estaba fortificado que habrá desde la boca doze léguas y save este testigo que el dicho capitán com su gente de guerra que llevaba saltaron em tierra y allaron um almalzen del enemigo com gran cantidad de garzia y brea y otros petrechos de guerra y mucha suma de palo y le pegaron fuego(…)”⁶¹.

No dito local colocaram uma cruz com a seguinte frase: “*aqui llegó el capitán Martín Xuarez Moreno por el Rey de España*” e continuaram a avançar pela costa, até parar em um local onde deixaram um indígena chamado Balthasar, que eles levavam como língua⁶². Pouco depois este Balthasar voltou com um outro Tupinambá de nome Mucura que delatou uma armadilha de franceses que, com lanchas armadas, preparavam para atacar assim que tentassem sair do canal. Seguindo, então, o dito Mucura, o capitão levou a embarcação para uns baixios, onde quase não conseguiu passar, até chegar a mar aberto. Os ventos fortes

⁶⁰ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.160-61.

⁶¹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.160-61.

⁶² Língua era um tradutor. Podia ser branco, mestiço ou indígena. No caso de Balthasar este era Tupinambá a serviço dos portugueses. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.162.

contrários e as embarcações avariadas os obrigaram a seguir viagem até a ilha de Santo Domingo, onde ficaram detidos pelos espanhóis para esclarecimentos⁶³.

No discurso do capuchinho D'Evreux os fatos ditos por Soares Moreno soam de maneira diferente, em parte por ser missionário com um tipo de escrita mais rebuscada, e em outra por ser mais conhecedor da área em que os portugueses se encontravam⁶⁴. Ele indica com precisão o local aonde eles chegaram, a Ilha de Santa Anna, foi lá que o capitão português fincou sua cruz. D'Evreux não fala da destruição de nenhum armazém pelos portugueses como foi dito por Soares Moreno, em seu depoimento. Ainda segundo o missionário, o navio lusitano passou pelo “porto de Caur” sempre descendo gente da tripulação para verificar os locais propícios a plantação de cana e fundação de engenhos de açúcar. Chamavam os aborígenes com “tiros de peças”, mas apenas um foi até eles, o principal de Itaparis, chamado Metarapua “pedra branca” ou “caranguejo”. Ele recebeu machados e foices em troca de informações das quais os missionários não souberam quais foram. Nota-se que até este ponto há poucas divergências dos dois depoimentos, mas nas partes seguintes D'Evreux distancia-se mais do outro discurso:

“Os portugueses traziam consigo os índios Canibais moradores em Mocuru e parentes de outros do mesmo nome refugiados no Maranhão, os quais eles mandaram a terra para tomar conhecimento e informações se na ilha haviam muitos franceses, se estavam fortificados, e se tinham canhões”⁶⁵.

Sabemos que, até então, os portugueses levavam “línguas” para conversar com os Tupinambás, mas com a descrição de D'Evreux sabemos agora que eles eram da aldeia de Mocuru e que tinham parentes na ilha de Santa Anna. O nome Mucura dado por Soares Moreno pode ser uma corrupção de Mocuru, significando assim uma mesma localidade.

Um destes “Canibais”, segundo o capuchinho, fez a delação dos franceses dizendo: “*Que fazeis aqui? Fugi depressa para o mar, regressai ao vosso navio, porque os*

⁶³ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.153.

⁶⁴ Isso parece correto ao verificarmos o conhecimento do capuchinho sobre as ilhas, portos e aldeias de São Luis e arredores. D'Evreux sabia exatamente onde aportaram os portugueses (ilha de Santa Anna) e onde passaram. Grande parte desse conhecimento era proveniente das conversas com os indígenas. In: D'EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, pp. 89-92.

⁶⁵ D'EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.90.

franceses têm na ilha um belo forte, canoas, navios e canhões” ⁶⁶. Este fato provoca a fuga dos portugueses, sendo perseguidos por uma barca artilhada francesa, que não consegue abordá-los. Pena que os escritos de D’Evreux sejam hoje incompletos, faltando dois capítulos (XI e XII), justamente seguidos ao deste, onde talvez tratassem justamente dos preparativos dos militares franceses, com seus aliados recrutados, da defesa da ilha. Mesmo assim, ele ainda nos traz valiosas informações sobre a construção de dois fortes no local onde desembarcaram os portugueses (Porto de Cauris).

Os aliados permanentes dos portugueses do Nordeste do Brasil vão ao Maranhão:

Para expulsar os franceses do Maranhão os militares portugueses foram procurar nas alianças com as tribos rivais dos Tupinambás uma forma de conseguir mais efetivo militar para a campanha. No entanto, ainda contaram com seus aliados permanentes do Rio Grande do Norte e Pernambuco, donde destacam-se as figuras de Felipe Camarão e Jacaúna. Desses grupos pouco sabemos em termos de relações comerciais com os portugueses, exceto os poucos registros feitos pelos Capitães portugueses, tais como Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura. Algumas dessas tribos já haviam tido contato com os franceses e comercializaram com eles antes da chegada dos portugueses, como por exemplo, os Tabajaras e Potiguares.

Quem eram os Tabajaras ou Tobajaras? Entende-se que podiam ser tanto do tronco Tupi-Guarani ou não, pois na verdade seria um termo usado para definir os seus “inimigos”, de uma maneira geral, entre os indígenas, não sendo aplicado aos brancos.

Para Florestan Fernandes os Tabajaras seriam inimigos dos Tupinambás na região do Maranhão-Pará. No entanto etimologicamente podem ser entendidos como “os do outro lado”, portanto inimigos, mas pertencentes também à etnia Tupinambá⁶⁷.

Os Tabajaras aparecem em fontes quinhentistas como aliados dos Potiguares no litoral Nordeste brasileiro. Divergências entre as tribos teriam desfeito essa aliança e permitido a sua aproximação junto aos portugueses por volta de 1585⁶⁸.

⁶⁶ Numa nota do livro feita pelo editor, uma versão em francês citada diz: “(...) il y a plusieurs François em l’Isle qui ont vn beau fort, barques, canons & nauires”. In: D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.90.

⁶⁷ FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp.384.

Outros grupos eram os Tapuias. Seu nome advém de um termo genérico para tratar os indígenas não-tupis como os Charruas, Goitacás, Aimorés e Tremembés⁶⁹. Segundo Ronald Raminelli, os Tapuias são na grande maioria da família lingüística Jê ou grupos lingüísticos isolados, destacando os Charruas, no estuário do Prata, os Goitacás, na foz da Paraíba, os Aimorés, no sul da Bahia e os Tremembés entre o Ceará e o Maranhão. Além destes, destaca os Kariris, Janduís, Paiacus, Canindés, Sucuris, Icós, Tocarubas⁷⁰. Segundo Florestan Fernandes, os Tapuias ou Tupinas viviam no litoral da Bahia até serem expulsos para o interior pelos Tupinambás⁷¹.

Outro grupo era os Tremembés. Sua língua era o Tupi-guarani, talvez de um dialeto mais próximo ao guarani, daí serem identificados como não Tupis. Viviam na costa do litoral brasileiro.

Segundo Carlos Fausto, o nome Tremembé indica os grupos que viviam entre o Ceará e o Maranhão⁷². Eram inimigos dos Tupinambás seguindo a migração destes para a região do Maranhão-Pará segundo Florestan Fernandes⁷³.

Outros grupos eram Caetés. Designavam Tupi-Guaranis da costa brasileira. Segundo o Tratado de Soares de Sousa, o grupo dos Caetés vivia do Rio São Francisco até a Paraíba⁷⁴. Segundo Florestan Fernandes, os Caetés faziam fronteira com os Tupinambás pelo lado do Rio São Francisco e também faziam tráfico com os franceses até serem duramente reprimidos pelas expedições portuguesas entre 1562 e 1574. Onde foram feitos escravos ou ficaram sob a tutela dos missionários da Companhia de Jesus, que desde 1561 já possuía diversas aldeias com indígenas desta nação submetidos a evangelização. Eram inimigos dos Tupinambás e viviam entre a região do Maranhão e Pará. Segundo Florestan Fernandes,

⁶⁸ MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz. *Etnohistória dos índios Potiguara: ensaios, relatórios, documentos*. João Pessoa, PR/PB-SEC/PB, 1992.

⁶⁹ FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.382.

⁷⁰ RAMINELLI, Ronald. *Tapuias*. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: editora objetiva LTDA, 2000, pp.544-45.

⁷¹ FERNANDES, Florestan. *Organização social Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, 1948, p.35.

⁷² FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.383.

⁷³ FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. In: *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. VI. São Paulo, 1952, pp.44.

⁷⁴ FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.383.

embora os Tupinambás e Caetés tivessem rivalidades, havia entre eles uma proximidade cultural maior, isso possibilitou estabelecerem confederações contra os portugueses⁷⁵.

Os Caetés tinham um modo de vida semelhante ao dos Tupinambás, daí sua proximidade e afinidade para alguns assuntos como a guerra aos portugueses na Bahia. Os Caetés daquela região do nordeste, e já recrutados pelos portugueses em alianças permanentes, podem ter vindo com os soldados portugueses servindo como “línguas” pelo fato de serem mais íntimos dos Tupinambá e Caeté do Maranhão, como citam D’Evreux e Alexandre de Moura⁷⁶.

O último grupo eram os Potiguares. Eram Tupi-guaranis da costa brasileira. Também foram citados no Tratado Descritivo do Brasil, de Soares de Sousa e que foi reproduzido por outros autores ao longo do tempo. Viviam numa faixa de terras do extremo nordeste da Costa até o Ceará⁷⁷.

Também eram inimigos dos Tupinambás na região do Maranhão e Pará segundo Florestan Fernandes⁷⁸. Para Frans Moonen, estes indígenas habitavam o litoral Nordeste do Brasil entre as atuais cidades de João Pessoa e São Luis, no Maranhão.

Na época colonial os Potiguares lutaram contra os portugueses no Nordeste. Entre os anos de 1575 e 1599, apoiaram os franceses contra os portugueses na região da baía da Traição, entreposto comercial de saída de pau-brasil e demais madeiras nobres para a França. Várias missões portuguesas foram vencidas por este grupo, auxiliados pelos seus aliados da nação Tabajara. Desentendimentos entre esses grupos puseram fim à aliança contra os portugueses. Os Tabajaras passaram a apoiar os colonos portugueses. Mas, em 1590 os portugueses atacaram várias aldeias Potiguares e os remanescentes migraram para o Rio Grande do Norte. Um ano depois da construção do Forte lusitano dos Reis Magos e uma

⁷⁵ FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1948, pp.39-44.

⁷⁶ Na viagem do capitão Martim Soares Moreno ao Maranhão, em 1613, sob ordens do Capitão-Mor Alexandre de Moura, haviam alguns índios que conheciam a língua e o costume dos nativos daquela região. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.165. Esses mesmos indígenas trazidos por Soares Moreno são chamados de “Canibais” por Yves D’Evreux. In: D’EVREUX, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.90.

⁷⁷ FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá, in: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.383.

⁷⁸ FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. In: *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. VI. São Paulo, 1952, p.44.

epidemia de varíola devastadora, os Potiguares finalmente fizeram as pazes com os portugueses⁷⁹.

Sobre a sua cultura, pouco se sabe até hoje, contudo os autores afirmam que eles eram muito próximos dos Tupinambás. O cronista Gabriel Soares de Sousa, por exemplo, diz terem “*a mesma língua, costumes e gentilidades*” dos Tupinambá e Caeté⁸⁰.

Luta pela posse de São Luis e o fim da França Equinocial:

Como Soares Moreno não retornou no prazo, Jerônimo de Albuquerque voltou ao Ceará, mas antes mudou a posição da expedição para um local chamado “Juruacoara” (Jericoacoara) ou Buraco de Tartaruga, onde fez uma fortificação em madeira⁸¹. A conclusão desses preparativos, a vigem da frota e as batalhas já foram muito bem descritas por Max Justo Guedes. Por essa razão eu me detenho na participação indígena na guerra e suas conseqüências futuras. Segundo este autor, a força ibérica foi acrescentada por Jerônimo de Albuquerque de 300 “*índios frecheiros*” do Rio Grande (do Norte)⁸².

Na volta de Martim Soares Moreno ele contou que havia a possibilidade de um principal da ilha do Maranhão chamado Meratahopa se aliar aos ibéricos na luta contra os franceses. Por isto, a estratégia dos capitães Alexandre de Moura, Campos Moreno, Vicente Campelo era levar a força militar até a aldeia deste *buruuichaué*. Segundo D’Abbeville, este chefe de Itapari era um dos mais antigos amigos dos franceses, tanto que lhe deram o apelido carinhoso de “Caranguejo”. Isso nos sugere haver uma negociação entre aldeias Tupinambás e militares portugueses para mudarem de lado⁸³.

Problemas financeiros impediram momentaneamente essa expedição de zarpar. Contudo, após esses percalços, logo “fizeram vela” com 300 soldados acrescidos de provisões vindas do Rio de Janeiro. No percurso, mais indígenas potiguares juntaram-se à tropa por

⁷⁹ Depois dessa trégua os potiguara voltaram a se rebelar quando se aliaram com os holandeses em 1625. In: MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz. *Etnohistória dos índios Potiguara : ensaios, relatórios, documentos*. João Pessoa, PR/PB-SEC/PB, 1992, pp.93-8.

⁸⁰ MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz. *Etnohistória dos índios Potiguara : ensaios, relatórios, documentos*. João Pessoa, PR/PB-SEC/PB, 1992, p.111.

⁸¹ GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975, p.559.

⁸² GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975, p.560.

⁸³ Pela escrita e localização dada pelos portugueses podemos identificar esse chefe como o Metarapua “pedra branca” ou “caranguejo” da aldeia Itapari. In: D’ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.186.

ordem de Felipe Camarão que depois retornou ao Ceará⁸⁴. Entre a região de Mucuripe e Jericoacoara contava-se, segundo Guedes, com “220 índios flecheiros, incluindo os Potiguares de Felipe Camarão e Jacaúna”⁸⁵. Finalmente, chegaram ao Maranhão, estabeleceram posição no denominado Quartel de Santiago e deste ponto foram até Guaxenduba, local com água doce e alimento. Nesta região ficavam algumas aldeias leais aos franceses: Timboú e Itapari, o que me faz pensar num acordo não comentado nas fontes entre portugueses e os *buruuichaue* delas⁸⁶.

Figura 6



Mapa do Litoral do Maranhão feito por João Teixeira Albernaz em 1615. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975, p.567.

⁸⁴ Felipe Camarão ou Poti era índio potiguar do Rio Grande do Norte. Havia estudado com os jesuítas Latim e sabia até holandês. Foi uma das principais lideranças potiguares do Nordeste, tendo participado com maior destaque na luta contra os holandeses. In: VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Colonial*. Ed. Objetiva: Rio de Janeiro, pp.224-25.

⁸⁵ GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975, p.564.

⁸⁶ D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, p.186.

O relatório de Alexandre de Moura aponta para isso após a tomada do forte de São Luis. Diz ele o seguinte: “*tinha ele setenta pessoas de escravos tapuyas entre machos e fêmeas, que lhe comprei para serviço de V. Mag.de e cultivar a terra fazendo mantimentos para os prezidios que todos ficaram entregues ao capitão mor Hieronimo dalbuquerque (...)*”⁸⁷.

Os fatos comumente narrados pela historiografia sobre a batalha, a meu ver, têm dados incompletos e muita fantasia. Misturada ao discurso vanglorioso dos vencedores. Dizem os autores que as forças portuguesas fizeram dois fortes (São José de Itapari e Santa Maria) conjuntamente, e praticamente num dia, sem que os franceses soubessem ou fizessem qualquer investida antes de sua realização. Estranhamente, segundo a historiografia tradicional, estes preferem dar ataque quando os fortes já estão construídos, deixando a vantagem da defesa para os portugueses. Apesar de conseguirem tomar três naus ibéricas, o ataque ao forte de Santa Maria fora um desastre, são mortos muitos franceses nesta ocasião, inclusive o irmão de Ravardière⁸⁸.

Fato inegável foi o armistício entre os dois lados, justificado por Guedes pelo medo dos portugueses “*que reforços indígenas poderiam apoiar os franceses, ainda com suas posições intactas*”⁸⁹. O temor português era mais do que justificado, os Miarinenses, também chamados de Pedras verdes pelos franceses⁹⁰, descritos por D’Evreux eram muito bem treinados na arte da guerra pelos franceses, o que indica serem uns dos poucos recrutados oficialmente pelos franceses, talvez por terem ódio mortal dos portugueses:

“Estes Miarinenses são ordinariamente de boa estatura, bem conformados e valentes na guerra: sendo bem guiados não recuam e nem fogem como os outros Tupinambás, explicando-se isto pelo fato de serem criados entre os combates, sempre travados contra portugueses, aos quais atacaram outrora, tomaram suas bandeiras e nunca mais abandonaram sua primeira habitação, como nos contou Tion, seu principal, quando veio do Forte de São Luiz, se a falta de canhões não

⁸⁷ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 199.

⁸⁸ HURLEY, Jorge. *Noções de História do Brasil e do Pará*. oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré: Belém, 1938, pp. 49-60.

⁸⁹ GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975, p.539.

⁹⁰ Segundo D’Evreux eles eram assim chamados por causa de um monte próximo a sua antiga habitação onde se achavam muitas pedras preciosas verdes com as quais eles comercializavam com as nações vizinhas. Tinham boa estatura, bem formados e mais valentes na guerra que os demais Tupinambá. In: D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, pp. 93-94.

obrigasse os franceses, que estavam com eles, a cederem à força e à numerosidade dos portugueses”⁹¹.

Este depoimento, se verdadeiro, narra a participação dos Miarienses na luta do forte luso de Santa Maria, fato notável é tomarem a bandeira lusa levando-se em conta que a bandeira era um símbolo bem protegido e valorizado pelos exércitos da época. Importante salientar também que os Miarienses guerreavam como franceses, com espadas afiadas, que “acostumam-se a bem manejá-las, fazendo marchas e contramarchas à maneira dos suíços quando esgrimam”⁹².

Levando-se em conta o depoimento de D’Evreux sobre os Miarienses, que não fogem da luta “como os outros Tupinambás”, podemos então concluir, que a maior parte do exército francês que defendia a ilha era composta de recrutas Tupinambá voluntários, que pouco compreendia das regras de formação dos batalhões, que não sabiam usar das armas européias. Que fugiam, aos tiros de mosquetaria e artilharia inimiga, deixando seus comandantes franceses em desvantagem numérica⁹³.

Mas o fato é que a situação no Maranhão estava indefinida após a chegada das forças portuguesas comandadas por Jerônimo de Albuquerque em 1615, pois estas não conseguem o seu intento de capturar a principal fortaleza francesa na ilha de São Luiz, fortemente defendida por vinte canhões grandes bem posicionados, segundo o depoimento do capuchinho Claude D’D’Abbeville⁹⁴. No lado francês a espera de reforços era a única forma de justificar a sua não capitulação por falta de recursos e comida.

Conforme diz Berredo, o Senhor de La Ravardière pediu uma trégua para negociar sua rendição e ganhar tempo⁹⁵. Para resolver a guerra em favor dos ibéricos, o Governador Geral do Brasil nomeia Alexandre de Moura, fidalgo da casa Real e Cavaleiro do hábito de São Bento de Aviz, como Capitão mor da Conquista do Maranhão com a intenção de liquidar de vez a resistência francesa e dos seus guerreiros Tupinambás na ilha de São Luiz.

⁹¹ D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.94.

⁹² D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.95.

⁹³ Isso desfaz o mito da superioridade militar Tupinambá frente aos portugueses e também explica em parte a derrota francesa em Guaxenduba. In: D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p.94.

⁹⁴ Segundo D’Abbeville eram vinte canhões grandes erguidos pelos Tupinambá até o forte que situava-se num local alto. In: D’ABBEVILLE, Claude. *Historia da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002. p. 83.

⁹⁵ BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Históricos de Berredo*. Terceira edição, Florença, Typografia Barbera, 1905, p.152-53.

No seu relatório ao Rei, datado de 24 de outubro de 1616 e escrito já em Lisboa, Alexandre de Moura faz um resumo detalhado da sua atuação na conquista do Maranhão, sendo em algumas partes reflexões suas sobre aquilo que devia ser posto em prática para o bom desenvolvimento da colônia. Com o título pomposo de “*Sobre a expedição que fez a ilha do Maranhão e expulsão dos franceses*”⁹⁶, ele começa falando de sua partida de Pernambuco em cinco de outubro de 1615 numa frota composta de “nove velas” com 600 soldados “entre pagos e aventureiros” e a sua chegada ao Maranhão. Em seguida, descreve como foi atribulada a sua chegada, em virtude de haver uma trégua entre as forças ibéricas e os franceses sitiados em suas fortificações. O autor parece bastante contrariado com relação às atitudes de Francisco Caldeira de Castelo Branco neste momento, pois já havia tido queixas dele pelo então Capitão Mor Jerônimo de Albuquerque, como consta num anexo que segue ao documento. Diz Moura que Castelo Branco negociava com os franceses de Monsieur Ravardière sem ter ordem expressa disso, além de ser negligente no caso da chegada da frota ao Maranhão, em que não conseguiu praticos para os navios da frota fundear com segurança em um porto seguro da costa.

Este relatório do Capitão Mor Alexandre de Moura traz vários anexos que são datados da época da conquista e que atestam algumas informações que ele trata no texto principal. Muitos reforçam não a suspeita, mas o fato de que Castelo Branco foi enviado ao Pará como forma de evitar mais desentendimentos entre ele e Jerônimo de Albuquerque. Logo o primeiro anexo é uma mostra de como Castelo Branco tornou-se uma “*persona non grata*” pelo Capitão mor Jerônimo de Albuquerque, por estar atuando de forma livre e sem respeitar a cadeia de comando no trato com os franceses e com os soldados. Diz ele num Requerimento, que Castelo Branco chegou à frota enviada pelo Governador Geral do Brasil Gaspar de Sousa apenas para deixar o socorro e partir, mas “se deixou ficar nestas partes” e começou a atuar junto a uns “mal intencionados” no sentido de minar a sua autoridade⁹⁷.

Essa crise entre os dois Capitães chegou a ponto de Jerônimo de Albuquerque ter que consentir que Castelo Branco negociasse com os franceses para não perder totalmente sua autoridade. Diz Jerônimo que:

“(…) o dito Francisco Caldeira fez a seu gosto lançando-me fora do que a tanto tempo trabalho, e sustento com risco de minha vida e sangue de meus filhos e com

⁹⁶ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.195-242.

⁹⁷ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.203-05.

tanta perda de minha fazenda mostrando-se o dito Francisco Caldeira em seus papeis dono, e repartidor da Artilharia, e do tempo, e mudança dos franceses e seus pagamentos prometendo, e assinando pactos com tanta soltura, como se nas matérias fora cabeça, não tendo poder para nada,(...)”⁹⁸.

Ainda segundo a queixa, Castelo branco fazia isso e ainda envenenava a negociação dos franceses com Jerônimo de Albuquerque, pois dizia aos mesmos que o Capitão Mor não era pessoa de palavra.

Ao final da carta de protesto ele pede que tomem as providências no sentido de “*mandar reter com as guardas*” Castelo Branco para “*não usar das invenções, que costuma, visto não ter poderes para nada*”. Como podemos ver o clima entre esses dois Capitães não foi nada amistoso. Castelo Branco conseguiu minar a autoridade de Albuquerque, tanto entre os soldados quanto entre os franceses, tudo acontecendo em plena guerra pela posse da França Equinocial, colocando em risco a própria força militar ibérica.

O anexo n.2 do Relatório de Moura é uma Certidão do Capitão francês Daniel Latousche, datada de quatro de novembro de 1615, no qual confirma os dados de Alexandre de Moura e Jerônimo de Albuquerque sobre a traição de Castelo Branco e suas negociações escusas com eles:

“(…), y este recado me traxo um Francisco de Pallares su amigo, el qual me dixo de palavras, que io no dexasse ir el dixo Caldeira, porque me assegurava, que el senhor dalbuquerque no me avia de guardar ninguma palabra de todo lo que tônia prometido de Su Magestad, en los negócios, que tratados teniamos, (...)”⁹⁹.

Formas de tratamento dos portugueses aos Tupis do Maranhão:

Após a tomada da principal fortaleza da ilha chamada São Luiz, transformada em fortaleza de São Felipe pelos ibéricos, Alexandre de Moura descreve as ordens que deu ao engenheiro-mor do Brasil Francisco Frias de Mesquita, que estava com ele na viagem, no sentido de reformar a mesma segundo os padrões ibéricos. Idealizada anos antes pelos

⁹⁸ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.204.

⁹⁹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.206.

franceses, essa fortaleza foi construída com grande participação de mão-de-obra tupinambá da ilha e arredores, como foi visto no início deste capítulo¹⁰⁰.

Nesse documento podemos perceber o quanto era resistente essa construção feita com braço Tupinambá no tempo da chegada dos franceses. Foram somente acrescentadas pelo engenheiro-mor português algumas modificações, entre elas a cobertura dos alojamentos e armazéns de telhas de barro cozidas, no lugar das palhas típicas das malocas. Antes, porém, construíram fornos de onde fabricaram as telhas e a cal para construção de uma parede externa em pedra¹⁰¹.

Essas reformas apenas serviram para consertar as áreas mais frágeis do forte, o que contradiz com qualquer teoria que qualifique como mal acabada e provisória as primeiras fortificações feitas na região. Construídas pelos Tupinambás da ilha e proximidades, suas muralhas resistiram a todo o cerco dos ibéricos e ao fogo da artilharia, tendo esta se rendido mais por incapacidade de lutar sem provisões e suprimentos do que por uma invasão a fortaleza. A tecnologia bélica trazida pelas forças portuguesas era monumental não somente contando com as diversas artilharias navais e terrestres, farta munição e pólvora, mas por contar com soldados vindos da metrópole e de outras partes do Brasil, notadamente de Pernambuco e por gente experimentada na construção de fortalezas como era Frias de Mesquita.

Contudo essa tecnologia de origem européia não apagou o conhecimento que os indígenas passaram aos franceses e ibéricos durante a construção de suas fortificações, pois apesar de improvisadas aos olhos do colonizador eles valiam-se delas, eram fáceis de construir num tempo curto, resistentes e baratas não onerando sua construção. Tão pouco os grupos Tupinambás esqueceram o que haviam aprendido com os franceses e depois com os ibéricos. Posteriormente o forte construído no Pará seguiu o mesmo traçado, utilizando os recursos naturais que a região possibilitava e que os grupos indígenas de lá conheciam bem, além das formas de construção típicas das fortificações desse período do século XVII.

Para os portugueses era imperativo eliminar a influência francesa junto aos indígenas, para isso contavam com os indígenas recrutados no Nordeste e o apoio dos chefes aliados que fizeram no Maranhão. As aldeias aliadas e recrutadas pelos franceses em São Luis foram logo escravizadas, as que mantiveram neutralidade ou um pacto de não agressão aos portugueses nada sofreram de imediato. A permanência dos franceses como Ravardière e Des

¹⁰⁰ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.197-98.

¹⁰¹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.220-21.

Vaux negociando a rendição e depois como prisioneiros, possibilitou aos portugueses uma vantagem junto aos indígenas no sentido de garantir uma trégua segura com os Tupinambás, fato que garantiu a sua permanência na região apesar de numericamente inferiores aos indígenas.

CAPÍTULO II

A Conquista Ibérica do Grão-Pará (1616-1620):

Após a vitoriosa campanha contra os franceses e seus aliados das nações Tupinambás estabelecidos na ilha de São Luis, a atenção dos capitães lusitanos volta-se para uma possível viagem ao Pará, tanto para conquistar e legitimar a posse dessas terras, quanto para verificar a presença de franceses ou de outros europeus.

Sobre a viagem feita ao Pará o relatório de Alexandre de Moura diz o seguinte:

“(…) pareceu-me mandar ao grão Pará e Amazonas, pois que com mais facilidade o podia fazer naquela conjunção pela gente que tinha. E por dar cumprimento a um capitulo de meu regimento em que se me ordenava e por me dizer o Ravardièrre e todos os franceses que tudo o que havia de bom no Maranhão estava naquelas partes, pus em prática a dita jornada assegurando-me o Ravardièrre que no dito distrito não havia que recear como consta de sua certidão n.º22 em que se encontra com Francisco Caldeira e tomando pareceres sobre o particular de que se fez o auto n.º. 23 foram tomados, de acordo se fizesse a dita jornada como no dito auto consta e assim mesmo dele consta que se deu a Francisco Caldeira a que para a dita jornada elegi Capitão Mor, tudo o que lhe convinha e ele pediu”¹⁰².

Notemos que Alexandre de Moura já tinha ordens para vir ao Pará, ordens essas expressas “num capítulo do seu regimento”, mostradas em parte no seu anexo n.23¹⁰³. O momento era bastante favorável para a viagem, pois com a derrota dos franceses havia no Maranhão quantidade de soldados e provisões mais do que suficientes. Sob seu comando havia mais de 600 homens, além de farta quantidade de pólvora, canhões e mosquetes de diversos calibres, alguns tomados ou comprados dos franceses, além de outros apetrechos, como lanças e espadas. Ele decidiu por fazer a missão exploratória ao Pará. No entanto, nomeou outro capitão para o comando. Contudo, por que escolheu Francisco Caldeira Castelo Branco para ser o comandante da expedição?

A causa para a escolha de Castelo Branco indubitavelmente tinha a ver com os problemas que o mesmo causara no Maranhão junto com seus comandados. Alexandre de

¹⁰² ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.200.

¹⁰³ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.238.

Moura mandou a expedição ao Pará, com Castelo no comando, para evitar motins e desavenças entre os militares.

“E lhe dei cento e cinqüenta soldados de sua parcialidade afora outros repartidos, em três companhias com seus oficiais pelos tirar a todos de suceder outro motim no Maranhão os quais foram pagos de soldo e mantimento por cinco meses, adiantados com dez peças de artilharia entre grandes e pequenas, oito quintais de pólvora. Armas e munições bastantes, dando-lhe por ordem o regimento junto nº24”¹⁰⁴.

Importante nesse ponto referido por Alexandre de Moura é o fato de já ter havido um motim no Maranhão, talvez com a participação de Castelo Branco e dos 150 homens “*de sua parcialidade*”. Demonstra que não os queria no Maranhão a ponto de pagar o soldo e mantimentos adiantados com a intenção de mantê-los longe de confusão¹⁰⁵. Neste aspecto, a fonte mais consultada sobre o período colonial no Grão-Pará, escrita por Antonio de Berredo nada fala deste episódio:

“Passados poucos dias nomeou Alexandre de Moura a Jeronymo de Albuquerque por Capitão mor da conquista do Maranhão, que lhe tocava como própria; e ao mesmo tempo a Francisco Caldeira de Castello-Branco com igual patente para o descobrimento do Grão-Pará, famoso rio das Amazonas, de que tinha já bastantes notícias pelas informações de Ravardièrre”¹⁰⁶.

Continuando seu relatório, Alexandre de Moura fez observações no sentido de aconselhar o Rei Felipe sobre como deveria proceder para dar bom andamento às novas conquistas. Um dos assuntos é a transferência de seiscentos colonos de outras regiões do Brasil como de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, por “*já ter gente em abundância*”, e por estarem nesses locais fazendo “*criações (de gado) em terras alheias*”. Tudo isso no sentido de “*povoar e descobrir os segredos que em si dizem que encerram*” as novas conquistas. Certamente refere-se aos mitos de riquezas escondidas ou perdidas na floresta como no mito

¹⁰⁴ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.200.

¹⁰⁵ Meira Filho chega a apontar para tal abordagem da escolha de Castelo Branco, contudo não se refere ao Motim no Maranhão, nem nos depoimentos de Ravardièrre e de outros sobre o episódio. Prefere considerar Castelo Branco, nas suas palavras: “*um rebelde Capitão, sagaz e astuto entre os seus, manhoso e destemido em face do inimigo e que não nos deixou apenas, os fundamentos de nossa formação histórica, mas, também, os exemplos de um político hábil, fixando profundas raízes em nosso meio que se verificam até os nossos dias*”. In: MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Vol.1, 1ª edição. Belém: Grafisa ed. Globo, 1976, p. 42.

¹⁰⁶ BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Históricos de Berredo*. Terceira edição, Florença, Typografia Barbera, 1905, p.160.

do “*El Dourado*”, muito comum entre os espanhóis e com certeza de conhecimento dos portugueses.

Num outro ponto importante de seu relatório, Alexandre de Moura descreve como era a região em que esteve (Maranhão) e como seria a melhor forma de defendê-la:

“Não há naquelas partes porto fechado tudo são braços de mar em que podem entrar e sair por onde quizerem e assim são de pouco efeito as fortalezas. E a maior de todas é os grandes matos e o estar bem com os naturais para o que importa muito irem religiosos, a eles tem muito respeito e pelo muito fruto que fizeram nas almas e farão sempre. E valendo-se de suas canoas, e fragatas que se devem fazer (como deixei ordenado no Maranhão) e com elas se pode impedir a entrada dos rios aos navios pequenos e lanchas dos inimigos, e para melhor exercitarem nelas pode V.M. mandar ir do Rio de Janeiro alguns mamelucos, e índios dos que nelas costumam pelejar fazendo bons efeitos”¹⁰⁷.

Alexandre de Moura não esteve no Pará, mas diz de forma generalizante que o uso de fortalezas era inútil e que a melhor forma de guarnecer as conquistas seria preservando os “grandes matos” costeiros e estar de bem com os grupos indígenas litorâneos. Neste sentido, de grande valia seria o trabalho dos religiosos junto aos índios, para pacificá-los e convertê-los ao Cristianismo. Indiretamente, percebemos que os religiosos tinham um peso maior na pacificação e, conseqüentemente nas alianças permanentes e no recrutamento ibérico nesses primeiros tempos.

Sobre os indígenas do Maranhão e Pará ele nos diz brevemente que estão em quase todas as diversas ilhas do litoral e plantam abundante mantimento. Ele não chega a explicitar os tipos de mantimentos, só afirma serem abundantes em diversas partes do texto como esta a seguir:

“E entreguei ao Governador Gaspar de Sousa desde o Pereya primeira boca dele até o Rio das Amazonas, e é tudo um mar coalhado de ilhas de número infinito a que os mesmos naturais não sabem dar conhecimento. Algumas delas povoadas de infinito gentio e abundantes de todo o mantimento que plantam”¹⁰⁸.

¹⁰⁷ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.201.

¹⁰⁸ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.201.

Em outro aspecto importante, Alexandre de Moura refere-se ao Catolicismo como forma de livrar os indígenas do Maranhão da vida pagã e das influências nefastas dos hereges franceses e de corsários de outras nações que os visitavam:

“São terras que V.M. deve mandar povoar e aproveitar a si para tirar ao Demônio tantas almas como ali possui e houvera de possuir se estivera em poder de franceses hereges, como também pelo que se pode esperar de proveito a sua real fazenda, e quando nenhuma destas, pelas tirar de mãos de estrangeiros, que nela iam fazendo um novo reino sendo continua escala de corsários que ali iam refazer de suas largas navegações”¹⁰⁹.

Propõe o povoamento do litoral, como principal forma de efetivar a conquista e garantir sua posse frente aos estrangeiros, contando com os colonos portugueses vindos de diversas partes da metrópole e colônias. Deveriam também inserir nesse povoamento os diversos grupos indígenas litorâneos, catequizando-os como forma de livrá-los das heresias, dentre as quais a dos protestantes franceses. Notamos então, que Moura tinha a clara percepção de que não daria para colonizar esse imenso território contando apenas com as pessoas vindas da metrópole e de outras áreas coloniais. O investimento na catequese dos indígenas garantiria não somente a mão de obra, mas também elementos colonizadores locais¹¹⁰.

Abundante em frutas, madeira e animais, a conquista do Maranhão sofre com a carência de outros tipos de provimentos. Alexandre de Moura pede que mandem oficiais tanoeiros, carpinteiros de ribeira, calafete e tecelões. Pede que enviem ferro e aço para a fabricação de munições, salitre para refinar a pólvora que, com a umidade da região “se dana” e estraga, além de fazendas de pano de lã e linho, estes últimos provavelmente para troca com os indígenas¹¹¹.

Outros produtos que faltavam na conquista eram lãs, azeites e vinhos, os dois últimos indispensáveis à mesa portuguesa desde essa época. Esses produtos eram muito

¹⁰⁹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.202.

¹¹⁰ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.202.

¹¹¹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.202.

requisitados pelos primeiros colonos e soldados e por isso, alcançavam grande valor na conquista¹¹².

Ao final de seu relatório, diz que seriam necessários homens na região, que já serviram com satisfação e com qualidades em outras partes, para que fossem exemplo para todos os que pretendessem povoar as ditas conquistas. Talvez, esta tenha sido uma forma de expressar sua insatisfação aos tipos de pessoas que estavam no Maranhão, que fizeram o motim e aos militares ambiciosos, como o próprio Castelo Branco¹¹³.

Entretanto, se há toda uma crítica a postura de Castelo Branco, por que não houve punição ao dito capitão? Esta é uma pergunta que logo nos vêm ao observarmos tais documentos. O que podemos supor como provável resposta é que Castelo Branco era um capitão muito influente entre as tropas que foram para o Maranhão, mas isso não explica o motivo para a tolerância de sua conduta.

A busca pelo prestígio dentro dos salões da corte metropolitana e conseqüentemente de uma ascensão social dentro da colônia, foram os motivos, tanto das atitudes desse capitão, quanto das críticas a ele. Sua ambição levou-o a passar por cima das ordens dos dois capitães-mores (Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura) e, quando quase foi afastado por insubordinação, buscou apoio nas tropas.

O anexo nº. 3 do relatório de Alexandre de Moura é muito importante e muito negligenciado pela bibliografia da conquista. Ele trata de um requerimento feito por oficiais e soldados da conquista do Maranhão em 3 de julho de 1615, na Fortaleza de Nossa Senhora da Ajuda, situada na Igreja dos capuchinhos de São Francisco, pedindo para que o capitão Castelo Branco atuasse como adjunto do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque na conquista do Maranhão¹¹⁴.

Podemos tirar muitas informações desse documento aparentemente simples. A primeira delas é que ele trata justamente do tal “motim” referido por Alexandre de Moura e reafirmado por Jerônimo de Albuquerque em seus escritos. Relembrando o depoimento já citado anteriormente por Alexandre de Moura em que ele deu a Castelo Branco, “*cento e cinqüenta soldados de sua parcialidade afora outros repartidos, em três companhias com seus oficiais pelos tirar a todos de suceder outro motim no Maranhão...*”, ele dá a entender

¹¹² ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.202.

¹¹³ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.203.

¹¹⁴ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.206-09.

que todos os mencionados neste documento em anexo, eram da parcialidade de Castelo Branco¹¹⁵.

Podemos supor que muitos destes foram enviados à conquista do Pará na famosa viagem. Neste anexo há aproximadamente 65 nomes de oficiais e soldados favoráveis a Castelo Branco. Nele são citados os seguintes nomes:

1. *Capitão Martim soares moreno*
2. *Simão Nuz Correa*
3. *Alferes João glz baracho*
4. *Alferes Francisco Novaes campos*
5. *Alferes Estevão de campos*
6. *Alferes Christovão Vaz de betancor*
7. *Paulo da Rocha*
8. *Sargento Pero do Couto Cardoso*
9. *Sargento Domingos daraujo*
10. *Pº Lobato, o sargento do descobrimento*
11. *Sargento Belchior Vaz*
12. *Sargento Matheus Rodovalho*
13. *Sargento João de salinas*
14. *Pero Teixeira*
15. *Francisco de Medina*
16. *Domingos henriques*
17. *Bento Gonçalves*
18. *Miguel Frz, Tadeo de passos*
19. *Francisco da Costa Pachequo*
20. *Manoel pedroso*
21. *Rafael Mendes*
22. *Theodósio Teixeira*
23. *Manoel Calado de Lima*
24. *Mathias frz farto*
25. *Jerônimo Guomes*
26. *Mathias de Lima*

¹¹⁵ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.200.

27. *Luis Novaes de Campos*
28. *Dionísio ribeiro*
29. *João de Medina*
30. *João Dias*
31. *Amador Álvares*
32. *Diogo Dares*
33. *Fernam Vaz dalpoem*
34. *Antonio frz, João Lourenço*
35. *Domingos Mouta*
36. *Domingos Dornelas*
37. *João Francisco dabreu*
38. *Salvador Roiz*
39. *Antonio Carvalho fajardo*
40. *Miguel freire de Gouvêa*
41. *Gregório de Crasto*
42. *Francisco Fernandes de guarate*
43. *João roiz*
44. *Diogo roiz carmona*
45. *Jacinto decasada*
46. *Roque de Misquita fernam de verdosa*
47. *Francisco Roiz*
48. *Guaspar Camelo pereira*
49. *Pº Luis Rodrigo de Leão*
50. *Domingos homem*
51. *Bertholameu Carrasquo*
52. *Lourenço risso*
53. *João dalmeida*
54. *Pº bastardo*
55. *Gonçalo frz Teixeira*
56. *Manoel Glz da silva*
57. *Antonio Álvares*
58. *João Pereira*
59. *Guaspar de Sousa*

60. *Manoel daraujo*
61. *Antonio frz Marinho*
62. *Manoel Roza*
63. *Domingos Batalha dazevedo*
64. *Bertholomeu do Couto*
65. *João pereira*

Fonte: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.206-09.

Estariam nesta lista os tripulantes das embarcações comandadas por Castelo Branco que vieram ao Pará? Alguns deles aparecem nos documentos referentes à viagem, incluindo aí o capitão Pedro Teixeira, que é escrito “Pero Teixeira”, outros mais aparecem na documentação posterior, como o Alferes Cristóvão Vaz de Bittencourt e Francisco de Medina.

Aparentemente esse documento é acatado pelos capitães-mores, como mostram as suas conclusões. Entretanto, teve repercussões variadas, para Castelo Branco significava a sua afirmação em comando e prestígio entre os soldados e oficiais, para o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque era no mínimo um ato de insubordinação por parte da tropa.

No anexo n.4 do Relatório de Moura, está uma certidão de um Alferes chamado Brás Murzello. Este é o melhor depoimento acerca do motim acontecido no Maranhão citado por Alexandre de Moura. Diz ele:

“(…) quando chegou Francisco Caldeira de Castelo Branco com o socorro a Santa Maria deu grandes entendimentos a todos os soldados, e franceses, que trazia largos poderes, e assim se amotinaram e se alevantaram os mais soldados da sua parte contra o Capitão Mor Jerônimo de Albuquerque, e não esteve mais o neg.^{co} uma noite que haver um homem que metesse mão a espada, sendo assim, que nos perdêramos todos, E chegou a tanto o neg.^{co} que houve uma noite tocar-se caixa da parte da guarda do Capitão mor Jerônimo de Albuquerque, e andando as coisas desta maneira começou Francisco Caldeira de tratar do conserto com o general francês (…)”¹¹⁶.

Notemos que o fato foi grave e poderia ter resultados desastrosos caso os franceses quisessem investir na luta, quebrando a trégua estabelecida naquele momento. Percebemos que a fonte de informação fala em “grandes entendimentos a todos os soldados e

¹¹⁶ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 209-10.

franceses”, mas ele não explica quais seriam esses entendimentos e porque isso resultou num motim contra a pessoa de Jerônimo de Albuquerque.

Ainda que tenha sido somente intriga, por que não houve um inquérito para averiguar a sua participação no motim? Castelo Branco ficou impune e ainda conseguiu ser promovido a capitão-mor adjunto. Muitas dúvidas e poucas certezas. Contudo, talvez naquele momento não fosse a melhor hora para os capitães-mores tomarem uma atitude mais firme, dado os inimigos franceses ainda estarem em suas fortalezas. Podemos admitir que como forma de revanche por tais atos, assim que foi possível, mandam Castelo Branco como capitão-mor da esquadra que vai ao Pará e com ordens de por lá ficar, como veremos adiante. Ele tornou-se figura importante dentro das milícias coloniais da conquista, mas não iria ficar no Maranhão com seus homens, porque arranhou muitos desafetos no meio, que em cartas enviadas ao Governador e ao Rei pediam a sua prisão por seus métodos, tidos como traiçoeiros.

No anexo nº. 21 do relatório de Moura, datado de dois de janeiro de 1616, há um regimento ao capitão Martim Soares Moreno nos dando pistas do que realmente fez Alexandre de Moura como punição aos amotinados do Maranhão. Nele fala-se o seguinte:

“Porquanto sou informado, que da terra do Cumat correndo a costa para Leste estão os portos de Pacuripana, e Toari, e até a terra de Cagite são províncias habitadas de infinito gentio Tupinambá, e outras nações bárbaras que tiveram comércio com os franceses, e outras gentes do Norte nossas inimigas parecendo-me, que para saúde de suas almas, quietação de suas famílias, era conveniente acudir a este distrito, e assim com a doutrina espiritual como com as armas pelas partes, e qualidade do capitão Martim Soares Moreno sargento mor desta conquista, e pelas ter já quietas, E Reduzidas a obediência de sua Maj.e pela grande afecção, que todos estes ditos índios lhe mostraram, hei por bem, e serviço de sua Maj. de nomear por Capitão das terras ditas deste Rio Cumat, até o quasete, para que governando-as, e aquietando os naturais delas, como em cap.^a aparte faça e exercite tudo o que ao serviço de Deus , e de sua Maj. e bem dos ditos índios vir,(...)”¹¹⁷.

Notemos que este capitão Martim Soares Moreno, sargento-mor da Conquista do Maranhão, foi o primeiro que assinou a lista pedindo a permanência e cargo melhorado de Castelo Branco no Maranhão, sendo também provável ele estar entre os cabeças do motim relatado por Alexandre de Moura. Novamente nos deparamos com a mesma pergunta: se ele

¹¹⁷ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 235-37.

estava envolvido no motim, por que foi nomeado capitão do distrito de Cumat (Cametá), mesmo participando de um ato contra o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque? Afora os méritos da conquista do Maranhão esteve com nome no requerimento afrontoso ao poder de Jerônimo de Albuquerque. Isso novamente nos sugere que fora nomeado capitão de uma região habitada por um número “infinito de indígenas Tupinambás, e outras nações bárbaras”, talvez mais como punição do que por mérito.

Seria então a prática de Moura enviar os rebelados de alta patente para lugares longínquos, como uma forma de ostracismo? Será que havia alguma lei que impedia a punição com prisão desses capitães? Acho improvável, o que estava em jogo neste caso, a meu ver, era o bom convívio da tropa que era francamente fiel a Castelo Branco e seus aliados.

As tropas eram compostas de soldados de dois tipos: pagos e aventureiros. Essa divisão dentro da tropa dificultava a manutenção da ordem, principalmente entre os aventureiros, que estavam na guerra por interesses variados, inclusive de conseguir terras férteis ou riquezas com a exploração das drogas do sertão.

Continuando, no mesmo documento consta o seguinte:

“E assim mesmo possa por dentro dos rios que sou informado, que são navegáveis até o Pará, e amazonas dar-se a mão com os nossos que lá estão, para que assim com toda a comodidade se faça o que convém”¹¹⁸.

A viagem de Castelo Branco ao Pará tinha começado há apenas sete dias e, no entanto, já se faziam planos de uma ocupação efetiva do território entre o Pará e o Maranhão, utilizando-se das principais aldeias como locais de fixação e “apoio” aos indígenas. Tal idéia seria parte de um grande plano idealizado, provavelmente, nos mapas da corte castelhana e posto em ação por Alexandre de Moura para melhor defender o território dos inimigos da Europa, e que ele mostra no seu relatório inicial. Uma cadeia de posições ou distritos governados por tropas ibéricas nas principais aldeias Tupinambás e de outras nações “bárbaras” para a defesa do litoral contra os inimigos da Europa.

O anexo n.22, ainda do Relatório de Alexandre de Moura, trata da certidão do capitão francês Ravardièrre acerca do Grão Pará. Seu texto é breve e contundente: “*no ay*

¹¹⁸ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.236.

fuerte alguno, ni guarnicion de soldados, ni moradores de ninguma parte de Europa...”¹¹⁹. Entretanto, cai em contradição logo em seguida, ao afirmar que lembra ter deixado um francês de nome Rabeau pelas partes do Pará e ter conhecimento que havia um flamengo morando com os indígenas, que ele afirma não saber como chegou até aquelas bandas.

Eram provavelmente seus línguas, homens treinados para conviver com os indígenas e aprender os costumes e dialetos das tribos para uma aproximação comercial. Como foi visto no primeiro capítulo, essa era uma prática dentro da lógica francesa de aproximação com os indígenas durante o processo de negociação das alianças. O fato de ter deixado alguns homens no Pará confirma a intenção dos franceses em guarnecer e estabelecer uma povoação nessa região. Tal empreendimento estava em andamento, como nos relataram os padres franceses D’Evreux e D’Abbeville, quando as forças militares portuguesas chegaram ao Maranhão em 1615.

Os navegadores franceses eram conhecedores antigos do rio Amazonas. Suas primeiras viagens à região tinham o caráter sigiloso e por isso é difícil especificar com exatidão o seu início. Prova disso é o mapa datado de 1556 do *Atlas de Le Testu - O Testudo* - que mostra toda a área Norte do Brasil, nomeando cada acidente geográfico e assinalando a linha do Tratado de Tordesilhas. A região do Pará está na área dos reinos espanhóis de Leão e Castela e a região do Maranhão está na parte Lusa. Nesta belíssima carta há a legenda em letras grandes “PARTIE DES CANIBALLES” mostrando já imagens de indígenas, provavelmente litorâneos com arcos, flechas, lanças, ivirapema ou cuidaru e escudos lutando uns contra os outros, além de duas índias: uma carregando igaçaba e a outra um aturá nas costas com criança ao lado. Aparecem castelos indicando a presença de fortificações no Maranhão e na parte das terras próximas ao rio Tocantins ou Xingu. Há na carta também uma grande casa na área entre Porto de Moz e Monte Alegre, comprovando possíveis ocupações mais antigas ao longo do grande rio, não deixando também de lado a hipótese de serem apenas ilustrações de ocas indígenas aos moldes europeus¹²⁰.

¹¹⁹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.237.

¹²⁰ GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira; primeiro volume: tomo II*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975, p.527.

Figura 7



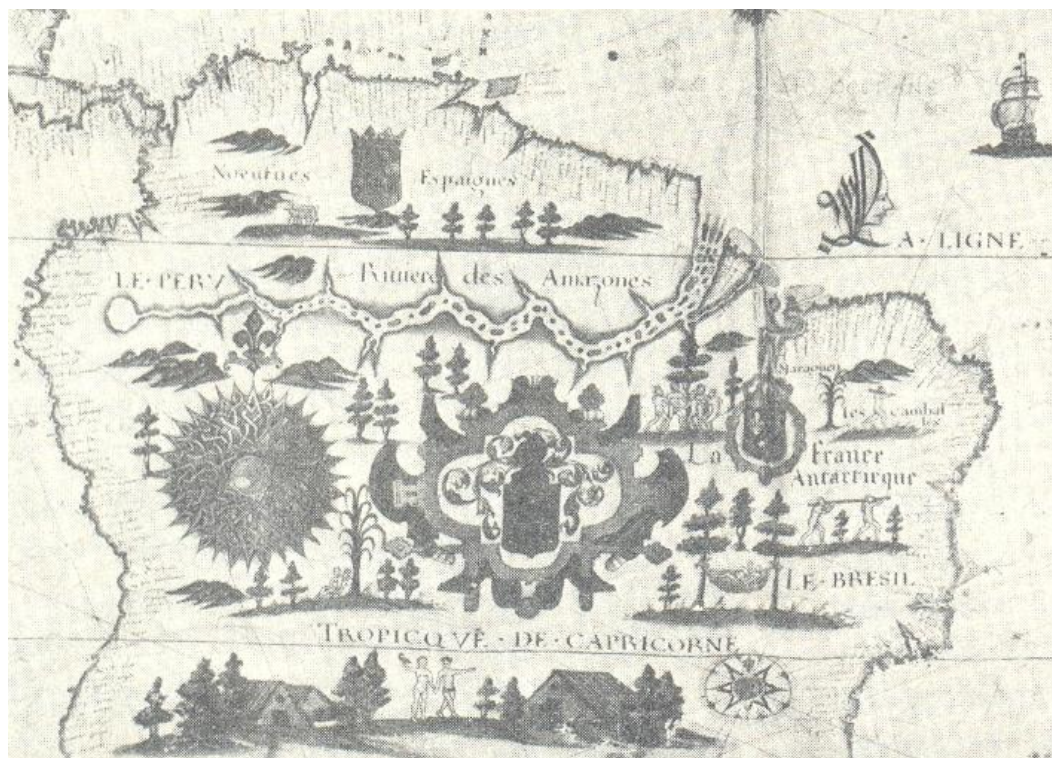
Mapa de 1556 extraído do Atlas de “Le Testu”. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975, p.527.

Em outra cartografia posterior, já precisavam com maior exatidão as formas de acesso ao rio Amazonas evitando os bancos de areia, baixios e logradouros falsos, que fazem da área estuarina do Amazonas um labirinto. Esta carta atualmente na Biblioteca de Paris, é datada de 1613 e foi feita pelo cartógrafo normando Pierre de Vaux. Nesta carta estão detalhadas a América, Europa e África com informações adicionais dos acidentes geográficos e das possessões de cada reino.

Na parte referente à América do Sul estão bem visíveis as possessões da “*France Antarctique*”, mas o que nos interessa é a precisão da entrada do “*Riuière des Amazones*” com o baixio da Tigioca e barra do Pará, muito bem retratado, que eram e ainda são um risco para

a navegação para quem busca entrar no rio. Além disso, apresenta as ilhas do arquipélago marajoara e todo o curso do Amazonas até o Peru. Na ilha grande de Joanes (Marajó) existem legendas minúsculas, bem como no cabo Norte, mas diferente do outro mapa não há desenhos de casas por estas partes.

Figura 8



Mapa de Pierre des Vaux datado de 1613. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975, p.537.

Os silvícolas neste mapa aparecem em desenhos no meio do Brasil, entre os escudos espanhol e português. Um grupo aparece dançando ou extraindo Pau-Brasil. Há um outro carregando uma tora de madeira para o litoral onde está escrito “*Les Canibales*”, além de outros dois carregando um tronco de árvore. Ainda há um deitado em uma rede ao lado da legenda “*Le Bresil*”, e por fim, um casal abaixo do tropico de Capricórnio em meio a casas de madeira¹²¹.

Para os ibéricos, cartas náuticas como estas, eram vitais para a continuidade segura da conquista do litoral Norte. Segundo o historiador Augusto Meira Filho, Ravardière

¹²¹ Ver cópia extraída de: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira; primeiro volume: tomo II*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975, p. 537.

teria negociado seus desenhos com os capitães portugueses como forma de barganha, mas este fato não foi confirmado nas fontes por mim estudadas ¹²².

Continuando no anexo n.22 do relatório de Alexandre de Moura, a certidão de Ravardière, perguntado sobre o rio chamado Grão Pará ele confirma ser uma das barras e bocas do rio das Amazonas, sugerindo que havia mais de uma. Logo ao final diz que os pilotos franceses, que estavam no Maranhão naquele momento, não levavam grandes naus por fora dos baixios e que por dentro só navegavam em barcos menores.

Isso acaba definitivamente com a idéia de que os franceses e depois os ibéricos desconheciam a entrada mais ao Norte, mais propícia para os grandes navios, e nos deixa dois problemas:

a) Por que escolheram barcos menores e a entrada mais difícil se podiam navegar com barcos maiores na entrada por fora dos baixios, ainda que sem conhecimento do lugar ?

b) Eles arriscaram uma viagem por dentro dos baixios só por causa da participação dos pilotos franceses?

A lógica da guerra os fez ir precavidos de uma possível armadilha francesa. Indo uma esquadra por rio profundo, mas desconhecido, em grandes barcos poderia resultar numa catástrofe. Seguiram a máxima de que o caminho mais fácil nem sempre é o caminho mais seguro e investiram numa viagem com barcos pequenos que podiam passar pelos baixios do cabo de Saparara e entrar no rio Grão Pará.

No anexo 23 do relatório de Alexandre de Moura está um auto do próprio capitão em que há algumas informações do regimento mandado pelo Governador Geral Gaspar de Sousa, ao qual, deveria dar cumprimento. Diz o seguinte:

“(…), que ele trazia em seus regimentos que lhe passara o Sr. Governador geral Gaspar de Sousa alguns capítulos que ali leram, e continham se fizesse a jornada do Gram Pará, e Rio das Amazonas, e se botassem deles os estrangeiros que ali residem, posto que, parece cai na demarcação de Castela, o do Rio das Amazonas, mandando a ele dito Capitão Mor fizesse a dita jornada ,e porque claramente se sabe que o Pará é uma das bocas do dito Rio das Amazonas da banda de Leste, (...)” ¹²³.

Isso nos mostra que já havia por parte do governo colonial e da monarquia ibérica a intenção de ocupar tais posições, e expulsar os estrangeiros de lá, visto, estarem na área

¹²² MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Vol.1, Belém: Grafisa ed. Globo, 1976, p.43.

¹²³ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.238.

pertencente à Castela devido o Tratado de Tordesilhas. Isso também mostra a intenção da coroa ibérica em investir nas suas áreas coloniais independentemente daqueles que faziam a conquista serem Portugueses. O fato é que não havia, como muitos autores sugerem, um interesse dos lusos no sentido de garantir possessões para um futuro estado português liberto, posto que isso poderia muito bem nunca acontecer. E os mesmos lusos estarem sendo beneficiados pela falta de controle efetivo da coroa na região.

Num primeiro momento, a coroa deixava tudo a cargo dos administradores locais, o que contribuía para o enriquecimento individual dos fidalgos, principais colaboradores dos reis filipinos na continuação da união dos estados luso e espanhol. O que também havia, eram interesses comuns em desvendar e extrair os recursos naturais que nessas áreas existiam e o lucro que lhes renderiam.

Continuando o seu texto diz Moura:

“(...) vieram os Mestres, e Pilotos dos navios da Armada, e disseram, que não tinham conhecimento nenhum dela, nem sabiam como se devia navegar, e que certo perderem-se as naus e a gente nos baixios, que diziam haver nela (...)”¹²⁴.

Digno de nota é a falta de interesse dos mestres e pilotos das embarcações portuguesas em ir à nova região, numa clara demonstração de falta de vontade ou coragem. Certamente já tinham visto cartas náuticas da região e os perigos nelas assinalados, mas dizer que certamente iriam perder as naus é algo no mínimo estranho. Em seguida, Moura chama os pilotos franceses que tinham ficado no Maranhão por ordem sua. Diz ele:

“(...) nenhum deles se atrevia a levar naus por fora, e que por dentro não podiam ir senão navios pequenos, e que esses não havia de navegar, senão de dia surgindo todas as noites por não escorrer a terra, e desconhecimentos dela, que sempre haviam de levar a v.^{ta}”¹²⁵.

Seriam os pilotos franceses mais corajosos que os portugueses? Certamente isso não é o caso aqui, posto o que se discute é a necessidade da viagem. Naturalmente os portugueses não queriam arriscar suas vidas por terras de Castela, por outro lado era interessante aos franceses participarem da viagem, por já conhecerem o seu trajeto e qualquer

¹²⁴ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.238.

¹²⁵ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.238-39.

informação nova seria útil quando retornassem a França. Daí entendermos o interesse do piloto francês Des Vaux, mais experimentado e que conhecia bem a língua dos indígenas da região.

Ao final, Alexandre de Moura, argumentando que não podia se ausentar do Maranhão porque “*não lhe convinha*”, elegia a Francisco Caldeira de Castelo Branco como capitão-mor da jornada, podendo o mesmo escolher os cento e cinquenta homens para ir nas três embarcações com todo o necessário. Castelo Branco fez o que lhe foi pedido, aparelhando as naus com mantimentos e provisões para cinco meses, novas amarras adicionais que tiraram das outras embarcações, além de armas e munições.

No anexo 24 do Relatório de Alexandre de Moura há uma cópia do regimento que deixou com o capitão Francisco Castelo Branco. Nele comenta o fato do seu regimento o encarregar de ir ao rio Pará e expulsar os franceses fortificados lá, bem como de outras nações européias que estavam na embocadura do Rio das Amazonas. Contudo, soube por informações do capitão-mor francês Ravardière, que não existiam tais fortificações francesas nem qualquer outro estrangeiro na região, exceto uns dois deixados pelo capitão Des Vaux e outro fugido do Maranhão. Entretanto, mesmo sabendo disso, ele resolve acatar a ordem:

“(…) para dar cumprimento aos ditos regimentos, pois havia gente a sobejo, e por reduzir os índios daquelas partes a nossa amizade, que até agora estão a devação dos franceses, e pelas partes, e qualidade do Capitão mor Francisco Caldeira Castelo Branco, confiando dele fará neste particular, como convém ao serviço de sua majestade lhe mandei passar o presente regimento”¹²⁶.

Alexandre de Moura nos dá a entender que a viagem de Conquista do Grão Pará somente acontece naquele momento por dois motivos: a grande quantidade de pessoal e provisões de guerra no Maranhão, subentendendo novamente que isso acarretava problemas internos, e pelos indígenas que moravam no Pará e que deveriam ser cooptados para o convívio amistoso com os ibéricos evitando que ficassem aliados dos franceses.

Dadas justificativas do empreendimento ele faz as seguintes recomendações ao capitão-mor da viagem, Castelo Branco:

A) Fazer o reconhecimento da costa até o Pará “*com o Prumo na Mão*”, para mapear a costa e facilitar as viagens futuras “*de Carreira*”.

¹²⁶ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.240.

B) Ir até o aldeamento de Cuma e reduzir os indígenas de lá a causa ibérica, utilizando-se do capitão-mor francês Des Vaux.

C) Entrar no Rio Pará e escolher um “*sítio acomodado para fortificar-se*” evitando assim um contato com o inimigo, caso houvesse, e para não por em risco a viagem.

D) Após aprontar a fortificação e colocar as dez peças de artilharia que levava, ele deveria reduzir os indígenas vizinhos utilizando-se do mesmo método usado em Cumã ou valer-se das “*dádivas*” que levava na expedição.

E) Verificar a notícia de que flamengos e ingleses estavam fazendo viagens de resgate por lá. Caso isso se confirmasse, deveria com a ajuda dos indígenas em canoas, destruir os barcos enquanto descuidados.

F) Procurar duas roqueiras e um falquão (falcão) de bronze, além de duas peças pequeninas também de bronze deixadas pelo capitão Des Vaux.

G) Avisar, assim que pudesse dos êxitos da viagem ao Governador Geral do Brasil para ele acudir as suas necessidades.

Este documento é datado de 22 de dezembro de 1615. Três dias depois do escrito três velas foram içadas rumo ao Rio Pará. Podemos então dizer que, até a sua saída do Maranhão no Natal de 1615, ocorreram diversos fatos que concorreram para que a viagem ocorresse.

O primeiro deles é de ordem geral: o já conhecido interesse da coroa ibérica em estabelecer o controle efetivo de áreas, até então, não devidamente exploradas e que pensavam estar em terras de Castela. Notamos nos regimentos enviados pelo Governador Geral do Brasil, Gaspar de Sousa, ao capitão-mor Alexandre de Moura, que as ordens partiam primeiramente das cortes de Madrid, preocupadas com a atuação de franceses e a crescente atuação de outras nações rivais na costa brasileira, em especial no Rio das Amazonas. Vale ressaltar que em nenhum momento os oficiais portugueses falam na conquista para assegurar os direitos lusitanos na região, numa possível separação da coroa de Espanha.

O segundo está restrito ao Maranhão. O final da luta com os franceses, em que teve grande importância à atuação das forças navais e terrestres levadas por Alexandre de Moura. Este capitão-mor não só vai estabelecer a ordem na conquista, abalada por uma tentativa de motim e disputas políticas envolvendo os capitães Jerônimo de Albuquerque e Castelo Branco, como também vai traçar os planos para as futuras investidas na costa Norte. Montando inclusive um plano de ocupação desse território, como podemos ver no seu relatório ao monarca ibérico. Para Moura, a melhor defesa da região contra os estrangeiros não era a construção de fortalezas militares, mas sim o uso da natureza, que por si só fazia

uma barreira “*de grandes matos*” aos não acostumados com ela, além do convívio pacífico com os grupos indígenas, valendo-se principalmente da fé pregada por missionários que deveriam vir à região.

Por fim, a decisão da viagem ao Pará foi também de ordem prática. Havia naquele momento, no Maranhão, farta provisão e armas, bem como mais de 600 soldados entre “pagos e aventureiros” que estavam sem rumo, por assim dizer, ao final das hostilidades com os franceses. As disputas e motins podiam voltar com força caso não fosse dada nova meta a estes soldados. Mandar para a missão ao Pará, alguns que já estavam no seu regimento, e regiões próximas, foi a melhor opção.

A nomeação do capitão Martim Soares Moreno, sargento-mor da conquista do Maranhão, como capitão do distrito de Cumat, nos é um indício que Alexandre de Moura não admitiu as insubordinações ocorridas no Maranhão. Soares Moreno foi o primeiro que assinou o requerimento em favor de Castelo Branco, para que o mesmo fosse nomeado capitão-mor adjunto. Acabou mandado ao Cumat junto a um pequeno destacamento de soldados com ordem de ficar lá e apaziguar os indígenas Tupinambás e outros tidos como “bárbaros”, que viviam na dita região em contato com os franceses.

A escolha do capitão-mor Castelo Branco para comandar a viagem é entendida como uma forma de apaziguar os ânimos e talvez uma forma de punição “velada” a este pela insubordinação ao seu oficial superior Jerônimo de Albuquerque. A tripulação e os homens para a viagem foram escolhidos por Castelo Branco, sugerindo que também fizessem parte àqueles que pediram a sua permanência no Maranhão e nomeação como capitão-mor adjunto a Jerônimo de Albuquerque. Nomes que estão no Requerimento de três de julho de 1615 em anexo ao relatório de Moura.

Castelo Branco no Pará e os primeiros contatos com os Tupinambás da região:

Ainda que pouco divulgada, a melhor fonte de informação sobre este momento da chegada dos ibéricos no Pará é a narrativa do escrivão André Pereira para as cortes de Madrid, sob o título pomposo de “*Relação do que há no grande Rio das Amazonas novamente*

descoberto”¹²⁷. Nesse documento, ele breve e sucintamente, descreve aspectos relevantes da viagem como o contato com os indígenas do Pará e as notícias sobre os estrangeiros.

Sua narrativa não chega a ser uma Carta como a de Pero Vaz de Caminha, pois não tem o mesmo ardor poético e grandeza de informações. Acaba por ser negligente em alguns fatos, como na data da viagem, colocando apenas o dia da saída dos barcos em 25 de dezembro de 1615 e a chegada em 1616 não dando o dia e o mês da chegada e provocando com isso uma briga de historiadores posteriores pela data mais precisa. No entanto, afora esse e outros deslizes podemos ainda tirar dados até intrigantes e pouco ou nem comentados pelos estudiosos.

O primeiro deles é a participação de Antonio Vicente Cochado como piloto-mor mandado por Alexandre de Moura. Ora, sabemos pela documentação acima citada, que Moura diz ter deixado tudo a cargo de Castelo Branco, contudo ele nomeou Cochado como um fiel homem encarregado de fazer os roteiros da viagem conforme estipulado nas suas recomendações dadas ao capitão-mor da expedição Castelo Branco. Será que ele não confiava em Castelo Branco no cumprimento fiel das suas recomendações, apesar de dizer que elas eram “*mais para lhe lembrar algumas coisas*”? Ou será que Cochado era o único que podia fazer um mapa elaborado da Costa litorânea para as futuras viagens?

O certo é que eles vão “*150 léguas pela costa*” até o Rio que tem água doce e 120 léguas de largura “*até entrar no mar 60 léguas*”. Ao que parece no transcrito, o maior perigo da expedição é a “*furiosa corrente por ser inverno*” até chegarem à ponta que chamam talvez por meio dos franceses ou dos indígenas pelo nome de Sapanara ou Saparará. Seguiu-se a recomendação dada pelos pilotos franceses de Ravardière de ir parando à noite e seguir pela rota onde as águas são mais rasas.

Sobre a forma de como deveria agir no contato com os indígenas, Alexandre de Moura disse na sua recomendação para utilizarem o capitão Des Vaux que falava a língua deles e já estivera na região antes, contudo não fez referência de como isso seria feito ou a maneira de conseguir que os tais indígenas passassem a cooperar. No entanto, vemos na carta de André Pereira um indício de como isso foi feito na prática. Diz ele:

“(…) fomos sempre por entre ilhas caminhando pelo rio acima e falando com o gentio que havia naquelas partes, que com boa vontade aceitava nossa amizade,

¹²⁷ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp.255-259.

dizendo que nós éramos os verdadeiros valentes pelo muito que tínhamos feito com os franceses e mais nações que naquela costa eram nossos inimigos”¹²⁸.

A visão do capitão-mor Des Vaux capturado mostrava aos chefes Tupinambás visitados que realmente os ibéricos tinham vencido os franceses no Maranhão. Significava em sua cultura a submissão dos franceses como cativos ou escravos. A condição de inferioridade guerreira dos franceses frente aos ibéricos fazia o indígena Tupinambá do Pará, pensar duas vezes antes de tomar partido do lado dos franceses, preferindo tratar de forma amistosa os recém-chegados. Outro ponto importante levantado no relato de Pereira, é que ele não deixa claro se os franceses eram inimigos desse grupo do Pará, no entanto ficam mais evidentes que as “demais nações daquela costa” (Maranhão) eram suas inimigas.

Continuando o seu relato André Pereira mostra interesse nas riquezas naturais da região. Diz ele: “*Por todas as partes mostravam as terras serem fertilíssimas de madeira e na bondade delas cheias todas as ilhas de muita caça; (...)*”¹²⁹. Mal chegaram e seus olhos já foram atraídos pelas árvores de valor comercial e também pela caça ainda abundante nas margens dos rios. No segundo caso, a riqueza em caça propiciava a independência alimentar da região, sem ter que recorrer a outros locais de abastecimento.

A Construção da fortaleza do Pará:

Enfim achou-se um bom local para a fortificação cujas descrições são inexistentes no relato de André Pereira. Contudo, se faltam estes dados para uma análise detalhada das técnicas de construção, como podemos descartar algumas hipóteses comentadas e até de repercussão, como aquela dada no centenário de Belém em que o forte foi pintado em pedra pelo artista e pesquisador Teodoro Braga? Sabemos por conta do forte de São Luis que havia técnicas mais simples de construção que utilizavam poucos recursos o que se contrapõe ao forte pintado por Teodoro Braga¹³⁰. Há o estudo de Aldrin Figueiredo sobre esta a tela de

¹²⁸ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.256.

¹²⁹ Há variações na tradução do texto de André Pereira que estão postas em notas no pé da página. Escolhi a que melhor pareceu fazer sentido. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.256.

¹³⁰ Contudo a alegação de Oswaldo Coimbra que o Engenheiro-Mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita teria vindo ao Pará nesta expedição não procede, pois este estava no mesmo período terminando os reparos na Fortaleza de São Felipe, como nos diz em um documento no qual comenta as principais melhorias feitas no local. Sobre a alegação de Frias de Mesquita estar na expedição de 1616 In: COIMBRA, Oswaldo. *A saga dos primeiros Construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.29-36.

Theodoro Braga onde ele diz que o forte de pedra foi exigência do então Intendente Antônio Lemos¹³¹.

A melhor hipótese é a de que o primeiro forte surgiu sob a forma que todos conhecemos como “fortaleza”: um ponto elevado e de difícil acesso que possibilita ao defensor melhor visibilidade dos seus atacantes e, por conseguinte uma vantagem na defesa daquela região, além de permitir fazer rápidas incursões na área¹³². Provavelmente era uma aldeia Tupinambá, cujo Buruuichaué chamavam Paraguaçu. Segundo consta, houve a participação de muitos indígenas dessa aldeia na construção do edifício, além de aldeias vizinhas que se aproximaram dos portugueses, num misto de curiosidade, admiração e medo.

A existência desse aldeamento e a posição estratégica dele em relação ao rio seria o principal responsável pela escolha do local de construção do forte. Tal como aconteceu anteriormente na fortaleza de São Luis, aliaram-se as técnicas de construção européia às indígenas, indicando o que chamo de uma aliança permanente, com envolvimento direto das lideranças Tupinambás no processo de adaptação dos brancos. Suponho que houve um acordo entre o capitão Castelo Branco e os chefes da aldeia local pautado nas “dádivas”, doação de mercadorias por trabalho e comida¹³³.

Infelizmente nada restou dessa interferência arquitetônica no forte, devido às inúmeras reformas que sofreu ao longo dos séculos, exceto talvez pelos vestígios cerâmicos, típicos da cultura Tupinambá, escondidos um metro abaixo da superfície e encontrados no fosso e pátio interno durante escavações arqueológicas entre os anos de 2000 e 2003¹³⁴.

Segundo André Pereira, o forte foi erigido rapidamente, mas não explica os detalhes de como isso foi possível e a mão-de-obra utilizada¹³⁵.

¹³¹ Segundo Aldrin Moura havia um esboço da famosa pintura onde o forte é feito em taipa e madeira. Na versão final Theodoro Braga o colocou em pedra “inventando um reluzente passado amazônico”. FIGUEIREDO, Aldrin Moura. A gênese do Progresso: Theodoro Braga e a Pintura da fundação da Amazônia. In: NETO, José Maia Bezerra & GUZMÁN, Décio de Alencar (org.). *Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2002, pp.109-136.

¹³² Utilizo aqui a definição dada pelo historiador militar John Keegan. In: KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.155.

¹³³ Dos autores pesquisados, Jorge Hurley diz que “(...) Caldeira Castelo Branco foi auxiliado pelo braço Tupinambá nas construções do forte do Presépio e na ermida de Nossa Senhora das Graças, a qual era dentro do mesmo forte. Belém foi fundada sobre a taba de Parauassú que dirigiu os Tupinambás não só nessas construções como durante todo o ano de 1616 (...)”. In: HURLEY, Jorge. *Noções de História do Brasil e do Pará*. oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré: Belém, 1938, p. 60. Contudo, não encontrei nenhuma fonte do Arquivo Histórico Ultramarino ou do Arquivo Público do Pará que comprove participação ou existência deste chefe. A larga participação indígena, no entanto, foi confirmada por fontes como Berredo. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anaes Históricas de Berredo*. Terceira edição, Florença, Typografia Barbera, 1905, p.161-62.

¹³⁴ MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Pesquisa Arqueológica no Forte do Castelo (Relatório)*, em Belém, Pará. Março de 2003.

¹³⁵ Houve algumas divergências sobre esse período, referentes a temas que não influenciarão no desenvolvimento de uma teoria geral da Conquista. Uma das divergências é a data da chegada dos europeus ao Pará. Alguns historiadores, apoiados no texto de Berredo, apontaram que o fato teria ocorrido em novembro de

Na verdade, as outras fontes documentais nos sugerem justamente o contrário. O forte teria demorado a ser construído, conforme podemos ver numa carta enviada pelo monarca Felipe, em 18 de setembro de 1616 no qual ele diz:

“Em seis do mês passado se nos avisou do que houve e por bem de resolver, acerca do socorro, e provimentos do forte que Francisco Caldeira de Castelo Branco fundou no Rio das Amazonas. E por que tenho entendido, que na execução se procede lentamente, importando tanto como se deixa ver, [que perto das] aviasse apresse e facilite, nos encomendo muito, que deis tudo o que haver necessário para não dilatar mais o tempo, advertindo ao conselho da fazenda do grande dano que se seguiria, de faltarem o Francisco Caldeira os provimentos e munições necessárias se os inimigos. Que tinham tão vizinhos”¹³⁶.

Ou seja, em setembro do mesmo ano o forte ainda estava inconcluso. O que fez o Rei ordenar ao Governador Geral do Brasil que enviasse toda a ajuda que pudesse para apressar a sua conclusão. O monarca preocupava-se em assegurar a posição da conquista frente aos inimigos que ele diz estarem tão próximos.

O que nos parece, hipotetizando um pouco além das fontes, é que primeiramente foram utilizadas as cercas Tupinambás da aldeia ali existente. Acrescentaram-se algumas modificações técnicas, tais como um fosso mais extenso e a base dos primeiros canhões, com a terra retirada do fosso.

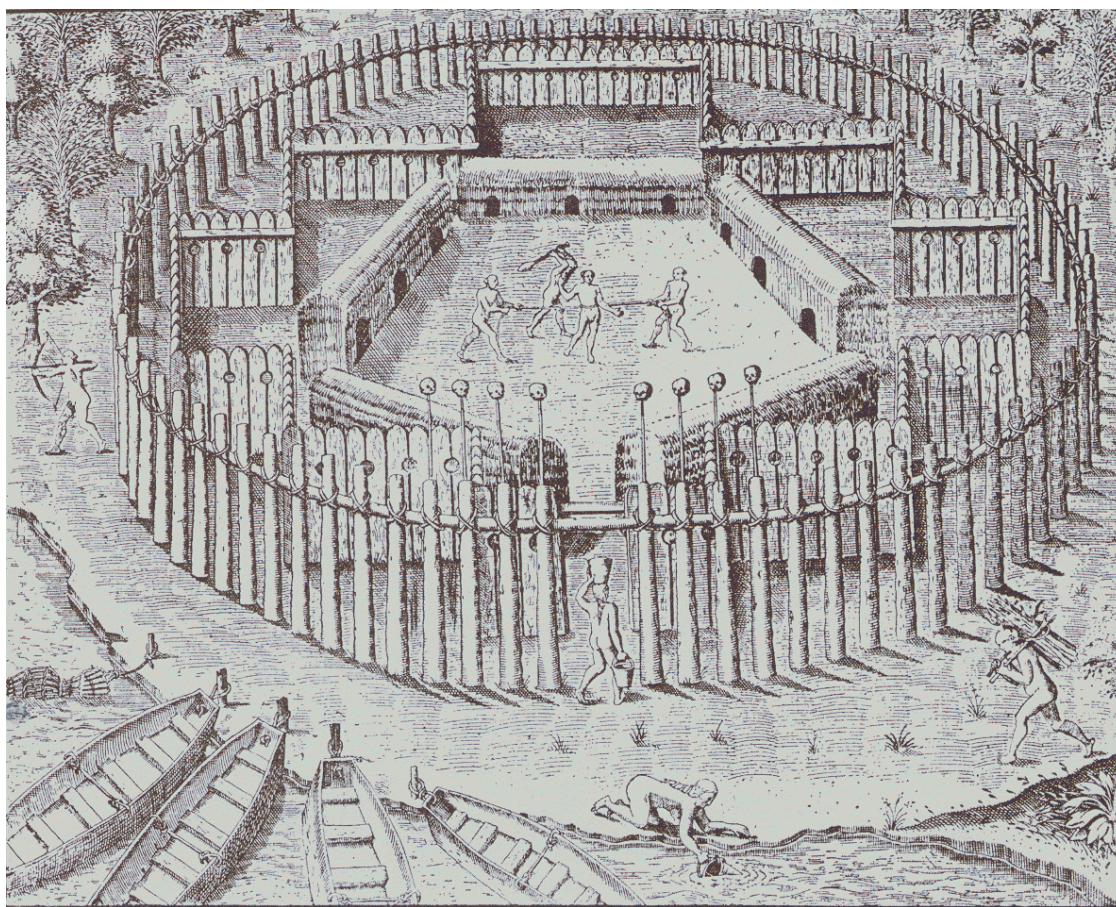
Sabemos por meio dos desenhos de Hans Staden que as aldeias dos Tupinambás tinham um cercado em madeira para a defesa da mesma. Nos desenhos de Hans Staden, ele mostra como eram essas defesas. Inclusive fazendo-nos ver as entradas falsas, criadas para confundir o inimigo e dar tempo da aldeia preparar-se para lutar¹³⁷.

1615 e para outros, como Capistrano de Abreu, ratificado por Ernesto Cruz e Arthur Cezar Ferreira Reis que utilizaram como contra-argumento a carta do Arcebispo de Lisboa a D. Luis de Sousa, reconheceram a data mais provável o dia 12 de Janeiro de 1616. In: CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Vol. 1, Coleção Amazônica, série José Veríssimo. Belém: UFPA, 1963, p.p.62-64. Outra divergência foi envolvendo o pintor e pesquisador Theodoro Braga e o historiador Arthur Vianna sobre o primeiro forte do Presépio. Para o primeiro o forte já era construído em pedra e para o segundo em madeira. In: COIMBRA, Oswaldo. *A saga dos primeiros Construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

¹³⁶ AHU-ACL-CU-013,Cx.1. D.1.

¹³⁷ FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. Instituto Progresso Editorial S.A.: São Paulo, 1948, pp. 59-74.

Figura 9



Esta gravura feita à partir dos desenhos de Hans Staden mostra como era visualizada pelos europeus a construção das aldeias Tupinambás. Nota-se a cerca alta em volta da aldeia e uma contra-cerca mais fechada por dentro e com furos, por onde se atacavam os inimigos que tentavam invadi-la. Eram bem localizadas para um acesso mais fácil a água para beber e pescar. In: ANDRÄ, Helmut & FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *AMERICAЕ PRAETERITA EVENTA*, São Paulo, 1966.

Isso sugere uma das primeiras interações entre essas duas culturas na região. O forte começou pela fortificação Tupinambá já existente, que foi sendo gradativamente adaptada às novas tecnologias trazidas pelos portugueses como canhões e mosquetes. Essas armas exigiam locais para disparo e uso do modo construtivo europeu, em especial o lusitano, com fossos, baluartes, paióis e outros acréscimos.

O Papel dos línguas na conquista:

Na carta de André Pereira, sobre a “Redescoberta do Rio das Amazonas”, podemos verificar que as notícias sobre esses estrangeiros começam logo nos primeiros dias de construção da Fortaleza. Diz o relato o seguinte:

“(...) trabalhando nela (a Fortaleza) se soube de um francês que ali andava fugido a os do Maranhão como em umas aldeias de gentio que estão pelo rio mais acima andava uns Flamengos que ali tinham deixado outros para ter aprendido a língua e adquirido os indígenas para seus tratos, (...)”¹³⁸.

Este francês desertor dá uma pista ao capitão Castelo Branco sobre holandeses também presentes na região. Os “flamengos”, como eram chamados os holandeses, rapidamente conquistavam a amizade dos indígenas da terra. Tanto os franceses quanto os holandeses deixavam um dos seus nas aldeias, este logo aprendia o dialeto do grupo e passava a ser um intérprete (língua) nas negociações com a tribo. Esse francês desertor poderia ser um desses interpretes, posto que no relato de Ravardière há o comentário de que Des Vaux deixou um dos seus, sem dar mais explicações do fato e isso nem é citado mais tarde por André Pereira.

Isso levou a um preparativo de Castelo Branco para dar combate a eles. Contrariando o que lhe havia dito Alexandre de Moura no seu regimento, Castelo Branco logo vai ao encontro dos estrangeiros, desconhecendo o seu real poder militar. Segundo o relato de André Pereira, após a captura do flamengo numa aldeia, ele confessa “*que esperava um irmão seu para povoarem naquela parte onde agora está a nossa fortaleza e donde havia a poucos dias se tinham ido três embarcações de Flamengos*”. Desde então, sabe-se da presença de inimigos holandeses no Cabo Norte inclusive de sua quantidade aproximada ser de 250 a 300 homens fortificados em duas “*fortalezas de madeira*” e dois “*engenhos de açúcar*”¹³⁹.

Ao final da carta, André Pereira novamente descreve a natureza e os recursos naturais de interesse comercial. Ele mostra grande atenção ao relato de uns indígenas a respeito de serras a 150 léguas da fortaleza portuguesa, onde diziam haver metais preciosos:

“São escavadas sem mato, e alguns homens experimentados dizem que estas são as serras que ali vem dar no Peru, como muitas cartas de marear também o mostram, e que há ouro nelas e mais metais”¹⁴⁰.

¹³⁸ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.256.

¹³⁹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.256.

¹⁴⁰ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.257.

Nas cartas posteriores do rei e de Castelo Branco não se fala mais nessas serras. Indício de que foi superestimado o seu potencial mineralógico por André Pereira e pelos “*homens experimentados*” da expedição.

Fala-se de pérolas que foram dadas aos ibéricos por um índio que comia ostras e que dizia haver mais a 70 léguas pelo rio acima. Este relato é importante e reforça a existência de grupos, provavelmente Tupinambás, que tinham dieta baseada em moluscos, tais como os grupos pré-históricos Sambaqueiros amazônicos¹⁴¹.

André Pereira escreve uma breve história de pedras preciosas conseguidas pelo capitão Des Vaux. Ele as teria conseguido junto a um capitão inglês, que, por sua vez, as teria adquirido no Amazonas. A história abreviada por André Pereira, indica que os portugueses talvez já tivessem conhecimento das atividades inglesas na região. Como veremos mais adiante, estas atividades estavam em avançado processo de desenvolvimento, onde os ingleses e holandeses formavam colônias permanentes, na desembocadura do Rio Amazonas.

Também cita a diversidade de madeiras, dentre as quais destaca o “Brasil” (Pau-Brasil) e outra que os indígenas chamavam de “*Cotiara*”. Sobre as possibilidades de plantações, mostra que os seus inimigos holandeses comercializavam com os nativos, além das madeiras referidas, também o algodão, tinta de urucum e tabaco¹⁴².

Os Recrutamentos forçados e as primeiras revoltas Tupinambás na conquista do Pará:

Após esse início conturbado, podemos dizer que a política de Castelo Branco no Grão Pará será diferente da que foi estipulada por Alexandre de Moura no seu relatório ao soberano ibérico. Castelo Branco vai tentar combater os holandeses sem primeiro esperar ajuda externa do reino e estabelecer uma posição bem formada e defensiva. A ajuda dos indígenas Tupinambás foi logo solicitada quando sua força militar quase foi derrotada no primeiro confronto com uma nau holandesa na foz do Xingu¹⁴³.

¹⁴¹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.257.

¹⁴² ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.258.

¹⁴³ Esse fato nos é amplamente comentado por historiadores como Berredo e Baena. O episódio aconteceu na noite de 09 de agosto de 1616 e era o Comandante da operação Pedro Teixeira. Segundo Jorge Hurley, após terem batido em retirada do convés do navio inimigo, os ibéricos usam as flechas incendiárias dos Tupinambás para queimar a embarcação inimiga. In: HURLEY, Jorge. *Belém do Pará sob o domínio Portuguez 1616-1823*. Belém: Livraria clássica, 1940, p.23-24.

A política de Castelo Branco com os indígenas e com os recursos naturais também é diferente do estipulado por Alexandre de Moura. Ele logo abre grandes clareiras na margem do rio em plantações de cana para seu engenho, inclusive constrói fornos de cal próximos à fortaleza que foram constatados nos trabalhos arqueológicos realizados nessa área¹⁴⁴. Seus oficiais seguem o exemplo e logo a praça toma ares de vila, crescendo rapidamente.

Mas o tratamento que dará aos indígenas será um completo desastre, pois não conseguirá firmar um pacto seguro com os principais das aldeias Tupinambás e passará a agir com violência para tê-los como mão-de-obra. O que, logo nos primeiros anos, causará graves revoltas, pondo em risco o andamento da conquista.

As primeiras revoltas acontecem no final do ano de 1617 no Maranhão e espraiaram-se ao Pará. Depois, nos idos de 1618 e 1619, surgem novas revoltas no Pará com grande participação de indígenas do Cumã e Caetés. No governo de Castelo Branco como capitão-mor do Pará, os indígenas Tupinambás das aldeias do Cumã revoltam-se contra os contínuos apresamentos forçados por parte dos ibéricos do Pará e do Maranhão.

No Cumã havia, pela época dos franceses, entre 15 a 20 aldeias Tupinambás, que o capuchinho Abbeville relacionou. As principais, listadas a seguir:

Tabela 2

Aldeia	Localização/ descrição	Chefes
Coma	"lugar para pescar peixe".	principal: Itaoc-Miri "casinha de pedra".
Iannuaquare	"toca de cão"	principal: Maichuare "nome derivado de uma arvore".
Tauapiap	"aldeia escondida"	principal: Cauare "bebedor de vinhos"
Couieup	"cabaca preparada"	principal: Ingarabui "cantor azul"
Arauipe	"lago"	Principais: Tamanduai "elefante" e Juraeuta-Uacu "paus grandes de um bofete"
Taeuaio	"fruta negra"	principal: Maracapu "som de uma trombeta"
Bacuripana	"folhas de bacuri"	principal: Caiaeuue, nome de uma arvore.

¹⁴⁴ Sabemos disso através de fontes documentais contidas no AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, Docs. 13 e 25 que são da viúva e herdeiras de Castelo Branco, pedindo a confirmação de suas propriedades no Pará. Além desses documentos temos o registro Arqueológico dos fornos ao lado do forte. In: MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Pesquisa Arqueológica no Forte do Castelo (Relatório)*, em Belém, Pará. Março de 2003.

Auaieue	"árvore aquática"	principal: Tocoma-Uacu, nome de uma fruta.
Maeca	"frente de alguma coisa"	principal: Uiraparacu "arco grande"
Curemaeta	"rio dos curimães", entrada do rio Cumã.	principal: Baureapar "corpo torto".
Iapieuue	"árvore do passaro"	principal: Uiraruatim "arvore branca"

Fonte: D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, pp. 191-92.

Em Cumã as aldeias eram mais povoadas que as da ilha grande do Maranhão, com as quais eram aliadas, juntamente com as de Tapuitapera. Segundo D'Abbeville, no Caeté havia mais 20 ou 24 aldeias muito povoadas de Tupinambás¹⁴⁵.

Aparentemente, os indígenas estavam já alvoroçados com os desmandos dos capitães e soldados das vilas, que cativavam aldeias, apesar de estarem em paz com os portugueses. Mas o estopim da crise começou quando um Tupinambá de nome cristão Amaro, que sabia ler e escrever por ter estudado com os padres capuchos, espalhou a notícia de que possuía uma carta enviada por Castelo Branco a Jerônimo de Albuquerque e que nesta dizia que fossem escravizadas todas as aldeias entre as vilas do Pará e o Maranhão. Segundo consta, tudo teria sido vingança de Amaro por uma punição dada a mesmo por Mathias de Albuquerque, filho do capitão-mor do Maranhão. Do Cumã, principal aldeamento Tupinambá a notícia se espalhou numa velocidade incrível, chegando até as portas da Fortaleza do Pará. Na carta de Manoel Soares de Almeida para o Rei, em novembro de 1618, ele nos informa a situação em que se encontrava a conquista e protestava quanto à prisão de Castelo Branco:

“(...) esta conquista está em guerra com o gentio da terra, que tem feito assas estrago em bandos tem como de cerco esta fortaleza com contínuos rebates, não ousa para alguém sair dela e assim morrem a fome eu me vou a Pernambuco, pedir socorro, de gentio, flecheiro e alguns brancos para com muita brevidade se acuda e vendo tudo bem caro”¹⁴⁶.

A situação nas duas Conquistas estava fora de controle. Sem auxílio externo a Fortaleza do Pará não resistiria muito tempo com pouco abastecimento de provisões. O

¹⁴⁵ D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002, pp. 191-92.

¹⁴⁶ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D. 8.

socorro era impossível por terra e por mar, teria que vir de Pernambuco. No pedido de socorro das autoridades da colônia, eles dizem necessitar de indígenas flecheiros, além de soldados brancos. O que demonstra que as migrações de tribos do nordeste não ocorreram somente por fuga dos portugueses, como destacaram alguns autores, entre eles Manuela Carneiro da Cunha. Houve também migrações de indígenas aliados, recrutados especificamente para serviços dentro das companhias militares¹⁴⁷.

No inquérito, depois da primeira revolta, as culpas recaíram no capitão-mor Castelo Branco pela má administração frente aos indígenas, e não faltam documentos de acusação e defesa à sua pessoa. A busca dos culpados estendeu-se por um bom tempo após a saída de Castelo Branco, preso em grilhões e mandado de volta para Portugal. Foi considerado o único culpado pelos incidentes, apesar de seus partidários acusarem o capitão-mor do Maranhão Jerônimo de Albuquerque e seu filho Mathias pelas revoltas, em autos e cartas enviadas ao Governador Geral do Brasil¹⁴⁸.

Devemos manter cautela nesse assunto, pois muito do que foi escrito naquela época, partiu de pessoas que tinham interesses econômicos e políticos com a saída de Castelo Branco do comando do Pará. O fato das revoltas iniciarem no Maranhão era um atenuante das culpas do referido capitão. Contudo, o que pesou na balança do julgamento das autoridades, foi o fato de que havia se envolvido antes em um motim no Maranhão (eventos de 1615), e por ter sido conivente com o crime de seu sobrinho Antonio Cabral, no assassinato do capitão Álvaro Neto. Aliando isso às forças contrárias a ele fora da colônia¹⁴⁹.

Também havia atritos do seu governo com os missionários franciscanos que criticavam o tratamento dado aos indígenas da terra. O que fez muitos deles apoiarem os indígenas nas revoltas. Um desses missionários, Frei Antonio de Merciana, escreveu ao monarca Felipe, explicando os motivos da revolta e do que aconteceu para a prisão de Castelo Branco:

¹⁴⁷ A autora cita os foragidos de missões e colonos que viriam hoje em dia a serem considerados grupos “isolados”, cita o caso dos Mura e dos Xavante. Admite, no entanto, que o termo isolamento deve ser usado com cautela, pois “há um contato mediatizado por objetos, machados, miçangas, capazes de percorrerem imensas extensões, mediante o comércio e a guerra, e de gerarem uma dependência a distância” (p.12). Introdução a uma História Indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp.9-12.

¹⁴⁸ O capitão Manoel Soares de Almeida foi um dos defensores de Castelo Branco. Chegou a enviar cartas ao Rei Felipe II com anexos de Manoel Dias Gutierrez, Antonio de Amorim, Jerônimo Correa, José de Macedo, Manoel Mendes Aranha e Antonio da Costa, tentando mostrar que as causas da revolta dos Tupinambás foram as capturas de escravos por parte de Jerônimo de Albuquerque e seu filho Mathias de Albuquerque para que livrassem o capitão Castelo Branco da prisão. AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.8.

¹⁴⁹ Ainda sobre a prisão de Castelo Branco o documento que melhor cita algumas das causas da sua prisão é de Baltazar Rodrigues de Mello seu substituto no cargo de capitão mor. AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.10.

“(…) Recolhidos os soldados a esta fortaleza em 21 de dezembro passado meado de fevereiro seguinte chegou a ela aviso de se haver levantado o gentio Tupinambá que era o mais amigo e com este se levantou o mais ficando só com nosso uma pobre aldeia de Tapuias vizinha a esta fortaleza e o gentio dos Apirapés que estão dela mais de cem léguas que um de meus companheiros indo a suas aldeias trouxe a nossa amizade achando os bem arruinados por moléstias que lhe tinham feitas. O levantamento começou no Caeté matando dois brancos que andavam fazendo resgate por mandado do dito Capitão mor Francisco Caldeira e dali veio discorrendo a este Grão Pará onde nos mataram muita gente debaixo de pás e foi lhe fácil pela muita segurança em que se vivia e muita gente que pelos sertões naquela ocasião por ordem do dito Capitão mor andavam fazendo resgate de peças (...)”¹⁵⁰.

O Frei não mede esforços em culpar o capitão Castelo Branco pelos incidentes e revoltas dos indígenas do Cumã e demais aldeias. Faz isso também com intenção de preservar os indígenas de uma punição mais severa por parte das autoridades coloniais, pois colocando a culpa em Castelo Branco, ele redime os Tupinambás e tenta justificar os seus atos como vemos explicitamente adiante:

“(…) Teve este gentio muita causa de se levantar pelas continuas moléstias que lhe faziam e forçado delas não parou aqui mas com a pouca ordem que houve no principio onde se puderam abelhar estes danos tomou animo contra nós com que e os assaltos contínuos tem roubado os escravos desta fortaleza estando todo os moradores dela com armas nas mãos de noite e de dia impedindo o inimigo trazerem-nos farinha com que temos todos padecidos muitos trabalhos e fomes e o que mais se sentia minhas esperanças de remédio pois não avisava a V.Maj. e o Capitão mor Francisco Caldeira tendo comodidade de poder fazer sendo o meio por onde pudéramos estar remediados e não no perigo e risco em que fica esta fortaleza (...)”¹⁵¹.

A situação era muito grave. A fome fragilizava as defesas da Fortaleza. Segundo o Frei Merciana: “(…) *com contínuos assaltos do inimigo a falta de munições é tanta de murrão que tem os soldados gastadas as redes e dormem no chão* (...)”¹⁵². As armas de serpentina e

¹⁵⁰ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.9.

¹⁵¹ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.9.

¹⁵² AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.9.

os canhões estavam com falta até de pavios (Murrão, também conhecido como Mecha), levando os soldados a improvisar com as tiras das redes¹⁵³.

Para evitar um confronto aberto com as autoridades, que queriam uma expedição punitiva, o frei Merciana tenta ser diplomático, pedindo providências e materiais para pôr ordem na conquista e firmar novamente a paz com os indígenas:

“(…) O que de presente consiste o remédio desta conquista e inquietação dos índios, ou seja, por via de paz ou de guerra como V.Maj. ordenar é mandar ao governador do Brasil que com toda a brevidade mande os índios que desta conquista lhe são pedidos caso que os não tenha mandado. E com eles soldados sertanejos por serem os tais de muito efeito nestas partes e como o Maranhão havia daquele gentio do Brasil e alguns Tapuias gente guerreira e amiga será de muito efeito para nesta conquista reduzir todos os Tapuias por ser o principal muito conhecido entre eles parecendo a V.Maj. o Capitão Francisco d’Azevedo que vai a esse reino tem esta gente debaixo de sua administração ele pode vir trazer a esta conquista e será de muito efeito porque por esta via se pode acudir com brevidade em que consiste o remédio correndo na tardança perigo pelo em que fica esta conquista e fará ele este serviço a V.Maj. sem muito dispêndio da sua real fazenda advertindo contudo que este gentio inda que será bastante para de presente remediar não os cuja se pede do Brasil para conquistar pelo que V.Maj. deve ordenar venha um e outro”¹⁵⁴.

Na tentativa de minimizar os estragos, Frei Merciana pede a vinda de Tapuias que cuidariam da pacificação junto com os soldados. Pelo seu relato, as forças repressivas desses Tapuias já tinham controlado a situação no Maranhão e seu principal era conhecido por estas partes, favorecendo um possível diálogo. Mas, mesmo sendo um fervoroso defensor dos indígenas, Merciana, assim como a população ao redor da Fortaleza do Pará, estava com armas nas mãos defendendo a sua fé:

“(…) Ao padre Custodio pedi um ou mais Capitães quisesse esclarecer a V.Maj. e dar lhe relação do sucedido nesta conquista porque além de me não dar lugar os contínuos assaltos em que estamos com as armas nas mãos pareceu que o faria com o zelo que ele e seus frades ao serviço da fé e de V.Maj. tem mostrado (…)”¹⁵⁵.

¹⁵³ Sobre uma análise da evolução das armas de fogo ver: KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.338-44.

¹⁵⁴ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.9.

¹⁵⁵ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.10.

Outro vigário, Manuel Figueira de Mendonça, veio ao Pará junto com a força enviada de Pernambuco para pacificar a revolta. Diz ele, que chegando ao Maranhão em 14 de janeiro de 1618, no navio de socorro mandado pelo Governador Geral do Brasil, Dom Luis de Sousa, ele e os soldados “*não acharam branco vivo*”. A razão eram as revoltas dos indígenas do Cumã que haviam assassinado 37 homens brancos. Sua chegada frustrou os Tupinambás de atacarem a cidade com mais força, mesmo assim, faziam ataques ao amanhecer e a noite como era o seu costume.

“(…) A causa do dito levantamento afirma ser hajo do Capitão mor Jerônimo de Albuquerque que residia por Capitão do dito presídio pelos muitos e grandes agravos que o dito tinha feito ao gentio, e por não poder mas passar adiante do maranhão no pataxo que também havia socorro para esta conquista por não trazer amarras gastantes foi causa de se não dar aviso a Francisco Caldeira de Castel branco pela qual causa (...) ateando o levantamento de aldeia em aldeia chegou as quais fez essa parara de vivido este para aonde mataram pelas aldeias a alguns soldados do Capitão mor Francisco Caldeira que nela estavam descuidados”¹⁵⁶.

Os reforços somente chegaram ao Pará entre 26 e 27 de outubro e se depararam com os indígenas cercando a Fortaleza e fazendo contínuos assaltos. Nesse período, o capitão Castelo Branco já se encontrava preso e quem governava interinamente a conquista era Baltazar Rodrigues de Melo, eleito por uma junta provincial¹⁵⁷.

Não sabemos ao certo a extensão dessas revoltas, nem se todas as aldeias Tupinambás participaram dela. Indícios levantados na época pelo Frei Merciana indicam que os Tapuias próximos ao povoado estavam a favor dos ibéricos, contudo, eram insuficientes para dar conta das demais tribos, podendo inclusive ser alvo das tribos rivais, aproveitando-se dessa revolta. Outros que, segundo o Frei, estavam ao lado dos ibéricos eram os grupos Apirapés, distantes mais de cem léguas do núcleo do povoado e já muito doentes devido às epidemias que provinham do contato com os brancos¹⁵⁸.

Também não sabemos se houve uma confederação de nações para derrotar os ibéricos, pois muitos grupos indígenas, além dos Tupinambás, tinham interesse nessa guerra contra os brancos. O próprio Frei Merciana indica isso, pois no início do mesmo documento em que relata as revoltas diz que o capitão Manoel de Sousa de Sá tinha, antes do conflito,

¹⁵⁶ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.11.

¹⁵⁷ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.11.

¹⁵⁸ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.09.

declarado guerra “a uma nação de Nheenguaíbas por mandado do Capitão mor Francisco Caldeira Castelo Branco”¹⁵⁹.

O ataque ao forte do Presépio teve apoio indireto de franceses e holandeses, segundo sugere o frei Merciana¹⁶⁰. Esse apoio se dava por meio de armas que eram trocadas por outros produtos junto aos indígenas.

Figura 10



Combate entre indígenas mostrando a influência das armas de fogo dentro das técnicas de combate indígenas. Obra de André Thevet - *La cosmographie universelle*, v.2. Paris, 1575. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975. p.463.

Mesmo sendo verdade o uso de armas francesas e holandesas neste ataque, não há nenhuma fonte inglesa, ou outra fonte portuguesa que corrobore esta afirmação, o que nos leva a crer que tais armas tenham chegado ao Pará por comércio de longa distância entre os indígenas Tupinambás e os grupos Aruaks, via ilhas marajoaras ou via rio Tapajós¹⁶¹.

¹⁵⁹ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.9.

¹⁶⁰ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.9.

¹⁶¹ Isto é possível levando-se em conta que já existia um comércio de “pedras verdes” entre essas regiões conforme aponta André Prous. In: PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Editora Universidade de Brasília: DF, Brasília, 1991, pp.453-54.

Segundo as descrições desse povo (Ingahibas), dadas pelo Frei Merciana, eles viviam em “Giraos ou casas levantadas à maneira de sobrados”, parecidos aos grupos descritos por Yves D’Evreux e chamados por ele de Camarapins, que viviam em “iuras”, casas feitas “a imitação das ‘ponts aux changes’ de São Miguel de Paris”¹⁶². Nesta guerra, que durou trinta dias, morreram aproximadamente quase mil desses índios e foram cativados 360, vendidos como escravos. Nessa luta tem-se o relato de apenas uma morte do lado português e outros apenas feridos¹⁶³. Esses grupos Ingahibas tinham muitos motivos para buscar uma revanche, tanto quanto os outros grupos perseguidos e cativados pelos escravistas portugueses¹⁶⁴.

No final dessa guerra sangrenta houve acusações por parte da facção de Castelo Branco, de que a causa da revolta era toda de Jerônimo de Albuquerque, outros disseram que a causa das revoltas indígenas foi uma carta de Castelo Branco interceptada pelo dito Amaro.

Ainda no mesmo ano acontecem mais duas sublevações no Pará, nas aldeias Tupinambás de Caju e Mortigura, que são duramente destruídas¹⁶⁵.

Findando o período inicial podemos dizer que durante o governo de Castelo Branco o que prevaleceu na política da conquista ibérica foram às divergências entre as forças de ocupação, principalmente entre militares, missionários e colonos. Neste caso uma resposta a esses problemas foi à deposição de Castelo Branco. Preso por inimigos políticos é enviado a prisão do Limoeiro em Portugal e julgado por má administração da conquista. Esse fato não somente é a prova de sua incompetência na gerência da região em lidar com as pressões dos colonos, mas é também um indicativo que havia mais problemas do que sucessos nas Colônias do Norte¹⁶⁶.

Para tentar sufocar essas revoltas e dar fim aos problemas na região, o Governador Geral e capitão general do estado do Brasil, Dom Luiz de Sousa, envia para a conquista um

¹⁶² D’EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, pp.82-4.

¹⁶³ AHU-ACL-CU-013-Cx. 1, D.9.

¹⁶⁴ AHU-ACL-CU-013-Cx. 1, D.9.

¹⁶⁵ Os grupos indígenas frente a essa política de extermínio e servidão passam de uma idolatria ajustada para uma idolatria insurgente, onde adotam uma postura de resistência na defesa de suas tradições ameaçadas como nos sugere Ronaldo Vainfas. In: VAINFAS, Ronaldo. *Idolatrias e Milenarismos: a resistência indígena nas Américas*. In: ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, vol.5, nº. 9, 1992, p.29-43.

¹⁶⁶ Existe uma boa documentação sobre os fatos que resultaram na deposição do Capitão Castelo Branco e o seu envio à prisão do Limoeiro em Portugal. Sua política escravista dos indígenas, mesmo dos aldeados vai de encontro aos missionários já estabelecidos e enfurece as aldeias próximas à Belém que se revoltam por duas vezes. O estopim é a morte do Capitão Álvaro Neto, estimado por todos, pelas mãos de seu sobrinho Antonio Cabral, que não é punido, levando os já descontentes com o seu governo a se rebelarem em 1618. In: CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Vol. 1, Coleção Amazônica, serie José Veríssimo. Belém: UFPA, 1963, p.37. Na documentação: AHU-ACL-CU-013-Cx. 1, D.8 ,9, 10 e 11.

jovem capitão que ficará marcado na história local pela selvageria com que vai tratar dos assuntos indígenas: seu nome Bento Maciel Parente.

A Companhia Militar de Bento Maciel Parente:

Este capitão foi enviado a conquista do Pará com a missão de declarar guerra às tribos rebeladas que sufocavam a pequena vila e colocavam em risco a própria conquista, quando punha em cerco a sua principal fortaleza em fins de 1618¹⁶⁷. No regimento escrito pelo governador geral do Brasil em 22 de Março de 1619 (passados mais de três meses desde a carta do Frei Merciana pedindo socorro!), estão vinte pontos que teriam que ser acatados por Bento Maciel na sua íntegra. Os mais interessantes são justamente os que abordam a sua conduta com os indígenas rebelados:

“Primeiramente porquanto a experiência tem mostrado quanto importa trazer os soldados reprimidos e disciplinados para que com a demasia da licença e soltura da guerra se não façam insolentes nem cometam excessos contra o que devem a obrigação de cristãos, principalmente os do sertão cuja natureza é mais licenciosa pelas ocasiões ordinárias que se oferecem, procurara ele capitão evitar-lhe todos os juramentos, encarregando-lhes que vivam bem e sem escândalo e em particular que não estejam amancebados nem levem índios consigo de que se tenham ruim suspeita”¹⁶⁸.

Este ponto trata da disciplina que deveria ter o capitão e seus soldados para que não estivessem e ficassem “amancebados” com as índias, nem que se levassem índios que tivessem “ruim suspeita”. O documento novamente relata o uso de recrutas indígenas do nordeste junto à tropa. A má fama dos capitães de resgate dos sertões, que comumente cometiam excessos, principalmente contra as mulheres, é o fator que leva o Governador a

¹⁶⁷ a legislação colonial e como a mesma era oscilante sobre a questão indígena, pois ora garantia a liberdade dos indígenas com ressalvas, ora permitia a sua escravização, depois abolia os casos e depois os restaurava. Havia segundo sua classificação os índios livres, divididos em aldeados e aliados dos portugueses. Segundo a autora estes dois grupos tinham que “lutar nas guerras movidas pelos portugueses contra índios hostis e estrangeiros” (p.121). No regimento de Tomé de Sousa de 1548 fala-se do incentivo que devia ser dado aos aliados, tais como títulos honoríficos e recompensas. Os índios aldeados e aliados seriam encarregados de proteger as vilas e plantações dos ataques de “gentios” e as fronteiras de inimigos europeus. Os aldeados e aliados seriam as “muralhas dos sertões” ou barreira viva a penetração dos inimigos (p.121). PERONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

¹⁶⁸ STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.14.

colocar esse aspecto logo como o primeiro ponto do Regimento. Não deveria a tropa dar mais motivos para os grupos indígenas se insurgirem.

O segundo ponto já é uma complementação deste primeiro, indica como o capitão Bento Maciel deveria agir com os seus soldados, diz ele entre outros que:

“(…) deve procurar ele capitão que entre os soldados que o acompanham haja boa correspondência possível, evitado quais quer ocasiões de brigas e dissensões entre eles, compondo-os e apaziguando-os com brandura e suavidade, de maneira que igualmente o amem como companheiro e respeitem como capitão e superior, advertindo, porém que sendo o castigo muitas vezes de grande importância para excusar maiores males deve usar dele quando lhe parecer que convém”¹⁶⁹.

Novamente a hierarquia militar e a conduta dos soldados eram colocadas para que evitassem brigas, deserções e motins como aquela ocorrida no Maranhão em 1615, desta vez o governador deixa claro que não iria tolerar a má conduta militar, tendo o capitão Bento Maciel o poder para usar até de castigos físicos, tais como chibatadas.

O terceiro ponto do seu regimento revela explicitamente a razão para o envio ao Pará de tal força: dar guerra aos grupos indígenas rebeldes do Pará, diz ele:

“No assento que se deve tomar sobre essa guerra que se deve fazer aos índios rebeldes do Pará, por causa das mortes que deram aos nossos debaixo de paz e amizade com que eles tinham, vindo com mão armada por cerco na real fortaleza de Sua Majestade, tratando-se o modo por que mais lhe convinha fazer-se a dita guerra”¹⁷⁰.

Nesse aspecto a última frase indica que o capitão tinha carta branca para atuar livremente contra os insubordinados, sendo isso justificado pelas mortes de muitos colonos e soldados portugueses que foram pegos nas emboscadas dos Tupinambás.

Vale ressaltar que aos olhos dos colonizadores as táticas desses indígenas eram traiçoeiras, pois usavam de artimanhas para atrair as presas amistosamente, às vezes faziam até festas para as mesmas e as matavam quando distraídas ou embebedadas pelo cauim. Ou faziam emboscadas no meio da mata, em ataques rápidos nos quais as armas de fogo tinham pouco efeito. O regimento dá aval para o extermínio de várias aldeias e a escravidão de

¹⁶⁹ STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.14-5.

¹⁷⁰ STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.15.

número indefinido de indígenas, contudo, talvez temendo mais revoltas, além de queixas dos missionários, a corte de Madrid lhe impõe normas para ditar a guerra e pacificar a região.

Ainda neste ponto Dom Luiz de Sousa diz por onde a marcha deveria começar:

“(...) por terra marchando do Maranhão até o dito Pará para que assim cometidos os inimigos pelas espaldas desafrontassem os nossos, servindo de diversão para acudirem suas mulheres e filhos, ficando também castigados da rebelião e mortes que cometeram (...)”¹⁷¹.

Estrategicamente atacar as aldeias rebeladas era uma forma de fazer com que os guerreiros, que naquele momento cercavam a fortaleza do Pará, fossem ao auxílio de suas aldeias e liberassem a Fortaleza do cerco, possibilitando a chegada por mar dos suprimentos e socorros necessários para a mesma. Posso dizer que nesse aspecto Bento Maciel cumpriu as ordens superiores e que a fama a ele atribuída muitas vezes esquece-se disso. As ordens de atacar as aldeias, praticamente indefesas, partiram do Governador e não somente de uma ação deliberadamente sua.

No quarto item do regimento de Bento Maciel, fala-se que o Governador tomou providências para enviar um outro destacamento militar, com recrutas indígenas, para socorrer a conquista do Pará. Comandada pelo capitão-mor Jerônimo Fragoso, essa expedição de socorro levaria de barco quarenta soldados e cinquenta índios do Maranhão até a Fortaleza do Pará, reforçando suas linhas de defesa, enquanto o capitão Bento Maciel cuidava de combater os Tupinambás na outra frente de batalha por terra. Notamos o quanto fora brilhante, do ponto de vista da estratégia militar portuguesa, o sentido de cuidar da revolta indígena que estava em risco de acabar com a conquista do Pará ao sitiá-la sua principal Fortaleza e os seus habitantes. Contudo, uma coisa é o plano no papel. Outra é a ação de verdade.

O quinto item refere-se aos preparativos do capitão Bento Maciel. Deveria ele ir ao Maranhão e levar oitenta soldados dos presídios e demais áreas, além de recrutar o maior número de índios que conseguisse. Nesse aspecto não se fala em números de indígenas recrutados. Ainda no quinto item, o Governador reforça a intenção de dar guerra aos rebeldes do Cumã, mas adverte que fazendo as pazes com eles deveria o capitão Bento Maciel rapidamente ir até a Fortaleza do Pará por conta do cerco a ela feito pelos indígenas da região.

Já no item sete a parte mais interessante refere-se à subordinação do capitão Bento Maciel. Diz o Governador geral Dom Luiz de Sousa:

¹⁷¹ STUART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.15.

“(…) não estará ele capitão Bento Maciel no particular desta guerra e suas dependências ao Capitão-mor Antonio de Albuquerque, que lhe não impedirá em maneira alguma antes lhe dará toda ajuda e favor como se declara na provisão por que lhe há de entregar a gente e canoas”¹⁷².

Ou seja, ele não tinha ninguém na região que fosse seu superior, prestaria contas da guerra somente ao Governador Geral do Brasil e ao Rei, além disso, poderia ainda pedir materiais e gente ao capitão-mor do Maranhão, obrigado a acatar.

No ponto seguinte, coloca-se culpa do levantamento nos grupos Tupinambás, o que faz com que eles sejam os mais visados na guerra. Diz o governador:

“(…) procurara ele capitão que a guerra (aos Tupinambá) se faça contra eles mais viva em razão do maior castigo que merecem, tendo em consideração que com as outras nações se haja mais remissamente e com menos crueldade conforme a resistência que fizerem (...)”¹⁷³.

Contudo, mesmo dando essas terríveis ordens de agir com severidade e crueldade com os Tupinambás rebelados, o governador adverte em seguida:

“(…) o intento maior da guerra e o fim ultimo porque se manda dar, a reputação de Sua Majestade é o castigo dos rebeldes, que tendo castigados deve ele ser o primeiro que por bons meios trate de fazer as pazes e reduzi-los a nossa amizade, procurando também conforme a disposição das coisas e do tempo dar-lhes a conhecer o negocio de sua salvação e a vassalagem que devem a Sua Majestade como a seu Rei e Senhor. (...)”¹⁷⁴.

Uma carnificina estava sendo preparada com autorização do Governo Colonial. Embora o próprio Governador talvez temendo criar, ou melhor, incitar novas revoltas acabe colocando ao final, essas e outras condições ao capitão no intuito muito vago de impedir uma mortandade generalizada. Diz ele ao final:

¹⁷² STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, pp.16-7.

¹⁷³ STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.17.

¹⁷⁴ STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.17-8.

“(...) E neste particular da guerra mais viva ou remissa com mais ou menos sangue hei por encarregado a ele capitão de sua consciência, lembrando-lhe que quanto for menos sanguinolenta e cruel tanto será mais justificada e Sua Majestade se haverá por melhor servido, pois o seu intento como Rei tão católico que é tratar da conversão e conservação dos índios de todas as conquistas.”¹⁷⁵.

Conseguiria Bento Maciel dar conta de fazer essa paz com os indígenas mesmo fazendo uma guerra de vingança aos Tupinambás?

Uma forma de conseguir a paz com as tribos rebeladas aparece no ponto nove de seu regimento e consistia em dar “resgates” aos principais das aldeias como forma de ratificar a amizade e “*conciliar os ânimos com os principais*”. Esses “resgates” eram comprados com o dinheiro dado pelo Provedor da fazenda do Maranhão e foram no valor da época, duzentos mil réis. Não podemos saber com clareza quais tipos de “resgates” eram esses, pois poderiam ser na forma de objetos de necessidade das aldeias ou escravos. O último caso é reforçado pelo nome “resgate”, comum nas correspondências para tratar de escravos indígenas, contudo o mais correto a meu ver é o primeiro, posto que mais adiante a mesma palavra aparecer sendo empregada para designar mantimentos.

No ponto seguinte o Governador Dom Luiz de Sousa afirma categoricamente ser proibido ao capitão Bento Maciel dar guerra aos indígenas que não fossem culpados, cúmplices que mataram os brancos durante a revolta. Para tentar evitar ataques as aldeias que não tinham nada com a guerra, impõe-se à condição de Bento Maciel fazer autos contra essas tribos mostrando neles a razão e causa para se dar uma guerra. E apenas seria permitida depois de julgada por mérito. No décimo terceiro ponto do regimento reforça-se esse argumento a favor das tribos pacíficas sendo condenado qualquer ato contra elas por parte dos soldados. Diz ele:

“(...) procurara ele capitão que quando marchar por terras de amigos lhe não façam dano algum, moléstia nem agravo, tomando-lhes suas filhas e mulheres ou mantimentos, e em caso que lhes sejam necessários lhos resgatara e pagara ou haverá por amizade voluntariamente, para que desse modo os obrigue a conservarem conosco e a não perderem vendo-se oprimidos por quem os deveria favorecer”¹⁷⁶.

¹⁷⁵ STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.18.

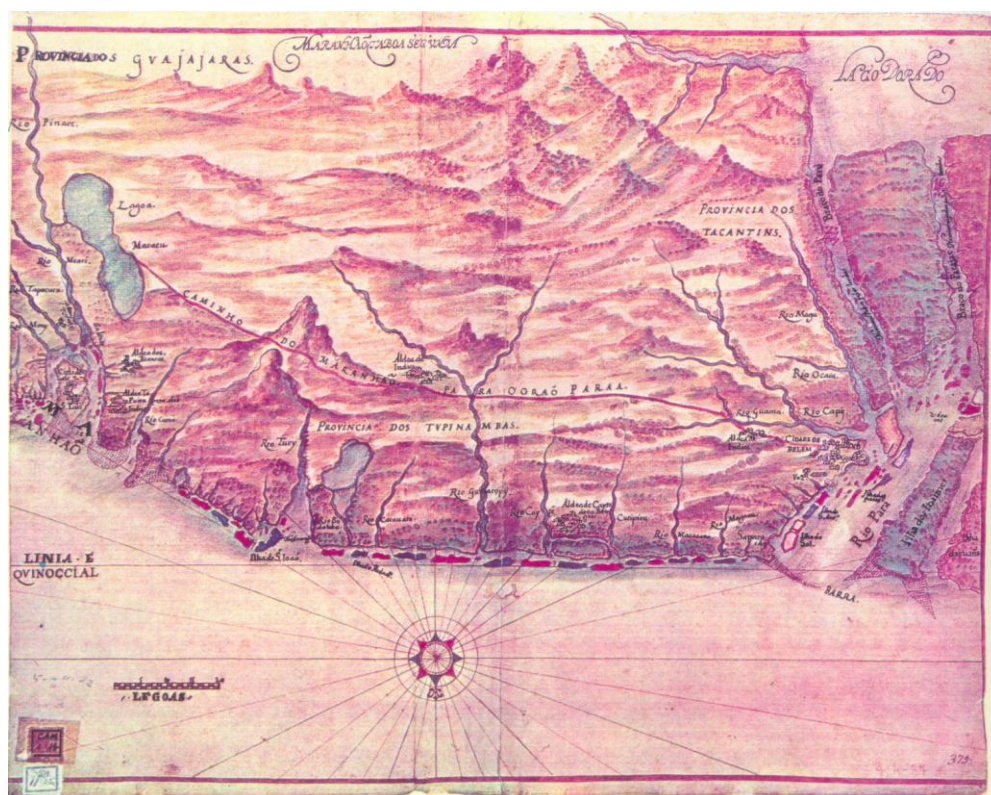
¹⁷⁶ STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.19.

Penso que essa recomendação se faz, por conta de serem práticas comuns dos soldados da colônia em geral fazerem “agravos” as mulheres das aldeias, e numa situação de crise na qual vivia a conquista do Pará tais atos poderiam gerar ainda mais conflitos.

Da mesma forma, os soldados deveriam respeitar os guerreiros e demais indígenas recrutados que acompanhavam a companhia. Como o próprio Governador diz: eles eram “o nervo principal da guerra”, portanto deveriam ser bem tratados. Um desentendimento com esses recrutados além de perigoso resultaria num fracasso da missão, posto que a força militar ficaria reduzida para enfrentar centenas de indígenas.

Nos itens dezesseis e dezessete fala-se do que deveria Bento Maciel fazer quando chegasse à Fortaleza do Pará. Caso ainda a encontrasse cercada deveria proceder dando guerra até a suspensão do cerco, depois daria guerra aos grupos vizinhos até a fortaleza estar segura, ficando ele e seus homens instalados na mesma sob ordens do capitão-mor do Pará Jerônimo Fragoso ou aquele que estivesse no seu cargo. Ao final da guerra deveria retornar ao Nordeste com todos os índios e tropas que levava.

Figura 11



Mapa de Antonio Cochado mostrando a região entre Belém e São Luis, foco das revoltas Tupinambás. In: GUEDES, Max Justo. *Brasil-Costa Norte: cartografia portuguesa vestutíssima*. Edição comemorativa do centenário da Frotilha do Amazonas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha. 1968.

Podemos dizer que esse documento no geral selava um terrível destino aos grupos Tupinambás do Maranhão e Pará, sem que nada mais pudesse impedir um massacre na região (a não ser a “consciência” do capitão Bento Maciel). De qualquer forma esse regimento também reflete o quanto era desesperadora a situação no Pará e ao mesmo tempo a sua importância para as autoridades. Nos itens dezessete e dezoito do regimento do Governador Geral fica a dúvida se o capitão Jerônimo Fragoso ainda encontraria a Fortaleza do Pará de pé. Inclusive no item dezoito fala-se nos procedimentos que ele deveria tomar caso isso ocorresse:

“Porem porquanto eu tenho ordenado ao capitão-mor Jerônimo Fragoso, como se contem em um capítulo do seu regimento, em caso de (o que Deus não permita) ache nova certa no Maranhão que a nossa fortaleza do Pará é perdida, siga sua viagem com toda a massa de gente, índios e embarcações ao dito Pará sem desembarcar em terra mais que a fazenda e moradores casados que vão para o dito Maranhão (...)”¹⁷⁷.

Nesse caso, a tática adotada seria de deixar o capitão Bento Maciel no Pará e ele continuaria dando combate aos Tupinambás e demais tribos rebeladas até o Maranhão, que a meu ver seria pacificado pelo capitão mor Jerônimo Fragoso.

Por fim o último item ainda comenta os fatos relativos à prisão de Castelo Branco. Deveria o capitão Bento Maciel fazer devassa do motim ocorrido com a morte do capitão Álvaro Neto e prisão de Castelo Branco, levando-o à sede do governo na Bahia junto com os presos acusados de liderarem o tal motim.

Os fatos ocorridos no Pará e Maranhão daí em diante têm diferentes versões seguindo linhas paralelas. Na petição ou memorial de Bento Maciel há uma versão dada por ele das revoltas ocorridas, e o que ele fez para sufocá-las. Diz ele:

“(…) y en esta ocasion reedificó el fuerte de san Ioseph en Tapari, y estuvo por capitan del, hasta que fue en socorro del Gran Pará, adonde se hallo en algunas refriegas con los índios rebelados, y por estar la praça muy apretada con el sitio de los Tupinambás, fue por mar a Pernambuco, adonde el Governador general don Luiz de Sosa le mando levantar gente a su costa a las Capitanias de Itamaracá, Parahiba, y Rio Grande, y levar este socorro al Gran Pará, y pesquisar de los alborotadores q avian preso a su Capitã mayor Francisco Caldera de Castelbranco: y entro con

¹⁷⁷ STUART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921, p.21.

ochenta hombres, y quatrocientos índios flecheros en las provincias de los Tupinambás rebelados, que avian muerto mas de cien Portugueses esparcidos, y empeçando a castigarlos en las aldeas de Tapuytaperá, los fue siguiendo, matando y destruyendo, hasta el Gran Pará, en que ay mas de cien leguas: y despues de hazierlos levantar el sitio de la praça de V.M. los fue siguiendo, matando y prendiendo a muchos dellos, mas de duzientas leguas tierra adentro, con que quedaron harto castigados, y los indios de aquellas provincias escarmentados, y todo quieto, particularmiente con las prisiones que hizo en los que hallo culpados en los alborotos.(...)»¹⁷⁸.

Partindo do seu relato posso dizer que a tática dada a ele pelo Governador Geral dom Luiz de Sousa, de primeiro atacar as principais aldeias rebeladas, foi utilizada com êxito, com isso ele tirou a atenção do Forte sitiado e passou a dianteira da situação. O recrutamento segundo Bento Maciel foi feito primeiramente nas tribos do litoral de Itamaracá, Paraíba, e Rio Grande do Norte, o que indica que ele não confiava nos indígenas Maranhenses ou que por lá não havia gente suficiente para enfrentar a revolta. A meu ver são conclusões possíveis posto que, em São Luiz as revoltas de 1617 foram duramente sufocadas e havia poucos indígenas aptos para a guerra a favor dos portugueses. Por outro lado, muitos indígenas possivelmente fugiram para o interior quando aumentou o fluxo de resgates de escravos, tanto da parte do Pará quanto do Maranhão nos meses seguintes a revolta anterior provocada pela carta lida pelo indígena Amaro.

Contando com oitenta soldados e quatrocentos guerreiros, o capitão Bento Maciel não teve problemas em suprimir as aldeias existentes entre o Maranhão e Pará, a começar pela aldeia do Cumã. É impossível calcular o número de mortos, feridos e capturados dentre os Tupinambás. Mesmo sendo lucrativo o comércio de escravos indígenas com os colonos, havia muitas mortes durante e após a luta, fora que indígenas rebelados eram pouco aptos à escravidão.

Seguindo a tradição funesta das guerras em geral, juntamente com os massacres das aldeias logo surgiram doenças, pelo contato dos nativos com os europeus, o que contribuiu para o despovoamento de grandes áreas pacificadas.

Outra versão pouco diferente da feita por Bento Maciel nos é dada por Mauricio de Heriarte na “*DESCRIÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO-PARA-CORUPÁ-RIO DAS AMAZONAS*”, obra escrita sob encomenda do Governador Geral Ruy Vaz de Siqueira em

¹⁷⁸ O documento original desta petição está guardado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mas utilizei a cópia fax símile contida em: GUEDES, Max Justo. *Brasil-Costa Norte: Cartografia Portuguesa Vetustíssima*. Ministério da Marinha: Rio de Janeiro, 1968, p.31-2.

1662, mas publicada dois anos depois. Sobre a revolta indígena de 1619 ele faz as seguintes observações no capítulo XXIII:

“(...) por serem larguíssimas, e de muitos índios, que quando foi povoada de Portugueses, avia mais de 600 povoações de índios Tapinambas: o Tapuias, que vendo que eram poucos os Portugueses, se levantaram contra elles, e mataram 222, sendo seu capitam mor Francisco Caldeira do Castello Branco: mas os q; tiraram, com muito valor, em que com muito trabalho, deram grandes guerras à os índios, o destruíram a naçam Tapinamba, que dominava sobre a outra naçam Tapuia. Morreram muitos índios nessa guerra, e outros se retiraram pella terra dentro, os que hoje assistem a os Portugueses sam 15 povos, (...)”¹⁷⁹.

Seus escritos aumentam o número de mortos entre os portugueses para 222, diferente de Bento Maciel que diz apenas serem “mais de cem”. Entretanto ele confirma não só o massacre dos grupos Tupinambás, quanto aponta que das 600 povoações que existiam antes da revolta, somente 15 haviam sobrevivido até a sua época.

A campanha de Bento Maciel conseguiu o principal intento de salvar para a Coroa Ibérica a conquista do Pará libertando-a do cerco em que estava, contudo ele não parou no Forte do presépio, mas continuou terra adentro, matando e cativando, sendo os prisioneiros levados ao mercado da vila e vendidos aos donos de engenhos e demais proprietários. Suponho que neste sentido eles preferiam cativar os mais jovens e as mulheres. Os primeiros por não terem como fugir e rapidamente estarem domesticados, as mulheres por serem as produtoras de farinha, cozinheiras e oleiras natas.

Não consegui nenhuma referência sobre a volta dos flecheiros recrutados e vindos do Nordeste para guerrear contra os rebelados, o que reforça a suspeita destes terem ficado no Maranhão e no Pará, apesar das ordens do Governador Geral Dom Luiz de Sousa no sentido do seu retorno. Também não sei, pela falta de informações dessas fontes, se houve participação de grupos não Tupinambás nessa revolta, o que configuraria uma ampla aliança indígena. O certo é que muitos grupos indígenas serão apontados como rebeldes pelos sertanistas para justificar a sua caça e escravidão.

Como resultado das guerras, massacres, fuga forçada para o interior das matas e epidemias subseqüentes, os Tupinambás entre o Maranhão e Pará diminuiram drasticamente, a ponto de serem hoje em dia considerados extintos. Entretanto as misturas com etnias

¹⁷⁹ HERIARTE, Mauricio de. *Descriçam do Estado do Maranhão-Para-corypa-Rio das Amazonas*. Faksimile. Akademische Druck –u. Verlagsanstalt: Áustria, 1964, p.26.

diferentes em aldeamentos forçados, os fizeram resistir ao tempo sob novas culturas ou tradições e mascarados pela língua comum, o Tupi.

Seguindo o que lhe fora estipulado por Dom Luiz de Sousa, o capitão Bento Maciel procurou fazer autos contra aqueles índios que não eram considerados Tupinambás rebelados. Neste sentido encontrei apenas um auto com muitos testemunhos contra dois indígenas que aparentemente teriam servido na companhia como “viseiros”, espécie de batedor que vai à frente do grupo principal. Por causa ignorada passaram secretamente a fazer uma conspiração dentro dos grupos recrutados. Até que desertaram e passaram a tentar insurgir as aldeias pacificadas ou liderar as então em guerra com os portugueses.

É interessante observar como havia uma distinção clara a meu ver entre as aldeias da região. Um foram pacificadas por meio da guerra, outras foram pacificadas por meio de acordos com os chefes locais, outras ainda, ficavam no interior e não participavam das guerras mantendo sua autonomia.

Nesse auto de 1619, percebe-se como era a cadeia de comando dentro de uma companhia de resgate. Aquilo que se pode afirmar como algo permanente nas outras companhias semelhantes, dado as poucas informações sobre elas. O líder era sempre o capitão de guerra (no caso Bento Maciel Parente), depois vinham os oficiais seguidos dos soldados mais velhos da companhia.

Na companhia liderada por Bento Maciel os oficiais e soldados mais velhos eram: Alferes Baltazar Roiz, o sargento Manoel Soares Grasses, Sebastiam de Acunha, Chomefaleiro Domingos da Costa Pretto, Miguel de Lemos, Afonso Teixeira, Marcos Glz. Correa, Gaspar de Souza, Antonio Holiveira, Gaspar Lourenço, Antonio do Canto, além do escrivão João da Silva.

Os grupos indígenas recrutados eram liderados por seus chefes subordinados ao comando do capitão, dos oficiais e dos soldados, neste último caso quando não havia um oficial presente. Como fora mostrado anteriormente, muitos desses grupos foram recrutados no Nordeste, mas alguns, provavelmente os que eram línguas e viseiros, foram recrutados em São Luiz ou aldeias próximas. Foi o que aconteceu com os dois rebelados que Bento Maciel insiste em prender e que por isso faz um grande auto, revelador dessas práticas e do convívio na tropa de indígenas e soldados¹⁸⁰.

Diz ele ao escrivão da companhia, João da Silva, que esses dois acusados: Jaguarábaio e Jaguatingua tinham induzido outros indígenas da companhia e das aldeias

¹⁸⁰ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14

visitadas a fazerem motins contra os portugueses, escapando por fim em duas canoas com alguns brancos que teriam virado prisioneiros ou mortos. Para dar mais legitimidade ao documento pede que assinem os chefes que estão na companhia militar e que vieram de Pernambuco: Francisco Roiz pirarobirá e Joane Maracoani, Thume Guoro, Aundo Felipe Pitanguão, Gamoquo assú Ejhu Cangado com todos os seus filhos¹⁸¹.

Interessante e ao mesmo tempo intrigante. Ele mostra que entre os rebelados havia divergências e afinidades, mesmo entre os recrutados e entre os rebelados. O principal Jaguarábaior era no início aliado português, mas aparentemente voltou-se contra eles de maneira sutil e sem deixar que percebessem, exceto os indígenas que ele tentava cooptar fazendo: “*práticas secretas*” e “*dando-lhes dádivas e carícias*”, justamente para esse fim.

Mesmo lutando a favor dos portugueses contra os Tupinambás do Caeté ele nutria um grande sentimento anti-lusitano. Nos depoimentos que estão no auto ele disse a várias testemunhas o quanto detestava os brancos, na maioria desses testemunhos. No entanto, como são testemunhos de soldados e oficiais, bem como de línguas, tradutores utilizados para o contato com os indígenas, o que dizem não nos oferece muita segurança.

Contudo, mesmo sabendo das limitações das fontes elas ainda carregam alguma informação que devem ser “peneiradas”, principalmente aquelas que tratam de depoimentos de indígenas. Num dos depoimentos, por exemplo, cita-se a fala do principal de nome Pirababaquá, onde podemos ver algo comum à cultura Tupinambá que tem a ver com a transmissão de sua tradição por meio da oralidade:

“(…) E outro si disse ele testemunha que ouvira dizer a gente de sua nação que o pai do dito Jaguara baité destruíra uma armada portuguesa que antigamente ao Maranhão veio E outro si disse ele testemunha que ouvira dizer a gente de sua nação que ele fora uma das principais cabeças do levantamento que nestas partes e nas do Maranhão houve do que é publica voz e fama (…)”¹⁸².

Valendo-se do passado, onde seu pai teria destruído duas armadas portuguesas na época anterior a União Ibérica, fato não confirmado, ele respalda-se para as suas ações anti-lusitanas. Mas, mesmo que a tal história seja uma invenção, isso não desqualifica o depoimento do ponto de vista da transmissão por meio da oralidade do grupo de um fato mais antigo.

¹⁸¹ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

¹⁸² AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

Essa oralidade era um fator chave para a continuidade de suas tradições e era amplamente valorizada e incentivada naquela cultura Tupi, conforme observações feitas por Evreux¹⁸³, e também salientadas depois por Florestan Fernandes¹⁸⁴.

Neste documento novamente estão presentes os línguas dentro dos depoimentos, o que sugere a grande importância deles nesse tempo. Já estavam presentes na conquista do Maranhão e agora eram usados na guerra aos grupos indígenas rebelados. Noto, contudo, que eram divididos em duas categorias: os Militares e os Recrutados.

Os Militares eram soldados e oficiais que aprenderam a língua geral Tupi com Missionários ou com os próprios indígenas no contato. Eram muitas vezes sertanistas já acostumados com os perigos da mata e habituados aos costumes das aldeias. Nesse sentido eram valorizados dentro da colônia para tratarem dos assuntos com os indígenas, seja para fazerem negociações de paz ou de gêneros da terra. No documento aparece um língua militar chamado Francisco Álvares. Ele faz o seguinte depoimento:

“(...) disse ele testemunha que ouvira dizer que os índios tabajares e tapuios requereram o conteúdo no auto ao dito capitão trouxesse ao dito jagouara baité pelas razões no auto contidos e que isso era publico entre os índios moradores o que sabe ele testemunha por saber muito bem a língua e falar muitas vezes com eles e outro si disse ele testemunha que ouvira dizer publicamente que o dito Jagouara baité fora origem principal do levantamento que hora houve no Maranhão, e que mataram a gente que estava no Presídio de Cuma e tinham a intenção de matar a todos (...)”¹⁸⁵.

Pude constatar que na companhia de Bento Maciel havia muitos soldados e oficiais que sabiam a língua indígena e, portanto seus depoimentos eram considerados de grande valia para a acusação dos réus.

Os línguas recrutados eram indígenas ou cafuzos que entendiam bem o português por terem aprendido com os missionários ou colonos e seguiam nas companhias a serviço de militares, quando estes iam às aldeias em que não conheciam bem a língua e, portanto precisavam de intérpretes. Eram geralmente jovens, não raro podiam ser filhos mestiços dos soldados e oficiais que acompanhavam. Tinham as mesmas funções dos intérpretes militares,

¹⁸³ D'EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002, p. 121.

¹⁸⁴ Segundo Florestan, outra faculdade que impressionou os capuchinhos era a memória. Podiam lembrar-se do que viram e ouviram com todas as circunstâncias do lugar, do tempo, das pessoas, quando o caso se disse ou se executou. Os mais velhos recordavam ocorrências de fatos passados a 120, 140 e até 160 anos de acordo com D'Abbeville. In: FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. Instituto Progresso Editorial S.A.: São Paulo, 1948, p. 249.

¹⁸⁵ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

mas como tinham uma relação ou afinidade mais próxima com os indígenas, não eram muito confiáveis e podiam ocultar muitas informações dos portugueses. Podemos encontrar no auto contra Jaguarábaior e Jaguatingua a citação de um língua recrutado chamado Miguel da Costa, no depoimento do militar Marcos Gonçalves:

“(...) era verdade por ser publico e notório e ele testemunha ouvira dizer muitas vezes as pessoas linguoas que bem sabiam destingir sua língua e outro si disse ele testemunha que estando um dia na aldeia do dito Jaguara baite com um mancebo linguoa por nome Miguel da Costa o dito Jaguara baite lhe dissera ainda vos heis de ser destruídos nesta terra (...)”¹⁸⁶.

Os línguas tinham um papel importante nestas campanhas de pacificação dos grupos indígenas. Saber bem a língua dos adversários, no entanto, era muito útil para ambos os lados. Por isso, entre os rebelados, havia gente que sabia bem o português e assim conseguia saber das armadilhas do inimigo branco e também fazer as suas “arapucas” por meio dessas. Numa parte do depoimento de uma das testemunhas, ele cita a fala de um indígena que ouviu o principal Jaguarábaite simplesmente dizer o contrário do que fora instruído a ele dizer enquanto língua da companhia:

“(...) E outro si disse ele testemunha que o dito Jaguaringua era da casa do dito Jaguara baite e o mais privado vassalo que bem donde se pode suspeitar o conteúdo nos autos e outro si disse ele testemunha que sabia que o dito Jaguara baite mandara um vassalo seu com outro da mesma nação que o dito capitão mandava fazer pazes a uma aldeia da mesma nação o qual contra a ordem das pazes avisou dos da dita aldeia que fugissem que as pazes que os brancos lhes mandavam cometer eram falsas e que se não fiassem deles e assim o fez fugir a todos o que ele testemunha sabe por ser língua da companhia (...)”¹⁸⁷.

Esse astuto indígena sob ordens dos oficiais de fazer as pazes nas aldeias, acabava usando o fato deles não conhecerem sua língua para dizer que as intenções portuguesas eram falsas e que os indígenas deveriam fugir.

Neste auto percebo o quanto era difícil a luta contra grupos já contatados pelos portugueses ou ibéricos. Estes conheciam as artimanhas, as táticas e muitas vezes podiam passar por amigos e depois atacar num momento de descuido. Sendo assim, Bento Maciel

¹⁸⁶ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

¹⁸⁷ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

teve um inimigo à altura para enfrentar. Astuto, Jaguarábaior lutava uma guerra diferente dos demais indígenas. Evitava a luta aberta preferindo fazer as sublevações indo as aldeias e estimulando as revoltas. Primeiro atuando sem suspeita como aliado lusitano, a meu ver conhecendo suas fraquezas e estimulando secretamente as revoltas por meio das tais “práticas secreta e dádivas”, provavelmente objetos que ele tentou usar para comprar a ajuda de alguns chefes. O interessante é que entre os indígenas sabia-se que ele era um rebelde que estava ajudando os portugueses, o que em certas situações era um risco para ele e trazia conflitos, como podemos ver numa das falas de um dos depoentes:

“(…) disse ele testemunha que era publica voz e fama ser o dito Jaguara baité um dos cabeças principais no consultado levantamento e ouvira dizer ele testemunha que alguns dos rebelados no encontro que com eles tiveram no Cuma em que o dito Jaguara baité se achou com os brancos lhe disseram os inimigos ao Jaguara se tu foste deste consentimento e ajudaste a este levantamento como vens a guerra contra nós(…)”¹⁸⁸.

Talvez por estar sempre agindo nos bastidores ele não foi incriminado nos levantamentos do Maranhão, e a fala descrita neste sentido torna-se muito comprometedor, pois como alguém que era líder de revolta no passado passa a agir contra seus antigos amigos?

Depois quando viu que já havia muita suspeita sobre ele e seu comparsa Jaguaratingua, fogem em canoas e passam a fazer uma campanha de aldeia em aldeia para fazer uma resistência aos conquistadores. Sua campanha contra os lusitanos, no entanto, não admite a paz, e, portanto ele passa a atacar as aldeias pacificadas, por isso algumas tribos pedem que ele seja preso e entregue a eles pelos seus crimes.

“(…) outro si disse ele testemunha que ouvira dizer que os principais das nações tobaiaras e tapuias requerem ao dito capitão que trouxesse ao dito Jaguara baite por quanto fazia praticas que depois dele dito capitão ser partido lhes havia de matar suas mulheres e filhos e destruir as aldeias e outro si disse ele testemunha que o maior principal que na ilha havia e que sempre se tivera má suspeita dele e era publico e notório ser cabeça principal do primeiro levantamento. E assim disse ele testemunha que o principal Sarobabe lhe dizem que tinha avisado ao capitão mor

¹⁸⁸ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

Jerônimo de Albuquerque em como ele dito Jaguara baior e os de sua parcialidade se queriam levantar e matar os brancos (...)”¹⁸⁹.

Os Tabajaras e Tapuias, a meu ver eram seus inimigos, não por estarem somente ao lado dos portugueses, mas porque tinham desavenças com os Tupinambás da região antes dos portugueses chegarem.

Jaguará baior era um perito das guerras contra os portugueses, quando um dos principais envolvido nas revoltas é interrogado ele faz a seguinte observação acerca de como lutavam:

“(...) não deixasse na conquista por quanto tinha já feito pratica com o Obututinga principal da aldeia do Moni e na mesma forma com Etajuba principal de Urasaji e outros da mesma nação e que a ordem que o dito Jaguara baite tinha dada com os tantos que partimos para a guerra era destruir principalmente a aldeia dos selvagens que na dita ilha do Maranhão estão em que os portugueses fazem mais cara e logo nas duas aldeias dos tabaiaras e depois para a cidade e fortaleza em cerco que a necessidade de se entregarem e que depois de tudo consumido nos haviam receber ais que fazemos a guerra para nos destruir e com jeito não haver fumo demos nestas partes de vitimado e não fazendo conta da gente que ora veio de Portugal nos navios de Jorge de Lemos de Bitencourt dizendo que eram mulheres e meninos e velhos e que não sabiam o estilo de sua guerra (...)”¹⁹⁰.

Comparando esta referência a anterior, podemos ver que os Tabajaras eram grupos inimigos que também deveriam ser Tupinambás. Jaguarábaite procura convencer os principais das aldeias do Moni e do Urasaji de um ataque a São Luiz e a sua principal fortaleza pondo-a em cerco até sua rendição, contudo ele não leva em consideração os reforços que vão de navio, pensando tratar-se de mulheres, meninos e velhos. Sua frase no final do trecho acima mostra que tinha um modo diferente de guerrear, que não era o usual e que, portanto os lusitanos não eram páreos para ele.

Ele volta aos hábitos considerados “selvagens” como andar nu e comer carne humana moqueada. Esse fato em si é por sinal digno de nota: as roupas eram o diferencial dos grupos rebelados e recrutados. Os rebelados vestiam-se para guerra conforme sua cultura, pintados como onças e com marcas tatuadas no corpo indicando o número de vítimas que

¹⁸⁹ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

¹⁹⁰ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

havia comido das tribos rivais, usando enfeites de penas e enfeites de pedra verde nos lábios.

Os recrutados eram vestidos com uma camisa de pano simples e um chapéu na cabeça, como nos diz uma das testemunhas no auto:

“(…) disse ele testemunha que na guerra do Caite indo ele por cabeça de vinte homens na dianteira com o gentio andando na guerra perto dele testemunha o índio Jaguoatingua dera com um machado no dito principal Januabosu e acudiu-lhe a testemunha e o que deu-se fora safando com o machado as costas e o outro estava no chão vestido com uma camisa e um chapéu na cabeça que era devisa que os nossos índios da companhia traziam e os inimigos não traziam vestido roupa nenhuma e o dito Jaguoatingua confessara em presença dele testemunha que lhe dera para que se entregara(…)”¹⁹¹.

Isso era importante para que na luta não acabassem matando por engano os seus. No trecho acusa-se Jaguaratingua de haver tentado matar a machadadas o chefe rebelado Januabosu a mando de Jaguarábaior. O estranho do atentado é o chefe atacado estar usando as roupas do atacante. Segundo Jaguaratingua o chefe Januabosu teria recebido a roupa dele para que se rendesse, o que deixou os oficiais da companhia muito desconfiados.

Não pude saber mais a respeito de Jaguarábaior por conta da falta de informações nas fontes seguintes. Segundo um dos depoentes, ele era da ilha de São Luiz do Maranhão e na sua aldeia havia uma igreja devotada a São João, que ficou abandonada após a morte dos brancos, provavelmente seus missionários. Diz o depoente, citando fala do principal chamado Caroata pirangua rebelado preso no salto do Garaopi, localidade próxima ao Caeté:

“(…) dizendo-me que desse experimento nas minhas aldeias e que ele daria nos das ilhas que come a carne humana que levava assada se iria ver com ele e outro si disse ele testemunha que a aldeia dele dito Jaguoara baite é a maior que na dita ilha há alem que os principais das aldeias do Maranhão lhe obedecem e respeitam e que na dita sua aldeia esta uma igreja da invocação do bem aventurado São João com um painel de sua imagem posta no altar o qual o dito jaguoara baite e seus vassallos tiraram o dito retabulo e levaram ao mato e lhe deram umas flechadas e o deixaram no mato dizendo que o não queria ver pois a gente portuguesa tinha tanta fé nele e que não queriam professar nossa lei e que quem dava aquelas flechadas em um santo

¹⁹¹ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

melhor os daria em um branco e que não havia de descansar ate não matar algum o que ele testemunha sabe da boca do mesmo Jaguara baite (...)”¹⁹².

Será que a origem do seu ódio estava relacionada a essa igreja e aos missionários? A imagem do santo usado como alvo poderia significar a raiva não só aos brancos, mas também a sua Religião.

O certo é que muitos da aldeia tinham medo das represálias dos portugueses, tanto é, que fogem da dita aldeia como a testemunha diz no complemento:

“(…) disse ele testemunha que ouvira dizer que dissera um índio por nome Ibaite principal da mesma aldeia que em vindo o dito Jaguara baite para a guerra se havia de sair de sua aldeia e ir morar noutra com sua gente e família porque quando se soubesse alguma coisa do dito jaguorabaioir não queria ele ser culpado (...)”¹⁹³.

Tinham mesmo razão em fugir, pois Bento Maciel atacava as aldeias sem compaixão alguma, junto com ele Mathias de Albuquerque no Maranhão fazia a mesma coisa. Um exemplo do que acontecia com os chefes considerados culpados das sublevações, está num dos depoimentos deste auto. Trata-se da execução do principal Caroata pirangua:

“(…) fazendo-se execução no principal Caroata pirangua, que foi tomado no salto do Garaopi, um dos principais cabeças do levantamento em o porem na boca de uma peca mandando-lhe por o fogo pelo dito Jaguara baite lhe disse o dito penitente põem (põem) o fogo que o fez ourigente em vir a este estado (...)”¹⁹⁴.

O final trágico desse chefe indígena, despedaçado pela boca de um canhão, nos faz pensar em como a instabilidade provocada pelas revoltas indígenas tornara a situação insustentável nas duas conquistas do Maranhão e Pará. Uma paz cada vez mais feita de corpos sem vida do que de palavras.

As últimas palavras de Caroata pirangua parecem querer dizer que quem colocava o fogo no murão do canhão era o mesmo que incitava secretamente a rebelião contra os brancos, ou seja, o próprio Jaguara baite (Jaguarábaior). Fazendo isso Jaguara baite parece estar eliminando lideranças independentes, que não obedeciam a suas ordens, centralizando as aldeias rebeldes em torno de sua pessoa. Evidentemente isso foi aumentado e valorizado por

¹⁹² AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

¹⁹³ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

¹⁹⁴ AHU-ACL-CU-013, Cx. 1, D.14.

Bento Maciel nos documentos para conseguir permissão para caçar os dois rebelados de sua companhia.

Parece-me que houve por muito tempo um abrandamento em relação ao dito indígena, tendo ficado livre por muito tempo apesar dos outros rebeldes dizerem em depoimento que ele havia tramado junto com eles os ataques aos colonos. Talvez Bento Maciel tenha tentado fazer o que recomendava o Governador em não fazer conflito com os indígenas da tropa. Somente agiu depois que Jaguarábaite (Jaguarábaior) fugiu com seu comparsa, e mesmo assim ainda fez um auto das culpas do dito Jaguarábaior e Jaguaratingua, também conforme o estipulado para não culparem sua conduta neste assunto.

Ao final do auto todos os oficiais e soldados mais velhos da companhia são unânimes em condenar os dois indígenas à morte, sendo esta comutada para degredo em outra parte da colônia ou para o reino, como forma de apaziguar os ânimos dos seus parentes e das aldeias as quais eles controlavam. Nesse aspecto percebo claramente que esse foi o desejo de Bento Maciel que controlava os soldados e, portanto manipulava o resultado do julgamento. Sabia ele que matando os dois só continuaria a perpetuar mais as desavenças e guerras, sendo estes considerados pela oralidade dos grupos Tupinambás, grandes líderes e mártires. Capturando os dois e enviando-os para outro lugar, aos olhos dos seus, estes ficariam com dúvidas sobre a morte deles e não os idolatririam como grandes chefes e, portanto não haveria motivo para a vingança. A dúvida da morte não levaria a uma vingança por parte dos Tupinambás dentro de sua tradição.

Sabia também Bento Maciel que o degredo não significava a vida dos condenados. Estes poderiam “desaparecer” antes de chegarem ao destino. No entanto, somente o fato de ser aplicado o degredo a esses dois rebelados e não permitir a pena capital sugere que realmente Jaguarábaior tinha uma grande importância política entre os chefes indígenas, diferente de outros condenados a morte na boca de canhão. Portanto o seu desaparecimento pode ser considerado um grande esquema para atenuar os conflitos e evitar uma vingança maior contra os colonos.

Não encontrei registros do fim que levaram estes dois condenados. Na correspondência de Bento Maciel ele não toca nos seus nomes e é muito generalizante:

“(…) despues de hazerlos levantar el sitio de la plaça de V.M. los fue siguiendo, matando, y prendiendo a muchos dellos, mas de duzientas léguas tierra adentro, con que quedaron harto castigados, y los índios de aquellas províncias escarmentados, y todo quieto, particularmente con las prisiones que hizo em los que hallo culpados en

los alborotos. Com esto se bolvio al Maranon, a fundar um furte en lo interior del rio Itapicoru(...)"¹⁹⁵.

As prisões que cita poderiam ser dos dois rebeldes, contudo também poderiam referir-se aos presos por causa do motim na conquista, incluindo nela a de Castelo Branco.

O fim das revoltas Tupinambás e os recrutamentos contra os “estrangeiros”:

A guerra de extermínio dos Tupinambás rebelados não foi executada somente por Bento Maciel Parente, outros capitães da colônia fizeram ação em aldeias do sertão. No sítio do Iguape, foram o capitão de infantaria Aires de Sousa Chichorro e Jerônimo de Albuquerque, conforme notadamente descrito por Berredo. Destas companhias militares não sabemos qual era a quantidade de recrutas indígenas, e quais as suas origens, apenas sabemos que tinham grande força militar de brancos.

Com o final das hostilidades indígenas e a campanha de apresamento e destruição dos rebeldes Tupinambás em vigor, o presídio de Santa Maria de Belém respirava mais aliviado.

Contudo, tendo com base tudo que foi visto nas documentações, podemos dizer que neste momento o presídio, mais parecia um grande quartel do que propriamente um núcleo populacional. Seus moradores eram praticamente militares em serviço na fortaleza ou os que vinham do combate no interior. O restante eram seus escravos e suas mulheres ou concubinas, além dos seus filhos. Não esqueçamos os poucos missionários que ficavam na igreja ou que, vez ou outra, enviavam cartas e depois retornavam ao interior do sertão.

Os indígenas recrutados das aldeias amigas espalhavam suas pequenas malocas próximas à fortaleza e exerciam diversos trabalhos: no reparo da mesma e em pequenos serviços aos seus capitães. Havia também indígenas que periodicamente levavam produtos a serem trocados por pano, ferramentas de ferro ou outros utensílios. A primeira povoação sobrevive ainda com medo dos ataques dos rebelados e, portanto, seus moradores estavam em constante vigilância com as notícias vindas do sertão.

¹⁹⁵ GUEDES, Max Justo. *Brasil-Costa Norte: cartografia portuguesa vestutíssima*. Edição comemorativa do centenário da Frotilha do Amazonas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha, 1968, pp.31-2.

E é assim que as notícias de fortificações próximas, feitas por holandeses, ingleses e irlandeses, circulam do interior e chegam a Belém. Não que isso fosse novidade, desde muito tempo suas autoridades tinham conhecimento destes estabelecimentos, como revela a carta de André Pereira ao soberano Rei ibérico.

Contudo o crescimento da atividade desses estrangeiros passa a ser mais vista pelos que viviam no interior, principalmente entre os indígenas e pelos navegadores que chegavam à povoação.

As autoridades passam a preocupar-se com os estrangeiros. Agora não tendo mais a oposição dos rebelados Tupinambás, podem dedicar-se com maior liberdade à questão desses estrangeiros e a aliança destes com os grupos indígenas da Costa Norte, que eram diferentes dos Tupinambás na sua cultura, mas não na sua belicosidade. Os Aruãs, a exemplo disso, eram temidos e evitados, daí nas fontes não haver indícios de envio de soldados para os combaterem antes de 1620 nas ilhas do Marajó.

CAPÍTULO III:

OS “HOMENS DO NORTE” MUDAM A PAISAGEM DO RIO DAS AMAZONAS:

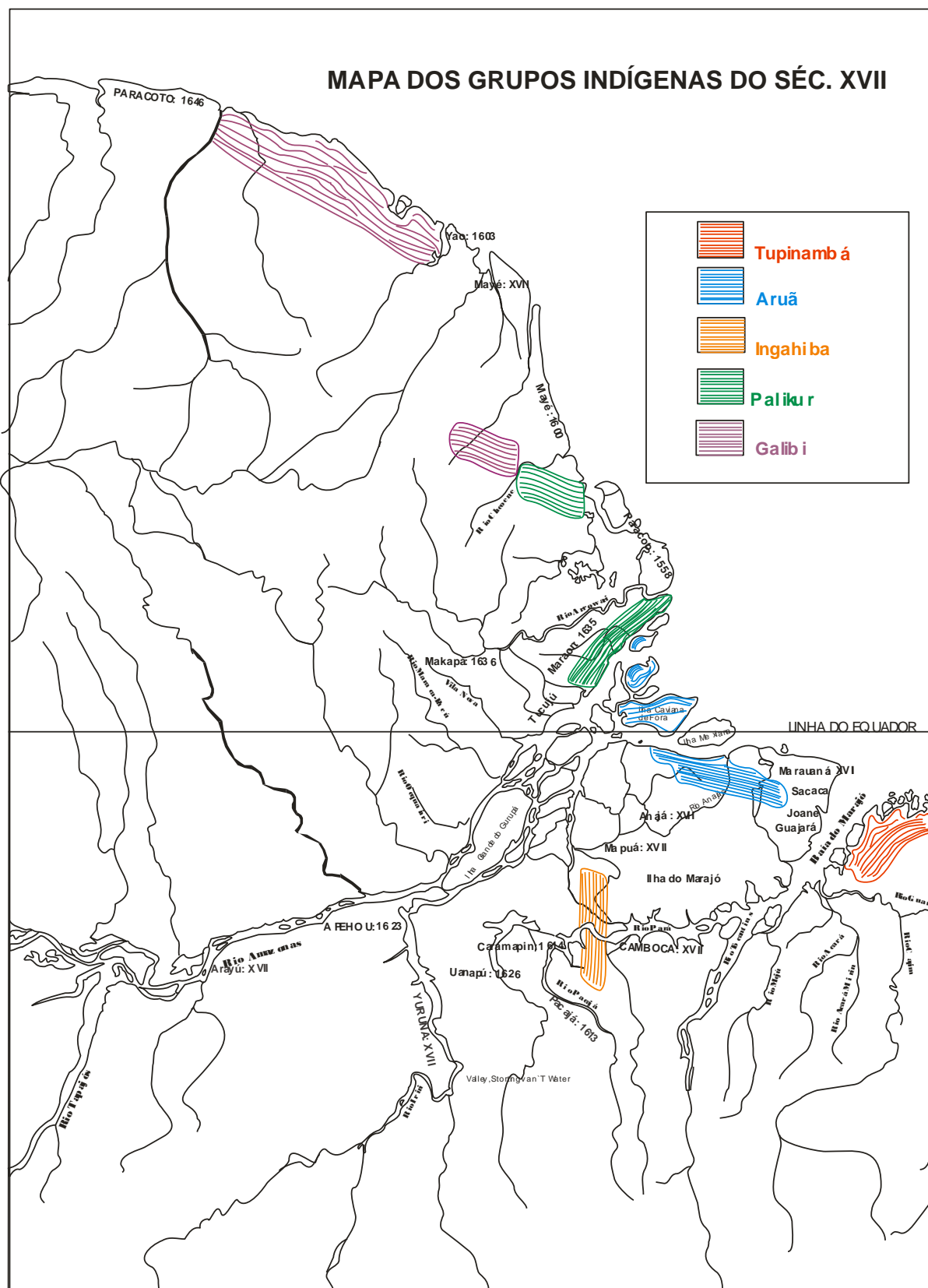
A pesquisa dos grupos indígenas do Cabo do Norte, atual região compreendida entre o Amapá e ilhas do arquipélago Marajoara no Pará, na época da chegada dos primeiros europeus, é uma tarefa complicada, devido aos muitos grupos identificados apenas como “Guianas”, “Guianianos”, “indígenas”, “povos”, etc. Parti, primeiramente, escolhendo grupos já pesquisados, que realmente moravam naquela região ou que tiveram uma identificação positiva em trabalhos etnográficos e arqueológicos, como os contidos no “*Handbook of South American Indians*” e “*Povos indígenas no Brasil*”¹⁹⁶.

Pesquisando mapa etnológico de Curt Nimuendajú pude fazer um novo mapa, somente com os grupos contactados durante o século XVII, período da chegada dos europeus¹⁹⁷. Além dos Tupinambás na margem oriental do Amazonas, contactados pelos franceses desde 1613-14, havia outros quatro grandes grupos numerosos e com aldeias espalhadas pelos arquipélagos marajoaras e na costa do Amapá (Aruãs, ingahibas, Palikures e Galibis). Outros grupos foram registrados, embora o nome e o grupo lingüístico deles seja um mistério, pois ou foram extintos ou mudaram de nome, mesclando-se a outros grupos.

¹⁹⁶ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983. STEWARD, Julian H (ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol.3. The Tropical Forest Tribes. New York: Cooper Square Publishers, Inc. 1963.

¹⁹⁷ NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. IBGE, Rio de Janeiro, 1981.

Figura 12



Mapa etnológico de Curt Nimuendajú, contendo os grupos do Norte Amazônico do século XVII. Extraído de: NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. IBGE, Rio de Janeiro, 1981.

Um dos grupos mais atuantes do litoral no século XVI e XVII são os Palikures. A sua auto denominação é “*Paliku’ene*”. Mas a auto denominação “*Aukwa yene*” ou “*Aukuyene*”, entre os Palikures é salientada por vários pesquisadores e parece ser a mais predominante, tendo em vista a geografia da região, pois significa “gente do meio”. O “rio do meio” seria o rio Urucaú em relação do rio Curipi (*kwip* em Palikur). Incluem-se eles então no tronco lingüístico Aruak, pois seu dialeto é aparentado aos de língua Aruak das Guianas e dos dialetos Aruak do Xingu, segundo alguns antropólogos, como Dreyfus-Gamelon, citados no: “*Povos indígenas no Brasil*”¹⁹⁸.

Muitos ainda vivem na reserva junto à fronteira com a Guiana Francesa¹⁹⁹. Na época do contato efetivo, por volta de 1650, sua população foi avaliada em 2.500 indivíduos. Segundo o mapa Etnológico de Curt Nimuendajú, viviam no rio Calçoene, Caçipore e Uaçá (1652-1760). No final do século XVII eram menos da metade, e no final do XVIII apenas 271 Palikur, contando com grupos hoje em dia extintos, como os “Mayés”, “Itutans”, “Marawans”²⁰⁰.

Desde a época em que são mencionados nos primeiros documentos do século XVI, os Palikures ocupam a mesma área que corresponde ao litoral do Cabo do Norte, entre a foz do Rio Amazonas e o Cabo Orange, na foz do rio Oiapoque. Por isso, esta região era chamada de “*Costa Paricuria*” em mapas, conforme o relato de Vicente Yanez Pinzon (1513)²⁰¹. Viviam junto a outros povos habitantes como eles das várzeas, como os “Mayés” e “Itutans”, no litoral e os “Marawans ou Maraons” mais no interior.

Em 1604 o explorador francês Jean (Guy) Moquet relatou uma grande guerra envolvendo os Palikures e os Galibis, que dominavam o litoral norte das Guianas. Segundo estudos de Grenand²⁰², a guerra foi provocada pelos Galibis, que invadiram o território dos Palikures para terem acesso aos povos Tupis do baixo Amazonas a fim de comercializar

¹⁹⁸ Sobre as semelhanças entre os Aruak das Guianas e do Xingu ver Dreyfus-Gamelon. In: RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983. Também: STEWARD, Julian H (ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol.3. The Tropical Forest Tribes. New York: Cooper Square Publishers, Inc. 1963.

¹⁹⁹ GALOIS, Dominique & GRUPIONI, Denise Fajado. *Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?*- São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2003. Também o trabalho etnográfico de Eneida Assis. ASSIS, Eneida. *As Questões Ambientais na Fronteira Oiapoque/Guiana Francesa: Os Galibi, Karipuna e Paliku*. In: MAGALHÃES, Antonio Carlos (org.). *Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais*. Belém: UFPA, Numa, 1993.

²⁰⁰ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983.

²⁰¹ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.21.

²⁰² GRENAND, P. La Côte d’Amapá, de la Bouche de l’Amazonie à la Baie d’Oyapoque, à travers la tradition orale Palikur. In : *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. vol.3 (1), serie Antropologia, Belém, 1987.

“pedras verdes” (Spleend Stones) que usavam como ornamentos, além de terem outras finalidades tanto comerciais (moedas), quanto xamânicas (tratamento de doenças). A guerra terminou no final do século XVII com a expulsão da maioria dos Galibis pelos Palikures e aliados (Maraons e Yaos). Em 1653 Antoine Biet contactou os Palikures (Palicours) instalados na costa do Amapá. Durante esse período muitos franceses, ingleses e holandeses estiveram disputando a região da Guiana, provocando ainda mais conflitos intertribais²⁰³.

Depois da guerra, os Palikures passaram a viver mais afastados, no interior-norte do Amapá, entre os rios Cassiporé e Uaçá. Nesta época, os portugueses começaram a conquista do cabo do Norte (1653), freqüentado por franceses, holandeses e ingleses com os quais os Palikur mantinham comércio de peixe-boi e de periquitos²⁰⁴. No século XVIII, os Palikur foram perseguidos pelos portugueses, o que ficou na memória tribal até os dias atuais. Contudo, veremos mais adiante que a atuação portuguesa foi anterior a esse período em virtude das guerras de expulsão dos outros europeus do território considerado seu por direito.

O modo de vida Palikur é baseado no sistema de clãs. Quando Curt Nimuendajú visitou a região em 1926, constatou a existência de 7 clãs exogâmicos, alguns numerosos (caso dos clãs dos *Wakapuyene* e dos *Waipuruyene*), outros com um ou dois representantes. Constatou-se com os Palikures que 4 clãs haviam desaparecido totalmente.

Os clãs eram divididos em duas metades, onde cada uma dessas metades enterrava seus mortos num cemitério exclusivo. Talvez isso indique que, num passado remoto, havia apenas dois clãs.

As designações desses clãs eram, na sua língua, referências a nome de animais, plantas ou fenômenos naturais acrescidos do sufixo YENE ou YUNE, que identifica “nação”, “raça” ou “família”. Tais clãs são patrilineares e a liderança do grupo (chefia) cabia aos homens mais velhos. O cargo não era hereditário, mas tendia a suceder vários chefes da mesma família.

Ainda constroem suas aldeias em “tesos”, elevações de terra-firme cercadas de campos alagados, numa região de várzea. São abertos canais para permitir o acesso de canoas nestes campos. Durante a seca, são feitas pontes para o acesso ao rio. As casas são construídas

²⁰³ Lux Vidal afirma que de 1650 até o século XVIII, os Palikur e outros nativos entre os quais os Maraón, Arikaré, Aruã, Mayé, Tokoyen estiveram envolvidos nas disputas com os portugueses pelo controle do Amapá. VIDAL, Lux B. *Mito, História e Cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá*. In: Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v.44, n.1, 2001, p. 120.

²⁰⁴ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.12.

sobre estacas com assoalho de tábuas ou Paxiúba, sem paredes. Dormem em esteiras feitas de junco chamadas siparapa, ou redes compradas.

A arma principal dos Palikures era o arco e flecha, usados com astúcia e engenhosidade. Também nos relatos da guerra com os Galibis falam do uso de bordunas (saurú), escudos de madeira e armaduras de entrecasca de árvores, para se proteger nas batalhas. Dentro do universo da guerra ainda havia os cânticos, onde usavam flautas decoradas de osso de veado²⁰⁵.

Figura 13



Tipos de remos e bordunas saúru, das tribos da Guiana. In: Ethnographic Objects in: DAM-MIKKELSEN, Bente & LUNDBAEK, Torben. Ethnographic Objects in The Royal Danish Kunstkammer 1650-1800, nationalmuseet: Copenhagen, 1980.

²⁰⁵ Havia também uma flauta de barro usada para comunicação a longas distâncias tanto para com os amigos como para chamar para luta os inimigos conforme relatos orais de remanescentes desse grupo. VIDAL, Lux B. *Mito, História e Cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibis entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá*. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.44, n.1, 2001, p. 136.

Figura 14



Arcos e flechas provenientes das tribos da Guiana. In: DAM-MIKKELSEN, Bente & LUNDBAEK, Torben. *Ethnographic Objects in The Royal Danish Kunstkammer 1650-1800*, nationalmuseet: Copenhagen, 1980.

Outro importante grupo, vivente nas ilhas Marajoaras, eram os Aruãs. Segundo o Mapa etnológico de Nimuendajú estes índios falavam a língua geral Aruak. Os contatos com os brancos começaram no século XVII, no norte da ilha do Marajó; em 1698 foram avistados no rio Vila Nova, Amapá; em 1729 na fronteira com a Guiana francesa; em 1816 no extremo da ilha do Marajó²⁰⁶.

Viviam no litoral do estuário Amazônico, no arquipélago Marajoara (incluindo as ilhas do Marajó, Mexiana e Caviana). A primeira menção ao nome Aruã foi feita por Obrien Del Carpio, quando viajou pelo estuário do Amazonas em 1621 e os encontrou na ilha de Caviana ou proximidades dela. Quatro anos depois Joannes de Laet fez um mapa incluindo a ilha dos Aruãs, que segundo Nimuendajú, seria Curuá ou outra ilha próxima²⁰⁷.

Ainda segundo Nimuendajú, os Aruãs são mencionados pela primeira vez na ilha do Marajó em 1643 quando atacaram e devoraram os sobreviventes de um naufrágio no litoral da ilha. Neste episódio, morreu o Padre Luiz Figueira e mais outros missionários da Companhia de Jesus²⁰⁸.

²⁰⁶ NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. IBGE, Rio de Janeiro, 1981.

²⁰⁷ Curt Nimuendajú refere-se a ilha com seus outros dois nomes colocados nas fontes: Sipinipoco ou Sapanopok. STEWARD, Julian H (ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol.3. The Tropical Forest Tribes. New York: Cooper Square Publishers, Inc. 1963, p.195.

²⁰⁸ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias, in: coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940.

Segundo informações de missionários e viajantes, os Aruãs eram canibais, mas isso não impedia que praticassem intenso comércio com os holandeses, ingleses e irlandeses no Cabo do Norte. Com os conflitos entre portugueses e holandeses, irlandeses e ingleses, passaram a ser combatidos pelos portugueses até a sua pacificação. Em parte resultante da atuação de missionários, como o Jesuíta Antonio Vieira, e os da ordem de Santo Antonio entre os anos de 1652 e 1659²⁰⁹.

Nas missões e vilas, perderam sua antiga organização social e desapareceram, mesclando-se com outros grupos aldeados. Alguns, no entanto, foram seguindo a colonização do estrangeiro, indo parar na fronteira com as Guianas e também mesclaram-se com os povos dessa região, dando origem aos Galibis do Uaçá²¹⁰.

Viviam da pesca e da caça de animais existentes nas ilhas. Tinham uma cerâmica bastante elaborada que herdaram das antigas tradições dessas ilhas, usadas tanto para rituais funerários em urnas e vasos deixados com o morto, quanto para uso diário no preparo e guarda de alimentos²¹¹.

Outro povo citado nas fontes históricas são os Karipunas. No livro “*Povos indígenas no Brasil*”, fala-se que os indígenas Karipunas não seriam próprios dessa região do Amapá, pois não apareceriam nas fontes quinhentistas e seiscentistas, sendo sua primeira referência Henry Coudreau, em 1893. No entanto, analisando as fontes inglesas percebemos uma citação bem anterior a essa e na mesma área, feita por Sir Walter Raleigh em 1596:

“Não há dúvida que aqueles que comerciam no Amazonas retornam com mais ouro o qual (como supracitado) é trazido pelo comércio da Guiana, por algum braço do rio que desemboca da região para dentro do Amazonas, pelo rio que passa pelas nações chamadas Tisnados, ou pelos Carepuna (...)”²¹².

O nome Karipuna ou Karipon para Grenand e Nimuendajú seria um termo utilizado pelos grupos Karibe para designar os inimigos. Para alguns pesquisadores, esse grupo Karipuna não teria relação com os do rio Madeira, que são do grupo Pano. Seriam

²⁰⁹ Nimuendajú citando Vieira diz que a paz com os portugueses aconteceu “solenemente” no Rio Mapuá, Leste da ilha de Caviana em 1659, onde o chefe Piyé ou Peyhé aceitou não atacar mais os cristãos. Contudo os Aruã e demais tribos Marajoaras migraram para as Guianas. STEWARD, Julian H (ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol.3. The Tropical Forest Tribes. New York: Cooper Square Publishers, Inc. 1963, p.196.

²¹⁰ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.41-60.

²¹¹ Sobre as tradições ceramistas da ilha do Marajó. SCHAAN, Denise Pahl. *A linguagem iconográfica na cerâmica Marajoara*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

²¹² The discoverie of the large and bewtiful empire of guiana, by Sir Walter Raleigh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 128-32.

migrantes de missões jesuítas. Chegaram ao rio Curupi falando o Nheengatu. Depois de três gerações mudaram sua língua para o Patoá, falando-o até os dias atuais. Outra versão sobre os Karipunas é descrita por Antônio Porro. Segundo esse autor, o nome provém de um chefe indígena chamado Arripuna, misturado por um processo de etnônimo com carib ou caraib e o termo “una”, que significa preto em tupi²¹³.

Os Karipunas moram próximos aos Galibis e Palikur, na bacia do Uaçá (Oiapoque). De sua história de contato temos apenas relatos imprecisos de suas origens, algumas dizem que eles eram fugitivos remanescentes da revolução dos cabanos (1835-1836)²¹⁴.

Seu sistema social é um mistério devido às dúvidas sobre a sua origem e o processo de aculturação já adiantado no século XIX. Sabe-se por meio dos grupos recentes que após o casamento o homem vai morar na casa do sogro por um período de um a três anos. Apesar da monogamia, existem homens vivendo com duas esposas e são considerados pelos Galibis e Palikures como polígamos²¹⁵. Os chefes são considerados o dono do lugar e exercem essa chefia principalmente no comércio²¹⁶.

Do grupo lingüístico Karib temos como representantes dentro desse período do século XVII os Galibis. Para Curt Nimuendajú, os Karibes e os Galibis eram grupos diferentes. Segundo o etnólogo, os Karibes tiveram os primeiros contatos em 1618 na região de Calçoene e em meados de 1646 na costa do Amapá, próximos a Macapá e associados ao nome Tucuju²¹⁷.

Os Galibis tiveram os primeiros contatos em 1647 na fronteira com Caiena, no rio Apponague, no século XVII na costa do Amapá, fronteira com Caiena e associados ao nome Aricari e no século XVIII na região dos rios Uaçá e Caciporé²¹⁸.

O nome Galibi aparece a partir do século XVII para designar a grande população indígena que habitava o litoral das Guianas e que falava a língua Carib²¹⁹.

²¹³ PORRO, Antônio. *As Crônicas do Rio Amazonas: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora vozes, 1993, p.72.

²¹⁴ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.66.

²¹⁵ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.68-9.

²¹⁶ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.63-8.

²¹⁷ NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. IBGE, Rio de Janeiro, 1981.

²¹⁸ NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. IBGE, Rio de Janeiro, 1981.

²¹⁹ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983.

Atualmente, a língua Carib caiu em desuso pelos seus remanescentes e foi substituída pelo Creole, Patuá e o Português. Galibi foi uma designação dada pelos colonizadores europeus ao conjunto de povos de fala Carib que habitavam todo o litoral da Guiana francesa, do rio Iracoubo até o rio Orenoco, na Venezuela. Se autodeterminavam “*Kaliña*” ou “*Kaliñago*” (hoje em dia se autodeterminam “*telewuyu*” que significa “os de puro sangue”) ²²⁰.

Segundo informações do padre Antoine Biet, em 1650, os Galibis eram a mais importante nação das Guianas. Construíam habitações a margem dos rios, com largas clareiras em volta das casas, cujas aldeias detinham 40 famílias ou mais. Ao centro, havia uma grande casa para reuniões dos homens. E em volta as casas que podiam ser fortificadas com estacas, que davam duas voltas para impedir a entrada de flechas. Biet relata expedições de guerreiros Galibis da ilha de Caiena até o território Palikur do Mayacaré no Amapá²²¹. Durante os séculos XVII e XVIII, lutaram violentamente contra os Palikures e contra os franceses, que se instalaram em Caiena. Segundo outro relato de La Barre os Galibis imprimiram o terror aos colonos franceses:

“Os Galibi eram outrora tão poderosos que imprimiram o terror e o medo nos corações dos franceses que haviam se estabelecido em Caiena. De modo que muitos destes primeiros colonos haviam se refugiado na Martinique (Martinica)...” ²²².

Epidemias e o conflito reduziram drasticamente sua população até serem reunidos em missões jesuítas, que duraram até a expulsão jesuíta da guiana em 1763. Daí em diante, houve uma dispersão dos Galibis para outras regiões, incluindo o Suriname e Oiapoque²²³.

Ainda existem muitas hipóteses para o surgimento do grupo no lado brasileiro, posto que sua antiguidade remonta ao lado da Guiana francesa. A hipótese mais aceita diz que seriam descendentes de grupos que falavam o Carib, uma língua geral usada nas missões da Guiana Francesa e que, após a extinção dessas missões, foram se instalando em vários pontos

²²⁰ GALOIS, Dominique; GRUPIONI, Denise Fajado. *Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?*- São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2003.

²²¹ BIET, Antoine. Op.cit, 1664, pp. 371-376. in: RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.92.

²²² BARRE, Lefebre de La. *Description de la France Équinoxiale*. Paris, BN, 1666, p. 35.

²²³ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.92.

do litoral, na região do Oiapoque. Os Galibis do lado brasileiro são resultantes da ocupação e miscigenação com outros povos²²⁴.

Os Galibis do Oiapoque são grupos do tronco lingüístico Carib que vivem no rio Oiapoque, do lado brasileiro, e na Guiana Francesa. Algumas fontes falam da mistura dos Galibis com outros povos que fugiram de missões jesuítas portuguesas da costa sul do Amapá, tais como os Aruãs e os Maraonis²²⁵.

Outra variação do grupo são os Galibi-Marwornos. Também conhecidos como os Galibis do Uaçá, diferenciados dos outros Galibis pela designação Marworno, uma variação de Maraon ou Maruane, que fizeram uma miscigenação com os Galibis daquela região a partir do século XVIII. Os Galibis do Oiapoque não identificam os Galibis do Uaçá como pertencentes aos Galibis. Os Palikur e Karipunas também fazem essa distinção, mas chamam os Galibis do Uaçá de “Maruane” ou “Maraunu”²²⁶.

Os Galibis do Uaçá (Galibi-Marworno) teriam sido resultados da guerra entre os Galibis e os Palikures. Na luta para desalojar os Palikures das montanhas, os Galibis travaram a maior batalha cantada por eles no canto “*Turaka*”. Nesse canto, os Galibis relembram sua vitória sobre os Palikures no monte Kayrumairá (Kyrumairá). Os Palikures conseguiram sair vitoriosos dessa guerra, após o combate no monte Tipock, entre os rios Uaçá e Urucauá. Os Galibis foram “levados” pelos seus inimigos Palikures até a região de Macorria, que fica próxima de Caiena, porém uma parte ficou isolada e depois aceitou fazer as pazes com os Palikures. Daí surgiram os Galibis do Uaçá, que depois se misturaram aos Maraons e Aruãs, fugidos das missões do baixo Amazonas. A guerra entre os palikures e os Galibis é lembrada ainda por muitas populações do Uaçá em músicas como o Turé²²⁷.

Sobre o armamento Galibi, há dados gerais resultantes de trabalhos em coleções etnográficas de museus²²⁸. Separando-as conforme as categorias propostas anteriormente por Berta Ribeiro, o antropólogo Carlos Eduardo Chaves as dividiu em armas de arremesso

²²⁴ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.92.

²²⁵ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p.92.

²²⁶ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, pp. 40-60.

²²⁷ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, pp.88-96.

²²⁸ Um excelente trabalho sobre as armas de guerra dos Carib foi feito por Carlos Eduardo Chaves na coleção etnográfica da reserva técnica do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ainda que seja dos Karib Tiriyo e Kaxuyana do Rio Trombetas este estudo é importante por não haver nada semelhante na região. CHAVES, Carlos Eduardo. *Reminiscências das Guerras: estudo das armas das coleções etnográficas dos povos indígenas das Guianas*. In: MOREIRA, Eliane (org); AROUCA, Carla; BARROS, Benedita; PINHEIRO, Antonio. Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais. Belém: CESUPA/MPEG, 2005, p.195-209.

complexo, contundente de choque e apetrecho de defesa. No caso das flechas identifica dois tipos básicos “punkato” (feitas para quebrar com o choque, são lanceoladas ou lanceoladas arqueadas) e “oipantakãn-iye” (tem farpas em pares paralelos e intercalados, também identificadas como espeque farpado bilateralmente).

Os arcos “Warápa”, na classificação analisada por Carlos Eduardo Chaves, podem ser de corte transversal, côncavo-convexos, plano-convexos e triangulares. Existem também os arcos “Kaxuyana” classificados como côncavo-convexos e que estão associados aos mitos de origem. Todos são feitos de pau d’arco, e no caso dos arcos “Kaxuyana” decorados com pintura²²⁹.

Das armas contundentes de choque descritas na coleção há vários tipos de bordunas, genericamente chamadas de “Xiwárapa”. Variam em classificação conforme sua ponta. Tinha uma função secundária de desviar flechas inimigas. Tinham as circulares lisas como um bastão, os Xarúman xiwárapa diferentes dos primeiros por terem no cabo um uruburei entalhado e ornamentado de franjas de algodão. Há ainda as bordunas chamadas “Tupanaken”, classificadas como clava-côncavo-convexa ampulhetada e de madeira pesada²³⁰.

Por fim, armaduras feitas de madeira dura para conter as flechas inimigas e que atualmente somente estão presentes em coleções arqueológicas, pois não existem mais nos grupos atuais remanescentes²³¹.

Os Galibi também são especialistas em construção de canoas pequenas (montarias e ubás). A madeira é extraída das cabeceiras do rio Uaçá e deve ser algo que também remonta a sua ancestralidade.

Com base nesta lista e nos relatos etnológicos, aprofundi o estudo de cada um desses grupos a fim de verificar os identificadores culturais deles e assim poder comparar com os descritos nas fontes documentais quinhentistas e seiscentistas.

A Chegada dos primeiros europeus:

²²⁹ CHAVES, Carlos Eduardo. *Reminiscências das Guerras: estudo das armas das coleções etnográficas dos povos indígenas das Guianas*. In: MOREIRA, Eliane (org); AROUCA, Carla; BARROS, Benedita; PINHEIRO, Antonio. *Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais*. Belém: CESUPA/ MPEG, 2005, pp.195-209.

²³⁰ As atuais são de madeiras leves e utilizadas em rituais, danças e festas. CHAVES, Carlos Eduardo. *Reminiscências das Guerras: estudo das armas das coleções etnográficas dos povos indígenas das Guianas*. In: MOREIRA, Eliane (org); AROUCA, Carla; BARROS, Benedita; PINHEIRO, Antonio. *Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais*. Belém: CESUPA/ MPEG, 2005, pp., p.201.

²³¹ CHAVES, Carlos Eduardo. *Guerra entre os Carib: estudo de armas nas coleções etnográficas dos povos indígenas nas Guianas*. Trabalho de conclusão de curso/ relatório de Pesquisa. Belém: UFPA/ MPEG, 2003.

Enquanto tais grupos Norte-Amazônicos viviam suas vidas conforme suas tradições em fronteiras móveis e provocando lentas e poucas mudanças no mundo natural. No outro lado do Atlântico as nações européias disputavam informações sobre esse novo continente, mobilizando todos os meios para isso.

Uma pergunta que logo nos vem à cabeça ao pensar sobre as viagens dos navegadores não ibéricos para a América, em especial para o atual norte amazônico: como tiveram acesso às informações sobre as terras e as riquezas nelas ditas, logradouros, rios, lagos e população? Certamente temos que lembrar que neste momento não eram somente navegadores portugueses e espanhóis que iam e vinham da América. O próprio Colombo não era espanhol e sim Genovês (Por sinal muito dos que conquistaram os mares nesses tempos eram de cidades italianas).

Foram deles alguns dos primeiros mapas da América, que por um bom preço podiam ser copiados e contrabandeados para outra nação, como hoje costumamos ver “produtos pirateados” nas esquinas das grandes cidades.

Um desses mapas “pirateados” foi o chamado “Mapa de Cantino”, datado do ano de 1502 pelos especialistas. Tem esse nome por que foi conseguido por Alberto Cantino, espião italiano, subornando um cartógrafo das oficinas reais de Lisboa pela quantia de 12 ducados de ouro²³².

²³² Existem muitos pontos consideráveis do território presentes no “Mapa de Cantino”, incluindo a linha de Tordesilhas e o litoral norte e nordeste do Brasil com seus acidentes geográficos. Nele especificamente sobre o Amazonas nota-se a ilha de Maracá (Canal do Varador, Canal do Turlui e ilha Jipioca). Nesse mapa não aparece a entrada do Amazonas, nem o arquipélago Marajoara, apenas uma reentrância com pequenas ilhas. Seguindo a costa há um golfo com pequenas ilhas que sugere ser a Baía de São Marcos e de São José (São Luiz do Maranhão). De São Luiz o mapa segue uma linha reta até a Ponta do Seixas, extremo Leste do território. Importante mencionar que a linha de Tordesilhas está deslocada e passa pelo Maranhão e não pelo Pará (ver: Mapa na figura 15).

Figura 15



Detalhe do Mapa de Cantino de 1502. Fax-símile do Ministério das Relações Exteriores - RJ. In: Mapas Históricos Brasileiros.

Piratar, em amplo sentido era também outra forma de se conseguir as informações desejadas do litoral das terras americanas.

Os ingleses e franceses disputam o território da Guiana:

Assim acontecem as primeiras “viagens secretas” de ingleses. Estão entre elas às feitas pelo navegador inglês Sebastian Cabot, que esteve na Guiana, passando pela região norte do Brasil a serviço do rei Carlos V, em 1553. Nesse período, o maior interesse espanhol estava em assegurar os domínios das regiões produtoras de ouro e prata do Peru, que eram cobiçadas pela coroa da França. Esta nação não aceitava a divisão estabelecida para o novo continente, conforme ele próprio relata:

“(…) quando o embaixador da França esteve aqui, ele e o duque de Notarbelan (Nothumberlard) perguntaram-me muitas vezes sobre que tipo de país era o Peru, quais tropas vossa majestade tinha lá e se elas eram tão ricas quanto diziam que era.

Eu disse a ele que existiam muitas tropas espanholas boas, muito bem equipadas, com tudo que é necessário, com armas e cavalos e que era um país abundante em minas de ouro e prata.

Eu relato ainda para vossa majestade que averigüei de todos os dois dias que eles desejavam aumentar a expedição no rio das amazonas, e essa expedição era para ser feita pela França, de onde vinham quatro mil soldados, ao lado dos marinheiros. Pegaram eles com 12 barcos pequenos para construir um forte na foz do rio das amazonas, subiam com os barcos pequenos e destruíam e matavam todos os espanhóis, roubando o território. Considerando que eles poderiam muito facilmente, usar o rio, capturar os espanhóis sem intenção de espalha-los por todo o País, eles conseguiram alcançar com sucesso suas intenções maldosas, o que havia de ter vossa majestade um bom prejuízo(...)”.²³³

Os franceses, como vimos no capítulo anterior, foram os primeiros a tentar ocupar o Maranhão (1612-1615), e áreas mais para o oeste, sem ficar mais de quatro anos, antes de serem expulsos pelos portugueses e gentios. Contudo, permaneceram agindo no litoral, comercializando com os indígenas em alianças intermitentes²³⁴.

Acerca do que ele diz da defesa dos novos territórios de Espanha “com muitas tropas espanholas boas, muito bem equipadas”, parece mais um aviso. Com isso, eles desejavam demover os franceses de tentarem invadir as possessões da Espanha. Dentre estas possessões, o Peru, pela questão das minas de ouro e prata, era o ponto mais atrativo. O rio das Amazonas, nesse sentido, era um possível caminho para essas minas. Daí o interesse em garantir a sua posse²³⁵.

As viagens desses navegadores serviram de base para incursões mais profundas ao litoral e logradouros da Guiana. Além disso, as disputas européias envolvendo a posse de ilhas Caribenhas no final do século XVI aumentaram consideravelmente em decorrência de vários fatores. Dentre eles podemos apontar o desempenho de novas potências marítimas (Inglaterra, França e Holanda), a necessidade de entrepostos comerciais, e a descoberta de metais preciosos²³⁶.

²³³ Extraído da Carta de Sebastian Cabot para Carlos V em 15 de novembro de 1553. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 127-28.

²³⁴ HURAUULT, Jean-Marcel. *Français et indiens en Guyane 1604-1972*. Paris : Union Générale d'éditions, 1972.

²³⁵ MELO & LEITÃO (trad.). *Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña: Descobrimientos do Rio das Amazonas*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

²³⁶ BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp.120-40.

O navegador inglês, Sir Walter Raleigh, trabalhando para a sua coroa, fez o que seriam as primeiras cartas náuticas inglesas de que se tem notícia, do Litoral Norte da América do Sul, incluindo o rio Oiapoque (Viapoco ou Viapoque), a Guiana e o Amazonas²³⁷.

Por volta de 1595, este corsário inglês comandou o ataque à cidade espanhola de São José e tomou a ilha de Trinidad. Ele era tão temido pelos espanhóis quanto Sir Francis Drake. Foi o responsável direto pela conquista inglesa de muitas ilhas, antes sob controle Castelhana²³⁸.

Um ano depois do ataque a Trinidad, Raleigh rumou para a Guiana fazendo também uma descrição de tudo o que viu e ouviu, incluindo algumas considerações sobre os antigos habitantes e as possibilidades mercantis deste território:

“(...). Como todos esses rios se cruzam e se encontram, como a região se situa e é limitada, a passagem de Cemenes, e de Berreo minha própria descoberta e a maneira que entrei, com todo o resto da nação e rios, Vossa excelência deve receber numa grande carta ou mapa, a qual ainda não terminei e a qual eu devo mais humildemente implorar a Vossa Excelência para ocultar, e não permitir passar de suas próprias mãos: pois tudo isso pode ser impedido por outras nações. Pelo que sei é procurada pelos franceses.(...)”.²³⁹

No relato de Raleigh, ele afirma que havia feito um mapa, enviado secretamente ao rei, onde estaria contida a localização das entradas de Cemenes e Berreo. Estes rios seriam outros caminhos para se chegar ao Rio Amazonas, via Guiana.

²³⁷ Segundo Max Justo Guedes a viagem de Raleigh ao Amazonas começou depois de assaltar Trinidad e aprisionar o governador em 1595. Comandando cem aventureiros subiram pelo rio Orenoco em cinco barcos guiados por um nativo. Objetivavam chegar ao Eldorado, mas devido a falta de provisões foram obrigados a retornar. No mesmo ano Raleigh encarregou Lawrence Keymis, seu imediato, para uma nova missão no rio. Este chegou no mês de março de 1596 e fez um reconhecimento do Orenoco e Oiapoque, onde tiveram a informação da existência de uma cidade chamada Manoa e minas de ouro próximas. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975, pp.589-91.

²³⁸ HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp.208-224.

²³⁹ The discoverie of the large and bewtifull empire of guiana, by Sir Walter Ralegh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 128-32.

Figura 16



Mapa da Guiana feito por Sir Walter Raleigh. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975.

Também continha informações das nações indígenas que por lá moravam. O sigilo da missão e da existência do mapa se devia à presença de rivais franceses interessados na área. Desse interesse francês já falamos no capítulo anterior. Raleigh completa:

“(…) Já tinha o conhecimento quando deixei a Inglaterra, de que Villiers, o almirante, estava se preparando para se estabelecer no Amazonas, rio que serviu de rota para os franceses em várias viagens, retornando com muito ouro e outras raridades. Eu falei com o capitão de um navio francês que veio daquele lugar. Seu navio estava ancorado em Falmouth, no mesmo ano em que meus navios chegaram primeiramente de Virginia. (...)”²⁴⁰.

Muitos personagens citados por Raleigh, como o Almirante francês Villiers,²⁴¹ teriam buscado se estabelecer no rio Amazonas. Na verdade, com base nas fontes inglesas e

²⁴⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 129.

²⁴¹ Foi governador de Rouen e depois indicado para o cargo de Almirante pelo rei Henrique IV, em fins de 1594. In: LORIMER, Joyce. *English and Irish Settlement on the River Amazon: 1550-1646*. Hakluyt Society: London, 1989, p.129.

em outras fontes bibliográficas, podemos afirmar que a chamada França Equinocial seria um grande projeto abrangendo não somente o Maranhão, mas cobrindo toda a região Norte da América do Sul, incluindo a Guiana e o Amazonas. Nesse período, a Guiana passa a deter a atenção de muitos europeus interessados na possível riqueza escondida. Fala-se muito do “Eldorado”²⁴².

O fato desses navegadores acharem metais preciosos em regiões aparentemente próximas, como no Peru e América central, atiçava ainda mais outros exploradores a serviço dos seus reis, além de eventuais piratas, para visitar a região: “*Houve outro navio nesse ano em Helford, que também veio daquele lugar e que esteve ancorado 14 meses no Amazonas, ambos muito ricos*”.²⁴³

Do rio Amazonas à Guiana, pelo que podemos ver, havia um tráfego de navios franceses e ingleses, sem o controle de autoridades e dos reinos que se diziam seus donos por direito: Espanha e Portugal. Segundo a historiadora Patrícia Seed, a diferença cultural entre as nações favorecia essa diferença de atitude frente ao novo mundo. Para os Ingleses, a posse sem uso e exploração não fazia sentido, diferente do pensamento Espanhol e Português que seguiam seus modelos mediante a perspectiva de “descobrir”, “achar”, “conquistar”, que, por si só, lhes garantia a posse e o direito de subjugar pela força ou pelo convencimento os habitantes do local²⁴⁴.

Riqueza. Desde essa época a Amazônia será sinônimo dessa palavra. Não somente pela riqueza e variedade natural como nos dias de hoje, mas também pela abundância de produtos comercializáveis. Todos os que viajavam até esse rio conseguiam extrair produtos de grande aceitação no mundo europeu. Entretanto, as principais riquezas das quais muitos desejavam, incluindo Raleigh, eram ouro e prata. Muitas teorias irão identificar a partir daí,

²⁴² A busca pela terra do rei dourado foi responsável pela conquista e devastação de áreas densamente povoadas espanholas. Em 1528, os Welser de Augsburg fundaram colônias em Maracaibo e Coro, na Venezuela, a procura de tal cidade de ouro, até serem expulsos pelos espanhóis. No México de Cortés, o vice-rei envia uma expedição ao sul dos Estados Unidos para procurar o Eldorado do Norte. Uma nova expedição em busca do El dorado levou o rei de Espanha a financiar a expedição que chegaria ao Mar do Sul, do outro lado do Panamá. Em 1539 foi a vez de Gonzalo Pizarro tentar alcançar o El dorado por via do rio Napo. As dificuldades e combates com os grupos hostis dessa área levou a uma desistência e divisão da tropa: uma voltou por terra comandada por Pizarro a outra comandada por Francisco Orellana se perdeu e chegou de barco ao Amazonas, na famosa viagem na qual encontrou a tribo composta somente por mulheres guerreiras, em 1542. In: BERNAND, Carmen. *História do Novo Mundo: Da Descoberta à Conquista, uma Experiência Européia, 1492-1550*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997, pp.253, 261, 413, 446, 448, 543, 556.

²⁴³ The discoverie of the large and bewtifull empire of guiana, by Sir Walter Raleigh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.129.

²⁴⁴ SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

Amazonas como o local de origem do ouro encontrado nas mãos dos indígenas do Caribe e da Guiana:

“(…) não há duvida de que o comércio de ouro daquele lugar passe por ramais de rios até o rio Amazonas... Thevet escreve que as pessoas trajam Croissants de ouro, desta forma os Guianianos mais comumente os fazem: Como de Dominica para o Amazonas os quais são aproximadamente 250 léguas distantes um do outro, todos os chefes dos índios em todas as partes usam aquelas lâminas de ouro da Guiana. Não há dúvida que aqueles que comerciam no Amazonas retornam com mais ouro o qual (como supracitado) é trazido pelo comércio da Guiana, por algum braço do rio que desemboca da região para dentro do Amazonas, pelo rio que passa pelas nações chamadas Tisnados, ou pelos Carepuna. (...) ²⁴⁵”.

Tais placas de ouro “em meia lua”, já haviam sido descritas por franceses (D’Evreux e D’Abbeville) em capítulos anteriores. Agora aparecem em textos ingleses. Nas ilustrações do período, podemos ver tais colares adornando indígenas nas gravuras de Tupinambás do Brasil e outros indígenas sul-americanos²⁴⁶.

Citando o trabalho ilustrativo de André Trevet, o capitão inglês Raleigh conclui que o ouro encontrado por franceses sai do Amazonas por pequenos braços de rios, controlados pelas nações chamadas por ele de Tisnados ou Carepuna, indo até a Guiana, de onde são comercializados. Chegam até Dominica (atual Republica Dominicana) via comércio de longa distância. Ainda segundo essa explicação de Raleigh, os indígenas Amazônicos trocavam esse ouro em forma de lâminas por “*Pedras hijadas*” (Spleenes Stones), muito estimadas e usadas por caciques e suas mulheres. Neste caso, ele teria visto pessoalmente muitos índios usando tais adereços na Guiana: “(…). *Dessas vi várias em Guiana, e cada rei ou Casique tinha uma, e suas esposas estimavam ser jóias importantes*” ²⁴⁷.

²⁴⁵ The discoverie of the large and bewtifull empire of guiana, by Sir Walter Ralegh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 129-30.

²⁴⁶ “Festa de Índios Brasileiros” In: ANDRÄ, Helmut & FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *AMERICA PRAETERITA EVENTA*, São Paulo, 1966, figura 12, p.118.

²⁴⁷ The discoverie of the large and bewtifull empire of guiana, by Sir Walter Ralegh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 129-30.

Figura 17

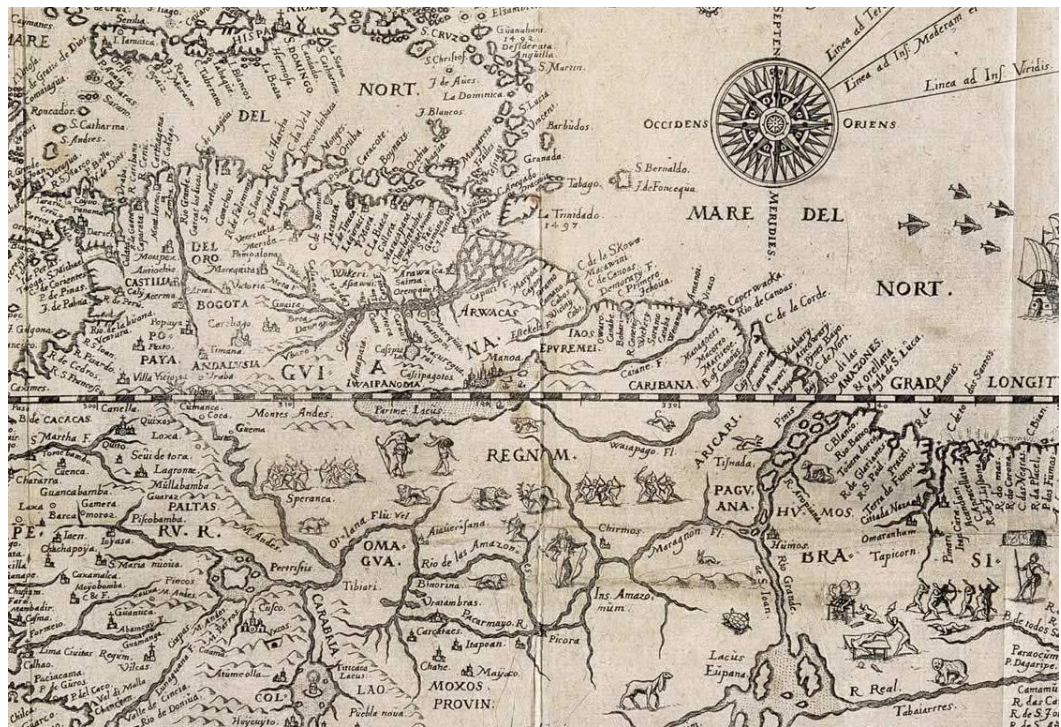


Tupinambás dançando e bebendo o Caxiri. Nota-se que no guerreiro dançando de cuiá quebrada e vazia (acima), e no outro agachado com a cuiá erguida próximo a boca (centro à direita), adornos em meia lua, como as lâminas descritas por Raleigh. Ver: Helmut Andra – Edgard de Cerqueira Falcão. “*Americae Praeterita Eventa*”. São Paulo: USP, 1965, figura 12, p.118.

Tudo era um mar de mistérios e boatos. Alguns propagados por marujos e capitães, que procuravam contar bravatas ou até desviar a atenção dos rivais, espalhando falsas localizações de minas de ouro.

Sabemos que, das Antilhas até a Guiana, alguns indígenas conheciam o ouro e tinham adereços feitos com esse metal. Supostamente comercializavam com os povos Maias da América Central, que realmente já trabalhavam com ouro.

Figura 18



Mapa de Levinus Hulsius de 1599 contendo o Lago Parime, a cidade de Manoa (centro do mapa cortado pela escala) e os Tisnados (junto ao rio Aricari), citados por Walter Raleigh como os possíveis locais de origem do ouro das tribos da guiana.

Mas não podemos simplificar o interesse desses homens apenas por conta da riqueza. O fato de haver populações de culturas diversificadas na América, e que não constavam nos relatos de povos conhecidos até então, também os instigava. De onde teriam vindo? Seriam homens?

A origem desses povos de costumes e modos rústicos intrigava os viajantes, mitos de terras lendárias também. Assim nasce o mito das guerreiras Amazonas.

“(…) era muito desejoso entender a verdade daquelas mulheres guerreiras, pois para alguns é aceito para outros não: E ainda que eu me desviasse do meu propósito eu irei registrar a verdade narrada sobre aquelas mulheres, e eu falei com um Cacique ou Senhor daquele povo que me disse ter estado no rio, e além dele. As nações dessas mulheres estão no lado sul do rio nas províncias de Topago, e seus chefes estão nas ilhas situadas no lado sul da entrada, algumas 60 léguas dentro da boca do mencionado rio. (...)”²⁴⁸.

²⁴⁸ The discoverie of the large and bewtifull empire of guiana, by Sir Walter Raleigh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 130.

Ainda que a viagem de Raleigh às Guianas fosse para encontrar uma passagem para as minas de ouro, ele desviou-se do seu propósito apenas para verificar a veracidade do mito das Amazonas. Ele não acreditava naquilo que outros exploradores contavam, mas achava que na história deles havia um fundo de verdade²⁴⁹.

Estava disposto realmente em descobrir a verdade sobre as guerreiras Amazonas, e é adentrando no mito delas que ele encontrou povos e costumes novos para os europeus. Interrogando os grupos Caribes e Aruaks da Guiana e Amapá, teria supostamente encontrado a localização das aldeias Amazonas, servindo para as incursões vindouras ao rio:

“(…) As nações dessas mulheres estão no lado sul do rio nas províncias de Topago, e seus chefes estão nas ilhas situadas no lado sul da entrada, algumas 60 léguas dentro da boca do mencionado rio (…)”²⁵⁰.

Pensando na geografia atual, tal “Província de Topago” ficaria talvez entre as atuais cidades de Prainha, Almerim e Porto de Moz. E a morada dos seus “chefes” seriam as ilhas próximas à ilha grande de Gurupá. Especulando um pouco mais, poderíamos dizer que talvez fosse a ilha dos Tupinambaranas, descrita anos mais tarde.

Mesmo não querendo acreditar nas histórias fantasiosas sobre as Amazonas, Raleigh acaba cedendo aos mitos, relacionando-os às antigas histórias afro-asiáticas:

“(…) As lembranças daquelas mulheres são muito antigas, tanto na África como na Ásia: Na África aquelas que tinham Medusa como Rainha: outros em Scithia perto dos rios de Tanais e Thermadon: Nós descobrimos que Lampedo e Marthesia eram Rainhas das Amazonas (rainhas amazonas): em muitas histórias foram tidas como rainhas, e em muitas épocas e províncias: Mas eles, que não estavam tão longe da Guiana, realmente seguiram com homens pelo menos uma vez por ano, e pelo período de um mês, o qual eu concluo pelas suas relações ser em abril. (…)”²⁵¹

Neste depoimento de Raleigh percebemos o quanto tais guerreiras Amazonas estimulavam a mente dos exploradores. Mais do que simples curiosidade, eles acabavam

²⁴⁹ The discoverie of the large and bewtifull empire of guiana, by Sir Walter Raleigh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 130.

²⁵⁰ The discoverie of the large and bewtifull empire of guiana, by Sir Walter Raleigh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 130-31.

²⁵¹ The discoverie of the large and bewtifull empire of guiana, by Sir Walter Raleigh 1596. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 131.

misturando a realidade da região com a mitologia grega e de outras áreas do mundo conhecido (a rainha das amazonas na África era chamada Medusa!) ²⁵².

Sir Walter Raleigh não conseguiu encontrar as faladas Amazonas, apesar de voltar ao Orenoco mais uma vez em 1616. Contrariava a vontade do rei da Inglaterra, fato que contribuiu para a sua morte dois anos depois²⁵³. Contudo, Raleigh deixou a possibilidade delas existirem rio acima, contribuindo para perpetuar a lenda das guerreiras entre os exploradores posteriores²⁵⁴.

Em uma gravura feita a partir do depoimento de Raleigh, temos um exemplo de como esse mundo novo era maravilhoso e perigoso. Na gravura, uma sucuri ataca a embarcação de Raleigh e leva seu “criado” africano quando tomava banho. Peixes e cobras gigantes, além de animais exóticos são mostrados junto à imagem dos exploradores estupefatos²⁵⁵. Nesse caso, podemos ver que o pintor já tinha um conhecimento prévio dos animais como o macaco, araras e o veado (facilmente vistos nesses tempos nos mercados europeus e coletados nas viagens a América); outros, porém, pareciam seres mitológicos como a sucuri e o peixe gigante semelhante ao pirarucu.

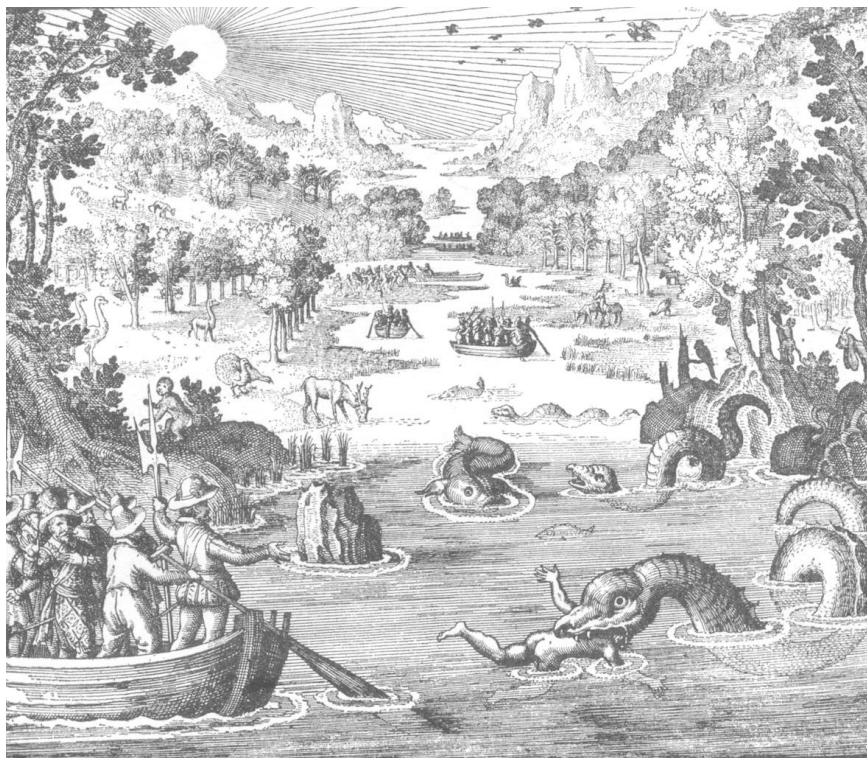
²⁵² As descrições de Carvajal, sobre a viagem que fez com Orellana, influenciaram muito os exploradores seguintes como Raleigh. Segundo Antônio Porro o mérito de Carvajal descrever a região antes da efetiva atuação de europeus na região foi ofuscado pelo estigma de ter “inventado” as amazonas americanas, prejudicando a sua credibilidade. PORRO, Antônio. *As crônicas do rio Amazonas: notas etno-historicas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1993, p. 40.

²⁵³ Sir Walter Raleigh teve durante algum tempo ajuda da Rainha Isabel I, mas com a chegada ao trono inglês de Jaime I a sua posição no Parlamento foi alvo de uma conspiração que o levou a condenação a morte em 17 de novembro de 1603. HILL, Christopher. *Origens intelectuais da revolução inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 227.

²⁵⁴ Nas viagens de John Ley em 1598 teria também avistado as guerreiras Amazonas. In: LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 135-36.

²⁵⁵ “A Mais Bela Paisagem do Mundo” In: ANDRĂ, Helmut & FALCĂO, Edgard de Cerqueira. *AMERICA PRAETERITA EVENTA*, São Paulo, 1966, figura 96, p.202.

Figura 19



“A Mais Bela Paisagem do Mundo” In: ANDRÄ, Helmut & FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *AMERICAЕ PRAETERITA EVENTA*, São Paulo, 1966, figura 96, p.202.

A imagem deste novo mundo no imaginário europeu causou vastas conseqüências que levavam certamente ao limite entre a fantasia e a realidade. Fantasia, quando gerava uma falsa imagem do que realmente era a região. Realidade quando possibilitava questionamentos e curiosidade por parte daqueles que podiam comprovar a veracidade delas.

Realmente todos os que adentraram neste momento o Amazonas acreditavam nos relatos dos exploradores anteriores, por isso o rio acaba tendo o nome de suas fantasiosas moradoras e o nome de seu descobridor ficará praticamente no anonimato²⁵⁶.

Os contatos ingleses com grupos ameríndios estendiam-se na área pertencente ao que hoje é o rio Orenoco (chamado de Orinoco), na Venezuela indo até a região do Oiapoque ou Viapoco. Os grupos viventes ali eram basicamente do tronco Karib e Aruak.

²⁵⁶ Em mapas antigos, como o de Joan Martines, datada de 1582, o rio denomina-se OREGLIANARIO, em homenagem a Francisco Orelhana, mas muitos acabam denominando o rio como “Reino das Amazonas”, “Rio das Amazonas”.

Figura 20



“Raleigh no Orenoco”. Neste desenho podemos ver os ingleses abismados com o tratamento dado aos mortos naquela região. Ao fundo um grande rio e as casas nas árvores sob a água ou em montes de terra, sendo acessíveis por canoas. In: ANDRÄ, Helmut & FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *AMERICAÆ PRAETERITA EVENTA*, São Paulo, 1966, figura 97, p.203.

A expedição de Raleigh do Orenoco ao Amazonas nos revela um pouco da cultura desses povos. Alguns desses grupos viviam em casas suspensas e penduravam seus chefes mortos com adereços de penas em abrigos construídos para esse propósito²⁵⁷. Muito semelhante a essa descrição são as casas dos Palikur, construídas em palafitas nas várzeas, sendo acessíveis no inverno apenas por barcos ou canoas.

Outro navegador chamado John Ley esteve no Amazonas a serviço do Conde de Comberland em 1598. Seu relato claro e sem floreios mostra como era até então a aproximação e contato entre ingleses e indígenas no Amazonas:

“(…) No dia primeiro de junho nós avistamos o Cabo mais a leste e estando na parte ocidental nós encontramos o melhor do canal, duas pequenas ilhas. Nessa noite dia dois de junho ancoramos e abaixo da parte mais oriental delas havia uma canoa com índias pescando. Elas tiveram receio em vir para o lado do nosso navio: nessa ilha não morava ninguém. Mas para o grande suprimento de peixe nós nomeamos a ilha de ilha dos peixes; Os índios geralmente em grande número se reuniam lá para pescar; fora dessa ilha o mar nos apresentou uma ilha muito pequena com um tufo

²⁵⁷ “Raleigh no Orenoco” In: ANDRÄ, Helmut & FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *AMERICAÆ PRAETERITA EVENTA*, São Paulo, 1966, figura 97, p.203.

de árvores nela; estávamos no terceiro dia do mês de junho e ancoramos numa costa onde construimos nosso Shallop (barco usado para navegação em águas rasas), período em que os índios vieram em grande quantidade, 300 de uma vez. Com o nosso Shallop terminado, partimos daquele lugar, para duas outras ilhas. Os índios foram até nós atrás de contas e bagatelas, nos traziam alguns suprimentos e algumas pedras (Spleenes Stones). (...)”²⁵⁸ .

A navegação fluvial necessitava de barcos de casco raso, para não ficarem presos nos inúmeros bancos de areia que se formam e ainda hoje são perigosos para a navegação regional, por isso a construção de uma Chalupa (Shallop), barco pequeno e mais apropriado para a viagem. Até então estavam na boca do Cabo do Norte, muito provavelmente as ilhas mencionadas fossem a ilha do Bailinque e ilha do Curuá, no Canal do Gurijuba. Foram logo recepcionados por um grupo grande de indígenas do grupo Aruak (Palikur ou Aruã), já interessados na troca por “bagatelas e contas”. Tentavam trocar comida (suprimentos), que sabiam ser de grande importância aos navegantes e pedras (Spleenes Stones), que para tais grupos tinham valor comercial.

Esse depoimento permite avaliarmos o quanto esses grupos eram comerciantes e o desconhecimento momentâneo dos europeus as mercadorias que trocavam. Para os ingleses eram bagatelas e contas, para os indígenas eram mercadorias de grande aceitação no mundo deles, em trocas intra e intertribais. Ao usarem das mesmas formas de trocas usadas no seu mundo, podemos então supor que tais pedras (Spleenes Stones) tinham um valor intrínseco, como “moedas naturais”, àquelas sociedades do cabo do Norte até a Guiana, como indica Raleigh anteriormente, embora a sua aceitação e profusão seja impossível de calcular nos tempos atuais.

Continuando a viagem ao interior do Amazonas o Capitão John Ley aproximou-se das aldeias costeiras e descreveu o modo de vida delas:

“(…) Deste lugar tendo um bom canal subimos o rio Amazonas; os índios construíram casas de aproximadamente duas braças do chão; fazem pão com um tipo de fruta; eu fui lá com meu Shallop, mas os índios não nos esperaram, por isso meus homens estavam desencorajados, especialmente por que nossos suprimentos já

²⁵⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 132.

estavam escassos; uma estranha selva de ilhas abria em toda parte; por esta razão rapidamente voltamos para nosso navio e partimos, (...)”²⁵⁹.

As casas construídas altas do chão são típicas dos Palikur e Aruãs, povos de língua Aruak, conforme vimos anteriormente. Pelo que relata não foram trocados suprimentos suficientes o que preocupava a tripulação do barco. Por outro lado, o temor da mata fechada em um labirinto de ilhas, forçou o grupo de ingleses a retornar e aportar numa das ilhas, certamente com a indicação de como sair do rio por meio de alguma carta náutica ou esboço.

“(…) fomos para as duas ilhas e ficamos até o terceiro dia do mês de julho, e durante esse período, eu fui a muitos lugares onde os índios moravam para nos abastecer de mantimentos frescos (em algumas dessas moradias havia quinhentas pessoas morando); enquanto eu estava afastado de meus homens em meu pequeno barco, fui até uma grande casa perto daquelas, os habitantes vinham em marcha, três em três, e um líder a frente deles com um grande mastro em sua mão, os demais com seus arcos e flechas prontos para atirarem, procuramos evitar toda suspeita de desgraça, pois quando os índios vêm munidos de suas armas não podemos confiar neles (...)”²⁶⁰.

A troca amistosa de mantimentos caminhava junto ao estranhamento e a desconfiança de ambas as partes. Por isso os ingleses preferiram ficar num local afastado e somente entrar em contato quando necessitavam. Estipulou-se logo uma aliança intermitente, caracterizada pela distância ou pouco envolvimento das partes nos seus assuntos e modo de vida. Ou seja, as trocas de objetos marcavam a relação entre europeus e indígenas do local:

“(…) Uma noite vi uma nuvem negra trazendo uma terrível tempestade e de repente meu índio disse “índio travesso traz tempo travesso”, e fez sinais de como se cortava a garganta de um homem e pronunciou certas palavras como he he, chy, chy. Desse lugar voltamos para a Ilha dos Peixes e no dia seguinte partimos para cruzar o rio, que nós devemos retomar a direção poente (...)”²⁶¹.

²⁵⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 133.

²⁶⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 133.

²⁶¹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 134.

A frase dita pelo índio pode ter muitos significados por nós ignorados. O indígena, provavelmente um intérprete ou língua, poderia estar se referindo aos seus deuses, ou a um mito. Entretanto para o capitão John Ley (e talvez para a maioria de nós que estivesse no lugar dele), significou o sinal para ir embora, pois já não era mais seguro ficar junto da tribo. Tanto que no dia seguinte voltou para a ilha dos peixes (nome dado à ilha Bailinque ou a ilha Curuá). Depois de um ano rumou de volta para a Inglaterra.

Antes de terminar seu depoimento, ainda descreveu outros povos das margens do Amazonas:

“(…). Taparawacur: é o povo perto da parte mais oriental do rio Amazonas, eles têm grande quantidade de pedras verdes, as quais chamamos de spleene Stones (jades ou pedra nefrítica). Seus lábios inferiores pendem para baixo, tão baixo como seus queixos, eles bebem sangue e criam seus filhos dessa maneira desde o nascimento(…)”²⁶².

Como Joyce Lorimer indica nas suas notas, o uso de pedras verdes, os lábios compridos devido ao uso de ornamentos e a referência ao canibalismo no “beber sangue”, indica que tais grupos sejam pertencentes ao tronco lingüístico Tupi, como os Tupinambás. Menos preciso, mas relevante é dizer que “vivem na parte mais oriental do rio Amazonas”, onde se localizavam grupos Tupis interioranos, como podemos ver no mapa de Nimuendajú.

“[f.20v]Os Arowa (Aruá) habitam em ambos os lados do rio Amazonas, em uma ilha maior e em duas menores; eles são todos vermelhos têm moradias muito grandes; eles fazem uma bebida tirando um caldo de uma certa madeira, e também fazem um pão da mesma.

[f.20v] Uma descrição de muitos rios e povos que habitam acima deles...

[f.21v] Próximo deles estão os Arowa, eles habitam em ambos os lados do rio Amazonas nas ilhas de Crowacurri, Warracayew, e Attowa, eles também moram em um rio chamado Wayapowpa, o qual cai dentro do Amazonas; eles pintam seus corpos e rostos de vermelho; eles fazem pão de uma grande árvore chamada Anarola e bebem o suco da mesma, o qual eles moem, e fervem, e comem pouca mandioca, eles realmente não comem homens, e têm baixa estatura.(...)”²⁶³

²⁶² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 135.

²⁶³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 136.

Outro grupo mencionado é o Arowa, mais conhecidos por nós como Aruã, do tronco lingüístico Aruak. São descritos como vermelhos, ou pintados de vermelho. Faziam pão de uma árvore chamada Anarola, comiam mandioca e, segundo o Capitão John Ley, não seriam canibais. O canibalismo, entretanto, não se encaixa no perfil dado por algumas fontes posteriores que identificam os Aruã como canibais, contudo, vale ressaltar que estamos num outro período e o canibalismo pode ter sido resultado de fusões com outras tribos inclusive com os Tupis.

Tais Aruã viviam em grandes aldeias nos dois lados do rio Amazonas, nas três ilhas, chamadas na língua deles de Crowacurri, Warracayew, e Attowa (provavelmente Mexiana, Caviana e Marajó), além do rio Wayapowpa.

No relato de outros viajantes ingleses a serviço do Duque de Tuscany (Toscana, província da Itália) temos outra impressão da região e dos seus habitantes. Esses acompanharam o capitão chamado Thorton, servindo em seu barco em janeiro de 1597, quando ficaram prisioneiros do Duque italiano. Tiveram que participar de uma expedição ao Amazonas à procura das riquezas daquela região em troca de dinheiro e de sua liberdade.

“(…) Nesse momento tudo estava sendo preparado para nossa viagem, aproveitando para servir num bom navio chamado Santa Lucia, bem tripulado, em direção ao rio Amazonas, com muitos outros rios, os quais o Duque os conheceu, esperando pelas riquezas do ouro, mas o país não dispunha de tal coisa. Nessa viagem nós estávamos quatorze meses fazendo pouco ganho em benefício do Duque. Não havia nada para ser ganho (...)”²⁶⁴.

No relato de Willian Davies, a viagem não rendeu nada para o Duque da Toscana, pois o ouro tão falado não fora encontrado. Podemos dizer, no entanto, que a maior riqueza dessa viagem está no depoimento das coisas que viram e vivenciaram, num novo mundo cheio de surpresas e de povos desconhecidos para a maioria dos europeus.

“(…) A maneira a natureza das pessoas são: todos são nus, tanto homens quanto as mulheres, tendo uma peça de madeira para cobrir qualquer parte de sua nudez, os homens têm uma cana em formato cilíndrico, e duas polegadas de comprimento, através do qual ele puxa o prepúcio, amarrando a pele com um pedaço de casca de uma árvore. Em cada orelha ele usa uma cana, a qual é perfurada na orelha, aproximadamente do tamanho de uma pena de cisne, e de comprimento metade de

²⁶⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 141.

uma polegada, e igual no meio do lábio inferior: também na parte superior do nariz ele pendura em uma cana uma pequena conta ou algo parecido com um botão de vidro, o que se pendende diretamente na frente de sua boca que se mexe continuamente quando ele fala. Ele usa seu cabelo longo, sendo arredondado abaixo para a parte inferior de suas orelhas, cortados curtos, ou mais propriamente. Suas mulheres não usam nenhum costume apesar de se apresentarem, mas completamente nuas como quando nascidas, com seus cabelos muito longos, seus seios muito caídos, pela razão de nunca terem usados nada sob eles: eles usam em seus corpos tanto os homens quanto as mulheres um tipo de terra vermelha (urucum), por causa dos mosquitos não os incomodarem (...)”²⁶⁵.

Este depoimento revela que estiveram junto a grupos Tupis ou Carib. Pela descrição dos homens com as orelhas e lábios inferiores furados com adereços em madeira, a forma de amarrar o prepúcio e os cabelos longos, nos assemelham aos Tupinambás do Maranhão descritos por Evreux e Abbeville. As contas penduradas sobre o lábio superior, no entanto fogem aos traços dos mesmos, embora saibamos que havia outros grupos Tupis espalhados pela região, principalmente no interior. Pena este autor não ter dado nenhuma pista do local onde estariam tais grupos, pois contribuiria para uma eventual identificação dos mesmos.

Continuando sua descrição ele fala das armas e acessórios dos indígenas:

“(…) Esse povo é muito engenhoso, astucioso, traiçoeiro, o qual igual nunca tinha visto, para eles é comum caçar sua própria comida, como animais, aves e peixes, onde usam seus arcos e flechas para isso. O arco tem aproximadamente duas jardas de comprimento, a flecha tem sete pés. O arco é feito de pau-brasil, sua corda de um tipo de casca de uma árvore, situando-se no término do arco, sem nenhuma curva, sua flecha feita de bambu, e em uma das pontas eles colocam um osso de peixe, eles matam os animais dessa maneira: parados atrás de uma árvore, ele pega sua pontaria a uma das bestas, atira uma flecha lesiva, e segue o animal com muito cuidado, nunca o perde de vista; como anteriormente ele fica às margens do rio, e quando ele avista um peixe na água, ele logo o atira com uma das flechas, deixando cair seu arco ele entra na água, nadando até sua flecha a qual ele a traz para a terra com o peixe fixado nela, tendo caçado sua própria comida, tais como carnes, aves, peixes, eles comem juntos, em um número de cinquenta ou sessenta deles, eles fazem um fogo dessa maneira: eles pegam dois gravetos de pau, esfregando um contra o outro, até o momento em que eles começam a queimar, então fazem um grande fogo para

²⁶⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 143.

preparar a caça, e assim eles comem sem sal ou pão, ou nenhum tipo de bebida que não seja água e tabaco, tampouco eles saibam o que seja (...)" ²⁶⁶.

Sua descrição é muito generalizante nesses aspectos, pois vários grupos usavam arcos de pau-brasil como ele indica, bem como a flecha com ponta de osso de peixe. Mas como indica Florestan Fernandes, os grupos Tupinambá litorâneos, usavam flechas com dente de tubarão ou rabo de arraia. Aparentemente estes grupos eram diferentes daqueles relatados por Walter Raleigh e John Ley, do tronco lingüístico Aruak, e tinham pouca coisa para oferecer em troca:

"(...) Nessas terras não encontramos ouro nem se quer prata, mas grande quantidade de Hennes (ele se refere aos pássaros domesticados nas tribos tanto para uso com animal de estimação com para alimento). Eu comprei um casal por uma harpa judia quando eles recusavam dez Shillings em dinheiro. Essa terra é cheia de deliciosas frutas, como abacaxi, Plantins, goiabas e raiz de batatas, frutas e raízes que eu deveria ter trocado por contas de vidro, ou miçangas (...)" ²⁶⁷.

A decepção em não encontrar ouro ou prata frustra os marinheiros, contudo, logo perceberam outros produtos que compensariam os investimentos da viagem. Os pássaros coloridos como papagaios, araras e tucanos logo caíram no gosto da aristocracia e nobreza européia. Aqui vemos a inversão do que aconteceu na viagem de John Ley, agora foi o inglês que tentou comprar o casal de pássaros por dez Shillings, naquela viagem foi o indígena que tentou comprar com pedras (spleene Stones). No final, a harpa judia e sua estranha melodia, acabara servindo para troca.

"(...) A maneira de seus alojamentos é dessa forma: eles têm um tipo de rede feita de uma casca de árvore a qual eles chamam de Haemac, tendo três jardas de comprimento e duas de largura unidas em ambas as pontas no comprimento, então amarram cada ponta em uma árvore aproximadamente uma jarda e meia do solo, e quando eles querem dormir eles se deitam nelas. O soberano de cada ilha é conhecido dessa maneira: ele usa sob sua cabeça uma espécie de coroa de penas de muitas cores que cai até metade de suas costas, ou sob seu pescoço, um cordão de dentes ou unhas de leão, ou de outros estranhos animais, tendo um tipo de espada de madeira em sua mão, e por meio disso é conhecido como soberano. Muitas vezes

²⁶⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 144.

²⁶⁷ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 134-45.

um soberano luta com outro em suas canowes (canoas) que são botes cortados de uma árvore inteira, e as vezes o vencedor come o prisioneiro. Até agora dez semanas já se passaram, e estando em direção a casa, mas não pelo mesmo caminho que viemos, para nós velejarmos dentro do rio diante do vento, pois ele sopra continuamente em um único caminho, o que faz com que os navios peguem um caminho errado(...)"²⁶⁸.

Este trecho final do depoimento de Willian Davies sobre a viagem do Capitão Thorton nos faz pensar em tribos Carib, pois Haemac assemelha-se a esteira chamada Amak²⁶⁹ pelos atuais Galibis, como vimos anteriormente, contudo uma forma denomina rede e outra significa esteira. No depoimento seguinte de Robert Dudley, outro membro da expedição do Capitão Thorton, para o Duque italiano fica mais claro que são realmente Carib:

"(...) O capitão foi e voltou muito prospero, e ainda que nunca estivesse estado nessas partes antes, não nas Índias ocidentais, mesmo assim, por meios de mapas e instruções feitas pelas mãos do próprio autor, ele pela graça de Deus, completou a viagem sem nenhuma perda, exceto por um homem que morreu por uma enfermidade; e ele inspecionou a costa da Guiana mais precisamente que ele já tenha feito antes; e também descobriu o bom porto de Chiana (Cayenne), porto seguro da família real, não sendo conhecido pelos cristãos; de onde ele trouxe cinco ou seis índios para presentear sua alteza real em Florença; os quais eram Caraíbas, que comem carne de gente estes morreram posteriormente em Florença, a maioria deles de varíola, que para eles era mais violenta que a peste em si, pois em suas terras eles não tinha, o conhecimento de tal doença. Apenas um deles sobreviveu que posteriormente serviu sua excelência o cardeal de Médici, na corte por muitos anos, e aprendeu a falar italiano muito bem(...)"²⁷⁰.

Citando um mapa ou instruções previas com as quais o capitão Thorton chegou a Guiana e ao Amazonas o nosso depoente diferente do anterior cita o porto de Caiena e os Caribs(Caraíbas), que segundo ele seriam antropófagos. Na viagem de retorno levou cinco ou seis destes Caraíbas, tendo sobrevivido apenas um a peste de varíola. Nesse aspecto imagino que o envio de indígenas poderia significar um estudo mais aprofundado da língua e costumes desses para uma eventual permanência na região. E o próprio indígena que sobreviveu às

²⁶⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 145.

²⁶⁹ RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983, p. 1-95.

²⁷⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 146-48.

epidemias e viveu por muitos anos na corte dos Médici deve ter dado preciosas informações sobre a sua antiga vida.

“(…) Esses índios de Cayenne sempre conversavam sobre a fertilidade e as riquezas do reino da Guiana, e como ele esteve na famosa cidade de Manoa, a metrópole do reino onde o soberano reside, o qual é chamado de imperador, pois ele tem muitos reinos sob seu domínio, e essa cidade é rica em ouro e está situada perto de um grande lago, que fica a oito dias de viagem do porto de Caiena; os índios fazem a viagem muitos rápidos à pé, cobrindo cinquenta milhas por dia. Os índios disseram, além disso, que perto de Caiena (o qual é uma terra montanhosa), que há uma rica mina de prata a qual eles chamam de Perota, há também alguma matéria prima de ouro, chamada por eles de Calcari, do qual eles fazem algumas imagens e meias luas, para ornamentos (...)”²⁷¹.

As informações dadas por esses Caribs instigaram a procura da cidade de Manoa, rica em ouro e que ficaria próxima a um grande lago (talvez os indígenas se referissem ao lago Pirajatuba no Amapá). Se existia tal cidade cheia de riquezas e ouro como diziam os europeus acrescentando mitologia greco-latina, isso me parece pouco provável, o certo é que ela vai estar presente em inúmeros mapas antigos da América do sul, sendo citada também por muitos viajantes.

Uma certeza é a grande contribuição que os mitos indígenas tiveram para a viagem de cada vez mais exploradores. Como vimos anteriormente com os Tupinambás, havia um local chamado “a terra sem males” pelo qual buscavam encontrar, seja pelo caminho espiritual conseguido numa morte honrada, pelas mãos do inimigo, ou por terra em migrações.

Contudo, sabemos que Manoa aparece mais na parte mais setentrional do Brasil, domínio de grupos Carib e Aruak. Um estudo aprofundado dos mitos desses grupos poderia identificar uma possível associação com a Manoa tão procurada.

Ainda que tal cidade não existisse havia as minas de onde extraíam o ouro para as imagens e colares em meia lua que tais grupos usavam. A hipótese mais aceita é a troca com grupos andinos, conhecedores da ourivesaria e que percorriam grandes distâncias até chegar ao Orenoco e Guiana.

Na área do rio Amazonas, apesar desses viajantes informarem ser uma possível origem desse ouro, não existe comprovação arqueológica do fato, nunca acharam sequer um

²⁷¹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 147.

colar de ouro ou artefato que comprovasse essa teoria. A principal riqueza dessa região estava bem mais visível para os ambiciosos comerciantes europeus:

“(…) O acima mencionado capitão Thornton confirmou, que as aranhas daquela terra fazem fio de seda, e que há muita madeira tintória (legno verzino) a ser encontrada, a cana de açúcar, uma pimenta branca, legno pardo, Pitta, bálsamo, algodão, e muitos outros tipos de mercadorias para um abundante comercio implantado pelos cristãos. Ele disse que o clima era muito saudável, e a entrada para o abrigo era fácil para fortalecer e comandar o porto; e com outras particularidades sobre a região já ilustradas pelo autor em 1637, para qual brevidade nos referimos ao leitor (...)”²⁷².

Embora o ouro e Manoa não tivessem sido localizados tudo que fosse comercializado era observado, desde aranhas que fazem seda, madeiras tintórias, cana de açúcar, pimenta, bálsamo, algodão, etc. Por fim fala-se em fortalecer e comandar o porto, que significaria uma colonização italiana na Guiana e Amazônia. Aparentemente o fraco desempenho dessa expedição e a atuação das outras nações, como os ingleses, acabaram resultando no fracasso dessa colonização.

As explorações seguintes de Charles Leigh, já em 1604 foram mais adentro do rio das Amazonas, que na época constituía o Canal do Norte incluindo também os atuais: Canal do Gurijuba, Canal de Santa Rosa, Canal perigoso e do Sul, além da Baía de Marajó. Sua missão, no entanto já não era buscar localizar as Amazonas, mas entrar em contato com os gentios e descobrir as riquezas que a terra poderia oferecer.

Em outra expedição inglesa agora feita por Sir Thomas Roe em 1610, também não encontrou-se ouro mas fez-se uma colônia com alguns dos homens da expedição:

“(…) passando treze meses nessa descoberta, isto é do rio Amazonas para o rio Onoroque, no fim de que não encontrando as Índias Ocidentais cheias de ouro, como tinha intenção; ele voltou por Trenyado, e ilhas ocidentais, e (...) manteve vinte homens no rio Amazonas para o benefício dessas terras, que ainda estão supridos lá”²⁷³.

Deste documento em diante parece confirmar uma intenção maior dos comerciantes e interessados nas Índias Ocidentais de fazer uma colonização da Guiana a foz

²⁷² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 147-48.

²⁷³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 152-53

do Amazonas. Em 1611, o mesmo Sir Thomas Roe numa carta para o Conde de Salisbury, que era o então alto tesoureiro da coroa inglesa, faz um relatório das atividades na região:

“(…). Eu já passei pelo Wild Coast (nome que os holandeses davam ao litoral do Amazonas e do Orinoco, no começo do séc. XVII) e cheguei ao Porto d’Espanha na ilha de Trinidad, onde estão quinze navios fretados de tabaco, ingleses, franceses e holandeses, se o senhor me der permissão para relatar as poucas novidades e minha opinião, eu posso me arriscar, os espanhóis aqui estão igualmente arrogantes, insolentes, necessitados, e enfraquecidos, sua força é reputação (...)”²⁷⁴

O porto da ilha de Trinidad, de onde ele escreveu, aparece como um entreposto comercial espanhol que abriga navios de várias nacionalidades inclusive de holandeses, nação insurgente dos Habsburgos e de quebra da Espanha de Felipe II, nesse tempo em trégua.

Desejoso de investir nas possessões da coroa espanhola, Roe atua como um verdadeiro espião, contando a fragilidade do inimigo e as possíveis riquezas escondidas:

“(…) há nessas partes um espanhol afastado, para bem tratar que alguns ingleses caíam em seu poder; seu nome é Don Juan de Gambo: ele com diversos espanhóis, seus companheiros, fugiram (...) eu soube pelos índios onde ele está, e enviei meu shallop (chalupa; navio à vela) para busca-lo, se eu falar com ele: eu sei se eu mesmo puder consulta-lo, o que eu vou arriscar, ele pode oferecer bons serviços para o senhor (lordship; tratamento usado para falar a um lorde) ele é um grande soldado dessas partes, e sabe todos os segredos, passagens, pontos fracos e favoráveis dessa terra, e todo o jeito do fundo da baía: e eu tenho certeza que ele sabe de minas que não foram descobertas pelos oficiais dos reis, e que para ele e sua tripulação não são capazes de conquistar”²⁷⁵.

O interesse inglês pelas riquezas do Orenoco, Guiana e Amazonas parece ter aumentado no ano de 1610. Pode ter sido resultado das explorações do capitão irlandês chamado Felipe Porcel (Phillip Purcell), que entre 1608-09 fez sua primeira viagem de Dartmouth, na Inglaterra, até San Tome de Guiana, no Orenoco junto com outros ingleses. Mas a efetiva participação inglesa no Cabo do Norte acontece dez anos mais tarde, com a chegada a Amazônia de Roger North.

²⁷⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 153-55

²⁷⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 155.

No entanto antes de 1612 muitas expedições navegaram na foz amazônica, sem falar daquelas que cruzavam o Orenoco com mercadorias e produtos extraídos junto aos Caribs. Segundo o relato de um capitão chamado Robert Harcourt, essa região entre o Orenoco e o Amazonas por não estar dominado e habitado por príncipes e estado cristão, fazia os indígenas parecerem mais satisfeitos. Talvez a religião tivesse um peso muito grande nas relações entre indígenas e brancos.

Os protestantes holandeses e ingleses tinham uma relação próspera comercialmente, pois a aliança que faziam com os chefes era intermitente, trocavam as contas de colares e “bugigangas” por madeiras de todo tipo, ervas, frutas exóticas e depois partiam. Alguns criaram vínculos mais próximos, pois fizeram largas plantações de tabaco. Contudo, não havia proximidade suficiente, tal como acontecia nos contatos dos portugueses e espanhóis ou até mesmo dos franceses, não que isso fosse uma coisa boa para ambos. A segregação era o ponto chave, não a união. Todos tinham seu espaço delimitado: os indígenas a floresta, os europeus as propriedades, controle da produção e os navios.

Uma expedição do irmão Harcourt chamado Michael, junto com o capitão Harvey descobriu o rio Arrawary (Araguari). Na sua perigosa jornada relatada ele nos indica como era difícil o contato e aproximação com as tribos do interior, muitas desconhecidas até hoje.

“(…) O número de seus criados fora eles mesmos era de, apenas um homem e um garoto: Seus grupos de índios eram de 60 pessoas. Sua viagem pelo mar até o rio Arrawary era perto de cem léguas: onde (a propósito) eles encontraram terríveis ondas arrebatadoras, e tiveram muitos problemas com bancos de areia; especialmente, no grande cabo ao norte de Arrawary, (sic) o qual em respeito ao perigo que lá eles passaram, eles o nomeou [p.43] Point Perilous (Ponto Perigoso), sua descoberta do rio foi de cinquenta léguas mais: onde eles encontraram uma nação de índios, a qual nunca tivera visto homem branco, ou cristão antes, e que não podiam ter relações comerciais com nenhum comércio familiar, ou até mesmo nenhuma relação, nem mesmo com nossos índios, pois eles eram estranhos para eles, e nem com outra nação. A descoberta desse rio é de grande importância, e de caráter especial, proporcionando uma entrada mais interessante para a pesquisa e descobrimento do interior da Guiana, e algum outro rio localizado na costa; direcionando para parte ocidental na direção da região; descobriríamos todas as nações ao sul de Arricay, Cooshebery, Morrownia, e Norrack, o qual já havia mencionado (...)”²⁷⁶.

²⁷⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 161-62.

Uma nação de índios que nunca vira homem branco – qual seria tal nação? Eram de qual tronco lingüístico? Carib ou Aruak? Se fossem de um desses troncos lingüísticos, certamente teriam logo entrado em contato com os seus pares lingüísticos. Aparentemente falavam outra língua e não gostavam de estrangeiros. Talvez pertencessem as antigas tradições arqueológicas ceramistas como a chamada Mazagão ou até Maracá²⁷⁷.

“(…). Quando os índios perceberam que sua comida estava perto de ser consumida, e que sua bebida estava para se estragar, eles não podiam pensar em continuar, tendo nenhuma maneira de suprir suas necessidades entre os Arrawaries, os índios daquele rio, os quais não podiam comerciar livremente naquele primeiro contato, mas sempre levantavam guarda no outro lado do rio onde eles habitavam: com o desejo de obter as nossas mercadorias inglesas, fizeram uma tentativa com os nossos índios, proporcionaram um pequeno intercambio para suas [p.44] para suas necessidades mais urgentes durante sua estadia naquele rio: então forçadamente eles foram obrigados a abandonar sua descoberta, rapidamente irem para sua pátria. (...)”
278

Chamam tais índios desconhecidos de “Arrawaries”. Tais indígenas arredios mantinham distância da expedição, mas eram atraídos pelos produtos ingleses. Apesar das dificuldades do primeiro contato, os “nossos índios” conseguem fazer uma pequena troca onde conseguem os suprimentos para retornar. Esse termo “seus índios” ou “nossos índios” permite concluir que tais elementos realmente tinham algum tipo de aliança com os capitães ingleses, contudo não deixavam de ser índios para eles.

No geral percebemos que essas fontes pouco ou nada falam de relacionamentos mais próximos com os grupos indígenas. Diferentemente dos franceses no Maranhão eles não trouxeram religiosos para pregar a nova fé aos pagãos, e tão pouco estavam interessados neste momento em saber algo mais daquelas culturas, no máximo descreviam suas armas, vestes e casas. Até sobre as mulheres temos poucas referências, a não ser sobre sua nudez, ou no caso das Amazonas, pela curiosidade resultante da mitologia clássica, das formas de se relacionarem com os homens, isso posto que alguns dissessem que elas matavam os mesmos ou ficavam com eles apenas em certos meses para procriação.

²⁷⁷ Para um estudo comparativo das tradições. GUAPINDAIA, Vera & MACHADO, Ana Lúcia da Costa. *O potencial arqueológico da região do rio Maracá/ Igarapé do Lago (AP)*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia, volume 13, número 1, julho de 1997.

²⁷⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 162.

No geral, pouco comentam sobre casamentos ou uniões entre ingleses e índias, diferentemente de Evreux e Abbeville em São Luis.

Por fim, outro ponto diferente do relacionamento entre indígenas e ingleses é a falta de línguas inglesas para o trabalho com os gentios. Em nenhum momento fala-se que eles conheciam a língua dos indígenas, mas sim o contrário, eram os indígenas que aprendiam a língua inglesa. No diálogo entre o capitão John Ley e “seu índio”, ele não entendeu o que o mesmo dizia na língua nativa, apenas o que o índio falava em inglês: “índio travesso traz tempo travesso”.

No entanto, não podemos confiar sempre nas fontes escritas. Provavelmente outros ingleses sabiam bem o Carib e o Aruak, aqueles que tinham um contato mais próximo, os imediatos, os colonos, aqueles que dependiam das trocas e dos serviços dos índios nas plantações de tabaco e que em muitos casos não sabiam nem escrever seus nomes.

Tal relação comercial sofreu uma mudança com a criação da “*Amazon Company*” em 1619. Tal companhia tinha o objetivo de melhor explorar a região do Amazonas e seus contatos com os indígenas. Era financiada por vários nobres ingleses, inclusive com importantes cargos no governo de Jaime I.

Seu principal representante na região será o capitão Roger North. Ele liderou as primeiras viagens oficiais dessa companhia, formada após conseguir os direitos de exploração com a coroa inglesa, anteriormente em poder de Robert Harecourt.

“Considerando aquelas bonitas terras próximas do rio Amazonas (limitada na parte norte pelo rio Wyapoco (Oyapock) e para o sul, como não é habitado por nenhum soberano cristão ou estado) e pelas diversas viagens nos últimos anos foram feitas por diversos, (que para seus grandes lucros, encontraram comércio, e tráfico naquelas partes) muito bem descobertas para se adaptar, e não só para habitação saudável, mas também pela riqueza de suas mercadorias, como ricas tinturas, drogas medicinais, goma doce, algodão, cana de açúcar, variedade de tabaco, madeiras preciosas, arvores de castanha, e outros temperos, plantas benéficas e frutas pleazant, e terra boa apresentada perante a corte adiante: e do mesmo modo, e com aparente probabilidades de ter ricas minas e minerais de varias espécies”²⁷⁹.

Aqui está todo o interesse da “*Amazon Company*”, conseguir o lucro no tráfico de mercadorias daquelas partes, para a companhia e para a coroa inglesa. Tais mercadorias cobiçadas eram as tinturas, as drogas medicinais, algodão, cana de açúcar, tabaco, madeiras

²⁷⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 192.

nobres, castanha, as gomas, temperos, frutas e terras boas (fertilizantes). Além disso, podiam extrair outras riquezas ainda não encontradas como minas de metais preciosos. Outro objetivo secundário, mas não menos importante era propagar a fé cristã aos infiéis.

“(…) através de cartas de alguns ingleses, e outros súditos de sua majestade mandaram seis ou sete anos e que ainda residem lá, o mesmo estando bem, examinado, e considerado por, sua majestade e seu honorável conselho, e por diversos outros nobres e cavalheiros respeitosa, que demonstraram um sério desejo de propagar a religião, e a cristandade entre aquelas nações, e para o avanço da honra de nosso país (…)”²⁸⁰.

Dadas as condições, a “Amazon Company” se estabelece e recruta aventureiros que estariam dispostos a viajar até o Amazonas e fazer “plantations”. No documento ainda cita como era o procedimento de recrutamento dos colonos e o pagamento. Aos colonos comuns, camponeses pobres e aventureiros, pagava-se muito pouco e em prazos que variavam de acordo com a companhia. Para os nobres era garantida a sua independência da companhia, tendo livre voz nos seus negócios, como era praxe nas companhias inglesas.

De 18 a 19 de abril de 1619, Sir Thomas Conventry, um dos membros da companhia, solicita ao conselho de estado uma carta do rei que daria autorização para a utilização de navios, homens, armas, munições e coisas necessárias para as viagens. Nela também foi estipulada uma área para estabelecer os colonos da companhia.

“(…) deve se estender do rio Wyapoco para cinco graus sul, de qualquer parte do rio Amazonas ou chamado orelhana e para longitude terra a dentro estando limitada pelo mar (…)”²⁸¹.

A autorização é liberada e logo a “Amazon Company” faz uso do que arrecadou construindo um grande forte em comum acordo com as tribos recrutadas por ela, como os Supanes. Protegidas pelo forte contra as tribos inimigas e contando com a participação dos aliados, agora permanentes, eles fazem grandes plantações de tabaco e canaviais.

Os empreendimentos da “Amazon Company” não deixaram de ser notados pelos rivais dos nobres envolvidos nela, nem tão pouco pelos espanhóis, que no início de 1620

²⁸⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 193.

²⁸¹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 195-96.

fazem uma representação perante o rei inglês para cessarem as atividades da companhia no Amazonas e nas outras terras espanholas.

“Representei a vossa majestade as inconveniências as quais podem resultar da viagem que o capitão North deseja fazer para as Índias Ocidentais, lhe dando o recente exemplo do sir. Walter Rawleigh não com a posição e toda segurança dada por ele aqui, não para ter ofertado qualquer prejuízo para nenhum do rei ou domínios ou vassallos de meu mestre. Todavia estou informado que o dito capitão se preparou com muita pressa, para ir até tais terras, e levou quatrocentos homens e muitas armaduras com ele. Razão que humildemente que solicito vossa majestade que ele ficaria satisfeito em olhar cuidadosamente para esse empreendimento não permitindo que tal viagem seja feita, sem dúvida que se isso se seguir causará muito problema e molestamento a vossa majestade (...)”²⁸².

Citando o caso de Walter Raleigh que sem autorização do rei atacou colônias espanholas antes de vir a Guiana, viagem pela qual foi preso e depois executado, o embaixador espanhol mostra-se preocupado com a viagem de Roger North com gente de guerra.

Essa viagem de North teve de ser suspensa por causa das pressões do embaixador espanhol Gondomar na corte de Jaime I. Contudo, os investimentos feitos para ela eram altos nessa época para qualquer nação ou nobreza, e por isso o Capitão North tenta por vias amistosas demover o rei.

“A qualidade desse empreendimento, no contrario, é nada mais que formar uma companhia, o Estado tendo primeiro feito uma pausa e rigorosa examinação da legitimidade do titulo de vossa majestade para aquele país, sem causar danos ou aborrecimento particularmente ao rei da Espanha. (a partir daí podemos notar que esses homens nunca ouviram falar sobre os navios espanhóis naquelas partes). (...). A fundação desse empreendimento era apenas para opor-se os Flemings (flamengos) que estão recentemente ocupados em se apoderar injustamente e beneficiando-os dos interesses de nossos compatriotas, que estiveram por oito anos morando perto do rio, o que fica a setecentos ou oitocentas léguas de qualquer colônia espanhola (...)”²⁸³.

²⁸² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 198-99.

²⁸³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 202.

Para North não havia porque impedir a viagem, pois não havia nenhuma colônia espanhola na região, contrariando os direitos de posse espanhola da área²⁸⁴. Tal medida contrariava os acordos formalmente firmados entre a coroa inglesa e a Amazon Company. Uma de suas alegações para o envio de força militar era a presença de holandeses próximos e que estariam dispostos a conquistar as “plantations” dos colonos ingleses.

“Como para os quatrocentos homens e as muitas armas para eles, contudo, o agente diz, que eles estão estimados a olhar mais preparados para roubar os vassallos de seu mestre que fazer o empreendimento de mercadorias, apesar disso, eles são homens que tem experiência com as terras, farmacêuticos, tintureiro, carpinteiros de casa, ferreiros, serrador, e eu pago mais dinheiro para esse tipo de pessoa que para outros. Estou transportando uma fornalha de ferreiro com tudo necessário, e uma boa quantidade de outros equipamentos que são particularmente usadas no rio. (...)”²⁸⁵.

O capitão North contradiz o embaixador espanhol dizendo que seus homens antes de serem soldados eram colonos, que tinham experiência na agricultura. Outros eram farmacêuticos, carpinteiros, ferreiros, serralheiros. Diz que gastou muito dinheiro nessa viagem, inclusive numa fornalha de ferreiro, ferramentas e equipamentos, além do pagamento das pessoas. Diante dessas afirmações o rei cede e libera a viagem, mas as pressões do embaixador fazem o conselho de estado e depois o rei ordenar a detenção de North.

Mas, provavelmente com auxílio dos nobres que apoiavam a companhia, o capitão Roger North conseguiu partir antes de ter recebido a notificação de detenção. Veio com dois barcos e menor tripulação, o que irritou o soberano inglês Jaime I, que já havia dado a palavra que tal viagem não ocorreria. Sem relutar muito, o Rei acabou com a “Amazon Company” e expediu ordens de prender Roger North, assim que parasse em qualquer porto inglês.

“Uma proclamação seria feita contra ele, declarando-o como traidor ele e quem o ajudasse. A comissão seria arrancada e a companhia desfeita. era entendido que Norte ainda não tinha passado da Irlanda. Esse rei já tinha enviado um galeão de sua

²⁸⁴ Segue o que foi analisado por Patrícia Seed sobre as cerimônias de posse. Para o capitão Roger North o fato de as Terras do Amazonas estarem sem ocupação espanhola dava o direito ao ingleses de sua companhia de coloniza-las. Os espanhóis seguiam a máxima do “cheguei primeiro, por isso me pertence”, além de terem como argumento o aval do Papa Alexandre VI. In: SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

²⁸⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 202.

esquadra em busca dele, e trazendo-o de volta, ele (o rei) ordenaria que sua cabeça fosse cortada, como a de Walter Raleigh (...)"²⁸⁶.

O fim da “*Amazon Company*” não significou somente o fim do apoio oficial a qualquer colônia inglesa no Amazonas. Significou que todos os colonos estavam por sua própria conta e que o estado inglês não seria responsabilizado pelos seus atos. Para evitar problemas diplomáticos o rei James I sugeriu ao embaixador espanhol, que fossem feitas explorações espanholas naquela região para expulsá-los.

“Não parece que o capitão Norte agora possa fazer algum mal apesar que eles não possam pega-lo, mesmo que ele resolva em se tornar um pirata visto que ele não possa ter nenhuma ajuda daqui, é certo que ele mesmo se arruinará. Mas ainda penso que sem perda de tempo vossa majestade deva ordenar que o rio Amazonas seja explorado. Eles me garantem que há alguns ingleses e holandeses lá, e que Norte poderia ter chegado, e que seria fácil expulsa-los e puni-los severamente e assim evitar outro incidente como esse que vimos aqui. (...)"²⁸⁷.

Realmente North chegou ao Amazonas, apesar de afirmarem ao rei que ele não conseguiria, pela falta de mantimentos nos navios. Segundo o que foi averiguado pelo embaixador de Felipe III, o capitão Roger North se aliou aos ingleses e irlandeses que já cultivavam tabaco na região a mais de doze anos junto aos indígenas, provavelmente os mesmos Supanes das fontes anteriores. Ao voltar à Inglaterra levou alguns colonos consigo, que provavelmente também foram presos, além de terem sua produção apreendida junto com os barcos.

Não obstante o desejo de punição, as pressões do pai (Barão North), de seu irmão e do Duque de Lennox (Lennox), foram suficientes para um perdão de Roger North. Não podemos dizer o mesmo dos outros envolvidos e dos colonos que ficaram no Amazonas.

“Parece-me que vossa majestade ficaria contente em ordenar um reconhecimento desse rio Amazonas, pois eles me dizem, em boa autoridade, que há, no presente,

²⁸⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 210.

²⁸⁷ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 282.

alguns irlandeses lá e que estão decididos em ir da Holanda para fazer colonização”

288

Ora as negociações foram levadas amistosamente, inclusive à soltura do capitão Roger North, mas no que concerne aos produtos trazidos por ele houve muitos debates, pois para os espanhóis a carga era por direito deles, mas para alguns ingleses incluindo o próprio North era de posse dos membros da extinta companhia. Tanto que um debate no parlamento inglês foi justamente em relação a esse direito de posse da carga. Mas acabou seguindo para a polêmica da posse das terras e rendas dessas partes pelos espanhóis que foram dadas pelo Papa Alexandre VI, posto que o fato acontecido repercutia na posse de outras áreas colonizadas por ingleses como a Virgínia. Se o Rei James I abriu mão das colônias no rio Amazonas, o que seria de outras áreas semelhantes na América?

Os colonos ingleses e irlandeses deixados à própria sorte pela “*Amazon Company*” foram ajudados por holandeses e passaram a ter esse apoio no transporte do tabaco produzido junto aos indígenas.

Os irlandeses no Cabo do Norte e as suas relações com os indígenas e holandeses:

As explorações do capitão Irlandês chamado Felipe Porcel (Phillip Purcell) começaram por volta de 1608-09. Ele durante dois anos fazia viagens entre a Guiana e Trinidad, comercializando mercadorias por tabaco, até que resolveu ir mais longe, fretando um navio holandês e adentrando o rio Amazonas:

“(…). Eles foram dezoito léguas acima desse rio e, encontraram uma boa região, desembarcaram e começaram a negociar com os índios, os quais eram pardos, pagãos não civilizados, e todos nus. Eles deram aos índios contas de vidro, miçangas e outras coisas ensinando-os como produzir maior quantidade de tabaco, pois os índios sabiam como fazer isso de acordo com sua estranha maneira, e não com a perfeição que é produzido em San Thomé e da maneira a qual o capitão Porcel viu em Orenoco. Dessa maneira do ano de 1609 o qual ele fez sua primeira descoberta ele foi e voltou duas vezes mais (...)”²⁸⁹.

²⁸⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 218-19.

²⁸⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 157.

Nessa primeira expedição logo percebeu as vantagens em negociar com os indígenas norte-amazônicos. Efetivou-se uma aliança intermitente, mas diferente da feita por ingleses nos anos anteriores. Ela foi marcada não pela simples troca passageira de objetos por madeira e animais, mas sim pela troca de novos conhecimentos. Ensinou-se aos indígenas novas técnicas de fabricação do tabaco, pois a técnica indígena, além de “estranha” aos brancos, não era em escala comercial.

Aparentemente não houve resistência indígena, a troca pareceu favorável às partes, pois todos lucraram com a plantação de tabaco. Os indígenas ganhavam o material que necessitavam: contas de vidro, miçangas e ferramentas em metal para o trabalho (estas últimas não colocadas nas fontes mas necessárias para uma plantação eficiente). Pelo lado irlandês os lucros foram bons a ponto de o capitão Porcel fazer mais duas viagens.

“(…) Da ultima vez ele levou quatorze irlandeses que negociaram com os índios até o ano de 1620, quando o capitão North chegou lá e desembarcou perto de cem ingleses os quais ele levou com ele, o qual ele (Purcell), pois eles são novos nessas terras e não tiveram que ajudar com os abastecimentos e outras coisas desde que chegaram, vai ser muito improdutivo para maior parte deles. (...)”²⁹⁰.

Os irlandeses, liderados por Porcel, certamente tinham um modo diferente de tratar os indígenas, por isso investiram mais na região, trazendo mais quatorze irlandeses.

Na chegada de outro capitão, agora inglês, Roger North, com outros cem ingleses a situação mudou, pois os irlandeses tiveram de ajudar os estabelecimentos ingleses, que não podiam gerar lucros imediatos e seus colonos passaram por muitas privações antes das colheitas de tabaco darem o lucro esperado.

Um outro problema era a concorrência de holandeses que aportaram a 50 léguas da entrada do rio Amazonas, o que fez os colonos irlandeses e ingleses pedirem para o rei mandar um navio fazer o reconhecimento, verificando suas defesas, para expulsar qualquer outro povo.

²⁹⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 157.

Na viagem que Obrien del Carpio fez ao Amazonas na companhia de ingleses, e como Roger North, temos algumas importantes observações de como funcionavam as alianças com os grupos indígenas²⁹¹.

“(…) Sir Henrique Roe partiu nesse navio no ano de 1621 com 124 pessoas e o suplicante veio entre eles, sem questionar isso com seus parentes ou amigos, pelo desejo de ver terras e coisas estranhas.

Eles viajaram a margem do rio Amazonas, e velejaram acima dele cerca de 10 léguas, vieram para a vila e plantation de índios chamada Sipinipoca. Eles estabeleceram boas relações com eles, se comunicando primeiramente por sinais até eles virem a entender a língua, o que eles chamam (os índios) de Arrua. Eles foram cerca de 60 léguas rio acima para estabelecer o que eles chamam de Pataví, desde então Cocodivae. Aqui o senhor Henrique desembarcou 16 pessoas, 12 irlandeses, e quatro ingleses que eram servos dos irlandeses, todos católicos, deixando-os para o suplicante como capitão, e o ordenando a manter uma boa relação com os índios e se manter lá até ele o enviar ajuda da Inglaterra ou Irlanda. Para isso ele o disponibilizou grande quantidade de contas, braceletes, facas, espelhos, apitos, pentes, machados e outras pequenas coisas (...)”²⁹².

Sua primeira escala no Amazonas foi em Sipinipoca, uma vila com grandes “plantations”, situada 10 léguas da foz do rio. Seus indígenas eram do grupo Aruã e no início recebiam instruções por meio de sinais, depois os indígenas aprenderam a língua dos brancos facilitando o comércio. Esse fato não pode deixar de ser notado, assim como os ingleses os irlandeses preferiam ter línguas indígenas a aprender a língua deles.

Deixaram o local e fizeram um novo núcleo chamado pelos índios de Pataví, provavelmente aldeia em sua língua, e para os irlandeses Cocodivae. Neste local ficaram 12 irlandeses e 4 ingleses, seus servos, o que demonstra um grau de riqueza elevado entre esses colonos, afinal não era qualquer um que podia ter servos nesse período. Obrien ficou como capitão do lugar, com ordens explícitas de evitar desentendimento com os indígenas e esperar ajuda da Inglaterra e Irlanda. Para tal relação amistosa com os Aruãs ficou com uma grande quantidade de objetos (espelhos, contas, apitos, pentes, machados, entre outros).

Desse depoimento de Obrien podemos verificar a mudança de atitude frente aos indígenas. A aliança de intermitente passou a ser permanente, com indígenas e irlandeses

²⁹¹ Nessa viagem ao Amazonas e estando com apenas 17 anos, Obrien viajou como capitães Walter Raleigh e Sir Francis Drake.

²⁹² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 264.

muito próximos, morando praticamente juntos numa vila e mantendo uma área com plantação de tabaco. O pagamento por esse trabalho era feito aos chefes das aldeias em mercadorias de pequeno valor para o mundo europeu, mas de grande valor para os indígenas que comercializavam tais objetos nas aldeias adjacentes, espalhando assim a área de influência e interferência européia a grandes distâncias e de certa maneira afetando costumes seculares.

“(…). Sir Francisco retornando no navio dos índios, já pensando que estava ganhando amizades, construiu, não obstante, para sua própria segurança e dos outros 15 cristãos um forte de madeira e barro, rodeando-o com uma trincheira e para sua defesa ele tinha 40 mosquetes com pólvora e munição e outras armas. Esses índios lá seguiam muitos diferentes chefes, os quais eles chamavam de bateros, e eles tinham continuas rixas e guerras entre eles. Suas armas eram espadas de madeira, machados de pedra os quais tinham uma alça de uma pesada madeira dois cúbitos de comprimento, arcos e flechas com pontas de pedra, ou osso ou de uma madeira muito dura, lanças de madeira maiores do tamanho de um homem e suas pontas eram formadas como as das flechas e em algumas delas venenosas (...). O suplicante indo algumas vezes para ajudar os índios, ganhou a vitória para eles com mosquetes e estratégia, e através disso os ganhou para seu lado, e os obrigou a cultivar tabaco e algodão para ele, e lhe dar a comida e a bebida daquela terra. (...)”²⁹³.

Aqui podemos ver a aliança permanente chegar a outro ponto da relação entre europeus e indígenas - O recrutamento com fins militares. Construiu-se um forte de madeira e barro, além de uma grande trincheira para a defesa dos habitantes da vila. Não podemos afirmar categoricamente que houve uma participação indígena nessa construção, contudo 16 pessoas não poderiam construir sozinhas tal empreendimento. Portanto o uso de indígenas parece ser a opção mais lógica nesse empreendimento. Ainda assim temos um recrutamento voluntário, onde a participação indígena é apenas como mão de obra, não lhes é ensinado o suficiente para depois utilizarem esse conhecimento no futuro, ou as fontes não revelam isso.

Além disso, a descrição das armas dos Aruãs demonstra não somente interesse no modo de lutar desse povo, mas também uma preocupação com possíveis combates com inimigos indígenas ou europeus. Entre os irlandeses havia 40 mosquetes, munição, além de outras armas (provavelmente sabres, adagas, pistolas, facas). Não relata a existência de canhões. Mas, apesar de todas essas armas não há relato de haverem dado, ou ensinado aos

²⁹³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 264-65.

indígenas o uso delas, reforçando o recrutamento voluntário, onde cada grupo usa as armas que possui.

Não obstante, vemos que o apoio de irlandeses aos Aruã nas suas guerras as tribos rivais foi fundamental para garantir não só a vitória deles, mas também implicitamente revelou uma forma de coerção dupla. Para os aliados indígenas a força militar irlandesa intimidava possíveis rebeliões e para as tribos subjugadas nas lutas a sua utilização como servos no trabalho forçado nas plantações. Além de terem de fornecer alimentos e bebidas para a povoação de Cocodivae.

Já os seus indígenas contavam com um exército variado, dependendo do número de aldeias em aliança ou sob controle, não obstante, as rixas eram comuns entre os chefes (Bateros) o que dificultava o aumento de seu exército. Usavam arcos e flechas com pontas de pedra, osso ou madeira dura. Lanças com pontas iguais as flechas, mas algumas podendo ser envenenadas. Suas armas de mão eram as bordunas ou clavas de madeira e machados feitos de lâminas de pedra. Isso reforça também o recrutamento voluntário, pois os indígenas ainda usavam suas próprias armas de guerra, apesar de haver menção da troca de machados de metal com os irlandeses.

“(…). Entre os irlandeses havia quatro bons estudiosos e latinistas que resolveram trazer o conhecimento de Deus para os índios, que não tinham religião nem adoração a qualquer coisa como um deus ou ídolo. Os cristãos persuadiram mais que 200 deles que havia um deus, paraíso com assistência, e um inferno com tormentos após a morte. (...)”²⁹⁴.

Apesar das diferenças culturais persistirem a aliança permanente levou a uma aproximação religiosa. Os devotos católicos irlandeses passaram a tentar cristianizar os indígenas, conseguindo converter 200 Aruãs ao cristianismo. No período em que esteve à frente da povoação de Cocodivae, Obien fez expedições dentro do Amazonas, com quatro brancos e mais 50 indígenas. Durante essa viagem teria estado em contato com a famosa tribo das Amazonas, chamadas pelos Aruãs de Cuna Atenare.

“(…) Depois de o suplicante ter estado lá por um ano ele foi, com quatro outros carregando cinco mosquetes e boas mercadorias, cerca de 700 léguas acima da Amazônia pela água e pela terra, levando cerca de 50 índios armados como guias,

²⁹⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 265.

ajudantes e interpretes de uma vila para outra, e quatro canoas. Eles encontraram uma terra onde eles não viram nenhum homem, mas muitas mulheres, as quais os índios chamam de Cuna Atenare, o que significa mulheres masculinas, para os cristãos-amazons. Essas tinham o seio direito muito pequeno como homens retratados por Artistas então eles não cresciam, em ordem para tirar flecha, e os seios esquerdos eram tão grandes com os de outra mulher. Elas eram armadas como os índios. Sua rainha, que é chamada de cuna muchu, o que significa grande mulher ou dama, estava nesse momento numa ilha do rio. O suplicante enviou a ela em sua canoa uma índia como embaixatriz, e ela a levou um espelho e uma camisa holandesa de linho como presente e amostra da mercadoria que ele estava carregando, e ordens que ela deveria dizer que ele não iria ofendê-la ou feri-la; preferivelmente se isso a agradasse que ela deveria olhar o que ele estava lhe enviando, e se ela estava satisfeita que ele pode ir e falar com ela; que se ela pudesse lhe enviar reféns. Ela o enviou três de suas mais distintas mulheres e pediu que ele fosse e falasse com ela. Então ele o fez. Ela o perguntou se tinha sido ele que lhe enviara o presente. Ele disse que sim. Ela o perguntou o que ele queria. Ele respondeu que paz e permissão para passar através de seu reino e comercializar nele. Ela respondeu que seria um privilegio para ele e deu três de suas escravas em troca de mercadorias. Ela estava com a camisa de linho o que ela estava bastante contente, e no final da semana, quando ele levou sua promessa de retornar, ela e suas vassalas mostraram que estavam ofendidas pela sua partida(...)²⁹⁵

Depois desse misterioso encontro seguiu adiante, mas teve de retornar, pois encontrou grupos interioranos desconhecidos e arredios que não quiseram manter comércio, apenas à distância, talvez por terem tido alguma experiência negativa com os brancos.

“(...) O suplicante subiu o rio para uma terra onde havia índios tão selvagens que em nenhum lugar eles os encontrariam nem o desejo deles em falar com ele. Por essa razão ele abandonou o mesmo rio novamente e por outro rio que sai desse e corre através de terras chamadas Harauaca, onde há pedras cristalinas e brilhantes as quais os índios valorizam como bens para tratamentos de melancolia e problemas de raiva, tédio, eles desceram pelo rio para a costa, onde o rio é chamado de Serenan, de lá (do norte) eles vieram por terra para a boca do Amazonas, e de lá eles retornaram para o forte em Cocodivae (...)”²⁹⁶.

²⁹⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 265-66.

²⁹⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 266.

Mesmo não sendo uma viagem feliz, posto que não conseguiram comercializar muito, nem contatar novos grupos por serem totalmente desconhecidos, Obrien chegou a um local onde seriam as minas de onde os indígenas extrairiam as Spleene Stones, citadas por Raleigh e outros exploradores. Dessa área retornaram via Serenan (Suriname) até a foz do Amazonas e de lá voltaram à vila e forte de Cocodivae.

“(…). Nesse momento um navio da Holanda chegou ao rio Amazonas, o qual o capitão era chamado de Abstan. Eles perguntaram ao suplicante se ele achava bom que eles se colonizassem perto, e que ele lhes disponibilizasse um interprete para comercializar com os índios, e que eles estabeleceriam bons relacionamentos com ele e entendimentos de acordo com seu elo. Ele respondeu que tinha cerca de 4000 índios guerreiros em sua aliança, e teria mais se fosse necessário. Com eles ele não estava somente intencionado em manter o rio, mas também em se estender mais dentro do território e que desse modo os holandeses deveriam partir. Eles foram de lá par o rio Coropá, perto da conquista do Gran Pará, onde eles começaram suas colonizações ajuda vinda para eles da Holanda e enviando tabaco e algodão (...)”²⁹⁷.

Na volta encontrou com um navio holandês pelo caminho. Seu capitão aparentemente tentou um acordo para estabelecer uma colônia próxima a colônia irlandesa, mas Obrien recusou. As rivalidades de cunho religioso impediam uma aproximação, lembremos que os irlandeses eram católicos e holandeses protestantes. Contudo, ainda não era hora de lutar por religião nesse momento e por isso as partes se retiraram. Os holandeses foram fixaram-se no Gurupá, onde, ainda segundo Obrien, fizeram “plantations” de algodão e tabaco.

“(…). Depois que o suplicante esteve lá por três anos fazendo diferentes viagens por terra, ilhas e rios, chegaram a foz do rio Amazonas, e ele, pensando que o suprimento estava vindo embarcou e achou que fosse um navio de guerra holandês que estava vindo e que estava acompanhado por um pinnace. O suplicante, confiando a autoridade que tinha o outro irlandês chamado capitão Don Philippe Porzel (Philip Purcell), concordou com o capitão dos holandeses que ele o devesse levar para o velho mundo com o tabaco e o algodão que ele tinha. O holandês muito condescente, pois falta de tabaco que tinha a Holanda e a Irlanda naquele tempo, o eceitaram (...)”²⁹⁸.

²⁹⁷ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 266-67.

²⁹⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 267.

Mas essas rivalidades religiosas não impediram um acordo entre Phillip Purcell e os holandeses sobre o transporte do tabaco e algodão para a Europa, notadamente Holanda e Irlanda. Aparentemente concordou-se que a produção de ambos seria transportada pelo navio holandês. Obrien cita uma falta de tabaco nas duas nações, o que talvez sirva para explicar o acordo e uma possível divisão dos lucros.

A venda desses produtos rendeu a Obrien 16.000 escudos (ou 10 Reales de prata). Isso foi suficiente para conseguir retirar seu pai da prisão na Irlanda, prisão esta decretada por ordem do rei inglês por traição.

No entanto, o rei católico James I, estava com dificuldades com o embaixador espanhol por causa da “Amazon Company”, criada justamente para atender as necessidades mercantis dos colonos ingleses no Amazonas. Tal companhia como vimos, foi extinta, e seu principal agente o Capitão North preso na torre de Londres. Todos os colonos foram abandonados à própria sorte e tiveram que conseguir meios de exportar seus produtos.

Assim as viagens de navios holandeses cresceram num apoio aos colonos ingleses e irlandeses que dividiam parte dos lucros com eles.

Os holandeses no Cabo do Norte:

Os holandeses causavam problemas para as autoridades espanholas desde quando os Países Baixos se rebelaram a monarquia dos Habsburgos. A guerra entre as duas áreas da Europa minou a riqueza dessas potências até as tréguas entre as duas partes, sem haver acordo sobre a independência holandesa, ficando um sentimento de guerra eminente. No atlântico o conflito chegou como guerra de corso, onde os navios da Espanha passaram a ser atacados pela esquadra holandesa, que assim conseguia recursos em metais preciosos e enfraquecia a economia da rival.

No entanto seguindo a unificação dos reinos português e espanhol com Felipe II a costa brasileira passou a ser também alvo dos mercadores holandeses. Nesse sentido a foz do rio Amazonas passa a fazer parte das investidas de holandeses durante a fase de paz com os espanhóis.

Em 1615 é enviada uma consulta ao rei sobre as intenções dos holandeses “nas ribeiras do rio das Amazonas”, onde se tem o relato da atividade de holandeses na foz amazônica:

“Avisos tocantes a la Índia occidental em 4 de Abril de 1615. Em la Haya de Olanda a parecido Pedro Luis (pieter Lodewycx), un Capitan de la armada naval residente en Vlissingas con su hijo Juan Pedro (Jan Pieterse) Mar ambos de buelta de la India occidental de la ribera de Viapoco en donde han fabricado dos casas y han cogido el Tabaco, y el dicho Pedro a ydo navegando en el rio de las Amazonas obra de cien leguas arriba, y a la buelta a traydo consigo mucha ganancia de Tintura Vermeja, tabaco, y diferentes especiarias, y por quanto alli tomo lengua de los moradores que en aquel pais de alli adelante ay muchos moradores y naciones donde ay mucha mayor ganancia para los hombres de negocios, lo qual le a movido con todos los Vageles Volverse para Via-poco, assi para proveer alli la nueva poblacion que alli tienen hecha como para passar adelante en el dito rio de las Amazonas a buscar su resaque, (...)”²⁹⁹.

Dado o documento de 1615 ao rei de Espanha na qual cita-se Pieter Lodewycx e seu filho Jan Pieterse, supõe-se que as primeiras viagens deles aconteceram bem antes da data do documento, por volta de 1610. Pieterse navegou 100 léguas rio Amazonas acima voltando com “tintura vermelha, tabaco e diferentes especiarias” conseguida por meio de trocas com os indígenas daquela região. Ainda segundo as fontes espanholas, conseguiu muitas informações sobre a língua das nações ribeirinhas para poder voltar noutra ocasião e fazer uma colônia como a que construíam no Orenoco. Isso fez teve importante efeito para atrair novos comerciantes. Provavelmente os contatos de Jan Pieterse foram com as tribos Aruã e Palikur, localizadas possivelmente na região da Costa do Amapá e Gurupá. Dado serem depoimentos indiretos, não podemos saber ao certo, como foi feito tal contato e os meios utilizados para permitir uma aproximação com as tribos.

“(…), y para ello a confirmado cierta compañía con el burgo maestre de Vlissingas (Flushing) Joan de Moor (Jan de Moor), dos del Almirantazgo el uno dellos llamado Angelo Lenne, y el otro el Señor de Lodestyn, por cuya mano alcanço de los estados de Olanda el consentimiento de poder estabelecer la dicha Colonia y poblacion, y esto sin embargo de la grande y General poblacion que dichos estados pretenden hacer en aquellas partes de la America en casso la guerra no passara adelante la qual muchos dessean, y tienen por sigura, y assi toda la compañía del Trato y comercio por mar ynsisten a los dichos Estados para que acudan con alguna notable ayuda con

²⁹⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 158-59. Foi utilizada a cópia do documento original, em espanhol, extraída do ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 335-37.

que puedan yr tomando lenguas y reconocer todo el estenso y largo del dicho rio de las Amazonas, por donde los dichos Estados havran de saeir gran fruto en lo porvenir andando el tiempo.

El sobredicho Capitan y su hijo, an relatado por cosa cierta que un Teodoro Claesvis, siendo Anabatista residente en el burgo de Leyden dentro de Amsterdama a trocado su Colonia y poblacion de la rivera de caena con todos quantos menajes alli tenia y puesto sus asientos en la rivera de Surenana y que la mayor parte dellos estan con mujeres yndianas. En esta rivera ay el mejor palo de Litre y lo buscan entero, el mejor que se puede ver (...)³⁰⁰.

Rapidamente muitas regiões, como o Suriname, passaram ao domínio de holandeses. Os anabatistas como Teodoro de Claesvis, contribuíram para isso fixando colônias e até mesmo casando com índias, provavelmente para conseguir maior aproximação com as tribos Caribes.

O ponto mais importante desse documento está no conhecimento espanhol da presença de holandeses no Amazonas desde 1615. Isso contraria qualquer afirmativa na qual havia um desconhecimento dessas atividades holandesas, anteriores a data da primeira incursão militar na região. Portanto abre-se uma contradição nas ações praticadas pela coroa ibérica, que em dado momento, deixa holandeses ocuparem seu território (segundo o Tratado de Tordesilhas), e depois ordena as missões de combate as mesmas ocupações. A estratégia dessa lógica do governo Filipino parece residir na certeza que havendo uma guerra com a Holanda, até então em paz com os espanhóis, não haveria apoio militar do Estado holandês aos seus comerciantes e colonos dessas áreas, apesar de terem consentido oficialmente essas colônias.

O relatório de 1615 também mostra que não era somente com os espanhóis que os holandeses tinham de se preocupar:

“(...). Ademas refire el dicho hijo del Capitan que los franceses, que a dos grados cerca la linea an puesto un fuerte llamado Marani ynexpunable en el qual tienen veinte y quatro piezas de bronze y algunas de hierro, y afirman averse hecho por orden del Rey de Francia donde acuden cada dia muchos vaxeles franceses. (...)”³⁰¹.

³⁰⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 158-59. Foi utilizada a cópia do documento original, em espanhol, extraída do ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 335-37.

³⁰¹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 158-59. Foi utilizada a cópia do documento original, em espanhol, extraída do ANNAES DA

Os franceses, a que se referem os espanhóis, provavelmente eram os liderados por Ravardière no Maranhão e sua fortaleza de São Luis. Tal confusão foi provocada pelo nome dos rios parecidos, pela grande imprecisão de alguns cartógrafos reais que confundiam a entrada da baía do Guajará com a baía de São Marcos e São José. Confusão comum em cartas de várias nações européias, incluindo a Inglaterra e Holanda.

“(…) Assimismo que un Tomas Rey (Thomas King) tiene puesto un notable fuerte en la embocadura del rio de las Amazonas, de onde haçe grandes y provechosas resagues de manera que quando el trato y comercio se fueron llevando por alli con alguna buena orden, el provecho y consideracion que el de las Indias orientales (…)”

302

Um grande forte inglês teria sido erguido na foz do rio Amazonas por Thomas King a serviço da Companhia das Índias Orientais.

“(…) Mas, dize y afirma que cierto ingles antes que Juan Peeter, hijo la poblacion en el Rio de Viapoco en el reconocerle se dexo llevar por veinte salvajes y algunas Canoas dende Viapoco arriba sesenta y ocho baxadas, o, caydas de la ribera y que de alli adelante hallo un Pays llano y unido sin mas baxadas, y despues una muy honda y larga ribera y que huvieram por ella navegando mas adelante y por ella llegado a la grande Ciudad de manoa, de la qual ay tanta fama pero por haverse huydo los salvajes que vibian a la costa de aquella ribera que dichos salvajes llamavan noruaca les vino a faltar la vitualla de la raiz de la caravia y toda otra comida, lo qual le forço con su compañia de volver sin pasar mas adelante y dicho Juan Peeter pretende tentar la ventura y reconocer dicho pays por el mismo camino com la ayuda de los dichos Estados de Olanda, como dicho és.”³⁰³

BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 335-37.

³⁰² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 158-59. Foi utilizada a cópia do documento original, em espanhol, extraída do ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 335-37.

³⁰³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 158-59. Foi utilizada a cópia do documento original, em espanhol, extraída do ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 335-37.

O inglês que teria conseguido chegar a região das minas e a cidade de Manoa teria sido Walter Raleigh. Ele também teria feito algumas colônias na Guiana como vimos anteriormente. No seu rastro vão os holandeses com Juan Peeter na busca de riqueza fácil.

Franceses e ingleses, também interessados no lucrativo comércio com os indígenas, agora montavam fortificações para guarnecer suas possessões. Pelo que podemos observar nestas fontes, os espiões, provavelmente indígenas recrutados pelos espanhóis ou holandeses funcionavam melhor, pois apenas em 1621 a coroa inglesa vai tomar conhecimento das colônias holandesas, sem saberem ao certo se havia fortificação ou defesa nelas:

“Os holandeses se estabeleceram no mesmo rio, trinta léguas mais distante, o que fica cento e vinte léguas do começo do rio, indo pelo mesmo lado direito. Ele não sabe se eles fizeram alguma fortificação ou defesa, mas, todavia isso lhe parece muito necessário que Sua Majestade Católica devesse, sem atraso, um navio bem suprido para fazer um reconhecimento e expulsar o povo de qualquer nação lá encontrada, o que no presente momento, parece para ele, que será fácil de ser feito. Datada em Londres 20 de junho de 1621”³⁰⁴.

Como foi visto na parte dos Irlandeses o capitão Felipe Porcel começou um lucrativo comércio e plantação de tabaco junto aos indígenas. No relatório acima de 1621 as atividades holandesas não agradaram aos ingleses e irlandeses por rivalizar a produção e por comprometer a passagem segura dos seus navios para as colônias.

As colônias holandesas eram uma realidade na região do Oiapoque (Viapoco), Guiana e Amazonas. Contavam com o apoio de mais de 4000 guerreiros, provavelmente de aldeias Aruã aliadas.

Outro documento, em junho de 1615, também relata a interferência holandesa na região. Redigido e assinado pelo “*El Duque*” ao Conselho das Índias afirma que os holandeses pretendem povoar a região entre o Maranhão e a ilha de Margarida:

“ Su Magestad a visto la relación y Mapa dende los puertos del Rio de las Amazonas hasta la ysla de santa Margarita que se tenido aviso que los olandeses pretendem poblar que van aquí y me a mandado enbiarlo a Vuestra Señoria para que se vea en el consejo de yndias y en el se tenga entendido lo que se contiene en la declaracion del

³⁰⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 157-58.

dicho Mapa y lo que dize y se acuda a lo que combiniere dios guarde a Vuestra Señoria de Valladolid a 27 de junio 1.615= El Duque =(Hay una rubrica.) Señor Presidente de yndias?. (...) ³⁰⁵.

No mapa que foi com esse relatório também eram destacados em vermelho os principais nomes dos rios e portos existentes em 1615. Nele estavam todas as informações sobre as atividades sabidas da companhia de comércio holandesa, seus portos dentro e fora do Amazonas, de onde pescavam ostras (pérolas), exportavam madeira tintureira vermelha e preta, ananás e outras frutas, além de tabaco:

“Declarazion de la Mappa dende los puertos del Rio de las Amazonas, hasta la isla de Santa Margarita donde se pescan las perlas.

Primeramente se adierte que todos los nombres que en la dicha mappa se hallan figurados por color vermejo, son en la forma que se nombran por los saluajes indianos, y son Rios mas principales, que los olandeses dando el tiempo pretenden poblar começando arriba de las Amaçonas abaxo hasta la margarita y todos los cabos estan assi mismo puestos, y señalados de color vermejo, y segun estan conoçidos en las mappas de Hespaña.

Los Rios pequeños nombrados en la dicha mappa, con tinta negra, son tan chicos, que non pueden dar entrada a Baxeles grandes, sino por chalupas, o barcas chiquitas.

Los Rios assi nombrados de vermejo como de negro que no estan cerrados y sin punta al cabo son los que no se sabe quan adelante penetran en el Pays la buelta del medio dia: aunque por los Rios de orenoque y viapoço an nauegado la buelta de la linea Equinocial mas de quarenta leguas y particularmente en el de orenoque hasta el Rio de Caroni y en el de viapoço hasta la terçera baxada o cayda del dicho Rio la qual en cada uno llega de treçientas pies y se an de subir lleuando acuestas arriba vnas barcas llamadas canoas con que se nauega de una subida a otra en donde afirman los saluajes que quedan por bençer otras doçe subidas semejantes a los que quieren llegar a vna mar que vá para manoa ciudad prinçipal del Reyno de Guiana en donde el hermano de Atabalipa establecio su Reyno, y es mas abundante en oro, que qualquier otra parte de todo el mundo, y por los Rios chicos a navegando el sobredicho capitán vna vez, y otra quatro leguas por cada vno dellos conforme la orden que leuaua de su superiores le año de 1.599 dende el qual el tiempo se a compuesto la mappa verdadera que an tenido secreta quanto an podido y es la que va aqui figurada y sacada de la original por donde an empeçado a poner en practica

³⁰⁵ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 339.

las colonias arriba dichas por elprecedente auisso, y por lo que se dira aqui abaxo.”(...) ³⁰⁶.

Nessa guerra de informações valia até falsificar um mapa feito por Pedro Placio (ministro e cartógrafo oficial das companhias das Índias orientais e ocidentais), para tentar ludibriar os holandeses e impedir o acesso deles aos portos mais seguros do litoral, já povoados de Anabatistas, chamados de Caenas:

“(…). Sobre lo qual se a de adbertir, que la mappa ymprimida nueuamente em Amstradama de la invencion de Pedro Placio ministro, geografico principal, autor de todas as auegaciones de las Indias Orientales y Ocidentales, Residente en Amstradama, está falsificada adrede para que no costen las embarcadurias de los Rios y puertos principais de los de viapoço y orenoque, reçelando el Rio que ia está poblado por los anabatistas llamado caena donde el dicho capitan con ochenta personas a estado ocho meses, donde se carga el heue Retz anoto y tabaco, y es abundantissima de todos viueres de carnes, pescado, y Annanas y otras frutas deleitossas. (...)” ³⁰⁷.

Neste texto fica mais clara e evidente a trégua ou paz armada existente entre holandeses e ibéricos (contando com Portugal e suas colônias). As partes se estudam e continuamente vigiam a atividade do rival. Neste aspecto o documento revela não somente a intenção dos holandeses em povoar a região da ilha Margarida ao Rio Amazonas, mas também de guarnecê-las com fortificações e armamento pesado, que sairia de Amsterdã. Contudo o documento afirma ser improvável uma ajuda do estado holandês a companhia de comércio deles pelo fato de estarem financeiramente desgastados e com outras preocupações.

“En quanto toca al trato y comercio sobre la india Oriental se tiene por abiso seguro que los mayores que tienen a cargo el gasto del dicho trato en Olanda, an vltimamente en la junta de los Estados de Olanda en la haya en fin del mes de deçiembre 1.615(?) representado que en el siguiendo de aquel tratto auian gastado desde el año 1.597 hasta dicho dia en lo de la guerra, mas de diez millones de florins tanto que no podian mas sustentarla no obstante que los dichos Estados les hauian socorrido de quando en quando con tres á quatro Bajeles de guerra goarnecidos de gente, y bastimento naval por onde insistian para que dichos

³⁰⁶ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 340-41.

³⁰⁷ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 340-41.

Estados quissiessen tomar assi dicha guerra con trodo el tratto, y comercio al pie que Su Magestad catholica lo haçia en Portugal pero sobre ello no se tomó ninguna resolucion, y se remettió hasta la primera junta, que seria despues de llegados los embaxadores de los Reyes y Prínçipes confederados de lo qual se tomará lengua, y se auisara a su tiempo.

Theodoro Claessen morador de Amstradama fuera la puerta vieja de Harlen a la insignia del burgo de leidin estabeleçe colonia en el Rio de viapoço y en el de Caene ya empeçado con çien hombres repartidos en ambas partes que juntan alli el Hicuileri ques çierta seda que naçe sobre cañas, tabaco, y palo de litre vermejo com manchas negras, y distan entre si dos grados: El dicho hombre partio el penultimo de deçiembre de 1.614 para la aya de Olanda, pidiendo a los Estados, que tomassen en si la empresa de estabeleçer colonia en los puertos de las indias occidentales, auia de tener progresso para que el con su compañia de anabatistas pudiesse acudir a ella con duzientos mil ducados sobre que dichos Estados le dieron nichil, pero de boca le ordenaron accudiesse á Reynor ó Paulo Burgo maestro de Amstradama, de quien entenderia llanamente su intension, el qual relato de boca al dicho Theodoro que los Estados no podian sobre ello alguna declaraçion por agora hasta ver si en lo porvenir se auia de continuar la tregua, o no, que quando los Embaxadores de los Reyes y Prínçipes confederados traerian la resoluçion sobre la cessacion, o continuaçion de la guerra de julio, que conforme á ello se determinaria igoalmente el rompimiento de la tregua vniversal, ó continuaçion della, sobre que dicho Theodoro replico que en essa platica se podia gastar vn año, a que le respondió el dicho Burgo maestro que mirasse y se acordasse quan poco tiempo de siete semanas gastó el Almirante General digo de Heserq. en lebantar vna armada de veinte y siete baxales, haçiendo el effeto con ellos en el estrecho de Gibraltar el año de 1.609. y insistiendo dicho Theodoro para que los Estados de las dichas islas le otorgase alguna artilleria, pouora y muniçiones de guerra para poder guarnezerse dichas dos colonias arriba dichas, tubo por respuesta que no auia logar hasta ber si se an de romper las treguas, o no, y todo este sabe el sobredicho del proprio Theodoro, y esto es lo que para la empresa del estabeleçimiento de las colonias para la india oçidental, todavia el Almirante y cabos de la armada de los auisos preçedentes quedan en ser con los dineros de las leuas y bastimientos hasta saberse las treguas si han de continuar, o nó.(...)»³⁰⁸.

³⁰⁸ Ver: Oficio del Duque al Presidente del Consejo de Indias acompañado un papel donde se avisa los puertos que los holandeses pretenden poblar entre el Maraón y la Margarida, y explicando el mapa de estas costas que dice acompaña. In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1905, pp.338-43.

Estudava-se o movimento do adversário para uma eventual e eminente guerra. Neste aspecto os espanhóis destacam a figura de Theodoro Claessen, como um dos interessados nas possessões de Viapoco e Caiena.

As primeiras colônias holandesas:

“No ano de 1616, um Peeter Adriansen no Golden Cock de Vlusinge (Flushing) velejou para o Amazonas e esteve tão alto da entrada daquele estreito; eles temeram estar em um canal errado, retornando de novo, e entre os rios Coropatube, e Ginipape na península por um pequeno rio de um lado, e um braço do Amazonas do outro, eles construíram um forte, muitas dessas pessoas eram inglesas, algumas de Vlusing, outras de Ramakins, cidades nas mãos dos ingleses; eles eram cento e trinta homens e quatorze deles levaram suas famílias para se estabelecerem com eles, eles tinham pão, ervilhas, carne de boi e de porco, bacon, otmeal, vinagre, e vinte barricas de conhaque, um estoque para um ano inteiro, além de seus navios, mantimentos, eles tinham uma feira com uma nação indígena, seus vizinhos chamados Supanes.(...)”³⁰⁹.

Efetivamente os holandeses chegaram para ficar e montar colônias ao longo do rio Amazonas no ano de 1616, mesmo ano da chegada dos portugueses. Contudo, o navio chamado “Golden Cock” não trouxe somente holandeses, mas também ingleses, todos saídos de Vlusing e Ramakins, cidades holandesas sob controle inglês. Essa ocupação anglo-holandesa parece ser desconhecida pelos outros ingleses como vimos em outra documentação do mesmo período. Mostraram que vieram para ficar, pelo grande número de mantimentos, além de contarem com a ajuda de “Supanes”, indígenas seus vizinhos. Tanto é um fato que logo após sua chegada montaram um forte para guarnecer a posição:

“(…). O navio ficou lá por quatro meses, até seus suprimentos terem acabado, e algumas cabanas construídas, tão bem com ou sem mantimentos, os índios assistiram-nos na plantação de tabaco e Annotta (tintura vermelha; urucum). Coisas desse tipo, o navio os deixa viajando para Zeeland, mas retorna com um ano, com um reabastecimento de todas as coisas necessárias, porém pão e carne não eram esperados, eles carregavam o navio com tabaco, anotta e specklewood (*Brosium Aublettii*); o carregamento foi negociado por sessenta mil libras esterlinas. Essas eram as duas primeiras viagens do almirante De Ruyter, a primeira viagem nos anos

³⁰⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 163-64.

dez, e a segunda nos anos doze (exatamente assim) idade de seu nascimento AD. 1618, como eu escutei de sua própria boca; igual aquela da colônia Hopeful, eles incubiam eles mesmos nos in the Quarels dos índios, assistindo os Supanes contra outra nação(...)»³¹⁰.

Percebemos que os colonos holandeses fazem plantações de tabaco em escala considerável, além de outros tipos igualmente rentáveis no mercado europeu como o urucum. O que pressupõe o uso de mão-de-obra indígena, e para tanto, uma aproximação maior que as feitas anteriormente pelos ingleses no Amapá. Portanto, as alianças intermitentes passaram a ser permanentes, embora não saibamos como era estipulada essa aliança, podemos supor que a base ainda era o pagamento em utensílios, talvez estipulada pela quantidade da produção.

Outra notável mudança de atitude foi a chamada “assistência” contra nações inimigas dos Supanes, o que pode ser encarado como um pacto entre as lideranças indígenas e holandesas para lidar com seus rivais. O recrutamento aparece aqui, ainda que seja um recrutamento voluntário, baseado no envio de tropas ou guerreiros em caso de necessidade de uma das partes. Neste caso o recrutamento estava inserido dentro do acordo ou aliança pelas partes envolvidas.

Essa aliança com os Supanes acabou sendo prejudicada pela atividade guerreira desse povo, que atacou a fronteira com outras nações aliadas dos portugueses, chamados de Percotes, o que serviu para os mesmos fazerem suas campanhas militares para destruir a colônia e expulsar os holandeses e ingleses do Amazonas em 1623.

No geral podemos caracterizar diferentes momentos da colonização praticada por ingleses, irlandeses, holandeses na Guiana e Amazonas desde 1551 até 1621.

Num primeiro momento temos a chegada de ingleses em viagens exploratórias, atrás de lendas, de riquezas escondidas e de uma área lucrativa. Nesses termos foram as viagens de Sebastian Cabot, Walter Raleigh (1596) e John Ley (1598). Também podemos caracterizar como a época dos contatos com alguns grupos indígenas moradores nas margens do Amazonas e rios adjacentes como os Palikur, Galibis, Aruãs e Karipunas.

Depois temos a presença inglesa e irlandesa com finalidade comercial, ainda em viagens esporádicas, mas já com alianças intermitentes com grupos indígenas contatados nas primeiras explorações. Assim foram as viagens dos ingleses: Capitão Thorton, Willian Davies e Robert Dudley (1607-08), Sir Thomas Roe (1610-11); e do irlandês Philip Purcell (1609-

³¹⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 164-65.

1621). Nesse mesmo período fora criada a “Amazon Company” (1619-21), cujas viagens ao Amazonas tiveram como interlocutor o capitão Roger North.

Fora à parte, os holandeses fizeram seus primeiros contatos com os nativos entre 1615 e 1616. Montaram colônia sob o comando de Peeter Adriansen junto a tribos Supanes. Em princípio tiveram oposição de ingleses e irlandeses, mas com o fim da “Amazon Company” em 1621, muitos ingleses tiveram que ter apoio dos colonos holandeses para as suas plantações, apesar de francamente serem opositores de nações não católicas na região.

Na corte inglesa, depois de terem de recuar frente às pressões espanholas no Amazonas e terem de acabar com a “Amazon Company”, a maior preocupação dos comerciantes e lordes era com as colônias do novo mundo, como a Virginia, que também poderia ser reivindicada pela Espanha, dentro dos tratados ratificados pelo Papa Alexandre VI. Contudo, muitos dentro do estado não desistiram da exploração do Amazonas, incluindo Roger North, perdoado pelo rei James I por ter viajado ao Amazonas sem autorização.

Em Madrid todos os movimentos estrangeiros eram conhecidos, por meio de informantes e dos embaixadores. As pressões feitas ao rei inglês deram resultado, mas ficaram de fora das negociações os holandeses e irlandeses, além de alguns ingleses abandonados. Depois de conversas entre o ex-governador do Brasil e autoridades espanholas, ficou-se acertado que os portugueses fariam missões, primeiro exploratórias e depois de cunho militar para a expulsão dos “estrangeiros” de suas terras. Temos então as missões militares contra os colonos e um longo conflito pela posse definitiva da região norte.

CAPÍTULO IV:

A Conquista Ibérica do Amazonas ao Cabo do Norte:

As fontes portuguesas e espanholas, do período entre 1616 e 1618, parecem falar de um mundo diferente do descrito pelos outros europeus. Com mais problemas e misérias, decorrentes da carência de mão-de-obra escrava negra para suas plantações e do convívio, nada amistoso, com algumas tribos. No entanto, temos que entender que essas diferenças nas fontes são resultantes da cultura desses povos de origens e línguas diferenciadas, como a historiadora Patrícia Seed nos aponta em relação às cerimônias de posse³¹¹.

Mas, essas fontes portuguesas e espanholas, também “carregam de tinta”, e exageram no fantasioso e no idílico, assim como os primeiros colonizadores ingleses. Uma prova do que afirmo ao leitor é a carta de D. Francisco de Texada y Mendoza, datada de fevereiro de 1617, e que nos revela como estava a situação nas imediações da conquista do Pará naquele ano:

“(…). Los españoles an procurado por la guayana, que es una gran província continuada com el nuevo Reyno de Granada, descubrir el dorado, y el lago ó laguna grande de Parima que esta debajo de la Equinocial, en cuya Ribera se diçe que esta la gran ciudad de Manoa, de quien se referen por tradiciones, tan notables cosas de grandeza, riqueza y abundancia: y en esta porfia se a perdido tanta gente y hacienda como el Consejo a visto, sin que hasta aora se aya hallado mas que algunos Indios, que certificavam a los Españoles aver estado en la Ciudad de Manoa y las grandezas della. (...)”³¹².

Após conquistarem os territórios dos Incas, os espanhóis andavam a procura da grande província de “*La Guayana*”, associada ao mito do “*El dourado*”. Também cobiçada e procurada por eles era a cidade perdida de Manoa, uma cidade que teria grande riqueza em ouro e que ficaria localizada nas margens de um lago ou lagoa chamada Parime ou Parima.

A cidade de Manoa já havia atraído ingleses, como Walter Raleigh, e gente de outras nações anos antes. No entanto, agora fixadas as bases da colonização ibérica, com a construção do forte do presépio na foz da baía do Guajará, a disputa por essas ditas riquezas

³¹¹ SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

³¹² Carta de L.do D.Francisco de Texada y Mendoza, sobre la poblacion del Rio Marañon...In: ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 367-8.

com os outros europeus estabelecidos nas Guianas, impõe aos Espanhóis tomarem uma atitude com a finalidade de garantir e proteger áreas consideradas suas por direito.

“Los estrangeros, y particularmente yngleses an escrito relaciones de cosas notables desta provincia del dorado, y de lo que entendieron entrando por el Rio de las Amazonas; y el Marques de Salinas, tiene una carta que le dio don Joan de Mendoça, em que se descrieven estas provincias, y otra vino a la Junta de Guerra estando yo en la Corte haya en Olanda, aunque diferencia mas de un grado en el sitio de la ciudad de Manoa, que sigun se muestra por el Globo de Ticobrain, que es mas nuevo y mejor que ora a venido, está en grado y medio de Altura, y assi si es verdad lo que entendieron los Portugueses que aora an poblado en el Rio de las Amazonas tengo por cierto que el fin principal de los estrangeros, de quien se dice que ay navios e fortificacion El Rio arriba, es hallar esta ciudad; y por lo que muestran las Cartas y globo, un braço del Rio de las Amazonas, viene a alcanzar cerca del Lago de Parima, y quando no consiguieren esto (porque podria ser sueño lo del dorado) con el tiempo y ocassiones entrando por el Rio adelante podrian ynquietar y dar mucho en que entender a las provincias circunvecinas; pues este Rio y sus braços atraviesan toda la tierra firme y Perú, llegando casi ao mar del Sur.(...)”³¹³.

De tudo o que foi escrito na fonte documental acima, nos chama a atenção o conhecimento, por parte do governo espanhol, de tudo o que acontecia nos países estrangeiros como Holanda, além de terem conhecimento das viagens praticadas pelos ingleses na Guiana.

O contato com os ameríndios parece ter contribuído e até incentivado a busca pelas cidades perdidas, ao revelarem a existência de Manoa, por exemplo. Mesmo que em mitos não muito compreendidos pelos brancos.

Os indígenas, nesse aspecto, serviam de informantes e sem perceber contribuíram para o destino de suas tribos, ao contarem tais histórias fantásticas aos viajantes em cânticos como o Turé. Nesses cânticos, os Palikur e Galibis contavam (e ainda contam nas poucas reservas) histórias de riquezas e guerras, que ora fizeram parte do seu passado ou que estavam associados ao seres míticos que veneravam “neste plano terreno” ou “no outro” ³¹⁴.

³¹³ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 368.

³¹⁴ Os mitos de guerra entre os Galibi e os Palikur foram estudados por Lux Vidal. Neles, a guerra põe diferentes domínios “este planeta”, dos Palikur e os “do outro mundo”, dos inimigos. In: VIDAL, LB. *Mito, História e Cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, oiapoque, Amapá*. In: *REVISTA DE ANTROPOLOGIA*. USP, vol.44, n.1, 2001, p.117-47.

Estudar a busca dessas cidades pelos europeus, nos permite compreender melhor às intenções dessas nações acerca do rio Amazonas e de seus povos. Além da grande busca dessas riquezas pelo norte amazônico, o fato dos espanhóis conquistarem as cidades dos povos da chamada mesoamérica, conhecedoras de ouro e prata, contribuíram ainda mais para uma idéia errônea de que havia ainda mais ouro nessas partes a ser encontrado.

A carta citada, feita em Sevilha, por D. Francisco Texada y Mendoza, também nos faz revelações acerca de como havia rivalidade entre os grupos indígenas da Guiana, e como os europeus se valeram delas para fazer alianças com tais grupos:

“Algunas poblaciones de Etranjeros de muy poça consideracion que ay cerca del Rio Guayapo, ciento e cinqüenta leguas de la Trinidad, y desto se a tenido noticia por los yndios Aruacas que son amigos de los Españoles y enemigos de los caribes con quien comercian los extranjeros, y a lo que mas se estiende es a decir que tienen un fuertezuelo donde ay treinta ó quarenta hombres, que no pueden ser el que dicen los portugueses, porque a de estar en mucha mayor distancia, y los que hicieron estas poblaciones no entraron por el rio de las Amazonas, sino costeando por la vanda del norte como se afirma. (...)”³¹⁵.

Os grupos Caribes comercializavam com os “estrangeiros” e os Aruacas (variação de Aruak) com os Espanhóis. Isso acontecia entre o rio Guayapo e a ilha de Trinidad, numa área grandemente disputada por espanhóis, ingleses, franceses e holandeses. As informações dadas revelam uma percepção de distância que nos mapas às vezes eram discordantes. Isso por causa das escalas dos mapas, ainda imprecisas, e que faziam regiões distantes parecerem mais próximas. A passagem norte do Amazonas, incluindo o Cabo do Norte e o rio Pará, era algo desconhecido para uns e uma realidade para outros³¹⁶.

O ano de 1619 ainda não havia terminado e as revoltas dos grupos Tupinambás contra a presença portuguesa, na porção leste do território continuavam. As aldeias rebeladas ainda foram ataçadas por elementos de dentro da própria companhia militar que tinha por finalidade pacificá-las. Caso dos dois principais, Jaguará baior e Jaquitingua, pertencentes à

³¹⁵ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 367-69.

³¹⁶ A cartografia da região Norte da América do Sul foi por muito tempo variante e dependente das informações dos viajantes. Geralmente os mapas holandeses e ingleses continham informações precisas da Guiana ao Cabo do Norte e Amazonas, mas não precisavam as áreas limítrofes como o Rio Pará, Tocantins e a Baía do Marajó, entre a ilha do Marajó e o Grão-Pará (exemplo disso é o “Atlas Major” de G. Blaeus, 1662). Já os mapas confeccionados para os portugueses e espanhóis, ainda que mais precisos, tinham problemas no lado do Canal do Norte e Amapá. Para um estudo dos mapas: ADONIAS, Isa. *A cartografia da Região Amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)*. Rio de Janeiro, INPA, 1963.

companhia militar de Bento Maciel Parente. Esses dois Tupinambás utilizaram práticas não usuais dentro das sociedades indígenas, mostrando conhecimento das táticas dos brancos. E fizeram o que puderam para explodir uma revolta ainda maior do que a que já acontecera anteriormente no Maranhão e Pará, conforme o leitor pôde constatar no segundo capítulo.

No presídio do Pará havia muita necessidade de investimentos, pois tudo faltava, desde armas e munições para a luta contra os Tupinambás rebelados, até alimentos e provisões, o que gerou fome e a fuga de várias tribos aliadas para o interior. Houve também fuga das tribos rebeladas para o interior, privando os colonos portugueses de mão-de-obra escrava para as plantações. Note leitor, que tanto as tribos consideradas aliadas quanto às tribos rebeladas eram aprisionadas no sertão, o que geralmente enfurecia os primeiros religiosos que chegaram ao norte³¹⁷.

Como vimos a corte espanhola tinha uma ampla visão de tudo o que acontecia nessa região, apesar de muitos autores como Joaquim Francisco Serrão, fazerem críticas ao governo dos Felipes por negligenciar as colônias³¹⁸.

Mas, como o rei poderia ser negligente se esteve totalmente a par das “visitas” da “Amazon Company”? Esta companhia inglesa foi criada pelos comerciantes e nobres ingleses, com a finalidade de colonizar e comercializar os produtos obtidos nas terras amazônicas.

Felipe III, por intermédio de Gondomar, seu embaixador na corte inglesa, vai conseguir convencer o monarca James I a não dar apoio oficial às viagens ao Amazonas, em especial, as viagens do capitão Roger North.

Em 1620, North criou um incidente diplomático entre Inglaterra e Espanha ao viajar trazendo soldados e armamento pesado para a região Amazônica. Sem permissão do soberano inglês, a “Amazon Company” foi extinta e North preso por ordens do Rei James I, como vimos mais detalhadamente no capítulo anterior³¹⁹. Contudo, isso não impediu que colonos já estabelecidos, ingleses e irlandeses comercializassem sua produção de tabaco, cana de açúcar e outros gêneros, pactuando com holandeses, fortemente equipados e que garantiam

³¹⁷ Segundo John Manuel Monteiro ao longo do século XVII os colonos viram que o “remédio para a pobreza” era o cativo indígena, pois oferecia um ponto de partida para os jovens colonos e sertanistas que os caçavam. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.85.

³¹⁸ Segundo palavras de Serrão: “a ‘chama’ que levou os portugueses a se libertarem do domínio espanhol aconteceu primeiro em solo brasileiro devido o seu “calamitoso governo”. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. Coleção Brasileira n. 336. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p.2.

³¹⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 190-203.

viagens para a Europa em suas naus, provavelmente recebendo em troca uma porcentagem dos lucros, apesar da oposição demonstrada por alguns católicos irlandeses.

Em abril de 1621, as atividades dos comerciantes ingleses na Amazônia são restabelecidas com o perdão dado ao capitão Roger North e autorização oficial inglesa para continuarem as colônias nessa região³²⁰.

O período seguinte será feito por lordes e comerciantes ingleses independentes, que por conta própria fizeram investimentos na região do Amazonas, mesmo com o risco de perderem tudo com um ataque português às suas terras. Alguns tiveram apoio dos colonos holandeses e de seus capitães, para a defesa conjunta de suas plantações e construção de defesas contra o inimigo.

No caso holandês, os investimentos a partir de 1621 serão feitos pela WIC (companhia das Índias Ocidentais Holandesas)³²¹.

Como resposta, em 28 de julho de 1621, há uma consulta do conselho da fazenda para o rei Filipe III, sobre a carta do capitão-mor do Pará Manuel de Sousa de Sá, contando a necessidade de missionários para doutrinarem os indígenas e evitarem “heresias” pregadas pelos estrangeiros do norte:

“(…) grande necessidade (…) de religiosos que insine ao gentio daquellas partes que são muitos a nossas da fé cathólica para que também se ata-lhe a falsa doutrina que os estrangeiros que a elas vão pella parte do norte lhes insignão, (…)”³²².

Novamente a religião é pregoada como solução para a pacificação dos indígenas e evitar a propagação da fé dos estrangeiros. Na carta especifica que os melhores missionários seriam aqueles que conhecem a língua dos indígenas. Por isso indica duas ordens religiosas melhores capacitadas: os padres da Companhia de Jesus e os padres de Santo Antonio. O leitor deve se perguntar o porquê dessas duas ordens religiosas? Pela carta do capitão-mor, eles já teriam aceitabilidade entre esses indígenas, o que pode indicar terem anteriormente feito contato com os mesmos:

³²⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 219-22.

³²¹ A Companhia das Índias Ocidentais Holandesas foi criada oficialmente em 3 de Junho de 1621. GONSALVES DE MELLO, José Antonio. Companhia das Índias Ocidentais. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os Holandeses: 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999, pp.42-63.

³²² AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.20.

“(…) e porque as pessoas q entre aquelle gentio tem mor acleridade e crédito são os padres da Companhia de Jesus e de Sancto Antonio que estão nas partes do Brasil e há entre elles pessoas de letras e virtude e que sabem bem as línguas que podemos fazer muito serviço (...)”³²³.

A resposta do monarca ibérico, e do conselho, é que se envie o capitão-mor que estava em Lisboa com dois religiosos de cada ordem para a conquista do Pará. Novamente no documento escrito, fica claro que a razão de irem tais missionários da Companhia de Jesus e de Santo Antonio era o bom conhecimento da língua dos indígenas locais:

“(…) ao governador do estado do Brazil a comunique com os gerais das religiões da companhia de Jesus e da ordem de Sancto Antonio e da parte de VM lhe peça dois religiosos de cada uma das ordens que saibão bem línguas p companhia do dito capitão Manoel de Sousa deça vão com elle ao Grão-Pará para que insine aquelles gentios as nossas da fé cathólica e trate de sua conversão (...)”³²⁴.

Ao leitor ficam algumas perguntas: para onde foram esses missionários ao se estabelecerem no Pará? Quais os indígenas tratados no documento? Quem eram os estrangeiros que propagavam falsa doutrina? Por que no documento não há qualquer menção ao combate a esses estrangeiros que propagavam a falsa doutrina? Nesse momento parece ser uma justificativa para intervenção armada no Cabo do Norte, e não a solução. Apesar das ordens régias, vieram poucos missionários³²⁵. Aqueles que vieram, catequizavam os indígenas que moravam nos arredores do Presídio do Pará.

O problema religioso não era somente do lado português. Entre os ingleses havia católicos e protestantes, contudo, o rei James I era católico, assim como os colonos irlandeses, que como vimos foram os primeiros a tentar converter os indígenas.

Os únicos eminentemente protestantes eram os holandeses, rivais em potencial da coroa espanhola desde a luta emancipacionista dos estados holandeses, até então estavam em uma trégua (chamada de trégua dos doze anos).

³²³ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.20.

³²⁴ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.20.

³²⁵ O padre Serafim Leite relata que apesar da corte deferir o pedido de Jesuítas ao Pará, o Procurador do Povo, temendo os Jesuítas se oporem ao aprisionamento de indígenas, negou a presença desses missionários. Apenas em 1636 que chegaria ao Pará o primeiro Jesuíta que foi Luis Figueira. LEITE, Serafin. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo III, Livro III, capítulo I, 1945, p.207. Já o historiador João Lucio de Azevedo afirma que em 1653 veio ao Pará o primeiro Jesuíta chamado João de Souto Maior. AZEVEDO, João Lúcio. *Os Jesuítas no Grão Pará suas missões e a colonização*. Serie Lendo o Pará, n.20. Belém: Secult, 1999, p.35.

Contudo, após a morte de Felipe III e a ascensão ao trono de Felipe IV, as rivalidades entre as duas potências aumentaram. O conde-duque de Olivares que recebeu grandes poderes dentro da nova corte não aceitou renovar os tratados de paz com a Holanda. Em 10 de agosto de 1621, a frota espanhola do almirante Fadrique de Toledo atacou a frota holandesa em Gibraltar, dando início a uma nova guerra entre essas nações. As batalhas que se seguiram tomaram um rumo inesperado para a Espanha. Em vez de batalhas navais abertas, a marinha holandesa optou pela guerra de corso, atacando os comboios de caravelas que saíam das colônias espanholas e do Brasil³²⁶.

A religião entrava como arma para conseguir não somente fiéis para as igrejas, mas também guerreiros e homens de contato com os grupos mais distantes e assim torna-se um forte elemento de recrutamento dos indígenas, principalmente entre os ibéricos. Segundo o cronista seiscentista Fernão Guerreiro: *“quando algum inimigo ou corsário vem a ela, e pretendem dar, ou desembarcar em alguma parte, que os índios à sombra dos padres são os que lhe defendem a desembarcação e os desbaratam com suas flechas mais que os portugueses com seus pelouros”*³²⁷. Todavia, ela ainda não seria a peça fundamental na campanha, o que em parte justifica o longo período de conflitos com os estrangeiros.

Debates sobre o direito de combater os estrangeiros em Madrid:

As colônias de irlandeses, ingleses e holandeses não passavam despercebidas aos olhos do rei de Espanha e Portugal. Entretanto, para enviar forças militares tinha primeiro que ter certeza de qual parte das terras estava os “estrangeiros”, se nas terras pertencentes ao reino português ou nas terras de Espanha. Isso tinha que ser feito para respeitar os tratados entre os dois reinos quando da união das coroas ibéricas, após a assembléia das cortes em Tomar no ano de 1581³²⁸. Nesses tratados, Felipe II concordou estrategicamente que garantiria a independência do aparelho estatal português, de seu escudo e bandeira, até da manutenção das

³²⁶ Segundo Charles R. Boxer, os holandeses nas Índias Orientais nunca puseram em prática a trégua e tomaram rapidamente muitas colônias portuguesas. BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. Coleção Brasileira, n.312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p.6. Sobre as batalhas navais entre espanhóis e holandeses. As Guerras Navais do século XVII. In: *Coleções Grandes Veleiros*. Barcelona: Edições Altaya, 2000, p.109-10.

³²⁷ *Relaçam annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia oriental e no Brasil, Angola, Cabo Verde e Guiné, nos anos de 1602-1603*. Lisboa, 1605, p.114. Citado por: PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora USP: Fapesp, 2002, p.50.

³²⁸ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Coleção: Temas de História de Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 20.

antigas colônias por um conselho de estado português, embora pudesse nomear pessoas de confiança para cargos importantes³²⁹.

Notemos que o estabelecimento desses “estrangeiros” foi em grande parte beneficiado por essa divisão e por estarem alojados em áreas limítrofes dos territórios, bem próximos da linha do tratado de Tordesilhas. Por causa disso, as autoridades lusitanas da colônia (Maranhão e Pará) não fizeram esforço imediato para lidar com estrangeiros em terras supostamente espanholas. Porém, isso muda conforme o avanço provocado pela colonização e a procura de riquezas, além de indígenas para cativar, dada a migração ou fuga deles para o interior.

Figura 21



Mapa de Bartolomeu Velho, datado de 1561, mostrando a Linha divisória do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha e o rio Amazonas.

Para resolver esse impasse administrativo, o rei Felipe IV de Espanha (III de Portugal), convoca em setembro do ano de 1621 representações dos dois reinos, para decidirem as formas de lidar com o problema. Convoca o Marques de Montes Claros e o ex-Governador Geral do Brasil Gaspar de Sousa para sugerirem medidas a serem adotadas.

³²⁹ Felipe II utilizou vários artifícios para conseguir apoio a sua candidatura ao trono lusitano, inclusive da Imprensa em gravuras, textos e poemas. ÁLVARES, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes: Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa, edições Cosmos, 2000, pp.41-107.

“Em uma consulta a qual o conselho fez em 24 de agosto desse ano, representações foram feitas à sua majestade sobre o que o conde de Gondomar escreveu na navegação, colonização, e no comércio o qual os irlandeses, holandeses, e ingleses fizeram no rio Amazonas, a fim de desalojá-los do ponto que eles haviam tomado, seria conveniente que vossa majestade estivesse satisfeito em comandar; navio bem suprido fosse enviado para o reconhecimento daquelas costas e posto em fuga (...). E o conselho estava de opinião, na consulta, que esse assunto pudesse ser considerado nas assembléias de Portugal e Índias, e através desse tribunal, ou por ambas as partes, a preparação e o despacho desse navio poderia ser despachada com muito mais brevidade e vigor. Para o qual vossa majestade estava satisfeito em responder, que o marques de Montes Claros deveria discutir esse assunto com Gaspar de Sousa, ex-governador do Brasil, e o que deveria resultar dessa conferencia deveria ser considerando nesse conselho, como condição que o conselho deveria opinar sobre tudo (...)”³³⁰.

Pelo documento fica claro o desejo de expulsar todos os colonos ingleses, irlandeses e holandeses que estivessem nas terras ibéricas. Mais adiante, podemos perceber que havia um desconhecimento de como estavam sendo defendidas muitas dessas colônias naquele momento, isso por que as notícias da região chegavam defasadas no reino. Mesmo assim, sabiam que havia possíveis fortificações holandesas, e que os irlandeses continuavam os comércios com os indígenas.

“(...) Os irlandeses continuam com o comércio, apesar de que com menos forças; os ingleses tinham apenas chegado naquelas terras; os holandeses, não se sabe se fizeram alguma fortificação ou defesas; os franceses forem expulsos pelas armadas enviadas para essa (objetivo) do Brasil, assim eles pretendiam retornar e ocupar a foz de outro rio o qual eles chamaram de Gran Pará.(...)”³³¹.

A Sugestão dada pelos conselheiros ao soberano rei era a guarnição do rio Amazonas por meio de fortificações. O controle do Amazonas seria feito com a construção de fortalezas em pontos estratégicos, que guarneceriam a passagem para dentro do mesmo, inibindo qualquer tentativa de fixação na região e impedindo o socorro de navios aos colonos estrangeiros já situados rio acima. Além disso, de também possibilitaria o combate as posições onde estivessem alojados.

³³⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 233-36.

³³¹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.234.

“(…) Em todas aquelas as quais deveriam ser de tal largura que a artilharia não pudesse alcançar de um lado a outro, ambos os lados deveriam ser guarnecidos de fortes ou fortalezas. Assim não seriam reconhecidas as nações do norte, os portos que lhes deveria estar aptos em encontrar lá fazendo armadas contra as índias ocidentais, tão bem quanto os portos os quais, em qualquer ancoradouro daqueles rios, seriam dados aos piratas para obstruir comercio mercantil de Cumaná, Cartagena e Santo Domingo, e mesmo impedir as armadas e Flotas de vossa majestade (…)”³³².

O ponto alto das discussões nesse debate foi sobre, a qual das partes da união ibérica deveria caber o dever de comandar as expedições contra os estrangeiros: aos espanhóis ou aos lusitanos? Apesar de ratificarem os direitos da Espanha àquela terra da Guiana pelo Tratado de Tordesilhas, ficou evidente a falta de recursos dos espanhóis para comandar uma expedição partindo das conquistas espanholas. Sairia muito caro aos cofres da coroa expedições partindo de suas colônias no Caribe ou do vice-reinado do Peru.

“(…) Pela demarcação de Papa Alexandro o sexto, na divisão do mundo em duas coroas, a de Castile e a de Portugal, toda terra e mar que se localiza a 180 graus do rio Marañón para o ocidente pertence a coroa de Castile e deve ser conquistada e colonizada. Apesar de, considerando o presente das forças de vossa majestade nas índias Ocidentais, e da dificuldade e do custo mesmo que seja possível formar uma armada e aumentar as colônias espanholas nas províncias vizinhas da costa, (…)”³³³.

O conselho ibérico e o rei Felipe concordaram que a melhor alternativa era que a expedição ao Amazonas e Guiana deveria continuar pelo lado português, por estar mais adiantado na colonização de suas terras, inclusive com uma fortificação no lado oriental do rio Amazonas (Fortaleza do Presépio).

“(…), e considerando que os portugueses tomaram uma atitude bem adiantada, e que podem continuar fazendo melhor nas redondezas do Brasil, parecia para ele que o projeto poderia ser proseguido de lá. Visto que como eles já tinham um forte e uma colônia no rio Amazonas a qual nós chamamos de Orellana e os índios do Grão Pará, e que as notícias de colonização de ingleses e holandeses está na outra margem do

³³² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.234.

³³³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.235.

rio, seria possível do forte, com um ou dois botes de fundo plano, e pessoas experientes passando ao longo do outro lado, para viajar ao longo do rio, fazendo uso da maré, a qual passa cento e noventa léguas ao longo dele. Logo seria possível ocultar deles o que há lá, pois, além do fato que os estrangeiros que podem ter chegado lá não estariam preparados para irem mais adiante do ponto que a maré os ajudariam, pela dificuldade das fortes correntes, é certo que nas margens do rio, muito antes da colonização, o cultivo de roças e outros sinais poderiam ser encontrados os quais os advertiriam da presença de estrangeiros (...)"³³⁴.

A missão de expulsar os “estrangeiros” caberia então aos portugueses por estarem mais adiantados na sua expansão colonizadora, não por descaso do rei espanhol, não pela aprimorada forma com que os portugueses expandiram sua colônia, como alguns autores apontam. Mas por consenso entre as autoridades ibéricas, que souberam tirar vantagem de uma situação proveitosa³³⁵.

Antes de enviarem qualquer força militar, foi combinado que primeiro se fizesse o reconhecimento das posições inimigas, quantos homens brancos tinham e quantos indígenas aliados, suas defesas e fortalezas. Para tanto utilizariam as marés e barcos pequenos, de baixo calado, como uma Chalupa, para chegarem próximos sem serem detectados. Somente depois de observados e mapeados, os militares fariam uma força expedicionária com a finalidade de destruir as colônias e expulsar os inimigos.

“(…) Tendo descoberto a verdade eles estariam prontos para cruzar o rio e retornar pela costa pelo lado sul e, saindo da maré e das correntes favoráveis, em um pequeno tempo eles chegariam ao forte de onde eles partiram informados de tudo que há em ambas as margens dos rios. Logo seria possível chegar a uma decisão e providenciar o que seria necessário para desalojar aqueles que estivessem lá. Em ordem a executar isso com grande facilidade e se direcionar adequadamente para esse propósito, representantes de ambas as coroas eram necessários, lhe parecia que Vossa Majestade poderia ordenar que eles trocassem idéias juntos para tal. Logo tudo viria para conclusão desejada e com a velocidade que estimula as ações militares das tais províncias distantes (...)"³³⁶.

³³⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.235.

³³⁵ HURLEY, Jorge. *Belém do Pará sob o domínio Português 1616-1823*. Belém: Livraria clássica, 1940.

³³⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp. 235-36.

Após a decisão do rei Felipe III em fazer as expedições militares contra os colonos ingleses, irlandeses e holandeses, partindo do lado português, foi enviado ao Governador Geral do Brasil ordens com esse objetivo.

Entretanto, alheios ao que acontecia na metrópole portuguesa e na corte em Madrid, muitos capitães ao chegarem à vila do Pará não sabiam direito suas funções. Como demonstra o requerimento do capitão do presídio do Grão-Pará, Manuel de Sousa de Sá, ao rei Filipe III em janeiro de 1623. Pedia até ao Governador Dom Diogo de Carcamo, um regimento particular, mas como o mesmo desconhecia muitos aspectos da região, acabou fazendo o capitão pedir seus regimentos diretamente ao monarca ibérico.

O regimento particular, além de ser um guia das principais obrigações que deveria cumprir, também era garantia de que tudo o que fez estava assegurado em seu regimento, isentando-o de futuros problemas. O leitor com certeza lembra do regimento analisado no segundo capítulo, do Governador Geral do Brasil à Bento Maciel Parente, sobre a forma de como agir na guerra contra os grupos Tupinambá.

No documento agora observado o Capitão Manoel de Sousa de Sá, tendo em vista a preocupação com os estrangeiros, defende uma proposta de mudança da fortificação de pau a pique do presídio do Pará (forte do presépio), que estava em ruínas, para outro ponto do rio³³⁷.

O mais importante neste documento é a proposta corajosa de fazer a expedição pessoalmente contra os estrangeiros do Cabo do Norte:

“Se é VM servido que vá ele suplicante pessoalmente fazer os descobrimentos que forem de mais importância, maiormente o do cabo do norte para assim desfazer as feitorias que nele tem os estrangeiros; e expeli-los dele”³³⁸.

Prosseguindo, diz ele que a conservação da conquista e o seu aumento dependem da paz com os indígenas, que se consegue por meio de pagamentos feitos em mercadorias conhecidas como dádivas:

“(…) que a conservação e aumento da dita conquista consiste na paz com os naturais dela, principalmente com os capitães e governadores das povoações e que esta se

³³⁷ Essa proposta aparentemente é negada por falta de recursos e, no mais, somente repara-se a mesma reforçando suas muralhas e consertando as carretas dos canhões, que por serem de madeira rapidamente estragavam com a umidade local. Para mais detalhes do forte do presépio. COIMBRA, Oswaldo. *A saga dos primeiros Construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

³³⁸ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.23.

adquire por meio de dádivas, pelo que convém mandar VM sendo servido causa particular que o capitão da conquista lhes possa dar parte de VM para assim os obrigar”³³⁹.

As dádivas eram os objetos dados aos principais das aldeias em geral, para conseguir deles a mão-de-obra necessária ao trabalho. O leitor deve notar que isso era válido para que os indígenas continuassem em paz com os portugueses. Esta forma de aliança estabelecida com os indígenas era, antes de tudo um pacto. A quebra desse pacto não significava a guerra como acaba sugerindo a fonte, significava que o seu descumpridor não era confiável.

Para os portugueses, os indígenas que recebiam as dádivas tinham que trabalhar para recebê-las, para os indígenas não recebê-las no final do trabalho era o fim do pacto, da sua ajuda no futuro, em qualquer outro assunto, como por exemplo, a guerra. Daí a prática da dádiva ser importante ao bom convívio entre as partes e, talvez um precursor da economia de troca conhecida genericamente por escambo³⁴⁰.

Ainda neste documento, o capitão pede recursos para lutar contra os estrangeiros: duas embarcações pequenas à vela, botica, cirurgião, bandeira e tambores. Dos pedidos feitos não sabemos se foram todos atendidos, posto não haver documento de resposta. Contudo, percebemos que todos os pedidos são de caráter militar com um único objetivo, a campanha contra os tais “estrangeiros”. As dádivas então, antes de garantir a paz com os indígenas, possibilitavam garantir o apoio dos principais das aldeias do Pará na campanha que seguiria.

Ainda prevalece a idéia dentro dos governantes da conquista que o domínio e segurança da mesma dependiam do bom convívio com a população indígena, embora neste caso utilize as dádivas para se conseguir tal apoio. O uso prático desse mecanismo era comum entre portugueses, ingleses e holandeses, variando apenas nos tipos de mercadorias e quantidade.

³³⁹ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.23.

³⁴⁰ MERCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as Relações econômicas de portugueses e índios na colonização (1500-1580)*. Coleção Brasileira, vol.225. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

Primeira fase da Campanha ibérica: Ataques diretos às colônias anglo-holandesas (1623-1631):

Nesta fase da campanha militar contra os estrangeiros, prevaleceu o ardor militarista português em reviver as grandes campanhas e batalhas do passado, como nas cruzadas³⁴¹. Por isso a tática adotada foi a de ataque direto aos fortes.

Partindo dos documentos do capitão Aires de Sousa Chichorro, podemos ter idéia dos primeiros combates entre esses estrangeiros e os portugueses na região do Cabo Norte. Seu depoimento, contraposto ao de outros que estiveram presentes nas contendas, incluindo os próprios inimigos, ingleses e holandeses, servem para nos mostrar uma nova visão dos fatos contados, contrapondo com os dados escritos por antigos historiadores como Vianna³⁴².

Os documentos do capitão Chichorro têm muita propaganda de seus feitos, isso devido ter a intenção de conseguir sua nomeação de sargento-mor da conquista do Pará, fidalgo e cavaleiro do hábito de Cristo. Resume por isso os seus atributos como forma de atestar competência para o título que pretendia³⁴³. Foi uma falha grave entre os portugueses tentar usar a guerra como plataforma para as suas carreiras. Isso acabava por expor desnecessária e perigosamente suas tropas ao fogo inimigo.

Anexo ao seu documento, uma série de certidões dos demais capitães, atestam a veracidade de seus feitos e também servem de instrumento para a análise dos acontecimentos relativos à guerra, os índios e os estrangeiros. Um desses militares com os quais serviu, foi o capitão-mor do Pará Bento Maciel Parente. Na primeira viagem ao rio das Amazonas, para desalojar os holandeses e ingleses que estavam fortificados em trincheiras e fortes no ano de 1623:

“(…) e por mandato do dito Capitão mor foi elle sup. por duas vezes acompanhado de seus soldados, a dar nos ditos inimigos olandeses, e ingleses, os quais desalojou, queimando-lhe duas casa, fortes que tinham feitas, e tomando-lhes muitos petrechos de guerra, e algumas mercadorias, e lhes seguiu o alcance; matando-lhes muitos na retaguarda alguns dos seus, em o que tudo receberão grande dano(…)”³⁴⁴.

³⁴¹ A morte de D. Sebastião era uma memória ainda dolorida para o orgulho português. Uma vitória contra os estrangeiros recuperaria o orgulho e a vontade feridos e impulsionaria os militares portugueses para uma retomada da época de ouro da monarquia.

³⁴² VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*. Belém, 1905.

³⁴³ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

³⁴⁴ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

O capitão-mor do Pará Bento Maciel Parente conta que, acompanhado do capitão Chichorro, foram ao rio das Amazonas com a maior parte da companhia (soldados e índios). Chegando à região das colônias e possessões inimigas, atacaram os holandeses e ingleses, estabelecidos em diversos tipos de habitações e defesas:

“(…) foi comigo a dita conquista o Capitão Aires de Sousa Chichorro como mor parte da gente de sua companhia o qual em todos os encontros que teve em terra com os inimigos olandeses e ingleses ganhando-lhe casas, fortes, e hua trincheira nellas se achou o ditto capitão Aires de Sousa Chichorro fazendo em todas ellas o que convinha o valoroso capitão (...)”³⁴⁵.

Note que os termos casas, fortes e trincheiras aparecem separados por vírgula no documento original, o que indica a presença real de fortes e não de casas fortes como sugerem autores antigos. A diferença parece pequena, mas os fortes são armações mais protegidas e de maior poder de resistência que apenas casas fortes - equivalentes a casamatas modernas - escondidas e sem as características que definem um forte ou uma fortaleza (fosso, baluarte, barbeta, paiol, etc.)³⁴⁶.

“(…) e por duas vezes o mandei a elle pessoalmente com soldados e índios bastantes a dar no inimigo tomando-lhe duas casas fortes ao inimigo. E indo-lhe no alcance lhe matou na retaguarda algum gentio do seu aliado q com elles hia, e as casas pos fogo, queimando-lhe juntamente muitas grangearias de fumais de que lhes recebeu o inimigo muita perda, tomando-lhe muitos petrechos de armas, e despojos (...)”³⁴⁷.

Nota-se agora o não uso de vírgula, especificando que essas eram casas fortes de madeira. Isso parece de pouca serventia para o nosso estudo, mas para os antigos historiadores, acabou sendo um fator para concluírem que essas ocupações não tiveram importância na colonização da região, daí dedicarem-se muito pouca a elas³⁴⁸.

³⁴⁵ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

³⁴⁶ MOREIRA, Rafael (direção). *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa S/A, 1989.

³⁴⁷ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

³⁴⁸ Apenas alguns poucos perceberam a importância da colonização desses estrangeiros na conquista e fixação portuguesa na Amazônia. Entre eles destaco Vianna e Augusto Meira Filho. MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Vol.1, 1ª edição. Belém: Grafisa ed. Globo, 1976. Mas, assim mesmo, Vianna diz no seu estudo das fortificações que deviam ser simples e provisórias, “levantados com os poucos recursos dos colonizadores”. VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1905, p.229.

Apesar de não citar números ele nos dá a entender que os indígenas aliados, provavelmente Tupis, eram em grande quantidade e suficientes “para dar no inimigo”, provavelmente Aruãs. Também importante no seu depoimento é a abordagem da tática adotada por Chichorro no ataque aos indígenas inimigos. Atacava sempre por trás, “na retaguarda”, mostrando uma possível fragilidade de sua companhia em combates diretos, compostos por ataques frontais ao inimigo. Ainda que o capitão Chichorro afirme que essa tática partiu de sua iniciativa, podemos pensar que a mesma partiu dos próprios indígenas comandados por ele, pois tal tática fortuita entre os Tupinambás era muito comum, conforme estudos de Florestan Fernandes³⁴⁹.

Os usos de flechas incendiárias e de folhas de pimenta podem ter sido os instrumentos para a destruição das casas fortes (feitas em madeira e palha) e expulsão dos seus ocupantes. As flechas de pimenta serviam como o gás lacrimogêneo em ambientes fechados e pouco ventilados, fazendo os olhos inimigos arderem. Como vimos no segundo capítulo, era uma arma comum entre os grupos Tupinambás³⁵⁰.

Também foram destruídas as roças de tabaco e plantações de cana, que holandeses e ingleses plantavam utilizando mão-de-obra indígena e eram os principais produtos exportados³⁵¹.

“(…) e pela segunda na instancia do Capp.am Cornélio o mandey também em seguimento do dito inimigo inglês não lhe podendo dar alcance o mandei recolher por ser noite, e contudo lhe matou na retaguarda outro muito gentio dos aliados dos ditos ingleses que com eles se hiam, e na ocasião que tive de no mar com hú navio holandês bem petrechado de gente e munições que nos vinha impedir o passo se achou o ditto capp.am the o metermos no fundo, he nos assaltos de terra teve muito grande trabalho (...)”³⁵².

Agindo sempre pela retaguarda e a noite, Chichorro conseguiu desbaratar as tribos Palikur e Aruã aliadas dos ingleses, que desta vez fugiram. Notemos que as fontes portuguesas não contabilizam nem o número total das tropas portuguesas, nem o das tropas inimigas, dizendo no máximo que eram muitas³⁵³. No aspecto numérico, as fontes

³⁴⁹ Segundo Florestan, “apesar do equipamento cultural, os guerreiros defrontavam-se nos combates singulares ou coletivos, com a mentalidade do caçador que presegue uma presa”. In: FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. In: Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. VI. São Paulo, 1952, pp.39-66.

³⁵⁰ FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. In: Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. VI. São Paulo, 1952, pp.21-39.

³⁵¹ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

³⁵² AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

³⁵³ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

documentais portuguesas quase sempre serão imprecisas, utilizando palavras como “muitos”, “muitas”, “grande número”, para expressar a quantidade de inimigos³⁵⁴.

No combate fluvial seguinte, Bento Maciel não entra em detalhes quanto à tática adotada para naufragar um navio grande e bem armado. Segundo os historiadores navais, tais navios tinham madeira muito seca nos conveses, aliando a isso pólvora, e outros elementos incendiáveis, tais como as velas de pano. Navios muito grandes, como os galeões eram muito vulneráveis ao ataque das canoas rápidas e dos exímios arqueiros das companhias militares³⁵⁵.

O Padre Luiz Figueira, a sua maneira, relata esses episódios num documento intitulado “*Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde holandês, ingleses, e franceses e outras nações*”³⁵⁶. Diz ele que realmente foi o capitão Bento Maciel quem “por várias vezes tomou os holandeses, que faziam fumo, e outras feitorias”, coincidindo suas informações com as que pude averiguar.

Sobre o afundamento do navio holandês, Luiz Figueira afirma que duas ou três canoas com 6 ou 7 portugueses atacaram o seu leme de tal forma que obrigou seus ocupantes a porem fogo na embarcação antes de caírem nas mãos inimigas³⁵⁷. Ainda que confirme a destruição do navio, as causas de sua destruição variam muito. Luiz Figueira, como missionário, talvez não quisesse colocar a culpa do incêndio apenas nos indígenas, pelos quais tinha muito apressado, e não entra em mais detalhes sobre o episódio.

No mesmo ano, Aires Chichorro ajudou o capitão-mor do Pará no castigo aos Tapuias rebeldes e, que segundo o mesmo, pelejavam com setas ervadas. Essa descrição leva a crer que tais grupos seriam na verdade os Ingahibas, conhecidos pelas “setas ervadas” que fala o capitão. Novamente Chichorro, comandando a frente das tribos Tupis aliadas, foi fundamental para vencer os Tapuias:

“(…) E tratando o dito Capitão mor de castigar os gentios dos Tapuizos, agente belicosa e q peleja com setas ervadas, enviou a elle sup. em quatro canoas com onze homens para que ajuntasse o gentio amigo q pudesse, e o levasse ao sargento mor Antonio Teixeira de Mello, para q fosse pelejar com o gentio indolente, e elle sup.

³⁵⁴ Refiro-me aqui as fontes documentais militares dos portugueses. No caso das fontes documentais de religiosos havia uma grande preocupação em detalhar números, datas e nomes. Contudo, nem sempre vão estar presentes nas lutas contra os estrangeiros.

³⁵⁵ *Coleções Grandes Veleiros*. Barcelona: Edições Altaya, 2000, p.109-10.

³⁵⁶ Sobre Luiz Figueira e sua obra: LEITE, Serafim. *Luiz Figueira a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias, 1940, p. 168.

³⁵⁷ O Fato também foi referido por Baena. BAENA, Antonio Ladislau. *Compêndio das Eras da província do Pará*, p. 28.

se houve com tanta diligencia, que levou consigo setenta canoas de gentio, que entregou ao sargento mor,(...)”³⁵⁸.

A luta foi em canoas no meio do rio. Sua força contava com o sargento-mor Antonio Teixeira de Mello, mais onze homens em quatro canoas, além de setenta canoas de indígenas de nação ignorada, possivelmente Tupis. Também não há total de forças do inimigo, apenas relata que a sua canoa livrou outras duas do assédio dos rivais, demonstrando que havia mais inimigos.

Esse combate parece ter uma relação com os estrangeiros, pois aparece nas fontes junto com a narração dos combates aos mesmos. Entretanto, na certidão de Bento Maciel Parente, sobre esse mesmo episódio, ele diz que as razões para o ataque seriam a morte de um língua e alguns índios da nação Xpáo, que eram recrutados da sua companhia:

“(...) certifico que tendo por nova certa que ho gentio dos Tapuisus avião morto a nosso língua e a outros índios xpãos que em sua companhia andavão determinei mandar castigar o atrevimento do dito gentio mandando levantar a gente que estava no forte do Gurupá com o capp.am e sargento mor Antonio Teixeira de Mello e para que em mais fervor desse o castigo mandei desta fortaleza mais ao capp.am Aires de Sousa Chichorro em quatro canoas com onze homens (...)”³⁵⁹.

Do final dessa expedição punitiva, existem poucas informações, exceto o fato de o capitão Chichorro conseguir levar mais setenta canoas de recrutados para a luta que aconteceu no meio do rio:

“(...) sendo aquele gentio mui belicoso e de flechas ervadas e por informações foi que o dito Capp.am com sua canoa livrou duas nossas dos inimigos as quais se alagavão e o inimigo ouvera de matar a gente dellas sem falta, e nisto e no demais fez mui grande serviço a sua Magestade (...)”³⁶⁰.

Os Tapuias (ingahibas) foram derrotados e possivelmente fizeram as pazes com os portugueses, mas a guerra contra os ingleses irlandeses e holandeses estava apenas começando. Podemos dizer então, que as primeiras escaramuças começaram com o ataque da companhia de Bento Maciel Parente no ano de 1623. Contudo, as fontes irlandesas, que

³⁵⁸ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

³⁵⁹ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

³⁶⁰ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.36.

descrevem as ações militares portuguesas do mesmo ano, contam versões diferentes para o fato, ainda que praticamente com o mesmo desfecho.

Nessas fontes, os portugueses foram atacar os colonos ingleses após terem feito aliança com indígenas chamados Percotes, em guerra com os Supanes que plantavam tabaco com os ingleses. Foi o seu apoio aos indígenas aliados que fizeram os portugueses intervirem³⁶¹.

“(…). Essas eram as duas primeiras viagens do almirante De Ruyter, a primeira viagem nos anos dez, e a segunda nos anos doze (exatamente assim) idade de seu nascimento AD. 1618, como eu escutei de sua própria boca; igual aquela da colônia Hopeful, eles incubiam eles mesmos nos (...) dos índios, assistindo os Supanes contra outra nação. Chamados de PERCOTES, que estavam em aliança com os portugueses, isso fez com que esses índios proporcionassem a eles grande perturbação; eles acompanharam os portugueses em seus navios para atacá-los, porém isso não os fez mestres deles mesmos, de seu forte, e sua plantação (...)”³⁶².

O texto, não muito claro, indica que apesar da vitória lusitana, há destruição do forte e morte de muitos ingleses e holandeses. Os sobreviventes permaneceram nos seus povoados e forte, demonstrando resistência à fuga e um desejo de permanecer em suas terras. Esses colonos ficam até a chegada de dois navios que os levaram de volta a Europa.

“(…) ainda muitos ingleses e holandeses mortos e feridos; dois navios vindos no ano de 1623. Todos embarcaram com o que tinham de volta a Holanda; trazendo com eles considerável riqueza adquirida pelo comércio com os índios; obtinham grande quantidade de Amber Greace (sebo de âmbar), e outras coisas de valor, além do tabaco o que estava com o preço bastante elevado, pelo menos vinte shillings por pound (medida de peso aprox.453,3g). Assim terminou essa esperançosa colônia

³⁶¹ Sobre essa guerra existem poucas informações, inclusive sobre os grupos envolvidos. Não existe informação sobre os grupos Supanes e Percotes no Handbook of south american indians nem no Mapa etnológico de Curt Nimuendajú. Contudo, num artigo de Denise Schaan encontrei a referência a uma guerra envolvendo os Sacacas, que habitavam o centro da ilha do Marajó e os Aruãs. Nessa guerra os Aruãs, possivelmente os referidos Supanes, atacavam constantemente os Percotes (Sacacas), até que estes últimos pediram proteção às autoridades portuguesas. Ainda segundo Denise, os Aruãs mantinham contatos com os holandeses. In: SCHAAN, Denise Pahl. *Evidências para a permanência da cultura Marajoara à época do contato Europeu*. In: REVISTA DE ARQUEOLOGIA, n.12-13, 1999-2000, p. 37. Vale ainda ressaltar que os Supanes aparecem em fontes documentais nas áreas dos grupos chamados de Caripunás, portanto ainda considero o debate sobre esses grupos em aberto.

³⁶² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 163-65.

que partiram com seus vizinhos os índios Supanes, com grande problema; tendo seis anos juntos. (...)”³⁶³.

Foram com toda a sua produção, indicando que nem tudo fôra destruído. Levaram sebo de âmbar e tabaco, para comercializar na Europa. Porém, tiveram que abandonar seus aliados de seis anos, os Supanes, como chamavam as tribos Karipunas.

Robert Hartcourt também escreveu sobre esse combate. Mais detalhista que os demais, ele conta que da Espanha chegaram ao rio Amazonas, três navios de guerra com a intenção de atacar as colônias inglesas e holandesas. Isso parece estranho, se levarmos em conta os acordos entre portugueses e espanhóis. Mas, como são fontes inglesas, as rivalidades comumente eram mais marcantes com os espanhóis nesse lado do Atlântico e nas Antilhas:

“(...) fizeram um despacho para Espanha, para procurar uma força para vencê-los e arruiná-los: em consequência do que três navios foram enviados da Espanha, que tinha suas direções e procurações para atacar o Brasil, e levar até lá uma força competente para desempenhar no mesmo; (um tentativa feita pelos espanhóis para arruinar os ingleses) o qual navios com 300 portugueses e espanhóis acompanhados com aproximadamente 1500 de seus índios em seus Periagos vieram ao rio na perseguição desse plano,(...)”³⁶⁴.

Tal expedição contava com uma força de 300 soldados portugueses e espanhóis, além de 1500 indígenas em canoas chamadas Periagos. Essa informação confirma os dados escritos por Chichorro, que afirma ter conseguido a adesão de 70 canoas de guerra dos grupos aliados. Antes de chegarem às povoações e fortes dos ingleses e holandeses foram avistados pelos indígenas recrutados pelos inimigos:

“(…), mas sendo obrigados a parar muitas marés, e passar muitos canais estreitos, antes que eles pudessem vir para nossos compatriotas, eles eram observados bem de perto por eles e seus índios, que muitos de seus mencionados inimigos foram mortos em emboscadas no caminho, abrigos fechados servindo do nosso lado para uma bastante redução de pessoas; o qual a vantagem era ainda seguir os inimigos depois que eles se alojassem (...)”³⁶⁵.

³⁶³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p. 163-65.

³⁶⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.239-42.

³⁶⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.239-42.

Não sabemos com quantas tribos indígenas contavam os ingleses e holandeses neste momento do conflito, no entanto sabemos que eram muitos e que por meio de suas emboscadas reduziram gradativamente a força ibérica. Para Hartcourt, a melhor hora de atacar era quando o inimigo parava para descansar, contudo a falta de pessoal e de vontade do “governo” das colônias prejudicou estas ações:

“(…) mas pela razão da vontade do governo, e pelo nosso pequeno numero que espalhados, alguns não, e outros que não poderiam convenientemente se reunir, meio (pelo menos) foi dado para os inimigos, hasteando bandeira mais adiante no país e nas partes dentro da ilhas (onde eles possam permanecer seguros contra uma grande força) então os inimigos não teriam audácia para futura tentativa,(…)”³⁶⁶.

Nesta versão dos fatos, narrados por ingleses, os portugueses e espanhóis foram atacados em emboscadas por indígenas aliados, possivelmente os Aruãs, em número ignorado, e capitaneados por reduzido número de ingleses e holandeses.

Os portugueses comandados por Bento Maciel Parente se retiraram em desvantagem, após terem “danificado” algumas casas.

“(…) depois de danificarem algumas casas, foram forçados a se retirarem para seus navios, e deixar o rio, deixando alguns de seus homens, então para começar a atual possessão, a qual o conde de Gondomar afirmou a dois anos sendo de interesse de Vossa Majestade, quando ele obteve a suspense da supracitada patente do Amazonas, e todos os procedimentos com referencia a isso; o qual seu ato, pode (talvez) pode ser estimado no numero de suas melhores praticas entre nós”³⁶⁷.

Interessante neste momento é a citação de que alguns homens (portugueses ou espanhóis) ficaram no rio, para fazerem uma possessão. O que segundo Hartcourt, daria legitimidade a coroa ibérica de reivindicar as terras ao governo inglês, como anteriormente já fizera com seu embaixador Gondomar, e que resultou na suspensão da “Amazon Company”, como vimos no capítulo anterior.

³⁶⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.239-42.

³⁶⁷ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.239-42.

“(…) (Os holandeses mortos pelos espanhóis) o planejado plano para nossos homens, foi dolorosamente, ao mesmo tempo, foi posto em pratica em vários holandeses, para a perda se suas vidas, pois eles estavam não tão bem assentados, e mais abertamente expostos aos inimigos nas margens, ou em ilhas do rio principal, (fortes holandeses de Orange e Nassau no Xingu)”³⁶⁸.

Outro aspecto mencionado por Hartcourt foi o plano inglês e irlandês para enfraquecer e expulsar os holandeses do rio Xingu. Tal plano consistiu em deixar que os ibéricos atacassem os fortes de Orange e Nassau, sem dar assistência e socorro aos holandeses. Vimos que muitos ingleses e, principalmente os irlandeses, tinham sérias divergências com os colonos holandeses, por causa da mão de obra indígena, pelo comércio de determinados produtos, como o Tabaco, e também por causa da religião.

“(…), os homens lá deixados pelos espanhóis, foram posteriormente afugentados pelos ingleses embarcando nos próximos navios holandeses que vieram para o rio(…)”³⁶⁹.

Por fim, afirma que os espanhóis deixados na região foram afugentados pelos ingleses e levados pelos navios holandeses que chegaram logo depois das contendas. De tudo que foi escrito por Hartcourt sobre os acontecimentos entre 1620 e 1623, contrapondo com as informações dadas pelos portugueses, podemos dizer que as primeiras lutas envolvendo os colonos e os portugueses não foram totalmente favoráveis aos ibéricos, pois não conseguiram desalojar todos os colonos, ainda que tenham destruído algumas casas e os dois fortes holandeses (Orange e Nassau). As plantações destruídas nesse conflito, foram continuadas e as casas reerguidas³⁷⁰.

Por outro lado, as rivalidades entre ingleses e holandeses foram flagrantes, e contribuíram para a destruição de muitas possessões holandesas, mais visíveis e vulneráveis segundo depoimento de Hartcourt, ainda que muitos ingleses tenham sido feridos e mortos neste ataque.

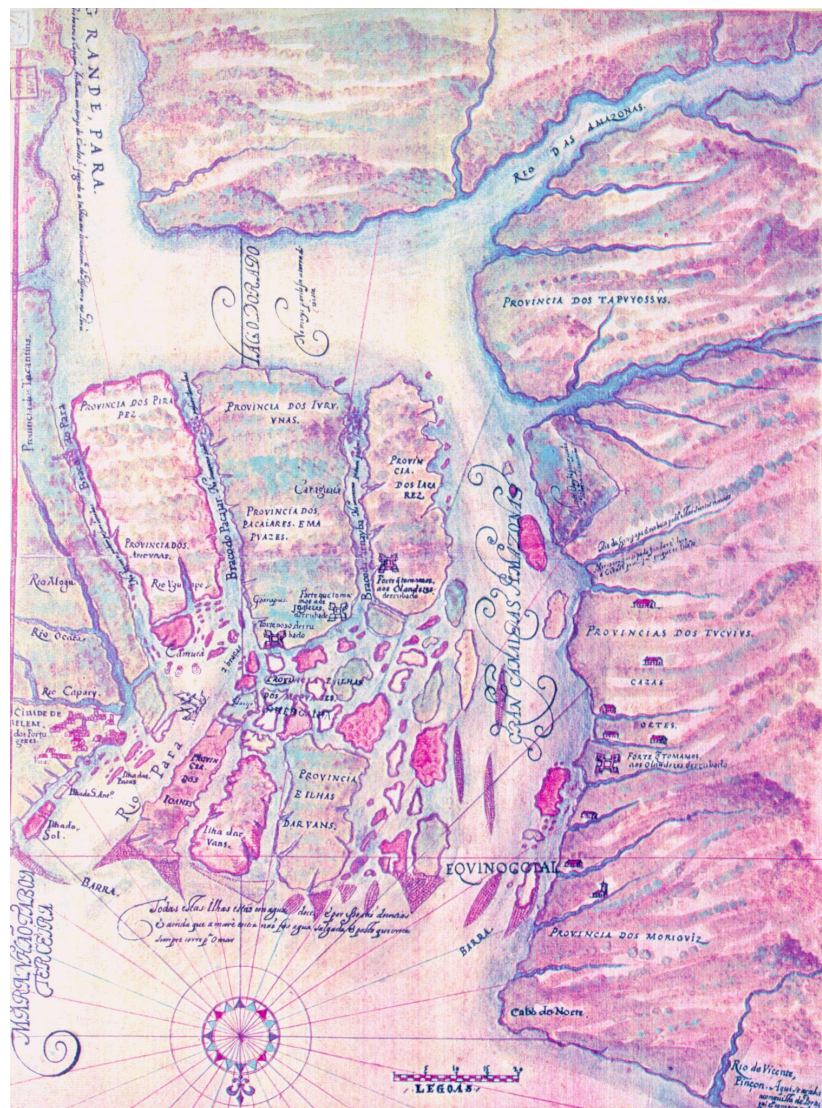
³⁶⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.239-42.

³⁶⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.239-42.

³⁷⁰ Para Vianna os fortes holandeses derrubados foram Muturú e Mariocay, na margem direita do Amazonas. Sem guarnições suficiente para garantir as posições tomadas, destruíram os fortes “derrotando em vários encontros fluviais os inimigos”. VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1905, p.233.

Fator decisivo nesse equilíbrio de forças foi à participação de várias tribos da região contra os portugueses. Participaram os Karipunas, chamados nas fontes de Supanes, usados por holandeses e os Aruãs pelos ingleses, embora não mencionados nas fontes³⁷¹. Chama-nos a atenção o fato dos portugueses usarem como aliados tribos Xipaos, do troco Aruak, oriundos do norte do Amapá nestes combates. Podem ter conseguido isso devido às rivalidades existentes entre estes e os outros grupos que comercializavam com os ingleses e holandeses.

Figura 22



Mapas das fortificações portuguesas, inglesas e holandesas feitos por Antonio Vicente Cochado de 1623. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: GUEDES, Max Justo. *Brasil-Costa Norte: cartografia portuguesa vestutíssima*. Edição comemorativa do centenário da Frotilha do Amazonas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha. 1968.

³⁷¹ Coloco os Aruã participando ativamente das lutas por já estarem junto aos colonos ingleses desde a formação das primeiras colônias, como pudemos verificar no capítulo anterior.

No mapa acima, feito pelo cartógrafo Antonio Vicente Cochado, temos uma visão de como estava equilibrado o conflito com os ditos “estrangeiros”. Mostra a conformação do Amazonas após as primeiras batalhas de 1623. Existem quatro fortes bem definidos. O primeiro na costa do Amapá, está escrito “forte que tomamos dos holandeses: derrubado”. Na ilha na Província dos Iacarez existe mais um “forte que tomamos dos holandeses: derrubado”. Na ilha maior, e mais ao meio, chamada de “Província dos Pacajares e Mapuazes” existem dois fortes, um com a legenda “forte que tomamos aos ingleses: derrubado”, e um outro com a legenda “Forte nosso derrubado”. Para o historiador Max Justo Guedes, os fortes mostrados no mapa de Cochado e 1623 seriam o forte de Maturu (ou Orange), Nassau e Mandituba (ou Manituba). Todos eram holandeses, apesar de ser descrito o de Nassau como sendo inglês. Sobre o forte português, para Guedes seria o forte de Santo Antonio de Gurupá, construído por Bento Maciel Parente e atacado em 1623 pelas forças reunidas por Pieter Ariansson³⁷².

Nas fontes portuguesas a destruição das colônias holandesas e inglesas parece estar acontecendo facilmente. No entanto, as viagens desses estrangeiros para o Amazonas continuavam. Apesar dos ataques aos fortes, muitas colônias permaneceram intactas, como por exemplo, as de Sapno e Sapanoke e outras criadas rapidamente com a ajuda dos aliados Palikur e Aruã.

Num diário de bordo de um navio da companhia das Índias Ocidentais Holandesas ao Pará, entre 22 de outubro e 4 de dezembro de 1623, o leitor pode ter uma pequena idéia de como eram muitas as povoações de ingleses e holandeses no Amazonas, e como algumas delas eram juntas às aldeias das tribos aliadas.

“(…) No sábado, dia 21 levantamos ancora, viajando ao longo da costa da ilha, tão perto que poderíamos atirar um pedra sobre ela, o que fizemos, passando por outras mas não tão perto, até termos vindo para a direita do rio, cruzamos rumo a ilha de Sapno, construindo uma aldeia. Essa vila tem três longas casas construídas no canto do rio. Os índios Maraons nos disseram que os espanhóis estavam acima do rio e que eles tomaram um navio holandês perto de Sapanoke, o que nos determinou a persegui-los, após termos obtidos mantimentos frescos; mas Pieter Jans se enfadou

³⁷² No caso da fortificação portuguesa ainda existe uma controvérsia quanto a sua origem. Pode ser apenas um posto fortificado, tomado pelos ingleses, e comentado por Hartcourt. Sobre a opinião de Guedes: GUEDES, Max Justo. *Brasil-Costa Norte: cartografia portuguesa vestutíssima*. Edição comemorativa do centenário da Frotilha do Amazonas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha. 1968, pp.65-67. Para Arthur Vianna, após a vitória de Bento Maciel, “nasceu um pequeno posto fortificado levantado à margem direita”, que foi destruído pelo capitão holandês Pieter Arinsson em outubro de 1623. VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1905, p.233.

em um banco de areia a leste da vila aproximadamente dois mosquetes atiraram o que nos forçou a ancorar (...)»³⁷³.

Os grupos Maraon, hoje extintos, permitiram aos viajantes saber o que acontecia rio acima, incluindo a tomada de um navio da companhia holandesa em Sapanoke, provável nome da colônia atacada. A comunicação era feita por meio de flautas de barro ou de osso de veado que “transmitiam em linguagem codificada” a posição do inimigo e a forma de melhor atacá-los³⁷⁴.

“(…) No domingo Pieter Janss enviou seu pinnace em direção a Sapanopoke. Com alta maré levantamos ancora, mas Pieter Janss encalhou novamente. Na segunda-feira levantamos ancora novamente, vendo que Pieter Janss estava nos fazendo perder tempo com o interesse de dar ao seu pinnace uma oportunidade de comercializar com os ingleses e com os irlandeses (...)»³⁷⁵.

Um navio de comércio, cujo capitão era Pieter Janss, atrasou várias vezes a expedição contra os atacantes ditos espanhóis pelos Maraon. Para o escrivão do outro navio, o capitão Janss parava de propósito para comercializar com os ingleses e irlandeses, deixando seus compatriotas em segundo plano. Isso demonstra desunião entre os próprios colonos holandeses.

“(…) Em uma alta maré conseguimos nos desencalhar e fomos a vila de Sapanapoko, viajando todo tempo ao longo da ilha em uma boa profundidade. Lá ancoramos. Encontramos o Pieter Janss, o qual já tinha desencalhado, e que já tinha se encontrado com os ingleses e os irlandeses. Eles nos garantiram que Pieter Arianss de Flixegue fora atacado por um grande navio espanhol que tinha 8 canhões de bronze e 120 travas de mosquetes, após lutar por um dia e uma noite, tendo somente 32 homens e dois pequenos canhões e vendo que ele não poderia se salvar de se encalhar num banco de areia na foz do Okiari, ele pos fogo em seu navio (...)»³⁷⁶.

³⁷³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.259-63.

³⁷⁴ VIDAL, LB. *Mito, História e Cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, oiapoque, Amapá*. In: *REVISTA DE ANTROPOLOGIA*. USP, vol.44, n.1, 2001, pp.135-36.

³⁷⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.259-63.

³⁷⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.259-63.

Chegando a colônia chamada Sapanapoko souberam que um grande navio espanhol atacara o barco de Pieter Arianss, de Flixegue. Com um número maior de canhões e mosquetes o navio espanhol facilmente venceu a briga fluvial, obrigando o capitão, Pieter Arianss, atear fogo em seu próprio barco. Este documento nos remete aos acontecimentos descritos por Chichorro, incluindo o incêndio e naufrágio do navio por forças portuguesas lideradas pelo capitão Bento Maciel, em 1623. Note o leitor, que nessa fonte documental o incêndio do navio aconteceu pelo seu capitão e não pelos atacantes³⁷⁷.

“(…) No domingo, dia 5 fomos a Quarmeonaka entre as colônias inglesas, cinco léguas mais acima da outra no mesmo rio, esse também era um terreno agradável. Em ambos os lugares os ingleses tinham muitos campos para a plantação de tabaco”³⁷⁸.

Mais uma colônia aparece nas fontes documentais do capitão de um dos barcos. Quarmeonaka era provavelmente uma aldeia ou ilha. Localizava-se entre duas povoações inglesas com muitas plantações de tabaco.

Na terça-feira, dia 7 já de volta ao navio, o mestre nos perguntou se esses lugares nos agradaram, o que respondemos Não! – não para estabelecer famílias lá, pois os espanhóis, já estando estabelecidos no Pará, do lugar que ele poderia ir e vir como quisesse com a ajuda das marés no rio Amazonas, se ele soubesse que havia famílias lá, não enfraqueceria em visitá-los para matá-los; então foi pensado melhor ir ao longo da costa em procura de algum rio para o qual o inimigo, se viesse do Pará ou maranhão, não poderia retornar sem passar por Esores (azores), em busca do vento, e não poderia trazer índios (...)”³⁷⁹.

Neste precioso documento encontramos descritas algumas povoações inglesas e holandesas no Amazonas, as únicas que podemos confirmar, além das fortalezas. Abaixo está uma relação dessas povoações e suas principais características descritas no documento:

³⁷⁷ Na literatura militar é comum esse tipo de divergência entre as fontes rivais. Um exemplo clássico do que me refiro é o caso do encouraçado nazista Bismarck, que para os ingleses fora destruído pela Royal Navy e para os alemães fora afundado pela sua tripulação. Mas, também temos uma regra dentro da pirataria do século XVII e XVIII, que dizia que o capitão queimava o seu navio quando prestes a ser tomado. JOHNSON, Cap. Charles. *Piratas: Uma História Geral dos Roubos e Crimes de Piratas Famosos*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

³⁷⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.259-63.

³⁷⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.259-63.

Tabela 3

POVOAÇÕES INGLESAS E HOLANDESAS NO AMAZONAS: 1623

NOME	NAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
SAPNO	HOLANDA	Ilha com três casas longas construídas em 1623
SAPANOKE	HOLANDA	?
SAPANOPOKE	HOLANDA	?
QUARIANE	HOLANDA	?
HODEN HOEC	HOLANDA	Campina cheia de goiabeiras. Cemitério indígena com urnas funerárias.
TAPERALKA		Ilha
SAPANAPOKO	HOLANDA	Vila
CAILLEPOKO		?
TILLETILE	INGLESA	Colônia no rio Okiari. Com bosques e pequenos lagos próximos. Abandonada em 1623.
QUARMEONAKA	INGLESA	Tem duas colônias inglesas com grandes plantações de Tabaco
VILA AROUEN	?	?

Fonte: LORIMER, Joyce (ed.). English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646. London: Hakluyt Society, 1989.

Segunda fase da Campanha ibérica: Ataques diretos, mais soldados e Fortalezas (1624-1630):

A falha em conseguir destruir todas as povoações dos “estrangeiros” fez com que o governo da conquista do Grão Pará ficasse preocupado com uma possível invasão ou ataque à Belém em resposta as hostilidades praticadas pelos portugueses. Numa consulta ao rei ibérico, datada de 03 de agosto de 1624, o capitão Custódio Valente perguntava sobre as notícias assombrosas vindas da corte, que quatro naus grandes holandesas haviam partido para conquistar o Pará. Em seus comentários, nada otimistas, dizia que se isso fosse verdade os inimigos estrangeiros tomariam com facilidade a conquista:

“(…) por terem juízo do que lá lhes sucedeu aos seus e sabem que a pouca gente que lá temos, dividida e duas partes, e que não chegam a 150 soldados (…)”³⁸⁰.

Fala-se que a pouca gente está dividida em duas partes e os soldados não chegavam a 150. Por que dividida? O que ele quer dizer com isso? Entendo que a divisão que ele relatava no documento escrito estava a nível administrativo. Tendo a região duas partes, uma de posse portuguesa e a outra espanhola, as autoridades dos reinos não estavam tendo um consenso, um acordo, para atacar os estrangeiros de forma conjunta.

O documento dá a entender que a ação holandesa seria uma resposta ao que aconteceu antes às colônias inglesas e holandesas em 1623. Outro ponto importante defendido por Custódio Valente era que na região havia muito pouca gente, a maior parte desarmada ou sem pólvora para enfrentar os inimigos, e por isso pediu o envio de socorro, soldados e provisões:

“(…) Sua Majestade deve mandar com muita pressa um navio com 150 homens de socorro e onde que a gente esteja num corpo e com pólvora e munições por não haver um quartel e o governador estar entretido em Pernambuco de onde gastará a que leva (…)”³⁸¹.

Num outro documento de mesma data, mas com parecer de 6 de agosto do mesmo ano, discutem-se as informações do memorial do capitão Custódio Valente sobre a ida de naus holandesas ao Pará. Nele o Conde de Faro, Rui da Silva, Luis Pereira e Roque da Silveira

³⁸⁰ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.28.

³⁸¹ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.28.

pedem o envio de cento e cinquenta arcabuzes, com munição e quinze quintais de pólvora. Esse material fora mandado para o governador do Maranhão que, nesse momento, encontrava-se em Pernambuco.

Num segundo parecer, de Luis da Silva, acha por bem mandar direto uma caravela com 140 soldados, pólvora e munições ao Pará. Isso porque se o carregamento fosse primeiro a Pernambuco poderia ficar ali, como comumente acontecia.

Depois desse documento foi feita uma averiguação das informações levadas a Corte de Lisboa sobre a partida de quatro naus holandesas para tomar o Pará. Datado de 5 de agosto de 1624.

O capitão Custódio Valente diz ter sido informado em 20 de julho de 1624 por um mancebo de nome Fernão de Andrade:

“(…) e q averá quinze dias pouco mais ou menos q chegou aqui hu mancebo por nome Fnão di andrade, o qual partio do Pará e por via das índias veio a Inglaterra em hua nau ingresa e q encontrandose adita nau na altura da ilha ter.ra com outra de olanda; tanto q o olandes soube q o dito mancebo ali vinha para este reino com aviso do Grão-Pará lhe dava dous mil [talentos] porq lhe largasse para o levar a olanda segurandolhe a vida (...)”³⁸².

Tal mancebo ao chegar à Inglaterra soube que haviam partido mais dez naus holandesas devido saberem da destruição das quatro anteriores que mandaram ao Pará:

“(…) e q estando em inglaterra, achou por novas q des naus de olanda partião para aquelas partes, pela nova q tiverao da destruição dos seus no Pará (...)”³⁸³.

Buscando saber mais informações a este respeito procuraram o mancebo, mas este tinha ido ver seu pai em Alentejo.

Outro capitão, Dom Pedro de La Cuenca, achou veracidade na história contada e junto com o marques de Cropani foram até o porto onde estavam uns flamengos vindos do porto de Hamburgo carregar naus de sal, e lá ratificaram as informações de Custódio Valente:

“(…) e q teve noticia da matéria contenda no memorial porq estando em casa do Marques de Cropani vierao ali ter hus flamengos q de Hamburgo vierao a poucos dias carregar naus de sal; e que perguntando a hu delles oq se disia que passava e

³⁸² AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.28.

³⁸³ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.28.

ordenava em olanda, lhe respondeo o flamengo q estavao os holandeses aprestando quatro naus grandes para vierem ao Pará;(…)»³⁸⁴.

Os motivos para a incursão no Pará seriam a importância daquela conquista, a carência de gente e munições, e como estava repartida. Sobre este último aspecto não indica mais detalhes.

Perguntas deixadas por esses documentos: vieram quatro naus ao Pará ou foram mais? Tinham intenção de conquistar a região? Por que os flamengos carregavam sal do porto de Lisboa para Hamburgo? Por que dizem que a conquista estava dividida ou repartida?

O fato de ir e vir naus, tanto holandesas quanto inglesas nas águas amazônicas, era fato muito comum, contudo era preciso boas justificativas para conseguir os recursos necessários para as guerras. Principalmente com outras regiões também sendo atacadas e precisando de apoio, como a Bahia, atacada em 1624³⁸⁵.

Tanto que entre 1623 e 1626 novas expedições foram feitas para atacar os fortes “estrangeiros” sob o comando de Luis Aranha de Vasconcelos.

A campanha de Luis Aranha de Vasconcellos começou quando lhe foram dadas às ordens de fazer a conquista do cabo do norte, expulsar os “estrangeiros” e fundar uma fortaleza na região.

Entretanto, como primeiro capítulo dessa empreitada, Luis Aranha não conseguiu chegar ao Brasil a tempo de embarcar nas Caravelas da armada que vinham em socorro da região. Por isso o conselho ultramarino mandou que aguardasse a próxima viagem dos navios para a região e assim poder efetuar as ordens previstas no seu regimento. Esse atraso acaba por minar os recursos destinados à missão³⁸⁶.

Em junho do ano seguinte (1625), consegue o necessário para a viagem. Uma Caravela de nome “*Sancto Antonio*”, fretada pelo período de um ano, doze soldados mais o capitão, mantimentos, 24 mil reis de soldo por doze meses, 100 mil reis de ajuda de custo, 80 mil reis de resgates de pano de lã, machados, foices, facas, avelórios e outras miudezas, para serem usados como “dádivas” com os nativos.

Numa carta enviada ao rei pelo capitão-mor do Maranhão Antonio Moniz Barreiros, ele afirma que Luis Aranha esteve no Pará no ano anterior e deu combate a uns estrangeiros que estavam no Curupá (Gurupá), e partes do Cabo do Norte, deixando um

³⁸⁴ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.28.

³⁸⁵ Segundo Boxer a expedição holandesa à Bahia em 1624 contava com 26 navios, 3.300 homens e 450 canhões. BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. Coleção Brasileira, n.312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p.29.

³⁸⁶ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.29.

presídio com cinquenta soldados e um capitão naquela região sem o conhecimento do capitão-mor do Pará. Foi o tal capitão de nome ignorado, que ficou isolado em território hostil, necessitando de pólvora e gente no dito presídio, quem informou da situação ao capitão-mor do Pará.

Antes disso, Luis Aranha de Vasconcelos foi à cidade de São Luis do Maranhão com alvará real pedindo soldados, mantimentos e “gentios da terra”, possivelmente Tupinambás das aldeias de Tapuitapera (Alcântara), para voltar a lutar no Gurupá. As “desordens” de sua tripulação, considerada como “mal doutrinada”, fizeram o capitão-mor Maranhense ter inimizade com Luiz Aranha. O capitão-mor deu pouco empenho às suas exigências e ainda reclamou formalmente ao conselho régio do caso. Diz na queixa que Luis Aranha de Vasconcelos levou dois indígenas a mais do estipulado, quando no Maranhão faltava essa mão de obra.

“O dito Luis Aranha, que por capp.am de hua caravella foi por orde de V. Mag.de sondar o Rio das Amazonas, e cabo do norte, chegou ao porto desta cidade, em vinte de abril do anno passado de seiscentos e vinte três, e apresentando hu Alvará de V. Mag.de me pediu soldados, Gentio da terra e mantimentos para dar satisfassão ao dito Alvará conforme a possibilidade, E Estado da terra, fiz as deligencias q convinham ao serviço de V.Mag.de como se verá foi feito por hu auto, q com outros papeis juntos a elle de pareceres q tomey de pessoas graves, fiz; outrossy vão papeis q por desordem do ditto capp.am Luis Aranha se fizerão, o qual co a mal doutrinada gente que em sua companhia trazia, (...)”³⁸⁷.

Na informação de Luiz Aranha de Vasconcelos, publicada nos *Annais da Biblioteca Nacional*, temos a sua versão dos fatos ocorridos nessa viagem e dos combates ocorridos no meio da floresta com a participação de tribos Tupis do lado português e Aruaks do lado anglo-holandês.

O fato de não haver discrepâncias dos valores que recebeu, ditos no documento da fazenda real e dos que afirma pagar nas despesas da viagem, conforme podemos verificar no documento que contém os valores (além das miudezas dadas ao gentio), o faz merecedor de crédito no que se refere à batalha³⁸⁸.

³⁸⁷ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.387.

³⁸⁸ No documento de 30 de junho de 1625 o procurador da fazenda real libera uma Nau de nome Sancto Antonio e 12 soldados. Também libera o soldo de 24 mil reis por 12 meses a toda tripulação, 100 mil reis de ajuda de custo, 80 mil reis de resgates em miudezas aos indígenas (panos de lã, machados, foices, avelórios e outras miudezas). AHU-ACL-CU-013, Cx.01, D.29.

Segundo sua versão, a frota saiu de Lisboa indo até Pernambuco onde apanhou o piloto Antonio Vicente e conseguiu uma lança, alguns soldados, gente do mar, mantimentos e apetrechos de guerra e navegação. Nesse local, teve que pagar duzentos mil reis da ajuda de custo dada pelo rei, uma mostra de como tudo funcionava na colônia por meio de “propinas”, mesmo com documentos que garantiam sua ajuda sem esses percalços³⁸⁹. Depois rumou para o Maranhão em 1623, onde conseguiu mais alguns soldados e um bergantin, além de seis canoas de índios amigos cuja nação não nos é revelada. Podemos supor que eram Tupinambás posto serem nesse período bastante utilizados, principalmente os aldeados das missões jesuíticas e os recrutados nas companhias militares locais.

Durante a viagem Luiz Aranha conseguiu a adesão de muitos gentios de guerra - “e o persuadi a que me acompanhasse com suas canoas e armas”³⁹⁰. Sua persuasão era fruto de alianças com os chefes das aldeias e compradas por meio das “dádivas” que levava com esse objetivo (machados, foices, facas, avelórios, pentes e anzóis).

Notemos que em nenhuma dessas aldeias contatadas havia mais que aliados por meio desse tipo de prática, nos levando a crer que os chefes das aldeias sabendo do conflito entre esses e os estrangeiros aproveitavam-se da situação para conseguir vantagens, seja na obtenção de objetos de necessidade da tribo, seja para dar a guerra a um inimigo comum. Nas duas situações eles ganhavam algo, mesmo que no desenrolar da ação muitos viessem a falecer. Isso não era um pensamento corrupto, herdado dos brancos, mas fruto da cultura de guerra para as sociedades Tupinambás, uma sociedade onde a guerra era parte importante de suas tradições. As razões para ir à guerra podiam ser as mais simples para nós, mas ela era feita partindo de um pressuposto local, desde que estivesse o grupo necessitando de um bem comum.

Ainda segundo a versão de Luiz Aranha de Vasconcelos, ele e seus comandados (entre soldados, recrutados e aliados) atacaram e tomaram duas fortalezas holandesas: Maturu (escrita nos mapas holandeses como Matourou) e Nassau, ambas no Rio Amazonas, “cativando-os a todos e senhoreando-me da artilharia, armas, munições e escravos de Angola que tinham”³⁹¹.

³⁸⁹ AHU-ACL-CU-013, Cx.01, D.29.

³⁹⁰ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.392.

³⁹¹ Note que neste caso aparecem escravos de Angola, embora não diga explicitamente se eram dos ingleses ou dos holandeses. Como os últimos costumavam atacar aquelas possessões portuguesas podemos pensar que eram escravos holandeses. ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.392.

Não entra em detalhes sobre como tomou as duas fortalezas, a estratégia de luta e quanto tempo durou o combate. Também não afirma o número de mortos e feridos, como aparece em outros depoimentos mais adiante³⁹². Mas, dentro de seus méritos, que afirma sempre em primeira pessoa, pôs a pique uma nau “com a morte de muita gente em que entraram seis fidalgos ingleses e um deles chamado o capitão Parqua (Parker), irmão de um conselheiro del Rey de Inglaterra que nas partes de índias havia saqueado a ilha de Trinidad e morto ao governador dela”³⁹³.

Luiz Aranha deixa escapar no texto que nas duas grandes batalhas que teve, os inimigos principais eram os indígenas da parte de holandeses e ingleses. Estes saíam dos matos a dar guerra, sendo segundo sua versão, mortos aos montes³⁹⁴. Como as Leis Filipinas exigiam um tratamento ameno com os indígenas, mesmo os rebelados, diz ter agido segundo instrução de sua Majestade e aponta para os documentos deixados em autos³⁹⁵.

Suas observações sobre os indígenas seus aliados são mais importantes que o seu relato das lutas. Segundo Luiz Aranha de Vasconcelos, os oitenta mil reis dados para a viagem, foram gastos com os indígenas e além desses, ainda gastou-se um saldo a mais da sua própria conta:

“(…), E os oitenta mil réis que nesta cidade se me derão em Resgate despendi Com os índios; e por seren inumeráveis os serviços que ajudado deles fis tais que parese que estão escuresendo parte das obras dos antiguos da fama lhe dei mais quatro mil cruzados meus, parte que levei de minha Caza (pera fazer proveito) E a que coube dos despojos que ganhei (...)”³⁹⁶.

³⁹² A destruição das fortalezas de Maturu e mariocay, para Arthur Vianna, aconteceu em 1623. Contudo, verificando as fontes não há dúvidas que o fato ocorreu de fato em 1624. VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1905, p.233.

³⁹³ Pela descrição do tal Capitão Parqua, pode ser que seja um irmão de Sir Walter Raleigh, por ter sido ele quem saqueou a ilha de Trinidad, como já foi visto antes, no capítulo anterior. ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.392.

³⁹⁴ Suas palavras exatas para esta ação são: “Com grande numero de Gentio contrario que por parte dos Olandezes e ingleses me sairão a dar guerra em que matei muita copia”. ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.392.

³⁹⁵ Para uma justificativa ou para livrar-se de críticas futuras Luiz Aranha faz questão de dizer que tudo “é bem notório e se mostra larga e distintamente das relações, autos e certidões e papeis que estão em Madrid”. Deixando as críticas para quem ordenou a ação. ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.392.

³⁹⁶ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.392-93.

Sua frase: “por serem inumeráveis os serviços que ajudado deles fiz tais que parece que estão escurecendo parte da obra dos antigos da fama”, a princípio pode parecer estranha, mas acho que foi um hábil recurso de enobrecer os feitos desses indígenas, como maiores comparando-se aos feitos dos seus antepassados, e garantir sua adesão nas próximas missões. Para essas sociedades Tupis os feitos de seus ancestrais eram contados largamente para honrar a memória deles, perpetuar a vingança (ou, nas palavras de Florestan a “revindita”), e garantir um caminho seguro para a “terra perfeita”, versão comumente associada pelos missionários ao nosso paraíso³⁹⁷. Colocando seus feitos acima dos de seus antepassados ele instigava a vaidade guerreira e a certeza de um caminho seguro para essa “terra perfeita”.

Outro aspecto importante no seu discurso é a evidencia clara do uso das crenças indígenas para dizer que os brancos portugueses são os legítimos filhos do sol e de Tupãna para concretizar o seu domínio sobre esses indígenas e fazê-los rejeitar a obediência aos estrangeiros:

“(…) e não bastando tudo e pera lhe mostrar que os vassalos de V.mag.de somos os verdadeiros branquos filhos do sol e do Tupana (como se disese de ds) a quem eles ão de obedecer e Respeitar e não aos olandezes nem ingleses lhe dei qoantos vestidos e Camisas tinha E as toalhas, guardanapos E pratos de minha mesa ficando Comendo em hus cabaços sem ter cousa nenhuma Com que me servir ganhando por isso E outras obras tal fama Com eles que me adoram Como a ídolo o que he bem notório e se ve dos papeis que estão em poder do sr. fr.co de Lucena (…)”³⁹⁸.

Luis Aranha dava as “dádivas” aos indígenas, como se fosse um filho de Tupã (sol) e Tupãna, sendo provável ter conhecimento da crença entre os Tupis, dos mitos que falavam do infortúnio de terem escolhido objetos de madeira ao invés dos de ferro, quando lhes foi proposto no início dos tempos, e por isso penavam em dificuldade³⁹⁹.

No entanto, mesmo usando habilmente da valorização dos feitos de guerra e do artifício religioso, Luis Aranha acaba perdendo todos os recursos que tinha em doações de “dádivas” aos indígenas, ficando praticamente com a roupa do corpo. Esse era um perigoso artifício, pois podia encarecer o serviço dessas tribos nas viagens futuras para a região,

³⁹⁷ FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. Instituto Progresso Editorial S.A.: São Paulo, 1948.

³⁹⁸ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.393.

³⁹⁹ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

certamente os chefes das tribos iriam querer o mesmo tratamento ou até mais para as novas campanhas contra os estrangeiros, que não foram totalmente vencidos, tendo ficado cerca de 250 a 300 ingleses na região do Amazonas, segundo seu próprio relato.

No seu documento fica uma incerteza sobre a atuação de ingleses e holandeses em suas colônias. Toda a documentação revela povoações estrangeiras com objetivos de defesa em comum contra ataques externos. Mas, apesar de agirem em conjunto, o ímpeto maior dado pelos lusitanos parece-me concentrar na luta contra os holandeses com os quais a Espanha estava em guerra declarada. Não que em combates os lusitanos tenham abdicado de atacar os ingleses, aconteceu inclusive morte de muitos deles, na maioria afogados no navio que foi afundado durante a luta.

Acredito nessa ênfase contra os holandeses por duas razões, a primeira delas é que os fortes atacados eram holandeses, a segunda, extraída do seu depoimento aponta que ficaram 250 e 300 ingleses, não se referindo aos holandeses livres. Por fim temos nas conclusões finais de Luis Aranha que “nas duas fortalezas de Maturu e Nassau deixei prisioneiros no para (Pará) aonde oie estão pera V.Mag.de mandar o que for servido”⁴⁰⁰.

Em outras palavras, todos os prisioneiros eram holandeses, e estavam presos no forte do presépio, aguardando por uma definição do que fazer com eles.

Ao tentar retornar a Lisboa com quatro prisioneiros holandeses dessa campanha, todos foram capturados por piratas turcos. Luiz Aranha de Vasconcelos consegue fugir com quatro companheiros de viagem⁴⁰¹. Esse fato acaba por tirar as únicas provas dessa campanha, que foi com poucos soldados e sem conhecimento prévio dos capitães-mores do Pará e Maranhão.

Outras fontes não descrevem a destruição destes fortes holandeses, uma delas é a obra de Luiz Figueira intitulada “Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde holandês, ingleses, e franceses e outras nações”. Como o próprio título diz, descreve o combate com essas nações especificando inclusive o ano e os capitães envolvidos. Nessa obra, os fortes destruídos pela companhia de Luis Aranha de Vasconcelos são ignorados.

⁴⁰⁰ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p.394.

⁴⁰¹ Estranhamente todos os quatro holandeses levados na embarcação fogem ou são libertados e Luis Aranha, com seus homens, ficam presos por vinte e quatro dias com os Turcos. Dos holandeses que escaparam dois eram do navio que tinha afundado na costa. ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 394.

No seu retorno fez novos requerimentos, datados de 3 e 10 de julho de 1625, onde Luis Aranha de Vasconcellos pede recursos do reino para continuar a expulsar os estrangeiros do rio Amazonas:

“(...) que seria por bem de lançar fora os estrangeiros que no rio das Amazonas adentro antes que tenham tempo de se ajuntarem mais e de reduzissem ali todo o gentio e se fortificassem de forte que para depois os desapossar seja necessário muito cabedal (...)”⁴⁰².

Aponta três razões para agir o mais rápido possível: A primeira razão seria fazer a guerra antes que os “estrangeiros” tivessem tempo de se unirem mais e com mais gente. Sugerindo então que havia divergências entre os estrangeiros e que os portugueses deveriam explorá-las. A segunda razão para agir logo, seria o fato de evitar que todo o gentio daquela área ficasse em favor dos “estrangeiros”. A terceira razão seria agir antes que eles construíssem fortificações sólidas, que para tomá-las exigiria grande cabedal.

Ainda relata no documento escrito que os “estrangeiros” tinham praticado muitos roubos naquele litoral, na costa da Guiné, no Brasil e nas Índias. Além disso, aponta para “os lucros que das terras tiram”, indicando a utilização das terras em “plantations” de cana de açúcar e tabaco.

No documento, Luis Aranha de Vasconcellos pede mais recursos, mesmo tendo liberdade de agir, ordenada pelo monarca:

“(...) Pois tem VM mandado fazer segunda vez naquelas partes e que depois de conquistar os inimigos faça uma fortaleza na costa norte para guardar a custódia daquela terra (...)”⁴⁰³.

Segundo ele, esta seria a sua segunda viagem à região, tendo ordens de depois de expulsar os inimigos fazer fortaleza na costa norte para guardar a custódia daquela área. Argumenta que o soberano Filipe III teria ordenado que o mesmo se servisse da armada de Cristóvão Soares, que estava em luta contra os Holandeses pela Bahia, pois ali teria os recursos necessários de homens e materiais.

⁴⁰² AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.30.

⁴⁰³ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.30.

Demonstra que o conselho estava atrasado nessa liberação de recursos o que acarretava também atrasos na partida de expedição para a Costa Norte no ímpeto de agir contra os estrangeiros:

“(...) E para se fazer a dita força evitando deste modo muito trabalho e muita despesa; sofreu que há muitos dias que no conselho da fazenda estão hus papeis sem tomar resolução sendo-lhe matéria tão substancial indo tanto na brevidade.(...)”⁴⁰⁴.

Não há mais campanhas por parte de Luiz Aranha. Contudo, a carta de 3 de dezembro de 1626 o nomeia como o novo capitão da fortaleza do Pará. O documento de posse, muito simples do monarca ibérico, apenas diz para que a carta do cargo se registre na casa da mina, em Lisboa⁴⁰⁵.

Uma pergunta fica no ar, caro leitor. O mesmo Luis Aranha de Vasconcellos tinha ordem de fazer uma fortaleza na Costa do Norte e por lá guarnecer a região contra os estrangeiros depois de expulsá-los. Teria sido falha esta missão, e por isso teve que ficar na fortaleza do Pará (forte do presépio)? E o presídio que disse ter deixado naquela região hostil, com alguns soldados, que fim levou?

Pela proximidade das datas dos documentos, pode ser que a mesma fortaleza indicada no mapa de Cochado, tomada pelos ingleses, seja a que Luis Aranha mandou erguer.

No Grão Pará e Maranhão a preocupação de uma possível invasão das cidades levaram a uma caça aos estrangeiros residentes, que podiam ser espiões dos inimigos. Sabemos que só no Pará havia muitos holandeses e ingleses residentes, com permissão dos governantes. Mas numa provisão de 1626, feita pelo governador e capitão-general do estado do Maranhão e alcaide-mor da cidade de São Luis, chamado Francisco Coelho de Carvalho, alterou essa convivência drasticamente.

Ele ordena ao ouvidor geral e provedor da fazenda do Pará, bem como a todos da milícia e justiça que prendam todos os estrangeiros que na cidade assistem para a conservação e defesa do estado:

“Faço saber ao provedor da fazenda de sua M da Capitania do Grão Pará, e bem assim ao ouvidor geral ou a quem seu cargo servir, e a todas as mais pessoas de milícia, e justiça que pelos avisos de sua M consedirá não o quanto importa a conservação deste estado, e defesa à lhe segurarem-se os estrangeiros que nelle

⁴⁰⁴ AHU-ACL-CU-013, Cx.1, D.30.

⁴⁰⁵ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.33.

assistem, e chamando conselho todos os prelados, eclesiásticos, e todos os ministros de milícia e justiça e fazenda para que bastassem nesta matéria o que mais convinha para a defesa e segurança de todo este estado (...)”⁴⁰⁶.

Depois, passou ordem ao ouvidor geral para “mandar bando” (fazer a lei) e recolher todos os flamengos presos e apreender toda a riqueza que possuíssem. Não temos registros dos bens dos holandeses residentes neste período, no entanto, devem ter servido para ajudar no custo da guerra e enriquecer alguns poucos milicianos:

“(…) em virtude da qual mando o dito provedor, e o ouvidor geral mande botar bando, e de colher os dittos flamengos a essa cidade com todo o cabedal que tiverem (...)”⁴⁰⁷.

Apesar do governador do Maranhão dizer que mandaria um regimento, por meio do capitão-mor da capitania do Pará Sebastião de Sucena de Azevedo, para tratar desse assunto, acaba pedindo para os demais oficiais e justiças, que colaborassem com o provedor e ouvidor geral nessa matéria.

O documento indica que tal medida era um caso de segurança do estado. Contudo, ficam algumas perguntas sem respostas imediatas: onde ficaram todos os estrangeiros presos? E o que foi feito de sua fortuna? Por que se tomou tal medida, seria um preparativo para a guerra? Seria uma forma de evitar espionagens sobre o movimento de tropas que iriam ao Cabo Norte dominado por estrangeiros? Seria represália, a uma ação dos estrangeiros, em particular os holandeses, que nesse período atacavam o nordeste?

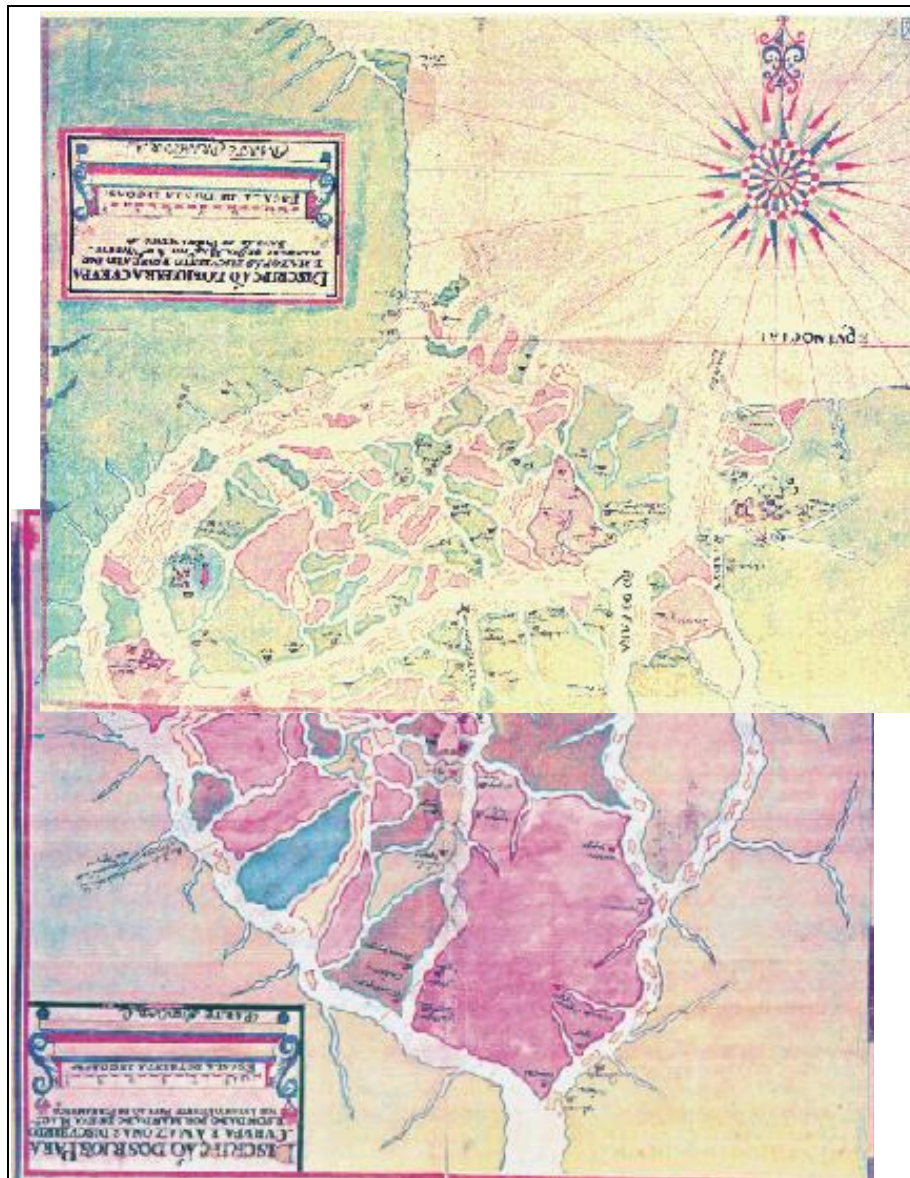
O Padre Luiz Figueira informa que após a chegada do primeiro governador do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho houve a deportação dos prisioneiros holandeses para as Antilhas⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.34.

⁴⁰⁷ AHU-ACL-CU-013-Cx.1, D.34.

⁴⁰⁸ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias. Coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, p. 170.

Figura 24



Mapas sobrepostos contendo a entrada do Amazonas e as fortificações portuguesas, inglesas e holandesas feitos por Antonio Vicente Cochado entre 1623 e 1624. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nota-se o encaixe quase simétrico das duas partes do Mapa mostrando a engenhosidade dos cartógrafos portugueses. In: GUEDES, Max Justo. *Brasil-Costa Norte: cartografia portuguesa vestutíssima*. Edição comemorativa do centenário da Frotilha do Amazonas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha. 1968.

No requerimento do capitão Aires de Sousa Chichorro, temos mais informações adicionais sobre outras ações posteriores em que esteve envolvido pelos idos de 1627.

Apesar de contar seus feitos na intenção de conseguir aumento de patente e soldo (pede ao rei que o nomeie sargento-mor da conquista do Pará e o tome por fidalgo e cavaleiro do hábito de Cristo), seu depoimento é precioso e acrescido de confirmações dos outros capitães, para dar maior veracidade ao que conta. Isso por si só não os exime de falsidades ou

erros de memória, no entanto serve como uma referência sobre os fatos destacados e é precioso quanto ao discurso pregado acerca dos indígenas em questão.

Quando o governador Francisco Coelho de Carvalho ordenou que se cortasse o comércio de holandeses naquela região, foi o capitão Chichorro com as demais tropas para esse fim:

“(...) o dito governador mandou a elle sup. por cabo de gente q pareceu conveniente para q fosse descobrir os portos, e paragens, onde os olandezes se costumão recolher, (...)”⁴⁰⁹.

Identificar e mapear os portos dos holandeses era a prioridade de sua missão. Nesse ponto não se fala de ingleses, nem de irlandeses, mesmo sabendo de sua existência na região, o que também indica uma postura diferencial bem mais agressiva contra os holandeses. Ainda que os demais fossem incluídos em documentos por frases como “homens do norte” ou “gente da Europa”, sempre se fala explicitamente: “holandeses” ao inimigo, acrescido de adjetivos como “rebelados”, “rebeldes”.

Nesta nova campanha há uma clara tentativa de cortar o contato, ou as relações comerciais entre holandeses e demais “estrangeiros” com os indígenas Aruãs. Na provisão de Francisco Coelho de Carvalho de 1627, ele nos indica uma ação mais enérgica e coesa contra os estrangeiros, mandando não somente Chichorro, mas também o capitão Pedro da Costa fazer este serviço de sondagem das posições do inimigo:

“A instancia com que sua Magestade me encarrega o castigo dos rebeldes de olanda, e de toda mais gente de europa que sem licença sua costuma vir comercializar como gentio destas partes. Sendo de novo informado do Capitão pero da Costa que mandei sondar os portos he Bahias das ilhas em que abitão o gentio da naçam aroam, por serem os que mais entrada lhe dão E facilitão o comercio dos ditos estangeiros, que se tinham ido dahi duas naus suas e que esperavam por outras brevemente (...)”⁴¹⁰.

Notemos que já estão inclusos “toda mais gente de Europa” e não somente os holandeses embora sejam estes últimos especificados com todas as letras. Mostrando o quanto eles estavam preocupados com estes na colônia.

⁴⁰⁹ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴¹⁰ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

Na frase seguinte “sem licença sua” pressupõe que havia “estrangeiros” com permissão para ficar nessas partes ou que aqueles que tivessem permissão do rei poderiam ficar. Isso foi confirmado mais acima quando foram presos todos os estrangeiros residentes na conquista e tomados todos os seus bens.

Mas, dentre todos os pontos importantes desta fala destacados, o que nos remete mais a pesquisa sobre a relação entre indígenas e colonos, está na conclusão que os Aruans atuavam como o principal grupo que facilitava o comércio com os “estrangeiros”. Por isso, foi feita uma expedição aos locais onde eles habitavam (portos e baías), para ver se havia esses “estrangeiros”.

Não podemos crer piamente nas fontes, isso pode simplesmente fazer parte de uma campanha difamatória para justificar a caça e escravização dos Aruãs, como já acontecera com outras tribos na colônia. No entanto, o fato agravante do território do grupo ter maior concentração de “estrangeiros”, foi mais levado em conta na decisão da campanha contra esses indígenas, mesmo que tenham somente “facilitado o comércio” e não comercializado diretamente com esses “estrangeiros”.

Parece-me que a colocação de que os Aruãs eram os que mais comercializavam com ingleses e holandeses era mais próxima da realidade, posto a localização das colônias “estrangeiras” estarem justamente na região que habitavam os Aruãs, na costa ocidental do Amapá e parte norte da ilha de Joanes. Continuando esta provisão ele diz:

“(…), desejando prevenir e remedear este danno E mais que podem Resultar da vezinhança e comunicação desta gente com este gentio rebelando-os na paz e amizade que com nos os tem, e por outros muitos consideráveis respeitos, vendo que para esta ocasião de tanta importância concorrem no Capitão Aires de Sousa Chichorro todas as partes necessárias (...). Ei por bem eleger e nomear ao dito Capitão Aires de Sousa Chichorro, para esta entrada, e que possa levar em sua companhia athe vinte homens coais elle nomear desta capitania, assim dos que vencem praça como de todos mais moradores que o capitão mor lhe mandar a dar, e a pólvora, e munições a este respeito, E assim também todo gentio e canoas que lhes fazem necessárias (...)”⁴¹¹.

Note que tais Aruãs são descritos em “paz e amizade” com os portugueses e a ação era para “prevenir e remediar” qualquer dano nessa relação praticada pelos

⁴¹¹ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

“estrangeiros”. Ou seja, a campanha seria executada com cautela para que permanecessem os Aruãs em paz com os portugueses.

Assim partiu Aires de Sousa Chichorro com vinte soldados, recrutados e aliados indígenas de aldeias contatadas, para atuarem na guerra e para conduzirem as canoas até os locais identificados previamente como reduto de “estrangeiros”.

“(…) que o dito capitão Aires de Sousa Chichorro procurara somente descobrir e sondar todos os portos, e Bahias por onde os ditos estrangeiros costumão navegar e comercializar, e as entradas e surgidouros que tem tratando por todas as vias com o gentio natural que não aceitem nem recebam a comunicação e resgate dos ditos estrangeiros, Antes os prendão em os enviem para nelles mandar fazer execução de justiça como sua magestade manda (...)”⁴¹².

Para prevenir os danos desse comércio entre Aruãs e “estrangeiros”, que implicava numa maior hostilidade dessas tribos aos portugueses, foi mandado o capitão Chichorro com ordens de levar todo pessoal que pudesse inclusive os indígenas recrutados ou aliados, para irem até esses locais “apaziguarem” os Aruãs e fazê-los mudar o apoio para o lado português. Caso houvesse resistência deveriam levá-los presos para que se “fizesse justiça”. Isso significava que os capturados seriam entregues a fazenda pública para serem vendidos como escravos.

Como as tribos Aruãs eram conhecidas por serem bastante bravas e temidas pela violência com que tratavam os seus inimigos, não é difícil imaginar que houve combates ferozes entre estes e os portugueses, liderados pelo capitão Aires Chichorro. Segundo consta ainda na fonte alguns foram capturados pelos portugueses, e possivelmente foram escravizados conforme o ordenado.

O padre Luiz Figueira, afirma em seu texto dedicado à guerra contra os holandeses, ingleses e franceses, que a ordem do governador era de executar os capturados estrangeiros. Em junho de 1627 o capitão Bento Maciel quase enforca alguns deles, mas por pressão dos religiosos acaba enviando-os à Espanha⁴¹³.

No lado dos “estrangeiros” os ataques portugueses começaram a ter efeito e alguns dos colonos perceberam que apenas unindo-se às forças inglesas e holandesas é que

⁴¹² AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴¹³ Segundo Serafim Leite os prisioneiros enviados para Espanha depois de soltos voltam à Holanda e “*tornam a armar alguns mercadores, dando-lhes nau, armas e mercadorias (...) para que viesse fazer tabaco*”. LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias. Coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, p.170.

poderiam fazer frente aos ataques. O grande problema para muitos era a falta de uma frota para combater os portugueses, contando apenas com poucos navios holandeses da companhia das Índias Ocidentais para essa finalidade, além da pouca artilharia costeira que sobrara.

“(…) Mas quando vim para fflushing escutei que os portugueses atacaram de surpresa todos os nossos compatriotas e os holandeses [f.111v] tanto que a companhia das índias Ocidentais não enviaria mais navios para o Amazonas até eles terem noticias certas do procedimento (...) para qual tinham intenção (imediatamente das noticias de enfermidades) enviou três navios partindo a meses de distancia o primeiro fez se à vela no ultimo outubro: o qual retornou no dia esperado. Mas para outros portos da mesma costa eles tinham três navios e dois Pinnaces projetados: então vi uma pequena esperança para o Amazonas sem um poderosa frota para ganhar eu resolvi me juntar com um dos governantes das Índias Ocidentais chamado Abraham van Pere e assim poderíamos direcionar um trafico no rio Berbeeces os holandeses um lado do rio e os ingleses o outro, estando confiante por essas maneiras pra fazer (...) no nosso Estado um grande lucro e honra que pode ser ganhada ao estabelecer um comércio naquelas partes o qual eu não posso conceber que seja inferior ao Peru ou México (...)”⁴¹⁴.

Portanto ao findar este período de combates, os ingleses e irlandeses passam a atuar junto com os holandeses, fato já ocorrido anteriormente em 1621 com a falta de navios para a Inglaterra e da extinção da “Amazon Company”. Mas agora de maneira mais dramática em virtude da falta de recursos para a guerra e a melhor proteção dada pelos holandeses, ainda que tivessem resistências a isso. As resistências da WIC ao envio de novos navios era um problema tanto para os ingleses quanto para os colonos holandeses. A companhia inglesa das Guianas enviou os três navios citados por Eveling, no mesmo ano. Junto com os navios holandeses da WIC, fariam uma poderosa força naval na região do Amazonas.

A nova companhia inglesa foi fundada oficialmente em 1627. Chamada de “Companhia da Guiana” tinha a intenção de comercializar produtos das regiões da Guiana e Amazonas, conforme podemos ver na carta de criação da mesma, escrita pelo Rei Charles.

“Charles pela graça dos reis da Inglaterra, escócia, França e Irlanda e defesa da fê. Considerando muitos de nossos fieis no período do reinado de nosso ultimo membro da família real (pai) em outros tempos estando agitado com o desejo em aumentar os domínios para aumentar o comércio e o tráfico de suas terras nativas tem em muitas

⁴¹⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.272.

viagens pelo mar não somente aventurado e estado nas terras do continente americano e ao redor do rio Amazonas e nas costas e territórios da Guiana a mesma não então estando na atual posse ou ocupação por nenhum soberano ou estado cristão. (...) e que isso deve e pode ser legítimo por e para o mencionado governo e companhia e seus sucessores para usar e ter um selo comum para todas as causas e empreendimentos”⁴¹⁵.

Note leitor, a área da companhia abrangia todas as terras entre o rio Desequibo e Amazonas, indo 20 léguas à dentro do território. Sobre o Amazonas diz ainda que a nova companhia detinha as terras “que antigamente tinha sido ganha ou possuída por qualquer súdito”, ou seja, as terras da antiga “Amazon Company”. Seus proprietários, na maioria eram os mesmos da antiga companhia, inclusive Roger North, que logo passou a comercializar na região e fundar colônias.

“(...) e nós temos futuramente pela nossa mais especial graça certamente conhecimento dados e concedidos por estes presentes para nós e nossos sucessores dar privilégio e confirmar até eles o mencionado governo e companhia de nobres e cavalheiros da Inglaterra para a *plantation* de Guiana seus sucessores e procuradores em todas aquelas terras e territórios no continente americano situadas entre o rio Amazonas e o rio de Desequebe a todas ilhas e territórios estando dentro de 20 léguas abaixo adjacente. E todas as terras e territórios localizados do rio Wiapoco ao sul do rio Amazonas e desse lugar mais ao sul cinco graus de latitude de qualquer parte do mencionado rio Amazonas e estendendo de este a oeste através do continente de mar a mar o que antigamente tinha sido ganho ou possuído por qualquer nossos súditos ou qualquer de nossos progenitores de nossa querida irmã da famosa rainha Elizabeth ou o nosso mencionado querido pai ou para nossos herdeiros e sucessores o que devem futuramente conquistar ou por outro lado ganhar por conquistas ou por consentimento dos nativos e habitantes daquelas partes e que não estavam nesse momento de grande concordância ou cartas patentes feitas ao mencionado Robert Harecourt ou outros legítimos habitantes na atual e legítima possessão e ocupação de outros soberanos cristãos ou estados agora (...)”⁴¹⁶.

Os comerciantes citados por Luiz Figueira como holandeses, chegaram ao Amazonas em Abril de 1628, e se estabeleceram no sertão do Tucuju. Fizeram um forte de madeira, que segundo a descrição de Figueira:

⁴¹⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.288-97.

⁴¹⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p.288-97.

“Tinha “uma cava de 20 palmos de alto e uma barbacã, de 12 palmos de alto, e largo 15, com parapeito em cima, de quatro palmos de alto e largo de 4. E todo o forte era quadrado. Tinha quatro pedreiros e uma peça grossa de artilharia. E chamavam o Gentio, que lhe fazia o fumo, e comercializavam com eles. E, por serem ali já antigos os que dali tinham ido, lhe sabiam muito bem a língua”⁴¹⁷.

Note o leitor, que os mais antigos sabiam a língua dos indígenas. Eram eles que faziam o contato para as trocas de produtos, como o tabaco.

Para acabar com esse forte o capitão-mor do Pará enviou o capitão Pedro da Costa, que reuniu grande contingente de tribos aliadas contra os holandeses e ingleses, entre os meses de abril e maio de 1629. Segundo Figueira, sua companhia era composta de 30 ou 40 soldados portugueses e 800 índios flecheiros em 40 canoas⁴¹⁸.

Bernardo Del Carpio e mais uma derrota Lusitana:

As fontes documentais dos estrangeiros confirmam os dados de Luiz Figueira. Contudo, não chegaram em 1628, mas sim em 1629, para ajudar os colonos e membros da WIC (Companhia das Índias Ocidentais Holandesas). Eram dois navios: um grande (com dezoito peças de canhão) e outro menor também artilhado. Os grupos aliados e recrutados das aldeias Aruãs receberam os navios, conforme relato de seu capitão Bernardo Del Carpio.

“(…) O suplicante partiu da Zeeland em 24 de janeiro de 1629 chegando ao Rio Amazonas com os dois navios, um deles contendo 18 peças de artilharia em bronze e ferro e mais outros seis em abril do mesmo ano. Depois de perceber a artilharia os índios, já abordo do navio, reconhecendo o suplicante logo aceitaram sua autoridade (…)⁴¹⁹.

Note caro leitor, que os indígenas tinham grande admiração pelas armas de fogo. Segundo o que Bernardo afirma, de maneira implícita, os indígenas tinham dificuldade em distinguir a nação européia pelos barcos e trajes, valiam-se do contato direto com os capitães

⁴¹⁷ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias. Coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, p.171.

⁴¹⁸ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias, in: coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, p.171.

⁴¹⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, p301.

para reconhecer seus aliados. Isso acaba nos parecendo uma fragilidade dentro das forças holandesas.

“(…) O suplicante desceu pelo rio por mais 60 léguas e foi perguntando aos índios sobre alguns deles que não estavam lá, foi então que os índios lhe contaram que sobre outros brancos que estiveram lá para fazer guerra com eles o que havia feito com que ambos os lados sofressem algumas perdas e que alguns irlandeses que ficaram vivos se foram com eles livremente levando consigo muitos índios que também foram livremente. (...)”⁴²⁰.

No contato com os indígenas, Bernardo soube da presença de outros brancos, e da guerra que houve entre eles e os seus soldados. Disseram a Bernardo que os irlandeses capturados foram levados vivos e “de maneira livre”, assim como muitos índios. Sabendo então da presença de inimigos, Bernardo levantou um forte chamado Foherégo (conhecido mais tarde pelos portugueses como Torego ou Toregue)⁴²¹.

“(…) O suplicante assentou um forte chamado Foherégo, reforçado com um pouco da artilharia e pedras com argamassa, assim deixou alguns de seus homens por lá sendo liderados pelos dois Irlandeses que havia conhecido em Zeeland, um deles se chamava Mestre Matthias Omallon (Matthew More?) e o outro Mestre Diego Porcel (James Purcell). Ele mesmo acabou indo para o interior com 42 soldados para ter com os índios e levar a paz a eles, pois eles estavam em guerra entre eles. (...)”⁴²².

Contando com dois engenheiros militares que trouxera da Holanda, chamados James Purcell e Matthew More, eles construíram um forte de argamassa e pedra e com algumas artilharias. Nesse período viajou para o interior para pacificar os índios, seus aliados, que estavam em guerra entre eles. Podemos supor que a guerra envolvia os grupos Palikurs e os Galibis, que nessa época iniciaram uma longa disputa territorial por causa do comércio, como vimos no capítulo terceiro.

⁴²⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.301.

⁴²¹ Arthur Vianna diz equivocadamente que o forte Tauregue foi construído por Bento Maciel Parente entre 1637 e 1639. Seria próximo ao forte do Desterro, localizado a seis léguas de onde deságua o rio Genipapo. VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1905, pp.245-47.

⁴²² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.301.

“Tendo viajado 40 léguas e já era Junho quando chegaram algumas notícias que diziam que o inimigo havia chegado matando os índios, queimando suas habitações assentaram outro forte nas proximidades do forte construído pelo suplicante sem ao menos dizerem quem eram, de onde tinham vindo ou perguntando quem era que já estava lá”⁴²³.

Em junho chegou à região as tropas do capitão Pedro da Costa com o objetivo de expulsar os estrangeiros. Contavam com uma numerosa força de sete mil índios além de duzentos brancos, descritos por Bernardo.

Do combate sabemos apenas o que diz o seu depoimento. Gravemente ferido ele teve de lutar apenas com os seus soldados, já que, seus aliados embrenharam-se nas matas e fugiram.

“(…). O suplicante retornou para ajudar seu pessoal com 42 brancos e 10,000 índios, encontrando o inimigo antes mesmo de chegar ao forte juntamente com alguns guerreiros sendo 200 brancos e 7,000 índios. Eles então lutaram, havendo perdas em ambos os lados, o suplicante foi ferido por duas balas e uma flecha, seus índios fugiram abandonando-o a morte. Sem desistir ele e os 42 brancos continuaram a luta e vencendo seus adversários conseguiram uma vitória (...)”⁴²⁴.

O depoimento de Bernardo não cita o forte durante os combates, apenas indica o número desigual de forças. O leitor pode notar que os seus dez mil indígenas apesar de em maior número, não puderam dar conta dos sete mil do lado português. Todavia, apesar de todas essas dificuldades, ainda conseguiram vencer a luta contra os portugueses.

“Eles conseguiram capturar alguns índios hostis e dois brancos e descobriu que eles eram portugueses e que o líder do ataque era um português mulato de nome Pedro de Costa, que fora enviado pelo governante de Marañon para expulsar os estrangeiros. Ele libertou os dois portugueses e os índios pedindo para que dissessem a Pedro de Costa que ele e os irlandeses comandados por ele eram católicos e que não tinham a intenção de provocar uma guerra em nome do rei da

⁴²³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.301.

⁴²⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.302.

Espanha. Não houve resposta da parte de Pedro de Acosta que deixou sua expedição durante a noite⁴²⁵.

Partindo da mesma opinião do padre Luiz Figueira, a vitória dos estrangeiros foi justamente provocada pela falta de controle português de seus recrutados indígenas. A batalha estava equilibrada com dois mortos de cada lado, mas os indígenas recrutados pelos portugueses, vendo os indígenas inimigos fugirem, ao invés de ficarem nas suas posições, para acabar com os estrangeiros foram atrás dos fugitivos. Isso deixou os portugueses em desvantagem na batalha⁴²⁶.

Desse episódio podemos tirar muitas informações acerca das relações estabelecidas dentro das companhias militares, tanto portuguesas quanto estrangeiras. Todas estavam articuladas por alianças permanentes, mas elas não conseguiram estabelecer um recrutamento oficializado, com a transfusão de técnicas militares européias para seus indígenas. Os indígenas de ambos os lados valiam-se das mesmas formas de luta de seus ancestrais e, os do lado português (provavelmente oriundos de aldeias Tupinambás), correram para cima de seus inimigos tradicionais sem levar em conta as ordens dos capitães.

Note leitor, as diferenças dos números de soldados e índios, apontados por Bernardo Del Carpio e Luiz Figueira:

Tabela 4

	PORTUGUESES	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	ESTRANGEIROS
	ÍNDIOS	SOLDADOS	ÍNDIOS	SOLDADOS
LUIZ FIGUEIRA	800	30 ou 40	?	48
BERNARDO DEL CARPIO	7.000	200	10.000	42

Fontes: LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias. Coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940; LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.

A desproporção entre os indígenas recrutados por Pedro da Costa, nas duas fontes, é bastante elevada. Essa falta de precisão nas fontes, tanto nos números quanto nos nomes das próprias fortificações é uma das causas das confusões e erros ocasionais entre os historiadores antigos.

⁴²⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.302.

⁴²⁶ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias. Coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, p.171.

Após descobrir que seus inimigos eram portugueses, Bernardo concede a liberdade aos prisioneiros e manda um recado ao capitão Pedro da Costa, que merece uma reflexão mais apurada. Manda dizer que ele, e os irlandeses que estavam com ele, eram católicos e que não tinham intenção de fazer guerra. Isso pressupõe que essa campanha ibérica tinha caráter religioso, pelo menos na mentalidade de Bernardo.

“Os portugueses sabendo que o suplicante se chamava Bernardo e que vencera uma batalha com 42 brancos depois de ter sido abandonado pelos índios e que ele libertou os prisioneiros passaram a chamá-lo Bernardo Del Carpio, sendo esse seu nome entre os índios”⁴²⁷.

Não adiantou esse argumento. Pois o capitão Pedro Teixeira comandou uma nova investida contra Bernardo Del Carpio no ano de 1629. Desembarcou com as suas tropas no sertão de Tucuya (Tucuju), fazendo logo uma área segura para desembarques. Depois ele e seus subordinados deram combate às forças inimigas até chegarem junto da fortaleza dita holandesa, fazendo um cerco até a rendição da fortificação, conforme podemos observar no depoimento de Chichorro que esteve sob seu comando:

“(…) levou a dianteira, até q se entrincheirou junto da fortaleza dos olandeses, a qual se derão tantos assaltos, q elles se renderão cem entregarem as armas, e o mais q tinham, (...)”⁴²⁸.

No depoimento de Bernardo Del Carpio ele nos informa de maneira diferente algumas das informações:

“No mês de setembro seguinte um português, Pedro Teixeira, apareceu com mais de 300 brancos e 15.000 índios por ordem do mesmo governador de Marañon para lutar contra o suplicante. Ele fez um ataque surpresa no forte durante a noite e ocupou com guarnição.(...)”⁴²⁹.

⁴²⁷ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.302.

⁴²⁸ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴²⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.302.

Na certidão anexa de Pedro Teixeira ele informa serem todos holandeses os que estavam no sertão do Tucuya (dos índios Tucujus). Ou seja, não levou em conta haverem católicos ou irlandeses na região, diz ele:

“Pero Teixeira Capp.am de infantaria e descobrimentos por sua Mag.de nesta conquista do Pará, e ora por particular provisão do governador e Capp.am geral Francisco Coelho de Carvalho Capp.am da guerra que por serviço do dito senhor mandou dar aos rebeldes de olanda situados no sertão do Tucuya (...)”⁴³⁰.

Pelo documento, as ordens para o combate aos holandeses teriam vindo do governador e capitão geral Francisco Coelho de Carvalho, que as repassou ao capitão Pedro Teixeira. Na descrição de Pedro Teixeira o território inimigo é chamado de sertão do Tucua e os seus moradores Tucujus:

“(...) e chegando ao sitio donde avia de desembarcar com toda gente entendendo que o inimigo nos podia agoardar para nos impedir o passo por ser perto de sua fortaleza mandei (Pedro Teixeira) ao dito capp.am (Chichorro) com parte da sua companhia tomar o sitio, o que fez tendo o campo seguro athe sem perigo nhu de desembarcar toda a gente e aposentar.(...)”⁴³¹.

O ataque foi realizado por meio de barcos, lanchas e canoas em número ignorado. Transportavam todo o aparato bélico português. A tática era simples e consistia de um desembarque rápido e silencioso de todo o pessoal e armas nas praias próximas da fortaleza inimiga. No entanto, verificou-se que era muito perigoso, pois o inimigo podia antecipar essa ação e atacar a praia impedindo o desembarque. Por isso, Pedro Teixeira preferiu desmembrar o grupo de ataque, mandando à frente Chichorro com parte de sua companhia antes da chegada do grosso da tropa principal, que ia atrás, comandada pelo próprio capitão Pedro Teixeira.

Foi estabelecida uma cabeça de praia⁴³², onde a companhia de Chichorro tomou posse para evitar que o inimigo abrisse fogo dessa posição e impedisse o desembarque das tropas. Não sabemos se houve muita hostilidade nesta fase da luta, o certo é que, depois de assegurada a praia, desembarcaram os soldados, armas e provisões. A fonte não indica a quantidade de pessoas envolvidas entre soldados, recrutados e aliados.

⁴³⁰ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴³¹ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴³² Termo mais conhecido depois dos famosos desembarques da Normandia (França) em 1945.

“E no dia seguinte quando fui reconhecer a fortaleza dos encontros foi também na dianteira e a sitio pelejando como devia nas trincheiras q junto a fortaleza fizemos tiros de arcabus, e assim se achou nos mais assaltos que se lhe derão, sendo todos muy perigosos e ariscados sem nunca perder gente, e o inimigo sem prese retirar com muita perda, athe que obrigado della se entregou a partido. Entregando artelharia, Roqueiras, Bandeira, pólvora, monicões e mais armas das quais cousas mandei tomar entrega pello dito capp.am (...)”⁴³³.

No dia seguinte foram dando combate ao inimigo até estabelecerem umas trincheiras junto da fortaleza dos “estrangeiros”. Uma vantagem foi obtida pelos portugueses que ficaram num ponto cego da artilharia inimiga, por isso a afirmação de que podiam dar tiros de arcabuz, que nunca perdia gente e que se o inimigo tentasse fugir perderia muita gente.

Para o capitão Bernardo Del Carpio, os portugueses não conseguiram tomar o seu forte. Levantaram o cerco após sua chegada do interior, com trinta mil índios recrutados:

“As notícias chegaram ao suplicante mesmo ele estando a 16 léguas de distância juntamente com 16 brancos. Eles imediatamente foram para o forte com mais 30,000 índios. E então Pedro Teixeira levantou cerco recuando para umas canoas que estavam servindo de barricada para sua defesa”⁴³⁴.

A derrocada do forte feito por Del Carpio aconteceu muito depois de iniciada à luta e foi resultante de uma divergência interna entre ele e os capitães dos navios, dois ingleses e um holandês, que chegaram ao Amazonas como reforço. Note leitor, como as fontes são totalmente discrepantes nesse aspecto.

“Nesse momento mais três navios chegaram ao Amazonas, dois ingleses e um da Zeelandia, sendo que o último deles trazia reforço para o suplicante. Os dois navios ingleses traziam ordens da Inglaterra de notificar o suplicante que ele e o resto dos irlandeses poderiam ser considerados traidores do rei caso não obedecessem ao comandante desses dois navios. Esse comandante não só conhecia a embarcação que o suplicante sempre usava como também sabia que ele estava em guerra com os portugueses e, ocultando a ordem que trazia para ser dada a ele, ofereceu ajuda de

⁴³³ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴³⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.303.

uma forma bem amigável e avisou sobre a provável chegada de um navio com suprimentos para ele”⁴³⁵.

Ainda segundo Del Carpio, chegaram novos reforços dos portugueses. Eram recrutados das aldeias Engahíbas, considerados os mais difíceis de lutar.

“Ao mesmo tempo 2000 índios chamados “Angaynas” que eram aliados dos portugueses chegaram para dar-lhe suporte, eram os mais bravos desse povo (...)”⁴³⁶.

As fontes portuguesas não citam essa participação dos dois mil Engahíbas. Segundo Chichorro, os estrangeiros, sem ter muita opção de luta, aceitaram os termos de rendição da guarnição de sua fortaleza e a entregaram para o capitão Pedro Teixeira e a companhia de Aires de Sousa Chichorro:

“(...) nos recolhemos com os rendidos deixando a fortaleza arazada por não estar em parte que conviesse ao serviço de sua magestade, e por tudo passar na verdade (...)”⁴³⁷.

A rendição do forte por Bernardo Del Carpio, não aconteceu somente devido ao cerco e combate como sugerem as fontes portuguesas. As diferenças entre os capitães holandeses, ingleses e irlandeses por causa de poder e comando junto aos indígenas, aliado a questão religiosa, foram os elementos da discórdia.

“(...) Enquanto isso o irlandês que veio com os 400 homens em dois navios escreveu ao suplicante secretamente na língua deles informando sobre as ordens que deveriam ser dadas a ele pelo comandante.

O suplicante chamou o irlandês para um conselho e percebeu que se eles se juntassem aos 400 ingleses mais os reforços vindos de Zeeland, os irlandeses e católicos perderiam o comando para hereges e conseqüentemente os índios seriam hereges e não mais católicos. Então ele enviou dois irlandeses e um mulato para comunicarem a Pedro Teixeira que ele preferia servir ao rei da Espanha a hereges,

⁴³⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.303.

⁴³⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.303.

⁴³⁷ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

faria isso e entregaria o forte se dessem a ele bons termos em nome do rei e do governador de Marañon e Gran Para”⁴³⁸.

O capitão Bernardo junto ao outro irlandês percebeu que com os reforços ingleses, mais os que estavam a caminho, vindos da Holanda, os católicos seriam minoria e logo perderiam o comando daquele rio e dos seus indígenas para “hereges”. A rendição das forças católicas de Del Carpio aos portugueses foi por causas religiosas e políticas dentro das colônias dos estrangeiros. Após um acordo firmado entre as partes ele e seus soldados entregaram o forte aos portugueses.

“(…) Ele e seus capitães, oficiais presentes, soldados e civis, o seu capelão Frei Luys de la Assumpción fizeram um juramento em uma missa com todos os evangelizados, ajoelhados diante de um crucifixo, juraram que os irlandeses e todos os outros estrangeiros que estavam com eles, escravos e índios que os serviam e deveriam ter a liberdade de suas vidas, assim poderiam negociar livremente com o português: dariam a eles terras e índios para o cultivo de tabaco, teriam também a posse de todas as frutas e todo lucro que aquela terra desse. Quando houvesse a paz entre os reis eles teriam direito a passaportes, transporte e provisões para aqueles que quisessem ir à Espanha levando todos os seus bens, mas os que quisessem permanecer ficariam seguindo as condições acordadas: esses termos foram todos registrados em Português e Irlandês. O suplicante então entregou o forte aos portugueses e partiu com eles (...)”⁴³⁹.

As disputas entre católicos e protestantes acompanham as ocupações inglesas, irlandesas e holandesas desde o seu início, conforme vimos no capítulo anterior. Ao entregarem o forte os católicos, de maioria irlandesa, não somente pactuaram o fim das hostilidades, mas também a entrega de todos os seus bens, incluindo plantações de tabaco, frutas e sua mão-de-obra. Isso possibilitará a volta de muitos colonos irlandeses ao Grão-Pará depois desses conflitos, com autorização do rei de Portugal.

Uma pergunta que o leitor deve estar se fazendo é: por que os portugueses destruíram o forte já tomado? Por que não o utilizaram para derrotar os outros estrangeiros? A resposta parece estar no local impróprio que “não convinha ao serviço de sua majestade”. Provavelmente era muito no interior do rio principal, em um local que não dava para impedir

⁴³⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.303.

⁴³⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.303.

o acesso à direção nascente do rio Amazonas. Indica que pretendiam utilizar, quando possíveis, estes fortes inimigos e desfaz o mito da vingança lusa contra as possessões “estrangeiras”.

O local da fortificação holandesa foi escolhido para a defesa das suas plantações e engenhos, algumas para guarnecer o rio. No entanto, no forte Foherégo (ou Torego, como ficou conhecido pelos portugueses), havia muitas entradas e baías, não defendidas por artilharia pesada, que deram a chance da aproximação dos portugueses sem serem atacados do forte.

Depois de tomarem o forte, os portugueses ainda tiveram que lutar com os “hereges” (ditos por Bernardo), ingleses e holandeses das patrulhas e navios de guerra que chegavam para auxiliar aos sitiados:

“(…) certifico que vindo nos recolhendo da guerra do dito Tucuju. Com os estrangeiros q nellas nos entregaram a partido chegando a aldea de Maricay vieram duas naos hum pataxebe e duas lanchas que de socorro vinhao aos ditos rendidos, (…)⁴⁴⁰.

A vitória lusa na outra fortaleza, e conhecida pelo nome de Maricay (Mariocay), devido o nome da aldeia próxima, foi muito por sorte. Os reforços estrangeiros não chegaram a tempo de evitar a rendição da sua guarnição. As duas naus, duas lanchas e um pataxebe eram fortemente armados e vinham com muitos soldados.

Novamente Chichorro “com sua gente” (como as fontes designam os indígenas), foi utilizada nos planos de Pedro Teixeira. Fugindo de um combate aberto no rio com uma força superior e evitando ficar encurralado em terra, ele novamente deixou a companhia de Chichorro em terra para evitar o desembarque do inimigo. Na inversão das posições a companhia de Aires Chichorro fez retornar este auxílio holandês que não pode desembarcar, acabando por recuar num combate que durou “um dia e uma noite”. Podemos também supor que essa força holandesa temeu ficar presa entre a terra e possíveis reforços de Pedro Teixeira em embarcações no rio e por isso retornaram:

“(…) e vindo-se recolhendo o dito capitão trazendo em sua companhia os olandeses rendidos sobrevierão duas naos, hum pataxo, e duas lanchas dos enemigos que vinhão em seu socorro, e pretenderão lançar gente em terra pera ocupar outra vez , o que vendo o dito capitão querendo impedi-los, mandou a elle sup. q com sua gente

⁴⁴⁰ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

lhe defendesse o desembarcar, o q fez o que convinha estando hum dia e huma noite pelejandocom os inimigos, te q elles desesperados da empresa, se fizerão na volta do norte, (...)»⁴⁴¹.

Pedro Teixeira, mais detalhista em sua certidão diz que a companhia estava em desvantagem posto estar em terra e a força holandesa embarcada. Houve então ataque de bombardas dos barcos inimigos para um desembarque de tropas holandesas:

“(…) he encontrando-se conosquo na dita paragem se puzeram as bombardas para a sombra dellas botarem gente em terra. Para defesa encarreguei ao Capitam Aires de Sousa Chichorro a paragem mais perigosa e arrisquada para que co a sua companhia a defendesse o q elle fez (...)»⁴⁴².

A fonte sugere que sob a cobertura de fogo das bombardas da Nau holandesa houve um desembarque de tropas que foi combatida por Chichorro. Nesse aspecto, o capitão Pedro Teixeira recuou com os prisioneiros rendidos da fortaleza deixando a companhia do capitão Chichorro como distração e resistência ao desembarque.

Percebo, no entanto que nos dois discursos há uma contradição na lógica militar. Afinal, que vantagens havia em ficar uma força reduzida para defender a posição de uma nova invasão? Por que então Pedro Teixeira não ficou e lutou para expulsar o inimigo? Por que os navios holandeses não foram tentar destruir a frota portuguesa?

Fato confirmado pelo próprio Teixeira, é que ele não esteve presente no combate de Maricay. Isso é muito importante para desconfiarmos da veracidade daqueles fatos contados por ele:

“(…) cometendo nella o inimigo a desembarcar com três lanchas e muita gente e com a resistência q lhe fez com os de sua companhia, se lhe retiraram com muita perda segundo depois tive por informação, e assistindo as naos num dia e hua noite jugando sempre muita mosquetaria e artilharia, o dito Capitão não largou nunqua a instancia que lhe entreguei athe que os contrários vendo o pouquo effeito que faziam se fizeram na volta do norte, ficando interra de sua magestade por então livre e desoprimida de tam molestas nação nella (...)»⁴⁴³.

⁴⁴¹ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴⁴² AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴⁴³ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

O fogo de mosquetaria da companhia do capitão Chichorro, e a chuva de flechas dos indígenas recrutados e aliados Engahíbas, que estavam em número elevado, fizeram os holandeses se retirarem “segundo teve informação” Pedro Teixeira. Embora o estrago do lado português seja ignorado, posto eles dificilmente contarem o gentio como baixa de guerra, apenas os soldados brancos. Temos em depoimentos escritos, um pouquíssimo número de mortos e feridos portugueses. Mas, o padre Luiz Figueira, confirma os fatos de maneira semelhante ao dito pelo capitão Teixeira.

“Depois do nosso Capitão partido, a dois ou três dias, chegaram ao mesmo lugar 2 naus e um pataxo, e outras três lanchas, que vinham socorrer os cercados seus companheiros (Forte Torego). Dispararam muita artilharia, em vão, e trataram de deitar gente em terra, porem, os nossos das ciladas que lhes fizeram os iam recebendo de tal maneira que lhes mataram 4 dos seus. E com isso os fizeram recolher outra vez, e dando à vela se tornaram de onde tinham vindo. Estes se afirmam serem Ingleses do Capitão North, que aí perto depois tomou sítio, e fez outro forte, não muito longe, de que depois os nossos tiveram notícia. E agora tornou lá o mesmo capitão Pero Teixeira, por ordem do Governador, com a mesma ordem que para os Holandeses lhe tinha dado. Esperamos com o favor divino o mesmo sucesso”⁴⁴⁴.

Podemos ter a certeza que isso não refletiu a realidade, quando avaliamos os fatos do ponto de vista militar. O uso de bombardas pelos holandeses, canhões que atiram balas explosivas e não às de ferro fundido causavam muitas baixas em qualquer conflito da época, isso aliado ao fato de terem que lutar na área de desembarque holandês, implicava também numa vulnerabilidade aos disparos dos barcos e dos mosquetes daqueles que tentavam desembarcar.

O depoimento de Pedro Teixeira foi obtido por terceiros, e por isso não revela muitos detalhes do combate que pudessem esclarecer o número de soldados envolvidos, as baixas e a participação dos indígenas. Contudo, ratifica a capacidade de Chichorro como capitão na expulsão dos holandeses, considerados no documento como “molesta nação”.

Sobre esses combates no forte holandês de Maricay, o Padre Luiz Figueira, mais detalhista, escreveu que o mesmo fora construído sob as ordens de Roger North. Não entra mais em detalhes, pois, parece que não sabia o seu desfecho, por isso roga “o favor divino o mesmo sucesso”.

⁴⁴⁴ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias. Coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, p.175.

Não obstante, Figueira mostra no seu texto, o valor merecido dos indígenas nessas batalhas. Cita como exemplo, o Potiguar Caraguatajuba, que em muitas ocasiões lutou com bravura contra os holandeses.

“Nesta ocasião se assinalaram alguns índios muito, mostrando grande valor nas escaramuças, entre os quais um chamado Caragatajuba, Potiguar, do Rio Grande. Indo a um assalto, vendo 3 canoas dos índios naturais, aliados com holandeses, toma a espada a boca, lança-se a nado, e as foi alagando uma e uma. E saindo em terra, às frechadas matou muitos deles”⁴⁴⁵.

Note o leitor, que esse indígena era Potiguar do Rio Grande do Norte. Portanto, podemos confirmar aquilo que já havia acontecido antes, durante a conquista do Maranhão e Pará, o uso de indígenas de outras regiões, principalmente do Nordeste, para servirem aos militares portugueses. Em outro combate, descrito por Figueira, Caragatajuba aparece lutando contra 4 ou 5 holandeses.

“Em outro encontro com os Holandeses viu este mesmo índio um deles de bom jeito. Arremete a ele, para o trazer vivo nos braços, e sem duvida o trouxera, se não acudiram outros 4 ou 5 holandeses que lho impediram às cutiladas, das quais todas se defendeu com uma rodela e com as mãos, ainda que com algumas cutiladas, se meteu por baixo de uns paus e ramos, e se livrou deles”⁴⁴⁶.

O padre Luiz Figueira, defensor dos indígenas, exagera um pouco nas suas narrações. Porém, frente às narrações dos capitães portugueses ele é um dos poucos que defende o valor dos indígenas nas guerras amazônicas.

“Outros fizeram outras cavalarias sem nunca morrer nenhum mais que os 3, que no princípio dissemos, e os dois soldados portugueses naquele primeiro encontro. E em todo este tempo era notável a força que estes índios faziam ao capitão, que os deixasse escalar o forte que eles se atreviam a entrar, mostrando-se enfadados da

⁴⁴⁵ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias. Coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, p.175.

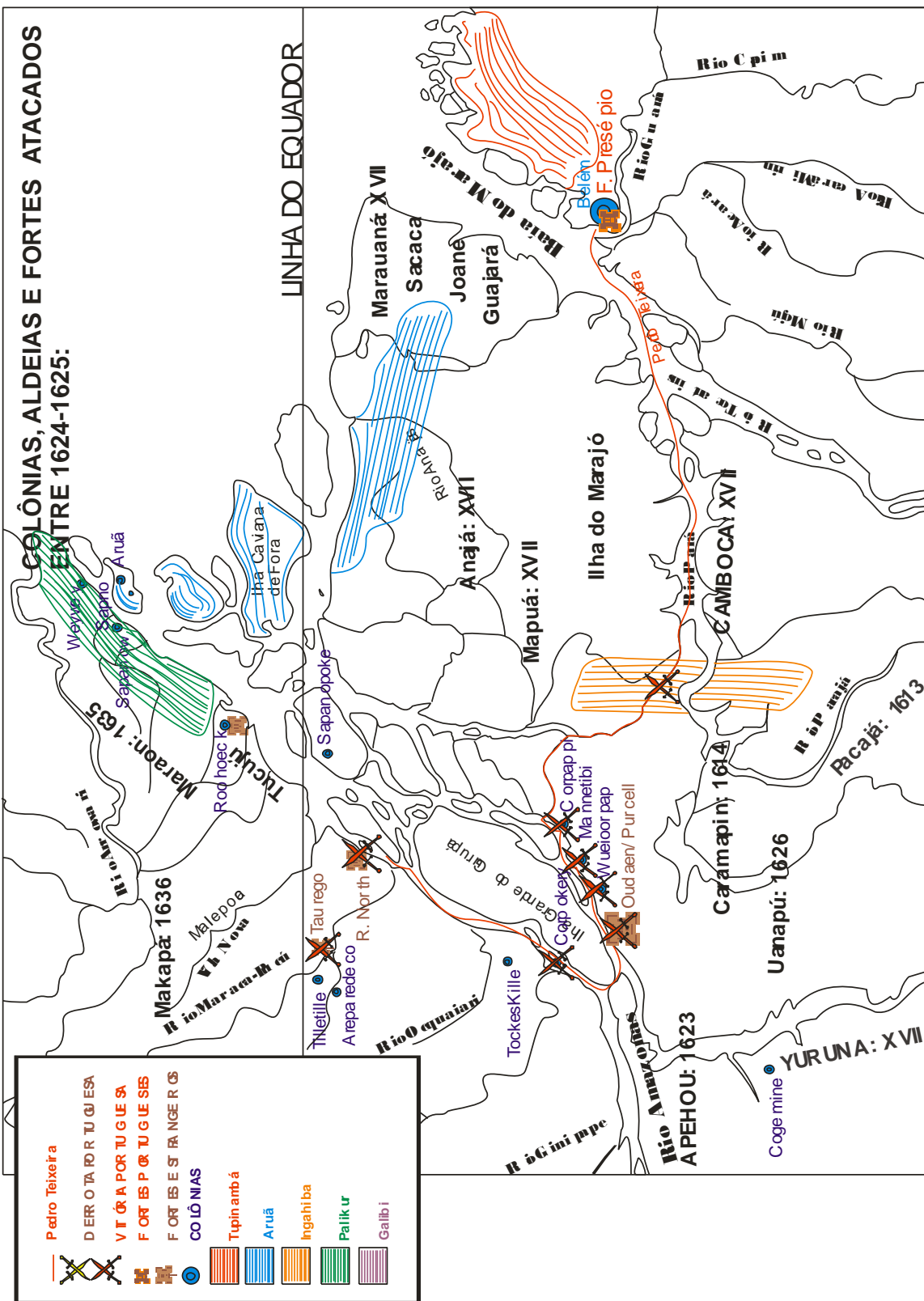
⁴⁴⁶ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias. Coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, pp.175-76.

dilação da guerra, querendo logo vir às mãos com o inimigo. Mas o trabalho é que não vem disto nenhum galardão em nome de El-Rei”⁴⁴⁷.

Note leitor, que ao final deste trecho, Figueira demonstra um desapontamento, por ver que esses feitos dos indígenas não trazem nenhum reconhecimento para eles em nome do rei.

⁴⁴⁷ LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias, in: coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940, p.176.

Figura 25



As baixas estrangeiras não eram somente causadas pelos portugueses. A difícil navegação pelo rio amazônico, de correnteza forte, levou a perda de duas embarcações inglesas chamadas “Ninfa do Mar” e “Amazonas”, e todo o seu carregamento. A perda desses navios, as deserções e o ataque português às aldeias aliadas minaram a força de ataque dos ingleses e holandeses.

“(…) Nós, o governador e o cônsul da Guiana obtivemos para a plantação inglesa do Capitão Francis Nevill, do Oficial Michael Tailor mestre do navio “Amazonas” e de John Ellenger mestre do navio “Ninfa do Mar” as seguintes munições: Dois falcões sendo um para seguir pessoas, duas câmaras de arma de fogo, duas conchas, duas esponjas, 28 porcos e duas carruagens de arma, tudo para a proteção do forte em que permanecemos. Tudo o que recebemos foi trazido pelo Mestre John Ellenger e observamos que tudo veio diretamente do navio “Ninfa do Mar” não temos duvida (…)”⁴⁴⁸.

Os pertences dos navios e as suas cargas foram resgatados e levados para a plantação do capitão Francis Nevill. Eram dois falcões (tipos de canhões), duas câmaras de armas de fogo, apetrechos para os canhões, tudo para suprir o forte inglês.

“(…) Os portugueses são muito fortes, já tomaram e queimaram todos os territórios indígenas por pelo menos 10 léguas a partir do rio e também pelos irlandeses que vieram com o Capitão Pursell e que ficaram aqui e que deixaram várias armas com os portugueses e que traiçoeiramente traíram os Ingleses a passagem pelo rio se tornou muito perigosa, então sem essa munição fica difícil sobreviver e manter as defesas no forte. Achamos muito bom que todos esses objetos tenham chegado até nossas mãos e é com satisfação que testemunhamos isso ao capitão e sua companhia (…)”⁴⁴⁹.

Além dos problemas causados com a perda dos navios, os ingleses perderam apoio dos indígenas, devido à queima de seus territórios pelos portugueses. O envio dos apetrechos e armas resgatadas dos dois navios, no entanto, serviram para manter a defesa do forte.

A colônia no lado do Cabo do Norte (Amapá) chamada Sapno, continuou existindo, conforme podemos verificar no depoimento de Edward Glover.

⁴⁴⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.321.

⁴⁴⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.321.

“(…) O navio “Hopewell of London”, que tinha John Hall como capitão, chegou ao Amazonas em agosto ou setembro de 1630, quando o navio naufragou perto de Sapno e perdeu quase toda a sua tripulação restando apenas 11 homens que se salvaram usando uma canoa do navio. Esses 11 homens foram para uma plantação chamada Forte do Norte. A canoa foi pega pelos portugueses que mataram os sobreviventes do naufrágio, apenas um homem restou. (...)”⁴⁵⁰.

O depoimento de Glover, se verdadeiro, indica que os portugueses mudaram de tática nesta fase das campanhas, agora não atacavam as colônias e plantações de tabaco. Seus alvos passaram a ser os barcos e os fortes dos estrangeiros.

O leitor deve perceber aqui a diferença entre as fontes portuguesas e inglesas. As primeiras são de militares interessados em mostrar sua bravura como maneira de alcançar prestígio, como pudemos perceber na descrição de Chichorro. Já os ingleses tentam relatar os fatos mais fielmente, ainda que evitem falar em derrota.

Um exemplo do que quero dizer sobre a forma de expressão dos ingleses, está no afundamento do navio “Hopewell of London” em 1630. Segundo dizem em depoimento e na carta de Glover, após o navio ir a pique por causa de um banco de areia, os onze sobreviventes foram atacados nos seus botes por portugueses, restando apenas um para contar a história.

“(…)Eu, e outras pessoas que estavam no forte fomos atacados pelos Portugueses e tivemos que escapar em canoas com os índios e depois fomos morar com eles. O único sobrevivente que chegou até o forte me informou que o Capitão William Moulsworth estava no navio quando ele naufragou e que deve ter morrido no acidente considerando que ele não estava entre os 11 sobreviventes que restaram”⁴⁵¹.

As coisas não iam bem para a “Companhia da Guiana”. Já não contavam com a ajuda de muitas tribos como antes acontecia. Numa carta de Robert Harcourt, governador da plantação de Wiapoco, para John Ellinger, em 23 de março de 1630, cita-se o envio de cinco escravos da nação Yao (dois homens, um garoto e duas mulheres)⁴⁵².

⁴⁵⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.355.

⁴⁵¹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.355-56.

⁴⁵² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.340.

Para mudar essa situação, Robert Harcourt tentou transferir a sua colônia do rio Wiapoco para o Amazonas, em janeiro de 1630. Essa decisão não agradou a todos, conforme podemos ver no depoimento do capitão Thorton.

“(…). Essa decisão parecia ser uma punição para todos os que habitavam o Wiapoco mas sobretudo causava sofrimento à toda a companhia por vários motivos entre as quais estavam: como remover com segurança por 600 milhas e pela água quanto tivessem que passar pelo mar? Se a maioria de pessoas seriam removidas, ficando apenas 50 pessoas mais ou menos, seria muito fácil de ser tomada e destruída por índios. Um outro aspecto era a incerteza em encontrar lá um lugar equivalente ao que já estavam habituados”⁴⁵³.

As coisas tinham ficado difíceis na Guiana. Tanto que partiram a maioria dos colonos para o Amazonas, pensando que as coisas por lá estivessem melhores. Um grupo de 50 pessoas ficou em Wiapoco, o que para o depoente John Ellinger, era muito arriscado em virtude dos indígenas hostis. Os colonos foram ao Amazonas sem ao menos saber se aquele local era melhor que o antigo.

“16 de outubro: Ficou acordado que a colônia do Amazonas receberia provisões da vindas da Inglaterra da mesma forma que o grupo do Wiapoco recebera anteriormente, porém esse acordo não foi cumprido, além do mais mesmo com a chegada do navio Exchange nenhum tipo de suprimento foi enviado a eles, apenas vieram mais ordens estimulando o conformismo por aquela situação. Então por causa disso as pessoas que faziam parte da colônia ficaram bastante injuriadas e mal-humoradas com a tripulação do navio”⁴⁵⁴.

A “Companhia da Guiana” não consegue atender mais as reivindicações dos colonos. Os desentendimentos acabam fazendo os colonos, incluindo o depoente John Ellinger, voltarem para a Inglaterra.

“Um outro problema que surgiu no decorrer da viagem foi a morte do provável novo governador o que resultou em uma comissão que tentaria definir através de eleição quem poderia ser o novo governador. Observei que a falta de alguém capaz de assumir o cargo estava causando uma situação meio desesperadora ao grupo e foi

⁴⁵³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.345-55.

⁴⁵⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.345-55

então que decidi escrever uma carta pessoal ao Tesoureiro da Companhia para informá-lo que resolvi retornar e que talvez levasse comigo o registro escrito que havia feito durante a jornada, e acrescentei também razões suficientes para que todo mundo também retornasse. Esta carta provavelmente foi lida por toda companhia e quando foi respondida foi enviada diretamente para o Capitão do navio e não para mim e falava apenas que a eleição deveria ser levada adiante. Fiquei desapontado por achar que não tinha recebido nenhuma resposta, pois esperava ansiosamente por uma carta que respondesse todas as dúvidas que tinha e então resolvi me preparar para voltar naquela mesma noite de 23 de janeiro. Na terça-feira seguinte voltei para Londres”⁴⁵⁵.

Terceira fase da Campanha ibérica: A prevenção é o melhor ataque às colônias anglo-holandesas (1631-1645):

O capitão Jacome Raymundo de Noronha, num documento chamado “Relação das Coisas pertencentes à Conservação, e aumento do estado do Maranhão” mostra que houve uma mudança tática no modo de agir com os indígenas aliados dos estrangeiros. Nesse documento fala-se da campanha no rio chamado Felipe contra um forte “estrangeiro” muito bem armado. Novamente armou-se uma companhia militar para atacar e destruir esse forte e capturar ou matar os ocupantes.

“(…) elle (Jacome Raimundo de Noronha) foi por ordem do governador passado por capitão e com todos os seus poderes a fazer guerra a huns que estavam havia já perto de dois anos fortificados e muito poderosos com muito gentio fabricando tabacos e canas de assucar aos quaes foi sitiar e por em cerco ate que de todo o desbaratou e lhe tomou a fortaleza que tinhao mui forte com cinco pessas de artilheria em que entrava uma de bronze na qual Arborou as bandeiras de Vossa magestade com a morte de oitenta e seis estrangeiros e treze prizioneiros, mal feridos de que morreram daly a poucos dias sinco e do gentio morrerão muitos na guerra e outros ficarão cativos e com esta vitoria se recolheu ao Pará (...)”⁴⁵⁶.

No ano de 1631 os portugueses foram mais uma vez lutar contra os estrangeiros ingleses e holandeses no Tucuya (Tucuju). Desta vez, comandando a expedição estava o capitão-mor Jacome Raimundo de Noronha. Sua tática foi enviar uma expedição noturna

⁴⁵⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.345-55.

⁴⁵⁶ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 420-21.

contra os inimigos que pegos de surpresa fugiram. Segundo o seu relato morreram quarenta e nove ingleses e foram presos apenas cinco. Do lado português não relata nenhuma baixa, apenas feridos, inclusive o capitão Aires de Sousa Chichorro, ferido na face esquerda por um pique (espécie de lança).

Em anexo há certidão de Jacome Raimundo de Noronha, que foi o capitão-mor e cabo durante a guerra, por ordem do Governador Geral Francisco Coelho de Carvalho para esta campanha no Tucuju. Novamente foi à guerra a companhia de Aires de Sousa Chichorro, acompanhando o referido capitão-mor.

Segundo consta na sua certidão os combates aconteceram no rio Felipe (Philip), um dos braços do rio Amazonas, onde havia notícia de uma fortaleza inimiga:

“(…) me acompanhou com sua Companhia na guerra q por serviço do dito senhor fui dar aos ditos rebeldes situados no rio de phelipe Braço do rio das Amazonas em fevereiro de 631, e na ocasião q com elles tive Pelejou mui onrradamente na estância que lhe encarreguei; (...)”⁴⁵⁷.

Pelas informações dadas havia muitos holandeses e ingleses nessa região. Os primeiros a serem atacados foram os ingleses no seu forte (Forte Felipe), que fugiram e foram perseguidos pela companhia de Chichorro:

“(…) e obrigado ho inimigo de baterias e serquo que lhe tinha posto se pos de noite em fugida em hua lancha co um falcão e duas roqueiras e algumas canoas; e por ser cousa de muita importância o não escaparem mandei ao dito Capp.am Aires de Sousa Chichorro com vinte homens em seus siguinto, o que fez com tanta deligencia q em mui breve tempo lhe deu alcanse, (...)”⁴⁵⁸.

Na versão dada pelo capitão-mor os estrangeiros fugiram a noite, rompendo o cerco que os portugueses haviam feito na fortaleza. Levaram armamento pesado - duas roqueiras e um falcão em uma lancha, provavelmente uma Chalupa e em algumas canoas. Mais leve e em maior número, a companhia de Chichorro atacou as embarcações que com o peso viraram causando muitas baixas no lado inglês:

“(…) e foi o primeiro q com a sua canoa abalroou com tanto animo e valor que em pouco espaço a rendeo deixando quarenta e nove ingleses mortos, e trazendo ante

⁴⁵⁷ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴⁵⁸ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

mim sinquo presioneiros mui mal feridos. E elle dito Capitão com hua grande ferida de pique na face esquerda de que esteve mui perigozo, e na ocasião mui arriscada sua vida, na qual se tomou hua Bandeira de inglaterra, e sem elle dito Capitão perder home algum dos que em sua companhia levava. E outro sim me acompanhou a ir tomar posse da fortaleza do dito inimigo (...)”⁴⁵⁹.

A luta em rios agitados favorecia aqueles que conheciam melhor a correnteza, por isso e pela experiência da companhia militar de Chichorro, que já havia estado anteriormente em vários combates semelhantes, houve uma vitória lusa. A morte de quarenta e nove ingleses, sobrevivendo apenas quatro, no entanto parece ser um número exagerado. Segundo a provisão não houve mortos do lado português, apenas alguns feridos, entre eles o capitão Chichorro⁴⁶⁰.

Este forte, atacado pelas forças militares do capitão Jacome Raymundo de Noronha, era o mesmo citado por Figueira e cujo desfecho não dizia. Tratava-se do forte erguido por Roger North, chamado Forte Felipe, devido estar localizado no rio de mesmo nome.

Esse forte, segundo a descrição de Jacome, tinha cinco peças de artilharia em bronze, mas, elas não impediram a invasão e tomada do forte por forças portuguesas. E a morte de oitenta e seis estrangeiros durante a luta, e mais cinco depois, por causa dos ferimentos. Foi a maior baixa descrita nas fontes. Relacionando as batalhas até então travadas, vemos que houve um embrutecimento da luta pelo lado dos portugueses, tanto pelo número elevado de mortes durante o conflito, quanto pela morte de mais cinco capturados. Suponho que foram executados, embora seja muito difícil confirmar isso pelas fontes documentais da época. No caso dos indígenas, esse número pode ser o dobro, por serem os que mais se expunham ao inimigo. Depois de arrasarem o forte Felipe foram atacar outro, no ano seguinte:

“No ano seguinte despois da dita guerra huma nao e dous pataxos engrezes que foi no anno de seiscentos e trinta e hum que hiao com socorro e gente aos que estavao lá aposentados e sabendo que estavao desbaratados pelos portugueses se voltarão e soamente ficou hum dos dous pataxos que se foi por em hum sitio que chamao Camahu(...)”⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ AHU-ACL-CU-013, CX.1, D.36.

⁴⁶⁰ Arthur Vianna confirma a batalha do forte Felipe em maio de 1631, mas não entra em maiores detalhes a respeito do mesmo. VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1905, p.241.

⁴⁶¹ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 420-21.

O próximo alvo era o forte chamado Camaú. Para este forte temos descrito o uso de uma tática diferente, a intimidação dos indígenas aliados dos inimigos. Atacaram as suas aldeias de tal maneira que ficaram incapazes de prestar ajuda aos ingleses do forte Camaú. Depois atacaram fazendo um cerco prolongado de dois meses. Sem suprimentos o forte acabou sendo rendido e todos os seus ocupantes presos.

“como o gentio estava castigado pela guerra que lhe deu não ousarão a metersse com estrangeiros nem trazer lhe mantimentos com que ficarão padecendo necessidades e no cabo de dous mezes depois de estarem mui doentes e lhe serem mortos vinte e seis homens de quarenta que herao os outros se renderão aos portugueses que se passarão do forte que tinhao feito hos troxerao prizioneiros com o dito pataxo que taobem se lhe entregou e desde então até agora senão sentirão maes embarcações de estrangeiros nem na terra povoações com que estão todos os gentios quietos e sujeitos a obediencia de Vossa Magestade”⁴⁶².

Note o leitor, que agora a preocupação com os indígenas está mais presente. Segundo Jacome, após a vitória em Camaú, os indígenas, possivelmente Palikurs ou Aruãs, estavam pacificados e em obediência às forças militares portuguesas. Sobre a tomada deste forte admito que não consegui nenhuma referência. Tão pouco sobre a morte de Roger Frey, comandante do forte de Camaú, a não ser a versão contada por Arthur Vianna.

“Em a noite de 9 de Julho, ficára Baião de Abreu, com 10 soldados e cinco mil índios, na trincheira levantada, enquanto Chichorro fôra informar Feliciano Coelho de que estavam cumpridas as suas ordens. Baião de Abreu, exorbitando as suas atribuições excitou o entusiasmo dos seus comandados e apoderou à viva força do forte, cujos defensores ficaram prisioneiros. O commandante do forte Roger Frey não assistiu o combate, porque fora ao encontro de um navio que lhe trazia importantes socorros. Sabedor deste facto, ordenou Feliciano Coelho que o capitão Chichorro fosse abordar o navio, o que para logo se tratou de executar. No dia 14 de Julho as canoas da expedição collavam-se ao costado da nau e operava-se uma terrível abordagem. No fervor da luta Chichorro e Roger Frey encontraram-se de espada em punho e bateram-se com denodo, succumbindo o commandante inglês aos golpes mortais do valente Chichorro(...)”⁴⁶³.

⁴⁶² ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 420-21.

⁴⁶³ VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1905, p.242.

Contudo, essa versão pode ser contestada se levarmos em conta o relato de Jacome Raimundo de Noronha e de uma carta escrita por Roger Frey, em Maio de 1633, relatando a John Bainbridge a descrição das constelações vistas do Amazonas⁴⁶⁴.

No texto endereçado ao conselho do reino, logo a seguir à descrição das lutas, Jacome faz uma série de comentários sobre o modo de agir com os indígenas da região do Amazonas, para evitar que novamente os ingleses e holandeses causassem problemas. Uma dessas medidas seria mandar um grupo de brancos até Quito pelo rio, com línguas e práticos, fazendo as pazes com os indígenas por meio de dádivas e do contato com missionários, também levados na missão. Neste caso, aponta como os melhores missionários os capuchos de Santo Antonio.

“E que para mais certeza da navegação deste rio e para que querendosse Vossa Magestade servir delle haja pessoas praticas assy de Índios como de brancos detremina de o mandar navegar ate a dita cidade de quito fazendo paces com o gentio para que ão de hir lingoas que os entendao e homens práticos para que com dádivas e bom tratamento os tragao a obediência de Vossa magestade e há de hir na mesma Companhia hum religioso de missa e de ordem do capuchos de Sancto Antonio cuja fama tem chegado aos mais remotos gentios destas conquistas e os amam e os respeitam muito por suas virtudes e caridades”⁴⁶⁵.

Segundo Jacome, os missionários de Santo Antonio tinham fama entre os mais remotos grupos indígenas, e eram os mais respeitados. O que dá a entender nas palavras do capitão é que não adiantava fazer as campanhas militares aos estrangeiros se eles tinham os indígenas daquela região como seus aliados. A melhor forma de combatê-los era tirando o apoio dos indígenas dos inimigos.

“manda capitães práticos para que entendão onde melhor ficará a defencao a respeito das poucas forças que hoje há naquellas conquistas para que depois Vossa Magestade as possa acrescentar em modo que não possa ir o inimigo pello dito rio o que ele não poderá fazer em nenhuma maneira tendo nos de nossa parte o gentio que he o fundamento mais principal que tenho fazer pazes com eles com brevidade antes que tenham pratica com os ditos inimigos estrangeiros com que possam perturbar e trazer a sua amizade com dádivas de machados e foices e velórios espelhos e pentes

⁴⁶⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989, pp.385-86.

⁴⁶⁵ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 422.

que eles lhe costumam dar com mão larga. E os índios estimam tanto estas coisas que por elas fazem tudo o que os estrangeiros querem e conservam com eles firmes amizades (...)⁴⁶⁶.

Como fazer a adesão destes indígenas do cabo do Norte e Amazonas, se os estrangeiros conseguem comprá-los por meio das dádivas? Para Jacome a forma encontrada era a atuação dos missionários e em conjunto o apoio do governo em dar dádivas e assistência a esses índios, para que os ditos estrangeiros não conseguissem comprá-los.

“mas antes que eles os tratem e conheçam confia em Deus que com a deligencia que manda fazer com mandar a gente que tem dito a fazer as pazes e conhecer a navegação do Rio hão de ficar todos sujeitos e em amizade com os portugueses que com boas praticas e dádivas que lhe manda dar hão de estar todos a obediência de Vossa Magestade (...).⁴⁶⁷”

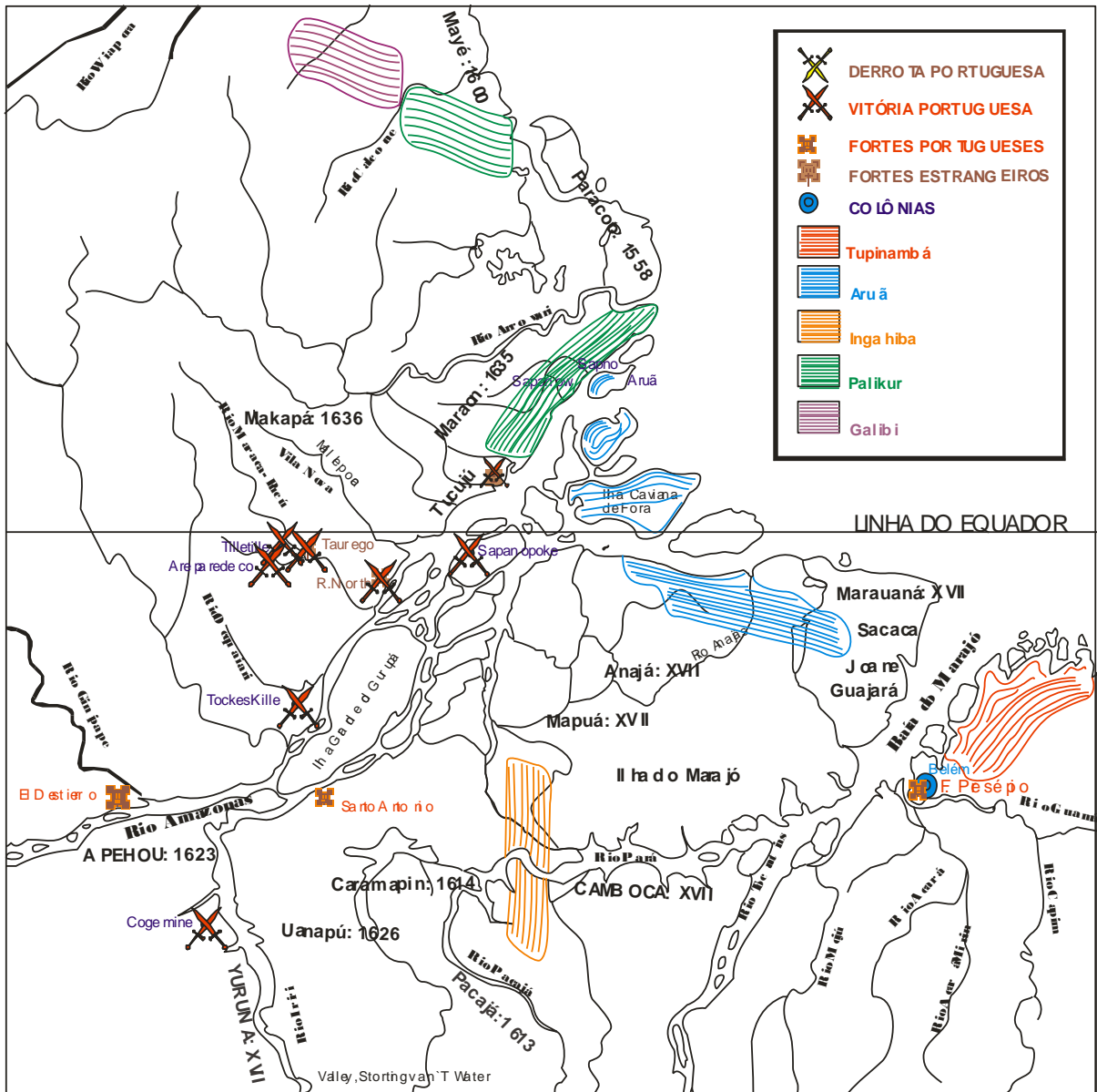
Tal tática já havia sido escrita anos antes por Alexandre de Moura, como vimos no segundo capítulo. Contudo, parece que somente depois de constatar na prática da guerra, foi que essa medida pareceu começar a ter sentido dentro do governo do Grão-Pará.

⁴⁶⁶ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 422-23.

⁴⁶⁷ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 422-23.

Figura 26

COLÔNIAS, ALDEIAS E FORTES DESTRUIDOS E ATACADOS ENTRE 1625-1646:



Sem a menor vontade de sair de uma região considerada muito fértil, os ingleses procuram construir novas “plantations”, apesar dos ataques portugueses. Num extrato do conde de Berkshire, escrito por John Day em 1632, temos uma idéia de como alguns ingleses tinham interesse na colonização do Amazonas.

“As casas são construídas como nossos celeiros, algumas muito grandes, onde em algumas delas vivem cerca de cem pessoas, tendo lá camas suspensas (onde eles se deitam) chamadas de *hamackoes*, feita de algodão⁴⁶⁸.

Eles irão trabalhar um mês ou mais por um machado, com o qual irão derrubar suas madeiras, limpar suas terras, e plantar suas canas-de-açúcar, *Anotto*, e algodão, e construir suas casas seguindo seus padrões, o que em outras *plantations* não é assim, em todas nossas outras *plantations*, os aventureiros são forçados a levar homens para fazer o trabalho para eles, diferente de Virginia e St. Christopher”⁴⁶⁹

Descreve como viviam os indígenas, suas casas são consideradas “grandes celeiros” onde vivem cem pessoas. As camas suspensas de nome “hamackoes” nos dá uma pista sobre o grupo ao qual se refere o documento. Como vimos no terceiro capítulo Amak era como os Galibis chamavam suas camas⁴⁷⁰. Note o leitor, que as trocas de mercadorias por trabalho são brutais. Por um machado os naturais têm que trabalhar por um mês ou mais nas plantações e corte de madeiras.

No documento escrito o conde tenta mostrar a legitimidade das “plantations” nessas terras. Para o conde a legitimidade estava na propagação da fé cristã aos povos moradores da região e da criação de “plantations”. Como esses povos não eram tementes a Deus e não faziam uso da terra como deviam, não eram legítimos donos das terras. Portanto, aqueles que os convertessem ao cristianismo e plantassem, dando uma finalidade apropriada para uma terra tão fértil, seriam aqueles que teriam mais direitos de possuí-las. O discurso do conde está dentro daquilo que a historiadora Patrícia Seed considerou modelo de posse inglês⁴⁷¹.

“Além do que em muitas formas de plantations exceto em Nova Inglaterra, os homens aventuraram com a esperança de apenas um bem, o tabaco; mas aqui há muito mais que tabaco, por esta razão esta plantation é mais esperançosa que todas as outras, pela sua fundação já feita que pode encorajar homens a irem até lá, especialmente estando interessados nos lucros da mencionada plantation; em

⁴⁶⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.366.

⁴⁶⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.366.

⁴⁷⁰ Não descarto a possibilidade de serem tribos Maraon ou Aruã visto que os Galibi tiveram muita miscigenação nos anos seguintes à colonização. RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983.

⁴⁷¹ Segundo a historiadora, os ingleses que ocuparam o novo mundo inscreveram a sua posse fixando seus símbolos de propriedade que eram casas, fortes e cercas. Um segundo modo de legitimar a posse era o seu uso em atividades agrícolas ou pastoris. SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na conquista européia do novo mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.37.

preservação do que, não mandamos somente homens honestos e capazes, com munição e outros materiais muito úteis com respeito a construção de um forte, para melhor segurança de nosso povo dos perigos do inimigo; tendo além disso faz com que um *pinnacle* fosse enviado para permanecer com a colônia no rio, para melhor situação e segurança no país; planejando do mesmo modo nesse verão enviar mais homens (como artesãos e outros) além de mulheres, como também material de guerra e outros materiais, úteis para a defesa da plantation, além de outro navio para permanecer com a colônia para sua melhor defesa e comercio da colônia mencionada: no qual tenho interesse em ir com minha esposa e amigos, para habitar em alguma parte daquela espaçosa terra”⁴⁷².

Dada a sua legitimidade em usar aquelas terras, o conde mostra-se preparado para enfrentar os intrusos com a certeza de estar dentro dos seus direitos. Para o conde de Berkshire, as habitações espanholas não eram ameaça por estarem longe, da mesma forma os portugueses.

No entanto, a ameaça existia e nas respostas dadas pelo conde nos vem à certeza de que algo havia mudado com relação aos ataques inimigos. Berkshire não pensa em ter apoio para manter a propriedade, pensa que somente com a sua plantação e com os seus recursos poderia não só viver na região, mas também lutar contra os inimigos.

“(…) se considerarmos o espaço das terras (supostamente sendo maior que o reino da Inglaterra vinte vezes) não temos tantos motivos para teme-los; se não nos agradar suas proximidades, (tendo lugar suficiente, e muitos rios nessas terras) podemos (se desejarmos) podemos ir além de suas pesquisas, onde sem duvida podemos retornar com tanto lucro (pela cana-de-açúcar e outros bens que crescem naquelas partes) como no rio mencionado, pra falar a verdade nós seríamos muito imbecis de nos alojarmos perto do inimigo sem ter armas suficiente para combate-lo, ou ter espaço suficiente para ir além de suas pesquisas (...)”⁴⁷³.

O conde de Berkshire, na ilusão de que todas as terras amazônicas seriam férteis, acaba julgando que a melhor forma de tratar os inimigos era fugir deles, dado o grande espaço entre rios, florestas nativas, que como o próprio diz, eram “vinte vezes maior que a Inglaterra”. Ainda assim aposta que com a auto-sustentação, e com uma boa defesa, poderiam viver sem problemas.

⁴⁷² LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.366.

⁴⁷³ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.366.

“Agora com a construção e fortificação dos fortes para defender as colônias, e com tudo necessário para preservar a mesma, mostrou muita imprudência de alguns tipos de pessoa: de suas insensatez atrás de lucros, descuidando das coisas necessárias para preservação de suas vidas: o que levamos em consideração, ter dado carta expressa, que primeiramente eles cuidem do fornecimento necessário para o sustento, o que eles devem estar capazes de se auto-manterem, sem a ajuda dos nativos os quais geralmente fornecem nossas plantations inglesas”⁴⁷⁴.

Mas, a tática dos ingleses esbarra na ação enérgica dos indígenas, que já não os queriam em seus territórios. Um exemplo disso aconteceu em 1633, quando oito ingleses da companhia da Guiana morrem numa emboscada de uma das tribos da região.

“(…) O navio pertencente ao meu lorde Goring e sua companhia para uma *plantation* no rio Amazonas retornou e os homens relataram que oito de seus melhores homens traídos na praia foram mortos pelos selvagens, e seus barcos levados, então voltaram sem ter ido além do forte, o que ele imaginaram também estar tomado, e os homens mortos. (...)”⁴⁷⁵.

Entre 1634 e 1635 a “Companhia da Guiana” entra em crise financeira. Seus sócios tentam restaurar as suas posses, mas devido a muitos pedidos de dinheiro atrasados, a companhia não pôde mais atender aos pedidos de ajuda dos colonos, nem pagar pela sua produção⁴⁷⁶. Alguns sócios e membros do comitê da companhia tentam fazer empreendimentos com os holandeses, caso de William Gayner, que em 1634 faz um acordo com os holandeses para um estabelecimento no Amazonas sob o seu comando. Seus sócios na “Companhia da Guiana” o denunciam por estar contrariando uma das cláusulas de licença do seu funcionamento.

“O rei concedeu aqueles países para a companhia de nobres e cavalheiros da Inglaterra aventureiros daquelas partes com uma proibição especial que nenhum de seus servos possa comercializar naqueles lados sem licença.

Os lordes do conselho por esta razão suspenderam alguns ingleses que estavam indo a Holanda para fazer uma viagem.

⁴⁷⁴ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.366.

⁴⁷⁵ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.366.

⁴⁷⁶ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.387-92.

O mencionado Gayner estado agora na Holanda e em alguma confederação com aqueles contidos cavalheiros preparados em Flusshing para uma viagem para lá sob comissão e associação da Holanda (como informado) e tendo nenhum conhecimento de qualquer outra parte do Amazonas que as quais possuídas por servos de vossa majestade cerca de 16 anos é como trazer os holandeses aquelas partes e por meio disso disputas entre as nações e entre nós mesmos.

Os ingleses estão por essa razão provavelmente a serem conduzidos de seus habitados lugares e buscar uma nova *plantation* entre novas Índias e acima de novos perigos.

Esse Gayner è um católico papista associado com outros dessa religião e suas intenções está em criar entre eles uma *plantation* livre do governo inglês e mantida pela Holanda (...)»⁴⁷⁷.

Devido às novas dificuldades encontradas, com a perda de numerosos colonos nas guerras, os antigos membros da Companhia da Guiana passam a investir em outras áreas menos perigosas, como a Índia e China.

Alguns colonos irlandeses, no entanto, tentam uma licença do soberano Felipe IV, para montar uma colônia no Amazonas. Em 1631, Jaspas Chillan um ex-colono que foi capturado e depois solto na Europa, tenta por várias consultas ao Conselho de Estado estabelecer uma colônia irlandesa na Amazônia. Contudo, o conselho nega o pedido alegando o perigo que isso poderia causar, tanto para os indígenas da região, quanto para o bem estar da conquista⁴⁷⁸.

Nos últimos anos das ocupações estrangeiras, alguns antigos comerciantes ingleses tentaram conseguir uma permissão do monarca inglês para voltar ao rio Amazonas. George Guiffith alegou numa carta a sua majestade, que muitos cristãos, inclusive ele, estiveram naquela região cristianizando e comercializando, quando havia a “Companhia da Guiana”, e que não receberam a pensão que deveriam após o fim da companhia. Alega também que eles deveriam fazer tais colônias antes que os holandeses ou outras nações o fizessem. O rei inglês responde em 1638 evitando dar uma posição segura, mas demonstrando simpatia à idéia⁴⁷⁹.

Ainda que houvesse uma maior resistência às novas colônias, temos conhecimento que algumas prosperaram, talvez aproveitando a crise do final da monarquia

⁴⁷⁷ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.394-97.

⁴⁷⁸ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.398-413.

⁴⁷⁹ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.3432-33.

ibérica e o emancipacionismo português. Uma das últimas colônias, mencionadas pelas fontes documentais, são as de Tapoywasooze e a Towyse-yarrowes (vila dos Aruãs). Descritas em 1640, pelos capitães Willian Clovell e Thomas Thomas Tyndall. Ficava no rio Japurá, chamado de “golden river”, devido à presença de minas de ouro e prata. Como nas demais colônias inglesas as alianças eram pautadas nas dádivas (machados, facas, espelhos, contas para colares, garrafas de vidro, etc). Trocavam esses produtos baratos por madeiras nobres, tartarugas, peixes, batata doce, plantas medicinais, óleos de bálsamos. Usavam esses indígenas na plantação de tabaco, algodão, cana, e recolherem alguns produtos de aceitação no mercado como drogas medicinais e alucinógenas. Trabalhavam 1000 homens nas plantações, mas havia diferenças entre as “plantations”. Algumas usavam trabalhadores, que recebiam pelo primeiro ano, dez mil libras para comprar comida e provisões. Outras, como a pertencente a um senhor chamado Edge Tooles, usavam o trabalho dos nativos⁴⁸⁰. Se pensarmos bem, a exploração era praticamente a mesma, pois os empregados acabavam usando o dinheiro que recebiam em bens comprados na própria “plantation”⁴⁸¹.

Na volta da famosa viagem de Pedro Teixeira a Quito, no Peru, temos um importante cronista, o padre Cristóvão de Acuña. Nessa viagem, ocorrida em 1639, Acuña fez um relato da natureza e dos habitantes do Amazonas.

No rio Tapajós, o cronista descreve os grupos Tapajós e as crueldades praticadas pelos capitães portugueses liderados por Bento Maciel, filho do governador.

“Ameaçavam os índios encurralados e tímidos, aterrorizando-os com crueldades novas, para que ofereçam escravos, assegurando-lhes que com isso, não só ficariam livres mas seus amigos e carregados de ferramentas e panos de algodão que lhes dariam por eles. Que havia de fazer os miseráveis, presos, sem armas, saqueadas suas casas, oprimidas suas mulheres e filhas, senão render-se a tudo o que quisessem fazer? Ofereçam mil escravos, mandam procurar os que com alvoroço da guerra se tinham posto em dobro, e, não podendo juntar mais de duzentos entregam-nos. Com a a palavra que não obterão os restantes, deixam os portugueses livres aos que, para tal conseguir, ofereciam seus próprios filhos como escravos como aconteceu muitas vezes.”⁴⁸²,

⁴⁸⁰ LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.p.433-35.

⁴⁸¹ A mesma prática vai ser adotada, dois séculos depois, na época da borracha.

⁴⁸² MELO-LEITAO. C. de. *Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña: Descobrimientos do Rio das Amazonas*. Coleção Brasileira, vol. 203. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p.273.

Todos os Tapajós capturados eram mandados para Belém e para o Maranhão, para abastecer o comércio escravista que os vendiam para os colonos e senhores de engenho. Isso acontecia devido à pobreza da população do Pará, “sem pão para comer” nas palavras de Acuña. Um ponto interessante relatado pelo padre, refere-se ao ataque desses Tapajós contra ingleses que tentaram montar uma colônia num local próximo.

“(…) por ele acima, muitas léguas, subiu há tempos atrás uma nau inglesa de grande porte, que pretendendo assentar nessa província e firmar colheitas de Tabacos com os naturais, lhes ofereceram bons proveitos; mas eles, atacando de improviso os ingleses, não quiseram outro que matar aos que puderam ter nas mãos e, aproveitando-se de suas armas, que hoje tem, os fizeram deixar a terra mais depressa do que tinham vindo(…).⁴⁸³”

Com a restauração da monarquia portuguesa em 1640 e coroação de D.João IV temos uma reviravolta nas relações entre espanhóis e portugueses.

Os espanhóis vão tentar assegurar os seus antigos domínios na América. No Grão-Pará o problema estava em garantir a soberania espanhola nas áreas do Amazonas que foram colonizadas pelos portugueses durante a campanha contra os holandeses e ingleses. No Memorial do Padre Cristóvão de Acuña, da Companhia de Jesus, existe uma série de informações acerca do Amazonas e a passagem para a Província de Quito, no Peru.

Acuña faz uma série de justificativas para a coroa espanhola investir na conquista da região e enviar padres da Companhia de Jesus para essas terras. Uma das justificativas apontadas era a possibilidade dos portugueses, com apoio dos holandeses, dominarem o rio e chegarem às minas do Peru:

“Que reduziendo a la obediência de Su Mag.d las principales naciones de este Rio, y em especial las que havitan em sus ysas y orillas, que son muy belicosas y que con valor ayudaran al que uma vez reconocieren por dueño. Y sujeta una nacion, lo estaran con facilidad las demas y se podra hechar de la voca del Rio qualesquiera otros que con siniestro titulo la tienen evitando gravisimos daños, si sucediese el que los Portugueses que son los que la poseen, ayudados de algunas nazioni belicosas que tienen sujetas quisiesen penetrar por el Rio arriba hasta llegar a lo poblado del Peru, ó Nuevo Reyno de Granada, pues aunque en algunas partes hallaran

⁴⁸³ MELO-LEITAO. C. de. *Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña: Descobrimientos do Rio das Amazonas*. Coleção Brasileira, vol. 203. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p.274.

resistencia, en otras muchas la hubiera muy poca, y mas si unidos con el Olandes, como lo estan muchos del Brasil, yntentasen semejante atrevimiento”⁴⁸⁴.

Tal possibilidade existia em virtude de alguns colonos portugueses darem apoio aos holandeses em outras áreas do Brasil, como no Nordeste. Entretanto, a manifestação de Acuña foi mais uma jogada política, no sentido de conseguir enviar mais missionários para uma região com possibilidades comerciais enormes e de conhecimento dos jesuítas. Ainda assim, suas conclusões tinham fundamento quando falava na doutrinação dos indígenas como forma de garantir a posse da região.

Figura 27



Maritima Brasiliae universae- Holandês, 1643. Neste mapa estão todas as possessões holandesas no Brasil. Além das alegorias bélicas e do título em latim “QUA PATET ORBIS” (O que faz o mundo sofrer), temos bem definidos a Paraíba, o Rio Grande, Pernambuco e Itamaracá. Não aparece qualquer colônia na região do Pará. In: MAPAS HISTÓRICOS BRASILEIROS. *Coleção Grandes Personagens da Nossa História*. Abril Cultural.

⁴⁸⁴ ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 376.

Pirataria na Costa Norte (1645-47):

Num documento de 1 de janeiro de 1647, do capitão-mor do Pará Sebastião de Lucena de Azevedo, existe uma queixa implícita do capitão-mor sobre o governador por liberar aldeias para ficarem sob tutela dos frades e vigário da conquista, deixando a região sem alguém que a pudesse defender em caso de invasão dos estrangeiros.

“(…) V.Majestade me faz sabedor de como os holandeses do Brasil tem quebrado as tréguas com pouca fidelidade que costumam guardar fiz resenha da gente que nesta praça havia assim dos que assistem neste presidio como dos mais desta capitania e achei a saber sessenta soldados pagos em duas companhias nem um artilheiro e três como praça de artilheiros sem saberem de artilharia coisa alguma nem há nesta terra quem os ensine nem quem tenha luz de tal mister, há um escuzado capitão de artilharia, há um escuzado sargento maior porque com um ajudante que há basta para esta praça ser servida; os moradores da terra há sento e dez homens de dezesseis até 60 anos de idade que vivem em suas fazendas distantes desta cidade e praça de 12 a 40 léguas, há trezentos índios domésticos de vinte ate 60 anos que vive também muito distantes em suas aldeias, não achei nenhuma canoa das muitas que o governador P. J. de Albuquerque que deste mandou fazer dizem que os ministros passados as venderam ou gastaram em seu serviço e os moradores mal armados”⁴⁸⁵.

Mesmo assim, o capitão-mor com seus poucos recursos materiais e sem homens conseguiu prender um pirata chamado “Vhandregos”, que vivia junto dos Aruãs. Essa prisão aconteceu por um acaso do destino, pois foram à ilha para investigar o naufrágio de um navio português que causou muitas mortes. Os naufragos desse navio português foram parar em Joanes levados pelas marés, mas ao chegarem à praia foram atacados e mortos pelos nativos da ilha (Aruã ou Joanes).

“E como tive esta nova ordenei seis canoas com vinte portugueses e sento e vinte índios para ver se podia descobrir nova certa desta ruína e na volta tratar de alguma confederação e amizade com estes índios rebelados tratando reduzi-los a vassalagem de V.majestade de paz. E indo o cabo das canoas para da costa fancla tratar destas conveniências foi Deus servido que colhesse as mãos o autor destas maldades grão pirata que chamam vhandregos de nação holandesa e mais quatro companheiros

⁴⁸⁵ AHU-ACL-CU-013, CX.2, D.63.

ingleses e franceses que a vinte e um anos que habitam aquele país o qual colheu em uma canoa avisando aos ditos índios para que se prevenissem de armas para o ajudarem a render a praça do Gurupá e esta com o socorro que esperava de Holanda de trezentos infantes, artilharia e balas dando aos mais deles espingardas, alfanges para assim os ter contentes para efetuar o que determinado tinha por e como Deus foi servido que o dito cabo das canoas o colocasse as mãos e o mandou prezo a esta cidade em 2 de novembro passado”⁴⁸⁶.

Conforme o leitor pode perceber neste documento, a atividade dos holandeses na região continuou, mesmo depois da campanha contra eles nos anos anteriores. No caso, restringiam-se as atividades de pirataria e contrabando de mercadorias passadas aos indígenas das ilhas em troca de alguns produtos. A diversidade de nacionalidades, holandeses, ingleses e franceses nos dá essa pista.

“(…). Cheguei a parte donde achei a nossa gente e junto com ela fui buscar a paragem donde está o dito inimigo donde tomei os e achei em três grãos e meio da banda do norte por parte donde catheoie chegarão portugueses e investi no inimigo. Rompendo o alvo da minha sem ser detido e tanto que foram assaltados deram sinal aos índios que tinham de sua defenção que acudiram logo. Quatrocentos flecheiros e espingardeiros a que mandei ter o encontro com vinte portugueses com o dito Cabo que fizeram muito valor e dos que levava em sua companhia se abalizaram alguns como foram o capitão Francisco Paes Parente e seu Alferes Antonio da Costa [Coutios] e eu fiquei a bateria com os franceses e os outros companheiros que vendo-se com as esperanças perdidas do socorro dos índios se entregaram a partido que lhe foi com alguma conveniências suas e rendi em menos de três horas sem custar sangue de parte a parte”⁴⁸⁷.

Outro ponto a ser notado era que não produziam nada na ilha. Tinham um forte e escravos. De importante, apenas tinham armamento (20 armas de fogo de pederneira, 1 falconete de bronze, além de munição). Costumavam atacar embarcações com ajuda dos indígenas, muito provavelmente com as quatro canoas muito grandes que foram apreendidas:

Dos índios inimigos morrerão muitos ab obstinadamente como bárbaros sem requererem render a nenhum partido apelidando flamengos e frança que por amor deles morrerão mil partes, feito isto tomei pose da casa forte donde estavam comandando e quatro canoas muito grandes cinqüenta escravos e escravas vinte

⁴⁸⁶ AHU-ACL-CU-013, CX.2, D.63.

⁴⁸⁷ AHU-ACL-CU-013, CX.2, D.63.

armas de fogo muita flecharia e arcos um falconete de bronze um barril de pólvora outro de balas algum pouco murrão porque não usava dele por serem as armas deles de pederneira muitos mantimentos da terra que não puderam conduzir por falta de embarcações e com treze estrangeiros destas nações ditas me reclusa a esta cidade tendo andado trezentas e oitenta legoas em quarenta e nove dias de ida e volta sem receber dario algum a gente que levava dando graças a Deus que tão felice [muito me cedeu] por razão de serem muitos os índios e estarem bem armados e nesta ocasião me não acompanhou nenhum mais que um francês por nome P. adão que levei por língua forçadamente.(...)”⁴⁸⁸.

Ao todo foram capturados treze estrangeiros. Interessante é a presença de um francês, chamado Adão do lado português. Ele serviu de intérprete durante a missão. Segundo o capitão-mor do Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo, havia cinquenta estrangeiros vivendo no Pará, entre holandeses, ingleses, franceses e irlandeses, alguns muito antigos, provavelmente da época das colônias.

“(…). Nesta capitania há cinquenta estrangeiros de Europa de diversas nações são holandeses ingleses franceses e irlandeses alguns deles casados e m. antigos nela que são poucos outros que foram rendidos no Maranhão outros que agora rendi nesta jornada. E de muito prejudicial e nociva a esta conquista porque os mais destes remédios achei que estavam confederados e aliados com este corsário Vhandregos e seu filho esperando por socorro de Holanda e armas para tomarem esta praça do Gurupá e depois darem nesta quando mais desavisados estivéssemos e com facilidade nos podiam render esta praça com a multidão de índios que tem em seu favor porem foi Deus servido que com esta prisão que foi do Vhandregos e destes rendidos seus companheiros se descobriu esta liga V.Majestade (...)”.

Para o capitão-mor a solução para estes estrangeiros recém capturados era o desterro para outras regiões, como o Tapicuru, devido serem bons práticos e conhecerem a língua de alguns grupos indígenas.

“(…) e tendo entendido por mandar ordenar o que se desterrem para o Tapicuru que não convém que vão para Holanda nem Europa por serem muito práticos e grandes línguas destes gentios pelo menos os Holandeses que os mais deles tenho preços e dimitidos e de outros por parecer convém melhor servir assim ao serviço de V.Majestade no Tapicuru senhor e estão seguros em os holandeses porque por

⁴⁸⁸ AHU-ACL-CU-013, CX.2, D.63.

nenhuma via podem ali comerciar com índio algum nem com nenhuma pessoa da Europa (...)”⁴⁸⁹.

O leitor deve estar se perguntando, por que o Tapicuru, como local para o desterro? A resposta dada pelo capitão é que lá não havia nem índios, nem europeus com quem pudessem comercializar. O Tapicuru a que se refere é o rio Itapecuru, que fica no Maranhão e estende-se desde a serra das Alpercatas até a sua foz na Baía de São José.

Para outros, porém, propõe a mais severa ação punitiva. Contra as nações Engahibas e Aruãs que apoiavam os estrangeiros, ele propõe um “castigo exemplar”. Para que eles não apoiem mais qualquer investida:

“(…) Estes índios seus confederados como são nhengaibaz e aruans e outras nações a pouco risco e menos custo ordenando-me V. Majestade se lhe poderá dar castigo exemplar para quietação das mais nações desta conquista porque andam tão desolutos que nos fizemos guerra ajudados do comercio que tem com os estrangeiros dando-lhe para isso ajuda e favor e as mais em que então ia tão destros como os mais destros, com isto tenho dado conta a V.Majestade do que nestes três meses que há que estou assistido nesta praça, (...)”⁴⁹⁰.

Tais grupos foram atacados e muitos capturados com base na “guerra justa”. Até os escravos do pirata foram alvos de disputas⁴⁹¹.

Após essa prisão outro fato aconteceu na província. Oito navios holandeses chegaram pelo Cabo do Norte e alojaram-se no Gurupá em maio de 1647. Segundo o capitão-mor de Gurupá, João de Pereira Cáceres, que deu alarme aos outros militares da cidade, estariam à procura do pirata Vhandregos⁴⁹². Os documentos não dizem muito a respeito desse fato, a não ser a falta de preparo para lutar contra tal força. Não havia carretas para os canhões, havia falta de munição e apetrechos. Por fim, não havia homens o suficiente para a luta, e índios muito menos.

⁴⁸⁹ AHU-ACL-CU-013, CX.2, D.63.

⁴⁹⁰ AHU-ACL-CU-013, CX.2, D.63.

⁴⁹¹ AHU-ACL-CU-013, CX.2, D.65 e 67.

⁴⁹² AHU-ACL-CU-013, CX.2, D.69.

Figura 28



Mapa do Litoral Amazônico- Holanda- Atlas Major de Guilherme Blaeus, 1662. Neste mapa holandês ainda aparecem as povoações anglo-holandesas na entrada do rio Amazonas e Cabo do Norte.

A expulsão dos estrangeiros do Pará foi devido a uma série de fatores. A atuação de missionários portugueses entre as tribos aliadas dos holandeses e ingleses, que pacificadas mudaram de lado no conflito. As contínuas intervenções armadas do governo ibérico, e depois português, que debilitavam as companhias de comércio. Além das crises econômicas nessas companhias, principalmente as inglesas “Amazon Company” e “Companhia da Guiana”, cujos sócios, nobres e consultores passaram a preferir outros locais mais seguros de negócios, ou como eles dizem “novas índias”. No caso da WIC, percebe-se que depois da derrota em São Luiz o interesse em dominar a região norte parece diminuir. As áreas canavieiras do nordeste atraem mais os investidores.

Outros fatores também interferiram. A competitividade do tabaco produzido nas Antilhas, de melhor qualidade que o da região. As “plantations” de algodão da Virginia, bem melhores que os produzidos no Amazonas e a falta de minérios como o ouro. Nesse aspecto cai o mito das riquezas escondidas e das cidades perdidas.

As atividades estrangeiras vão estar presentes no litoral e ilhas do Amapá e Cabo do Norte até a prisão de Vandergos em 1647. Depois disso ficará na memória dos capitães e governadores até a completa expulsão dos holandeses do Nordeste em 1654. Contudo, a

pirataria e contrabando, praticado não somente por holandeses, mas ingleses, franceses e espanhóis, irão continuar até o governo do irmão do Marques de Pombal. O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado adota uma política de defesa das fronteiras, que incluía a construção de grandes fortalezas sólidas, como a de São José de Macapá, a de Gurupá e o Real Forte Príncipe da Beira.

Os indígenas passaram a ter maior proteção dos missionários. A sua conversão ao cristianismo garantia não somente a paz com a colônia, mas também garantia a sua colaboração contra possíveis invasores. Neste aspecto, os franciscanos e Jesuítas, como o Padre Vieira, terão um grande papel na catequização de algumas das tribos mais hostis à presença portuguesa⁴⁹³.

⁴⁹³ Os Jesuítas se estabeleceram no Marajó entre 1652 e 1658 e contribuíram na pacificação dos Aruã e Maraon, que somente acontece com os trabalhos de frei Manuel do Espírito Santo em 1666. Os franciscanos, segundo a autora, tiveram maior êxito na ação missionária pois alcançaram maior extensão territorial, fazendo missões no Xingu, Gurupatuba, Quiriri, rio Trombetas, Jamundá, Urubuquara, Tucujús e Caviana. MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os Franciscanos e a formação do Brasil*. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Editora Universidade, 1976, p.134-35.

Conclusão

Podemos então dizer que a questão indígena (em suas alianças e guerras) foi fundamental para a conquista e colonização do norte amazônico.

A conquista via nordeste pelos ibéricos, notadamente portugueses, esbarrou numa sólida aliança entre os Tupinambás e os franceses no Maranhão. Os abusos e a escravidão cometidos durante a conquista do nordeste, pelos colonos lusitanos, não foram esquecidos pelas lideranças Tupinambás, que odiavam os chamados pêros e desejavam uma vingança tão ardorosa quanto às que praticavam contra seus antigos inimigos de outras tribos.

Essa revolta contra os portugueses era estimulada pelos capitães franceses que viam nisso uma forma de tê-los como uma força militar contra o avanço ibérico. A forma francesa de tratar os indígenas era baseada num respeito às antigas tradições, como o uso de indumentárias e vestimentas, a prática da pajelança, do escravismo e das danças rituais, ainda que logo após sua fixação, tentassem abolir o canibalismo e o politeísmo. Contudo, isso era apenas inicialmente. Aos poucos tentavam convencê-los a mudar, ao mesmo tempo, os missionários buscavam a conversão voluntária ao cristianismo.

Com a aliança permanente entre franceses e Tupinambás houve a constante troca de informações acerca da cultura do outro. Do lado francês, havia o interesse no território e no que poderia trazer de benefício comercial. No lado dos indígenas, havia um interesse nas armas e nas formas de guerrear dos franceses. Isso foi constatado na construção da fortaleza de São Luis e na adoção de armas francesas como as espadas.

Entretanto, a forma francesa revelou-se tão exploratória quanto a dos pêros, pois eles acabaram impondo uma dependência material aos Tupinambás, no uso de ferramentas em metal como os machados, facas e foices. O impacto desses objetos na cultura desses grupos indígenas é bem difícil de ser entendido, visto que, não era a preocupação dos cronistas franceses. Mas, levando-se em conta que os objetos não eram percebidos da mesma maneira que os europeus costumavam encarar, e eram usados pelos nativos como símbolo de status social, na obtenção de mulheres e em trocas inter tribais, podemos então admitir, que esses objetos tiveram um peso enorme no processo de modificação das relações sociais dos Tupinambás.

Esse contato entre franceses e Tupinambás não evitou o avanço ibérico e a conquista do Maranhão em 1615. As disputas entre as tribos Tupinambás aparentemente foram as responsáveis pela rápida fixação dos expedicionários portugueses e a tomada da ilha

e da fortaleza de São Luis. Outros fatores religiosos podem ter pesado na vitória portuguesa, como por exemplo, as disputas entre protestantes e católicos na França, cuja coroa não deu apoio militar no momento mais crítico da luta. Seja como for, a vitória portuguesa no Maranhão permitiu a expansão lusitana para áreas mais ao norte, para concretizar o sonho de colonizar todo o litoral atlântico sul americano.

A expedição de Castelo Branco ao Pará em 1616, no entanto, fechou a rota de fuga dos Tupinambás, que até então vinham subindo para o norte. Não tardou para explodir uma grande revolta Tupinambá à forma de tratamento dada a eles pelos pêros. Esse tratamento lusitano, mais brutal, era decorrente da falta de escravos para o trabalho nas lavouras, que levava a um apresamento constante de indígenas, mascarada na forma de guerra justa. Outro ponto marcante nas fontes era a falta de missionários capazes de doutriná-los, como fizeram os franceses. Na verdade, apesar das autoridades, como o capitão-mor Alexandre de Moura, mostrar nas suas correspondências que a única forma de garantir o território era por meio da paz com os indígenas e da presença dos missionários, havia muitos capitães que não adotavam essa política, pois tinham interesse no comércio das “peças” para os colonos. Essa prática foi o cerne da guerra dos Tupinambás, conhecida como “revolta de Amaro”, mas que pode ser ampliada, visto que suas causas foram maiores e mais profundas que somente a carta lida por Amaro. Ela foi uma guerra por liberdade, onde os Tupinambás, presos entre duas fortalezas tentaram abrir caminho pela fortaleza do Presépio, mais frágil e menos defendida. A luta que se seguiu revelou o quanto a resistência indígena poderia ser perigosa ao processo de colonização portuguesa.

Par resolver o problema o Governador Geral apelou para Bento Maciel Parente, um dos capitães mais cruéis da colônia no trato com os indígenas. Este capitão, no entanto, lutou numa guerra de guerrilha contra um astuto indígena de nome Jaguará baior, que fora de sua própria companhia. Esse Tupinambá mostrou que os indígenas poderiam vencer adotando táticas não tradicionais, apoiando os portugueses de dia e ao mesmo tempo fazendo emboscadas e alianças com os outros grupos. O forte do presépio não caiu por causa da ajuda vinda por mar que garantiu as provisões necessárias para a resistência. Ao mesmo tempo Bento Maciel atacou e destruiu as aldeias rebeladas.

Um aspecto, que verifiquei nesse estudo das revoltas Tupinambás foi a vinda ao Pará nas caravelas de socorro de outros indígenas Tupis, como Potiguares, para lutarem nas companhias militares ao lado dos portugueses. Portanto, a migração podia ser por fuga ou por apoio aos conquistadores. Talvez este seja um caminho novo a ser explorado dentro do estudo das migrações indígenas.

Esmagando as revoltas Tupinambás os portugueses pensavam ter caminho livre para a conquista do Amazonas e Guiana, todavia encontrou pela frente uma nova frente de colonização que era mais antiga e vinha do norte (América Central), para o nordeste. Eram os colonos ingleses, irlandeses e holandeses, que desde o final do século XVI vinham entrando em contato com os indígenas da região.

Os ingleses e irlandeses, primeiros a chegar na foz do Amazonas. Faziam das trocas de mercadorias uma forma de aproximação com os indígenas locais. No caso, os Palikures, Aruãs e grupos litorâneos (Yaos e Maraons, por exemplo), foram os primeiros a manter um laço de amizade com esses estrangeiros. As “dádivas”, como eram conhecidas as mercadorias inglesas e irlandesas eram, na verdade trocadas por trabalho, no corte de madeiras nobres, madeiras “tintureiras” para extração de corantes, na busca de ervas e plantas medicinais, ou para conseguir alimentos. Essa simples troca dava imensos lucros aos donos das embarcações na Europa. Isso fez com que viessem cada vez mais interessados nas riquezas da região. Alguns achavam que poderiam encontrar a cidade perdida de Manoa, como Walter Raleigh.

Passo importante para a fixação na região foi, além desse apoio dos indígenas, a criação de companhias de comércio para melhor aproveitar os lucros e ao mesmo tempo apoiar os colonos que começaram a fixar no território. A primeira delas, a “Amazon Company”, foi a responsável pela instalação de muitas colônias e dos primeiros fortes ingleses na costa do Amapá. A causa principal da criação desses fortes, não foi o temor dos indígenas, posto trabalharem em harmonia, e não haver relato nas fontes de lutas envolvendo indígenas e brancos neste momento da colonização. O ponto principal dessa criação de fortificação entre ingleses e irlandeses reside em dois pontos. A chegada dos holandeses, bem aparelhados em 1616, mesmo ano da chegada dos portugueses, e a tentativa de delimitar a posse daquelas terras.

Os holandeses eram vistos pelos ingleses e principalmente pelos católicos irlandeses como “hereges”, pois eram na maioria protestantes e fizeram uma rápida expansão por muitas áreas do mundo. Foram os mestres na construção de fortificações na Europa e logo que chegaram fizeram as suas, tendo apoio dos Aruãs, com os quais trocavam da mesma maneira que os ingleses o trabalho pelas “dádivas”. Constatei que para os grupos indígenas a religião ainda não era um fator de aproximação.

Os fortes então surgiram como um fator para equilibrar as forças e delimitar o território de ingleses, irlandeses e holandeses, além de servir de proteção às suas colônias e plantações. Algumas eram fortificações improvisadas, casamatas ou abrigos com algumas

baterias. Outras eram bem feitas em barro e madeira com fosso e bem aparelhadas com peças de grande calibre. As maiores eram holandesas, contudo, foram erguidas em local muito visível, na entrada do rio Xingu. Logo foram percebidas pelos portugueses.

A União das coroas ibéricas nas mãos de um soberano espanhol dificultou momentaneamente o plano de expulsão desses colonos “estrangeiros”. O antigo Tratado de Tordesilhas tinha sua linha imaginária muito próxima da região em disputa, que ficava no domínio da Espanha. Um impasse para decidir de qual lado partiria uma expedição para lutar contra os estrangeiros foi decidido após um debate na corte de Madrid. Concordou-se que do lado português já havia um forte e uma base para atacar o inimigo, sendo isso mais fácil que de outros locais das colônias espanholas.

Atacar os inimigos pelo lado português deu a chance aos colonos lusitanos a possibilidade de fixar bases dentro do território espanhol. Por outro lado, a falta de mão-de-obra daquela região, parece mais atrair os capitães portugueses, carentes de novos escravos em decorrência do extermínio e fuga dos Tupinambás para o sertão.

A longa guerra que se seguiu foi dividida, para fins de melhor compreensão, em três partes. Na primeira fase da guerra os portugueses vão pensando em reviver os grandes feitos do passado, contando com grande contingente de recrutados do Rio Grande e de Pernambuco, além de algumas tribos locais Tupis. A guerra não surte o efeito desejado, pois a tenacidade dos colonos ingleses, irlandeses e holandeses é grande. Junto com seus aliados Aruãs e Palikur conseguem manter muitas colônias intactas como Sapno e Sapanopoke. Alguns fortes são destruídos, mas rapidamente são construídos outros. Os colonos que foram expulsos voltam para a região. A campanha foi um fracasso nesse sentido.

Na segunda campanha, os portugueses vão ao Amapá e ilhas marajoaras com um aparato maior que o da campanha anterior. Foi uma campanha mais brutal, começando com a prisão dos moradores holandeses e ingleses de Belém e a retenção dos seus bens. Depois atacando as principais aldeias inimigas preventivamente, queimando sua infra-estrutura e impossibilitando a sua assistência aos colonos estrangeiros. Depois com uma grande força expedicionária atacaram os principais fortes ingleses e holandeses. Capturando muitos e enviando para a Espanha ou colônias espanholas.

Ainda assim, muitos colonos retornaram e suas plantações reconstruídas. Entretanto, as relações entre irlandeses, ingleses e holandeses não eram muito boas. As diferenças de religião começaram a dificultar a relação entre os colonos vizinhos, ao ponto de irlandeses se rebelarem e entregarem o seu forte aos portugueses para que os indígenas não ficassem sob a tutela de “hereges” holandeses e ingleses. Outro aspecto negativo para as

colônias inglesas era o fracasso das companhias de comércio. O fim da “Amazon Company” por pressões da coroa espanhola tinha sido reparado pela criação de uma “companhia da Guiana”, com as mesmas atribuições da primeira. Contudo, a companhia ficou em crise financeira e não conseguia suprir os colonos da Guiana. Assim, muitos colonos sem condições de permanecer retornaram a Inglaterra.

Os colonos que ficaram ou eram muito ricos como o conde de Berkshire, ou muito pobres. Neste momento, a relação entre indígenas e colonos mudou. Talvez provocadas pelo pavor provocado pelos portugueses e seus aliados. A escravidão aparece em uma fonte do período, o que pode significar uma mudança de atitude dos ingleses com os indígenas que se recusavam a trabalhar para eles. Os ingahibas passaram a apoiar os lusitanos e aparecem nas campanhas provocando muito terror, pois eram tidos como os mais bravos da região.

Na última fase da guerra, houve uma mudança de atitude dos portugueses, incapazes de vencer pela força, um inimigo que todo o tempo se renova. Deixam aos missionários o difícil trabalho de conversão dos indígenas hostis para pacificá-los. Ao mesmo tempo compram a simpatia dos seus chefes com “dádivas”. Sem o apoio indígena as colônias inglesas e holandesas não são mais vantajosas. Aos poucos vão sendo abandonadas ou transferidas para áreas mais seguras, em outras “índias”. Ainda assim fazem campanhas militares e destroem as últimas colônias estrangeiras.

De todos estes aspectos estudados em detalhes nos quatro capítulos podemos tirar algumas considerações importantes e que podem contribuir para novos estudos. Um desses aspectos é sem dúvida a questão das “dádivas”. Elas estão presentes no tratamento que todos os europeus vão dar aos indígenas. São as principais formas de aproximação ou contato com os grupos. Contudo, percebo uma diferença entre “dádivas” e escambo.

As “dádivas” eram consideradas para os indígenas “presentes”, pois o trabalho nas plantações e na extração não era considerado bem trocável. O escambo era a simples troca de objetos, uma faca de metal por farinha, uma harpa judia por um enfeite labial, etc. Entendo que dessa diferenciação pode-se fazer novos trabalhos em História, explorando o sentido de valor que as dádivas vão gradativamente ter até chegarmos ao plano da economia de trocas, típicas da segunda metade do século XVII.

Outro aspecto marcante, que pode servir para outros estudos em História indígena é a questão dos adornos como objeto de trocas. As chamadas “pedras verdes” tinham grande valor para os grupos Tupinambás. Os grupos Aruak também tinham apreço por pedras verdes. Tal objeto tinha um grande valor dentro daquelas sociedades, que podem ser encarados como

os primórdios de uma economia monetária na região. As lutas entre Palikures e Galibis parecem ter algo a ver com esse comércio de “pedras verdes”.

O término da campanha militar não significou o final das viagens de estrangeiros para o Amazonas. A pirataria nessas águas passa a ser constante. Em 1647 um pirata holandês capturado demonstra que não havia diminuído o perigo de fixação dos estrangeiros. Por sinal, a região das ilhas marajoaras de Caviana e Mexiana, ou em ilhotas mais ao interior, passaram a ser comumente visitadas por piratas e contrabandistas de várias nações, por serem perfeitas como esconderijo das autoridades das Bahamas e Antilhas. Um novo trabalho com fontes mais abrangentes dos séculos XVII e XVIII poderiam dar mais informações sobre a pirataria na costa amazônica.

Esta dissertação, longe de ser conclusiva, permitiu rever muitos dados e afirmações de pesquisas antigas, cujos autores desconheciam as ricas fontes existentes em outros arquivos e instituições de pesquisa na Holanda, França, Inglaterra e Espanha. Portanto, ainda há muito a ser explorando dentro da História indígena e colonial.

Por fim, acho que a importância desse estudo reside também em revelar outras maneiras de se perceber historiograficamente a relação dos povos indígenas com os europeus. Procuo deixar de lado a versão nacionalista da história e analisar em sua diversidade índios e europeus, seus problemas e suas lutas, conquistas e derrotas. A grande variedade de fontes (escritas e iconográficas) foi colocada no texto para melhor desvendar a rede de relações sociais e políticas, que eram muito intensas e também muito ricas, onde a variedade cultural era enorme e a ação de grupos sociais diversos era fundamental, fugindo da idéia de colonizadores (bandeirantes e missionários) como pontos hegemônicos para se entender a história da Amazônia no início da colonização.

BIBLIOGRAFIA

- ADONIAS, Isa. *A cartografia da Região Amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)*. Rio de Janeiro, INPA, 1963.
- ANDRÄ, Helmut & FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *AMERICAÆ PRAETERITA EVENTA*, São Paulo, 1966.
- ÁLVARES, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes: Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa, edições Cosmos, 2000.
- ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904.
- ANNAIS DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PÚBLICO DO PARÁ, Tomo Primeiro, Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902.
- ANA MARIA NIEMEYER, EMILIA PIETRAFESA DE GODOI (ORG). *Além dos territórios: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado das letras, 1998.
- A ARTILHARIA NA ÉPOCA DAS ABORDAGENS. In: *Navios e Veleiros: História, Modelos e técnicas*, volume 1, fascículo 6. São Paulo: Editora Planeta, 1998.
- ARMAS LIGEIRAS DE FOGO. Volumes 1,2 E 3. Madrid, Edições del Prado, 1996.
- ASSIS, Eneida. *As Questões Ambientais na Fronteira Oiapoque/Guiana Francesa: Os Galibi, Karipuna e Paliku*, in: MAGALHÃES, Antonio Carlos (org.). *Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais*. Belém: UFPA, Numa, 1993.
- AZEVEDO, João Lúcio. *Os Jesuítas no Grão Pará suas missões e a colonização*. Serie Lendo o Pará, n.20. Belém: Secult, 1999.
- BALÉE, William. *Historical Ecology: Premises and Postulates*. In: *Advances in Historical Ecology*. Columbia University press, New York, 1998.
- BARROS, Maria Cândida Drumond. *Os Intérpretes Jesuítas e a Gramática Tupi no Brasil (século XVI)*, in: *Cadernos de Ciências Humanas*, vol. 4, Belém: MPEG, 1994.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Históricas de Berredo*. Terceira edição, Florença, Typografia Barbera, 1905.
- BARRE, Lefebre de La. *Description de la France Équinoxiale*. Paris, BN, 1666.
- BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: Da descoberta à Conquista, uma Experiência Européia, 1492-1550*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: séculos XVII e XVIII*. In: REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Vol. 3, 1998.
- BOXER, Charles R. *Os Holandeses no Brasil (1624-1654)*. Companhia da Editora Nacional: São Paulo, 1961.
- _____. *Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661*, Studia, Lisboa: CEHU, 1958, N.2.
- _____. *O império Marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CAPISTRANO DE ABREU, João; RODRIGUES, José Honório. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 1934.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.
- CHAVES, Carlos Eduardo. *Guerra entre os Carib: estudo de armas nas coleções etnográficas dos povos indígenas nas Guianas*. Trabalho de conclusão de Curso. Belém: UFPA, 2004.
- CHAVES, Carlos Eduardo. *Reminiscências das Guerras: estudo das armas das coleções etnográficas dos povos indígenas das Guianas*. In: MOREIRA, Eliane (org); AROUCA, Carla; BARROS, Benedita; PINHEIRO, Antonio. *Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais*. Belém: CESUPA/MPEG, 2005.
- COIMBRA, Oswaldo. *A saga dos primeiros Construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Vol. 1, Coleção Amazônica, serie José Veríssimo. Belém: UFPA, 1963.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: UNB, 1999.
- D'ABBEVILLE, Cláudio. *História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002.
- D'EVREUX, Ives. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Ed. Siciliano: São Paulo, 2002.

- DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, vol. 4, nº. 8, 1991.
- EDMUNDSON, George, *Anglo-Dutch Rivalry During the First Half of the Seventeenth Century*, Oxford, 1911.
- FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. Instituto Progresso Editorial S.A.: São Paulo, 1948.
- _____. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. In: *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. VI. São Paulo, 1952.
- GALOIS, Dominique; GRUPIONI, Denise Fajado. *Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?-* São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2003.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino Ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2002.
- GRENAND, P. La Côte d’Amapá, de la Bouche de l’Amazonie à la Baie d’Oyapoque, à travers la tradition orale Palikur. In : *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. vol.3 (1), serie Antropologia, Belém, 1987.
- GRUZINSKI, Serge. *A Passagem do Século: 1480-1520: as origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Índios construtores de Catedrais: Mestiçagens, Trabalho e Produção na Cidade do México, 1550-1600*. In: PAIVA & ANASTASIA (ORGS.). *O trabalho Mestiço: Maneiras de pensar e formas de viver-séculos XVII a XIX*. São Paulo: ANNABLUME: PPGH/ UFMG, 2002.
- _____. *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *O Choque de Pensamentos e das Idéias: A Mundialização ibérica e os outros Mundos (séculos XVI e XVII)*, in: Ciclo de Palestras do Departamento de História da UFPA. Belém: UFPA, 2004.
- GUAPINDAIA, Vera & MACHADO, Ana Lúcia da Costa. *O potencial arqueológico da região do rio Maracá/ Igarapé do Lago (AP)*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, volume 13, número 1, julho de 1997.
- GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Primeiro volume; Tomo II. Rio de Janeiro: serviço de documentação da Marinha, 1975.

- _____. *Brasil-Costa Norte: cartografia portuguesa vestutíssima*. Edição comemorativa do centenário da Frotilha do Amazonas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha, 1968.
- HERIARTE, Mauricio de. *Descriçam do Estado do Maranham-Para-corypa-Rio das Amazonas*. Faksimile. Akademische Druck –u. Verlagsanstalt: Áustria, 1964.
- HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os Holandeses: 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.
- HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HURAUULT, Jean-Marcel. *Français et indiens en Guyane 1604-1972*. Paris : Union Générale d'éditions, 1972.
- HOBOKEN, Willem Johannes Van. *Witte de With in Brazilie, 1648-1649*, Amsterdam: Noord-Hollandsche Uitgevers Maatschppij, 1955.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 3ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.
- HURAUULT, Jean-Marcel. *Français et Indiens en Guyane 1604-1972*. Paris: Union Générale d'éditions, 1972.
- HURLEY, Jorge. *Noções de História do Brasil e do Pará*. oficinas gráficas do Instituto Lauro Sodré: Belém, 1938.
- _____. *Belém do Pará sob o domínio Portuguez 1616-1823*. Belém: Livraria clássica, 1940.
- JOHNSON, Cap. Charles. *Piratas: Uma História Geral dos Roubos e Crimes de Piratas Famosos*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- LAET, Joannes de. *História ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636*. Rio de Janeiro: oficinas gráficas da Bibliotheca Nacional, 1916.
- LEITE, Serafim. *Luíz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Divisão de publicações e biblioteca agência geral das colônias, in: coleção Sergio Buarque de Hollanda, Biblioteca central da UNICAMP, 1940.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo III, Livro III, capítulo I, 1945.
- LORIMER, Joyce (ed.). *English and Irish Settlement on the River Amazon 1550-1646*. London: Hakluyt Society, 1989.

- MARTINS, Ananias. *São Luís: Fundamentos do Patrimônio Cultural (séculos XVII, XVIII, XIX)*. São Luís, 1999.
- MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Pesquisa Arqueológica no Forte do Castelo (Relatório)*, em Belém, Pará. Março de 2003.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as Relações econômicas de portugueses e índios na colonização (1500-1580)*. Coleção Brasileira, vol.225. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Vol.1, 1ª edição. Belém: Grafisa ed. Globo, 1976.
- MELLO, José António Gonçalves de. *O domínio Holandês na Bahia e no Nordeste*, in: HOLANDA, Sergio Buarque de (ed.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*, T.1, vol.1, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- MELO & LEITÃO (trad.). *Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña: Descobrimientos do Rio das Amazonas*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.
- MÉTRAUX, Alfred. *A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais Tribus Tupi-Guaranis*. Coleção Brasileira, série 5ª, vol. 267. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os Franciscanos e a formação do Brasil*. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Editora Universidade, 1976.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA, Rafael (direção). *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa S/A, 1989.
- MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz. *Etnohistória dos índios Potiguara : ensaios, relatórios, documentos*. João Pessoa, PR/PB-SEC/PB, 1992.
- NETSCHER, Pieter Martinus. *Les Hollandaise au Brésil, Notice Historique sur les Païs-Bas et le Brésil au XVII Siècle*, Den Haag: Belinfante, 1853.
- NETO, José Maia Bezerra & GUZMÁN, Décio de Alencar (org.). *Terra Matura: Historiografia & História Social na Amazônia*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2002.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. IBGE, Rio de Janeiro, 1981.
- OLIVEIRA E COSTA, João Paulo. *A Expansão militar Européia e os povos Ultramarinos - O Caso do Brasil Quinhentista*, in: *Actas do X colóquio Brasil-Portugal/ História das relações Militares*, pela comissão portuguesa de História Militar, Lisboa, 2001.

- OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. *Cartografia da Amazônia Colonial*. Belém: UFPA, 2000.
- _____. *Cartografia e conflitos na Amazônia Colonial*. Comissão de documentação e estudos da Amazônia-CEDEAM. Manaus: Boletim de Pesquisas da CEDEAM, vol. 3, n.5, 1984.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PEIRANO, Mariza G. S. *Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- PORRO, Antônio. *As Crônicas do Rio Amazonas: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora vozes, 1993.
- PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648*. Editora Hucitec: São Paulo, 1999.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora USP: Fapesp, 2002.
- RAMINELLI, Ronald. *Tapuias*. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: editora objetiva LTDA, 2000, pp.544-45.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses Revelaram*. Série Lendo o Pará, Belém: SECULT, 1994.
- RICARDO, Carlos Alberto (coordenador geral). *Povos indígenas no Brasil*, n.3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983.
- SANTOS, Yolanda Lhullier dos. *Imagem do índio: o selvagem americano na visão do Homem Branco*. São Paulo: IBRASA, 2000.
- SCHAAN, Denise Pahl. *Evidências para a Permanência da Cultura Marajoara à época do Contato Europeu*, in: *Revista de Arqueologia (SAB)*. 1999-2000.
- SCHAAN, Denise Pahl. *A linguagem iconográfica na cerâmica Marajoara*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Coleção: Temas de História de Portugal. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na conquista europeia do novo mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. Coleção Brasileira n. 336. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

- STEWART, Julian H (ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol.3. The Tropical Forest Tribes. New York: Cooper Square Publishers, Inc. 1963.
- STUDART, Barão de. *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*. IV volume. Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra, 1921.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Os Holandeses na Insulíndia e no Ceilão*, in: ALBUQUERQUE, Luís de (ed.). *Portugal no Mundo*, vol.5, Lisboa: Alfa, 1991.
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais(1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- VAINFAS, Ronaldo. *Idolatrias e Milenarismos: a resistência indígena nas Américas*. In: ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, vol.5, nº. 9, 1992.
- _____ (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: editora objetiva LTDA, 2000.
- VALLA, Margarida. *O Papel dos Arquitetos e Engenheiros Militares na Transmissão das Formas Urbanas Portuguesas*, in: *Comunicação apresentada no IV congresso Luso-Afro-Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1996.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Coleção Amazônica; Série José Veríssimo. Belém: UFPA, 1970.
- VIANNA, Arthur. *As fortificações da Amazônia I: as fortificações do Pará*, in: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*. Belém, 1905.
- VIDAL, Lux B. *Mito, História e Cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá*. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.44, n.1, 2001.
- VINCENT, Mary e STRADLING, R.A. *Espanha e Portugal: História e Cultura da Península Ibérica*. In: *grandes Impérios e Civilizações*, vol. I e II, Espanha, 1998.
- WHITEHEAD, Neil. Introduction. In: *The Discoverie of the Large, Rich and Bewtiful Empyre of Guiana by Sir Walter Raleigh*. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- WHITEHEAD, Neil. "The Patamuna Trees: Landscape and History in the Guyana Highlands". In: IDEM (ed.). *Histories and Historicities in Amazônia*. Licoln: University of Nebraska Press, 2003.

GLOSSÁRIO DAS PALAVRAS DE ORIGEM TUPI:

CUNHA, Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras de origem Tupi*. São Paulo: companhia melhoramentos, Brasília: UNB, 1999.

ABARÉ, ABARÊ: Designação que os indígenas davam aos padres, particularmente aos Jesuítas. Citação mais antiga: L.Nunes (1552). In: S. LEITE. *Cartas I* (pp.341-42).

ARAÇÓIA, ARASOYA, ARASSOIA, ARAÇOIA: Espécie de saiote de penas de cores variadas, usado pelas índias. G. DIAS. *Últimos Cantos* (1851).

ATURÁ: Cestos compridos seguros do dorso do corpo á testa por uma faixa de embira no qual as índias carregam os móveis e filhos menores. A. C. SILVA, *Corografia Paraense* (1833).

BURANHÉM, UBIRAÉM, BURAEEM, BURAYÉM, BURANHÉ, BURANHEM: Árvore da família das sapotáceas, cuja madeira foi muito utilizada na fabricação de navios. Citação mais antiga: G.S. SOUSA. *Notícias do Brasil* (1587).

BURUUICHAUE: Palavra sem significado no dicionário Tupi (CUNHA,1999). A designação mais próxima encontrada está no próprio texto de Cláudio D'ABBEVILLE. *Historia da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e circunvizinhanças* (1614). Nele o sentido da palavra parece ser de Líder, Chefe militar e Político. Japiaçu e o senhor de Rasily são considerados buruuichaue (p.85-6).

CAUIM, CAÕY, CAGUI, CAUY, CAÛY, CAUI, CAVI, CAHUÍ, CAUIN, CAUYM, CAJUHY, KAUI: Bebida fermentada feita de mandioca, milho, caju ou ananás, podendo também ser de outras frutas. Primeira citação: ANCHIETA, Pe. José de. *Informação dos casamentos dos índios do Brasil*. Citação regional: J. S. José. *Viagem ao gram-Pará*. In: RIH, IX, 1869.

CAAPENO, CAAPEPENA, CAÁ-PEPÊNA, CAHÁ PÉPÉNA: Técnica indígena de sinalização. Citação mais antiga: J. DANIEL. *Tesouro descoberto no rio Amazonas* (1763). In: RIH, III. 1841, (p.42).

CABOCLO, CAUOUCOLO, CABOCOLO, CABOCORO, CABOUCOLO: É bastante controversa a etimologia da palavra. Significa no geral índio mestiço de branco com índia; homem do sertão de hábitos rudes e de pele queimada pelo sol. Citação mais antiga: ABN, LVII, (1645); M. CALADO. *O Valeroso Luciderno* I.ii.25 (1648).

CAETÊ, CAETÉ, CAHETÉ: Designação comum a várias plantas das famílias das marantáceas, canáceas etc., de cujas folhas os indígenas se utilizavam para diversos fins. Citação mais antiga: G. S. SOUSA. *Notícias do Brasil*. (1587).

CAIÇARA, CAIÇA, CAICARA, CAICA, CAICÁRA, CAISSARA, CAIÇÁRA, CAISSARA, CAYSSÁRA, CAYÇÁRA, CAHIÇÁRA, CAHISSÁRA: Cerca tosca, construída com galhos e ramos entrançados, usada pelos indígenas para defesa e proteção de suas tabas, seus currais etc., por extensão qualquer cercado de construção rústica. Citação mais antiga: G. S. SOUSA. *Notícias do Brasil*. (1587).

CAMUCIM, CÂMUSY, CAMMUCI, CAMUCI, CAMOCIM, CAMOTIM, CAMUSY, CAMUCIM: Vaso em que os indígenas enterravam os seus mortos; cova, sepultura indígena. Citação mais antiga: NÓBREGA. *Cartas*. (1561).

CANGOEIRA, CANGUÉRA, CÃGOÊRA, CÂGOEIRA: Espécie de canudo, confeccionado com folhas de palmeira, que os indígenas utilizavam para fumas: espécie de flauta rústica feita de ossos descarnados, utilizada pelos indígenas em suas festividades. Citação mais antiga: CARDIM, *Origens dos índios do Brasil*. (1584).

CAPOEIRA, CAPUERA, QUAPOEIRA, COPUERA, CAPOERA, CAPUEIRA, CAPOEYRA, CAAPUERA: Terreno onde houve roça e que foi reconquistado pelo mato; por extensão, espécie de perdiz que vive em capoeiras. In: ABN, LXXXII. P.132. (1577).

CARAÍBA, CARAIBA, CARAIBBA, CARAYBA: Santidade, feiticeiro indígena; homem branco, o europeu. Citação mais antiga: L. GRÃ. (1552). In: S. LEITE. *Cartas II* (pp.133-34). Planta da família das borragináceas. In: CASAL. (1817). *Corografia Brasílica II*, p.163.

CARAPINA, CARPINTEIRO: Carpinteiro. Citação mais antiga: Livro de Contas. (1623). In: DHA, II, p.19.

COTIARA, CUTIARA, QUOTIÀRA: Madeira rajada, Ibiracutiara.

CUIDARU, CUDARU, CUIDARÁ: Espécie de clava indígena. Citado em *Annexes du premier Mémoire du Brésil* (1770), A. C. SILVA, *Corografia Paraense* (1833).

CUNHAMUÇU: moça ou mulher completa. Citado por: D'EVREUX, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*, p.134.

CUNHAMUÇUPOARE: mulher casada. Citado por: D'EVREUX, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*, p.135 e notas, p.399..

IVIRAPEMA, IVERAPEME, IGARA-PEMA, IVERAPEMA, IVARAPEMA: Espécie de tacape. Citado por G.Dias, *últimos cantos* (1851), J. de Alencar. *Ubirajara* (1874), G. Ramos. *Caetés* (1933).

IGAÇABA, IGAÇÁBA, IGÂÇÁBA, IGAÇAVA, IGUAÇABA: talha ou pote; por extensão recipiente de grandes dimensões; urna funerária indígena. Citação mais antiga S. VASCONCELOS. *Coisas do Brasil* (1663), HERIARTE. *Descrição Maranhão, Pará* (1667).

GLOSSÁRIO DAS PALAVRAS E TERMOS MILITARES:

MOREIRA, Rafael (direção). *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa S/A, 1989.

A ARTILHARIA NA ÉPOCA DAS ABORDAGENS. In: *Navios e Veleiros: História, Modelos e técnicas*, volume 1, fascículo 6. São Paulo: Editora Planeta, 1998.

ARMAS LIGEIRAS DE FOGO. Volumes 1,2 E 3. Madrid, Edições del Prado, 1996.

A

ÁGUIA: Boca de fogo, provavelmente para a obtenção de tiro curvo, atirando pelouros de pedra. Há referências a uma peça deste nome no cerco de Mazagão de 1562 (p.325).

ARCABUZ: Do Alemão *achen-busher* (espingarda de gancho), designava uma arma de fogo ligeira que se apoiava numa forquilha, geralmente sobre as muralhas, e que segundo Salas, podia ter um alcance de cerca de 57 m em linha reta. Mais tarde o termo generalizou-se indistintamente para todas as armas de fogo ligeiras.

B

BALUARTE: Nos séculos XVII e XVIII. Embora a palavra surja no século XV, o sentido de plataforma pentagonal dimensionada para a artilharia de fogo só se fixa no final do seguinte. “É uma obra avançada do reparo delineada com quatro lados e três ângulos exteriores além dos dois que forma com as cortinas” (Serrão Pimentel, parte I, Seção I, cap.VII, p.17).

BOCAS DE FOGO: Nome genérico dado às armas de fogo não ligeiras que atuavam pela explosão da pólvora, expelindo através de um cano projéteis de natureza vária (p.326).

BOMBARDA: Boca de fogo mais pequena que o trom (séc.XIV). Depois do século XV, o termo aplicou-se genericamente a quase todas as bocas de fogo, não tendo propriamente um tipo específico. Aos utilizadores dessas bocas de fogo deu-se, pois, o nome de bombardeiros (p.326).

C

CANHÕES: Boca de fogo de médio calibre (comprimento de alma de 18 a 23 calibres) que inclui: leão, águia, serpe, espera e meia-espera. Possuíam um comprimento de tubo médio e eram geralmente utilizados para bater fortificações e navios (p.326).

CANHONEIRA: Nos séculos XVII e XVIII. Espaço aberto no parapeito das fortificações, rasgado para fora e algumas vezes para dentro, destinado a albergar as bocas de fogo. Tem 3 partes: boca interior da parte do parapeito, a gola na grossura do parapeito e a boca exterior, ou saída da parte da campanha (Serrão Pimentel, parte I, Seção I, cap.XXXII, p.131).

CASAMATA: Nos séculos XVII e XVIII. “É uma praça coberta de abobada a modo de uma casa que se faz nos flancos dos baluartes, onde se aloja artilharia para se atirar ao inimigo, e defender a face do baluarte oposto. Estas se fazem hoje descobertas com o nome de praças baixas” (Serrão Pimentel, parte I, Seção I, cap.VII, p.16). CARONADA: Canhão usado pela Marinha, curto e de grosso calibre, destinado ao tiro horizontal. Media 730 cm e atirava pelouros de 12 kg a 22 kg (p.326).

CARAVELA: embarcação de uma só coberta, de velas latinas ou redondas, de proa alta e três mastros sem cestos.

CANOA: Geralmente, barco ligeiro e estreito. Antigamente, era uma embarcação menor de uma só peça, sem quilha, que os habitantes dos países tropicais utilizavam.

CERCO: Tática militar que consiste em rodear e isolar, por meio de tropas uma fortificação, uma cidade ou outras tropas, ate os sitiados serem coagidos, pela fome ou falta de condições, a renderem-se (p.327).

CHALUPA: Nome que geralmente se dá a uma embarcação pequena. Pode ser coberta ou ser de casco aberto.

COLUMBRINA: Boca de fogo. A palavra deriva de *coluber* (cobra) e designa uma peça de artilharia bastante comprida. Quando nos finais do século XVI se reconheceu a vantagem de reduzir os tipos de artilharia existentes, as peças compridas receberam o nome de columbrinas legítimas (30 a 40 calibres de comprimento) por contraposição as columbrinas bastardas (cerca de 25 calibres. As de menor calibre chamavam-se meias-columbrinas, terços de columbrinas, quartos de columbrina. As primeiras armas de fogo portáteis deu-se o nome de columbrinas de mão (p.327).

CONVÉS: antigamente denominava-se assim o espaço que se situava entre o mastro grande e o do traquete na coberta da bateria que estava por debaixo do castelo da popa e da proa.

CORTINA: Termo utilizado desde a Idade Média até os séculos XVII e XVIII. Designa durante a Idade Média o espaço de muralha limitado por duas torres ou lanço entre duas esquinas. Já durante os séculos XVII e XVIII serve para designar a parte do reparo com sua muralha de pedra e cal ou sem ela, que fica entre os flancos de dois baluartes. (p.327).

E

ESTACADA: Forte vedação em madeira destinada, geralmente, a fechar um local até ser construído um muro definitivo. Com o nome de palanque, ou castelo de madeira, foi instrumental na expansão portuguesa nos séculos XV e XVI. Nos dois séculos seguintes passou a designar: “uns paus de altura de um homem cravados em terra e agudos na ponta, e alguns com pontas de ferro, dos quais se forma uma linha e servem para deter e embaraçar os inimigos, e contra as surpresas: também se usa deles nos fossos, e nas esplanadas [estaca aquática]; porem o melhor lugar e na banquetta do parapeito da estrada coberta” (Azevedo Fortes, II, p.22), (p.327).

F

FALCÃO: Tipo de boca de fogo do tipo columbrina legítima. Possuía um calibre médio, grande comprimento de tubo e lançava pelouros de ferro a grande distância. (p.328).

FALCONETE: Boca de fogo do tipo columbrina legítima que possuía um comprimento de alma superior a 30 calibres (p.328).

FAXINA: Dos séculos XVII -XVIII. É qualquer gênero de ramos ou matos com que se ajudam as trincheiras, e as fortificações de terra, pondo em cada uma sua camada: a faxina se faz em molhos de 5 para 6 palmos de comprido atados pelos extremos, e pelo meio, e servem também para cobrir dos tiros de mosquetaria, fazendo deles parapeito (Azevedo Fortes, II, p.22).

FECHOS: sistema de ignição das armas de fogo. As inúmeras variedades conhecidas enquadram-se em quatro grupos: 1) fechos de mecha ou serpentina (século XV); 2) fechos de roda (séculos XV-XVIII); 3) fechos de sílex (séculos XVI-XIX); 4) fechos fulminantes (século XIX) (p.328).

FORTALEZA: Nos séculos XVII e XVIII um castelo ou cidadela mais forte, capaz, e de mais baluartes que os ordinários para segurança das províncias, cidades, portos ou semelhante intento (Serrão Pimentel, parte I, Seção I, cap.VII, p.16).

FORTE: Nos séculos XVII e XVIII é uma praça cercada de fossos, reparos e baluartes, dos quais se pode defender com pouca gente contra a força do inimigo(Serrão Pimentel, parte I, Seção I, cap.VII, p.15).

FORTIFICAÇÃO: Nos séculos XVII e XVIII a fortificação se divide em fortificação regular e irregular, segundo o polígono que forma a sua figura. Fortificação regular é aquela cujo polígono tem todos os ângulos e lados iguais; e a fortificação que os não tem iguais se chama irregular (Azevedo Fortes, II, p.8). A disciplina que teoriza e ensina a construção de fortificações, como um ramo da Engenharia Militar.

FORTIM: Nos séculos XVII e XVIII. Forte pequeno, usado sobretudo na fortificação de campanha ou provisória.

FOSSO: Termo utilizado desde a Idade Média para designar a Vala, geralmente profunda, seca ou cheia de água, cavada em redor da muralha. Destinava-se a dificultar a aproximação de pessoas e engenhos. Muitas vezes era designado por cava. Nos séculos XVII e XVIII podia ser uma fresta aberta no terreno natural, ou feita artificialmente, levantando terra acarretada de outra parte ao sitio onde se há de determinar a largura do fosso com a contra-escarpa artificial de terra conduzida para a estrada coberta; a qual profundidade rodeia toda a praça pela parte de fora (p.328).

G

GALEÃO: Navio de vela de grande porte que arvorava três a quatro mastros com velas quadradas, exceto a mezena, que eram geralmente latinas. A sua invenção é atribuída ao Espanhol Álvaro de Bazán, o velho, e considera-se uma evolução das carracas e das galeras. O galeão variou muito durante o século XVII, criando-se na Espanha dois tipos: os da Carreira das Índias, desenhados fundamentalmente como mercantes, e os da Armada do Oceano, que eram de guerra. Na Europa, no final do século, ingleses, holandeses e franceses fizeram-no evoluir para o navio de linha.

M

MECHA: Sistema de ignição para armas de fogo feito através de uma arma de retrós. Este sistema podia ser utilizado quer em armas ligeiras quer em bocas de fogo. Neste caso não existiam fechos, mas unicamente a mecha colocada no ouvido (p.329). Era feita de uma corda comprida trançada, e os melhores, com estrutura tubular, fervida em salitre ou acetato de chumbo e seca posteriormente. Quando se aproxima o fogo queima-se lentamente, sem fazer chama, e conservando num extremo um ponto de brasa sempre aceso (Armas Ligeiras de Fogo, vol.1, p.22).

MORTEIRO: Boca de fogo de cano muito curto e espesso, de alma lisa, destinada a executar tiro de combate curvo, para bater alvos localizados à retaguarda de um obstáculo (p.329).

MOSQUETÃO: tipo grande de mosquete, que atirava balas de ferro. Segundo Salas, o seu alcance de tiro em linha reta era cerca de 100 m. embora sendo arma ligeira, destinava-se a ser usada em fortificações.

MOSQUETE: Arma de fogo portátil, mais ligeira que o Mosquetão, exigindo apoio no terreno, quer sobre pião quer sobre forcado. Atirava balas de ferro ou de chumbo com pesos variados (43g a 98g) e que podiam ter, segundo Salas, um alcance, sensivelmente, de 68m a 74m (em linha reta). (p.329).

MURALHA: No século XVII é a parede ou obra de pedra e Cal à roda da fortificação para sustentar as terras do reparo e o seu grande peso, e para o mesmo reparo resistir ao tempo. A muralha compreende em si escarpa e talude exterior, fundamento ou alicerce, sapata, ou cepo, camisa, cordão, parapeito de rondas, caminho de rondas, contrafortes e contra-minas (Azevedo Fortes, II, P.10).

N

NAU: Antigamente nave de bordo alto com um castelo à proa, aparelho redondo nos mastros do traquete (mastro mais próximo da proa), e do grande latino na mezena (último mastro com velas triangulares ou latinas).

P

PALIÇADA: Pesada cerca de madeira utilizada na defesa dos primitivos castelos. Mais tarde, o mesmo termo foi usado para designar um reforço feito em estacaria de madeira, das fortificações ou redutos defensivos (séculos XVII-XVIII).

PARAPEITO: Nos séculos XVII e XVIII também chamado Talude, de terra levantada por cima do reparo com grossura conveniente e altura bastante para cobrir os soldados dos tiros inimigos (Serrão Pimentel, parte I, Seção I, cap.VII, p.16).

PEÇA: termo simplificado para designar genericamente qualquer boca de fogo, neste caso, denominava-se peça de artilharia (p.329).

PLATAFORMA: Utilizada durante os séculos XVII e XVIII. Era a terra levantada em forma quadrangular (como bateria) posta sobre o reparo, da qual se resiste e ataca o inimigo com artilharia. (p.329).

PRAÇA: No século XVII e XVIII designa qualquer cidade, vila ou lugar bem flanqueado, ou por natureza ou por arte (Azevedo Fortes, II, p8). Existem ainda as Praças altas, Praças baixas e a Praças de Armas.

PRAÇA DE ARMAS: Espaço ao ar livre no centro da fortificação, que serve como parada para reunir as tropas. Podem também existirem menores na estrada coberta para organizar saídas de surpresa.

R

REDUTO: É uma obra menor quadrada, ou algum tanto prolongada, que se faz nas trincheiras dos aproches; como também na campanha para descobrir algum sitio (Serrão Pimentel, parte I, Seção I, cap.VII, p.16).

REPARO: Apoio geralmente feito de madeira, onde assentavam as bocas de fogo. Também podia ser um terreno levantado à roda da praça revestido de muros de pedra e cal, ou de formigão, adobes, terra batida, com escarpa proporcionada para bem se sustentar, sobre o qual terreno se assenta o parapeito (Serrão Pimentel, parte I, Seção I, cap.VII, p.17).

ROQUEIRA: Boca de fogo, de tiro curvo, destinada a lançar rocas de fogo, artifício incendiário de aspecto semelhante ao de uma roca. Também generalizou este nome para designar as peças de braga de retrocarga que equipavam as naus portuguesas durante o século XV.

S

SERPENTINA, ARMAS DE: Arma ligeira de mão que utilizava a mecha presa num mecanismo de ferro chamado serpentina. O atirador puxava a alavanca inferior para si e para cima, de forma que conseqüentemente, a parte superior movia-se para a frente e para baixo; desta forma a ponta da mecha terminava na câmara, incendiando a pólvora e provocando o disparo. Estes tipos de mosquetes foram usados até 1700 (Armas Ligeiras de Fogo, vol.1, p.22).

SÍLEX, ARMAS DE: Também conhecidas como armas de Pederneiras. Empregavam materiais que se encontram facilmente na natureza, como a pedra de pederneira ou Sílex, que faz a ignição da pólvora, além do chumbo para as balas e a pólvora negra. Simplificaram muito o uso de armas portáteis e por isso foram usadas até o século XIX.

T

TALUDE: Base exterior da muralha reforçada com pedra aparelhada, inclinada para o exterior e destinada não só a uma maior e mais cuidada proteção, como também a projetar pedras e líquidos, que lançados do alto, mudavam de direção ao baterem na saliência da base, ofendendo os atacantes. Designava-se por vezes também de alambor, ou, mais genericamente, por jorramento ou esbarro.

TRINCHEIRA: Linha de fortificação que com diferentes obras, como baluartes, redentes, estrelas e redutos, se fabrica para cerrar algum passo ao inimigo; e tendo fosso se deita a terra dele parte a parte dos defensores (Azevedo Fortes, II, p.17).